O Principe Perfeito

J.M. Correia Agrosa
098

OLIVEIRA MARTINS

O príncipe perfeito

PRECEDIDO

De uma introducção ácerca do complemento e plano geral da obra

POR

Henrique de Barros Gomes

GOA UNIVERSITY LIBRARY
Donation Acc No. 098
Name of Donor L.B. Afonso

4.ª EDIÇÃO

1933
PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA
LIVRARIA EDITORA
Rua Augusta — 44 a 54
LISBOA

FAC-SIMILE DA ULTIMA CARTA DE OLIVEIRA MARTINS
A ANTONIO MARIA PEREIRA

COMPOSTO E IMPRESSO NA SOCIEDADE
INDUSTRIAL DE TIPOGRAFIA, LIMITADA
RUA ALMIRANTE PESSANHA, 3 E 5 (AO CARMO)
L I S B O A

Meu prezado amigo

Recebi as provas que devolvo revistas e encaixadas

Sr. Brancamores tenho-me dado admiravelmente. As febres não voltaram e vem-me a esperança de que me restabelecerei. Tenho já começado o <u>Principe Perfeito</u> e a convivencia com esses mortos de á tantos annos povoa me a solidão d'estes campos deliciosos. Já que nunca foi a Cascaes, veja se dentro até ~~cá~~ cá um dia

e dou-lhe a minha palavra de que não perde o tempo. Da estação a Barcarena, gastam-se dez minutos de carruagem o que prefaz duas horas para a viagem completa desde daqui.

Mande sempre ao seu

W. F. de Carvalho

Oswaldo Martins

INTRODUCÇÃO

ADVERTENCIA

Não usurpo um logar, e menos ambiciono honras e proeminencias que me não cabem.

O elogio de Oliveira Martins, abrangendo, como é natural, a critica da sua obra e a apreciação de individualidade litteraria tão accentuada, a outros compete traçal-o. Nem para isso escasseiam entre nós, mercê de Deus, homens de lettras versados nos escriptos e familiares no trato do pensador vigoroso, que a morte prostrou e fez desapparecer para sempre na paz do sepulchro.

Teem esses por si a auctoridade que se impõe. Sobra-lhes talento, e por certo, tambem lhes não escasseará estimulo para honrarem, como lhes cumpre, a memoria do companheiro, ferido em plena maturação do talento, em meio do caminho da vida, e quando mais se empenhava em levar por deante o monumento, que intentára erguer á historia patria e ás lettras nacionaes.

Prefaciando, como o fazemos, o trabalho derradeiro de Oliveira Martins, cedemos a instancias muito vivas, que, nas condições especiaes em que se realisaram, tiveram para nós a força e o valor de uma ordem.

Invocou-se a amizade. Appellou-se para o coração. Nas paginas que seguem tivemos por isso em vista, acima de tudo, a viuvez inconsolavel que se alimenta e quer viver, recordando, sem cessar, o transe cruel que a alanceára.

Para essa quasi sómente, e quando muito para os amigos mais intimos do morto illustre, é que escrevemos.

Sirva-nos tão franca e sincera confissão de desculpa perante quantos, presando o talento de Oliveira Martins, aqui lhe desejariam vêr aquilatado o engenho e exaltados os escriptos por quem tivesse outro jus para ácerca d'elles pronunciar uma sentença auctorisada.

INTRODUCÇÃO

I

Carta de Oliveira Martins. Residencia em Branc'Annes. Como foi all composto o capitulo primeiro e unico do *Principe Perfeito*. Regresso a Lisboa e morte do grande escriptor.

Setubal, domingo.

Meu caro amigo:

Não demorem a sua vinda aqui, porque não sabem o que os espera. Branc'Annes é um paraizo. Tenho um terraço sobre um valle de laranjaes, com uma platêa de montes em frente: S. Luiz, Palmella e outros. Excede tudo, meu amigo. Ha o terraço sobre a Egreja, d'onde se domina Setubal e todo o Sado: é deslumbrante. Depois, arvores verdadeiras e não os *fac-similes,* pittospóros e eucaliptos das mattas de Cascaes. Obra de frades. O convento é enorme; na casa que habito, cabia um regimento, na sala em que lhe escrevo aloja-se uma communidade. Venham, depressa. Para vir, comboio d'ahi ás 4 $^1/_2$, para voltar d'aqui, ás 6. Vem agora o luar, e estes terraços, estes montes, á noite, serão de enlouquecer.

Um abraço do seu

Ex-corde
Oliveira Martins.

Estava-se em principios de julho. A seiva primaveral alastrava-se pelos campos e revestia a planicie, os montes,

o arvoredo com uma espessa e ainda sorridente camada de verdura. O ceu era quente e luminoso. O mar intensamente azul.

Oliveira Martins sentia-se renascer para a vida, para o trabalho, para a gloria. Alli na velha casa, dependencia dos frades do Varatojo, encontrára reunidas as condições que aligeiram, quasi provocam um intenso labor intellectual. Os ruidos do mundo expiravam muito antes de attingirem a vetusta e ampla alameda que, em subida suave, dirige o visitante até á portada do templo. O isolamento, comtudo, não era absoluto. Interrompiam-o a meudo, não os importunos e indifferentes, mas os amigos queridos e estimados, dos quaes era desejado o convivio, insuspeita a sympathia, radicada a affeição. A peregrinação d'estes para Branc'Annes não podia constituir estôrvo ao trabalho aturado e paciente, e sim um refrigerio indispensavel, permittindo a Oliveira Martins concentrar-se de novo e com energia maior na realisação do seu plano.

A saude, que um germen fatal e perfidamente enganador, vinha minando de ha muito, parecera, com effeito, querer robustecer-se. Haviam-lhe sido favoraveis a brisa maritima de Cascaes, as acres emanações saturadas de iodo, a temperatura suavemente tepida dos fins do inverno e primeiros mezes de primavera. Disvelos intelligentes e inexcediveis da esposa, cuidados medicos de Sousa Martins, convivencia quotidiana e tão grata com uma outra illustre enferma, a sr.ª D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, a qual tambem fôra por esse tempo buscar a Cascaes alentos novos para a sua organisação combalida, tudo contribuira para retemperar o animo de Oliveira Martins, serenar-lhe o espirito e suspender o curso do mal, incutindo-lhe novas esperanças.

Completaria a sua obra! Aos «Filhos de D. João I», á historia do Condestavel, á narrativa colorida, intensamente dramatica de uma epoca de fé, de revivescencia social, de affirmação vigorosa da nacionalidade portugueza, á descripção d'esse periodo inicial das grandes descobertas maritimas e nunca d'antes sonhados emprehendimentos nauticos, faria

succeder tres outras télas não menos valiosas, que completariam nas suas linhas essenciaes a evolução historica da dynastia de Aviz. As figuras tão diversas no aspecto, mas de tão epicas proporções, todas tres, de D. João II, de Affonso de Albuquerque e de D. Sebastião, viriam, evocadas pela sua voz, desentranhadas das velhas chronicas contemporaneas, desenhar-se em relevo saliente. Reunil-as-ia um sôpro d'essa vida, que o talento, verdadeira scentelha divina, sabe insuflar nos personagens da historia e até nos que emanam da simples phantasia, realisando uma segunda creação e evidenciando assim aos olhos de todos a sua origem superior.

Era tão vasto o material já accumulado para conseguir erguer do pó o vulto do grande Rei e recordar os actos que lhe mereceram o cognome de *Principe Perfeito!* Tamanho o numero de obras consultadas, de documentos e trechos de chronistas copiados ou extractados! E tudo fôra assumpto da mais intensiva elaboração intellectual. A inteira structura da obra que planeára estava virtualmente completa na mente de Oliveira Martins. N'esta se desenhavam com lucidez perfeita todos os momentos essenciaes do periodo historico mais fertil de quantos assignalam a nossa vida nacional e os seus fastos aliás tão ricos em acções memoraveis. Até o agrupamento em doze capitulos e os summarios d'estes se achavam traçados de antemão. Poderia dizer-se com bom fundamento que o livro inteiro se gravára já na mente de Oliveira Martins. Pegando da penna, esta correr-lhe-ia, confiada, desopprimida sobre o papel, e facilmente acharia o molde preciosamente cinzelado, artisticamente construido, em que viria vasar-se o pensamento de ha muito elaborado, o conceito philosophico ou politico lentamente amadurecido.

Alguma cousa, porém, faltava ainda. Carecia para começar, pondo mãos á obra tão desejada, conhecer directamente aquellas localidades onde em tempo se havia desenrolado o drama que intentára descrever. Segundo o plano concebido, era pela batalha de Toro que a narração abriria. Conhecera Oliveira Martins quanto haviam ganho em intensidade e relevo as paginas da «Vida do Condestavel» que descrevem a

batalha de Aljubarrota e o recontro de Valverde, com a prévia inspecção directa do local onde uma e outro se haviam ferido. Era pois mistér visitar mais uma vez as planicies e terras de Castella-a-Velha, surprehender em seus povoados, e grandiosos templos, nas ruinas dos velhos burgos e castellos meio derrocados, nas tradições oraes, finalmente, os segredos do passado, as distantes palpitações de uma sociedade que desapparecêra no tempo, mais de tres seculos para traz. Cumpria egualmente conhecer Alvôr, a velha povoação algarvia, hoje arruinada e decadente, que vira morrer em 1495, o «homem», o soberano illustre que merecêra d'Isabel a Catholica, a grande Rainha, aquella designação summaria, mas expressiva do respeito, da admiração que o «Principe Perfeito» soubera incutir-lhe.

Impacientemente aguardava Oliveira Martins o momento de partir, de abandonar Cascaes, aproveitando as melhoras sensiveis, que lográra alcançar alli. Do seu plano, porém, sómente conseguiu realisar a primeira parte, a mais essencial de momento. Os calores já excessivos determinaram-o a addiar a visita a Alvôr, que por isso nunca chegou a verificar-se.

Valeu-nos essa viagem a serie incompleta das «Cartas Peninsulares», semelhando hoje o echo melancolico e plangente de uma voz para além do tumulo que vem recordar-nos á chegada de cada novo paquete do Brazil, ter-se partido para sempre, nas mãos do grande escriptor, a penna inimitavel.

Que indisivel encanto, que delicadezas inexcediveis, que amôr do torrão natal, tão fundo, tão intenso, tão perfumado de poesia e sensibilidade não revela a primeira d'essas cartas! Confessem os que a principio contestavam a Oliveira Martins uma influencia benefica, os que acoimavam de dissolvente da ideia da patria a sua propaganda, de exageradamente pessimista o seu criterio, confessem todos esses em face d'esse trecho, e de quantos a par d'elle se podem transcrever, que alguem, que assim amou a terra da patria, que por tal fórma lhe soube traduzir o encanto e a poesia não podia no intimo da sua alma descrer d'ella, negar-lhe o futuro e a esperança. Quando brandia o latego, quando soltava violentas imprecações contra os fautores da sua decadencia na epocha actual, e no passado historico, o seu fim unico deve ter sido evitar a reproducção de erros, accordar adormecidas energias, accender, nos corações, brios quasi de todo apagados.

«Ladeando o Tejo, na sua margem direita, que é breve» assim escreve na carta citada, «o comboio ia subindo, desenrolando-me perante os olhos as immensas campinas do lado esquerdo, alluviões pingues que todos os annos o rio fecunda, como succede no Egypto com o Nilo. O dia magnifico accordava-se com a opulencia dos campos carregados de searas. Tudo me parecia cantar hymnos, de belleza, de fortuna. As espigas fartas, as searas espessas, por entre os verdes já amarellidos do trigo, a nota vibrante das papoulas rubras, as cortinas de arvores, ao longe, arrendando-se levemente no ar, e sobretudo, abençoando a natureza opipara, o sol soberano derramando em ondas a sua luz de oiro.

«Os meus pulmões combalidos parecia-me pularem de contentes respirando amplamente esse ar tepido em que a frescura fecundante da noite puzera tambem parcellas invisiveis de agua, parecidas ás gottas de orvalho, que eu ia vendo fugirem como diamantes nas folhas das arvores sacudidas pela marcha violenta do comboio. Tudo cantava, tudo ria deslumbrantemente...»

«No meio das ondas de luz, no seio dos oceanos das searas, entre os massiços e cortinas de arvores, quando nos caminhos passa um carro e os seus boieiros; quando ao longe nas manchas pardas dos campos já ceifados ou das charnecas negras por lavrar, entre o restolho das searas, ou entre as moitas de esteva e rosmaninho florido de rôxo, se vêem as manadas de touros ou de eguas, pastando indifferentes, as nossas ideias ácerca da vida, distinguindo o animado do inanimado, a planta do animal, o animal do homem, varrem-se confusamente, e tudo se nos affigura identico. Se os animaes, os homens, o touro ou a ovelha que pastam, o campino que passa, até o proprio comboio que vai vomitando nuvens de vapor branco, parecem accessorios minusculos, notas perdidas na gloriosa symphonia da natureza triumphante!»

Para o poeta assim enamorado da sua terra, esse glorioso valle do Tejo, esse «panorama infindo de montes litteralmente coalhados de olivaes, e sobreiraes, mosqueado aqui, e além, pelas notas brancas das aldeias e villas caiadas, perolas

engastadas em verdura sombria» nada tinha comparavel na Europa, que visitára e conhecera, nem «nas paysagens da Touraine, que chamam o paraiso de França, nem ainda n'essa outra paysagem humida, massiça da verde Inglaterra.

E Abrantes? e o seu castello e o tumulo onde em abandonado templo dorme o somno eterno «entre laçarias e brazões» o vulto épico de D. Francisco d'Almeida! Como tudo levantou em tropel na alma, repassada de patriotismo, de Oliveira Martins o respeito filial por um passado inolvidavel, a par do confronto pungente com as amarguras e humilhações d'hoje, que não é como d'antes, «*d'antes*» quando no tumulo do velho vice-rei se esculpia a empresa reveladora, uma corrente de bordo dobrada em collar, tendo por pendentes os moitões da cordoalha. Tempos, tempos fugidos, quando o mundo era pequeno para nós e os maiores mares tão faceis de transpôr como o Tejo, lá em baixo, onde vai bordejando uma caravela antiga!»

E como eram grandiosas tambem, como interessavam a historia commum dos dois reinos peninsulares, as recordações suscitadas na mente de Oliveira Martins pela visita a Zamora, a Tóro e a Salamanca! Esse passado que elle intentava fazer resurgir na obra que planeára, foi encontral-o alli, vivo ainda, e palpitante, no coração do povo; como que solidificado, e mantido para a successão dos seculos, na serie esplendida dos monumentos que ennobrecem as velhas cidades castelhanas, reproduzindo as phases todas por que a arte tem passado em Hespanha, phases que são o reflexo ideal da evolução lenta da sua historia.

Nobre terra, essa d'Hespanha onde, e releve-se a uma convicção propria e profundissima o accentual-o n'este momento, não menos que as grandes reminiscencias do passado, feriu a attenção e a consciencia de Oliveira Martins o facto d'esse valente «renascimento religioso» que n'este momento levéda nas populações do paiz visinho «enraizando-se nos sentimentos espontaneos do povo» e fazendo reviver, no mais recondito da sua alma, essa alliança entre a fé catholica e a independencia «os dois gumes da espada da Hespanha» e a

causa de ainda hoje alli se conservarem, as almas «antigas e fortes».

Foi assim, sob a influencia de tantas, tão variadas e fundas impressões que Oliveira Martins chegou finalmente a Branc'Annes em 7 de julho. Levára comsigo em pequena mala, cuidadosamente colligido e ordenado, o material todo, que reunira para a sua obra. Quasi de um fôlego, escreveu então este primeiro capitulo do seu D. João II, a que deu como titulo *A Batalha de Tóro*. O exito do trabalho, a facilidade com que o concebera e levára a cabo, fizeram-lhe estremecer a alma com intimo e profundo contentamento. O cerebro tão robusto não accusára o minimo desfallecimento. Podia ainda escrever!

Foi pouco depois que eu e meus filhos, para quem elle se mostrou sempre tão bom e amigo, accedemos ao convite que me dirigira, visitando-o no seu retiro. Elle proprio nos fez percorrer o amplo edificio, guiando-nos atravez de extensos corredores internos até ao côro da Egreja, e, accentuando então alegremente os privilegios da residencia quasi real, convidou-nos para ouvirmos todos juntos a missa, que sem demora ia ser ali celebrada pelo emm.º cardeal patriarcha. Achava-se este cercado de grande multidão de fieis, que aguardavam o momento solemne de receberem as sagradas particulas das mãos do seu prelado, tão singelo e bondoso, exemplar tão vivo de christã humildade e amor evangelico!

Mais tarde percorremos a matta onde se arredondam as largas copas dos pinheiros mansos, se estorcem os ramos nodosos das sobreiras, inclinando-se para o solo até se confundirem perto d'elle com os medronheiros, as urzes, e a outra vegetação arbustiva que reveste e faz o encanto da serra da Arrabida e suas cercanias.

Com algum custo subira Oliveira Martins até ao pequeno terraço, que do alto da matta domina a cidade e o estuario do Sado.

A cortina verde do arvoredo que até então nos envolvera, cessára de repente de nos occultar o horisonte, e este, manifestando-se em toda a sua amplidão, descobria Setubal com

a sua casaria branca e apinhada, as suas torres e egrejas manuelinas, as suas portadas e muros tantas vezes cingidos de verdes e elegantes trepadeiras. As areias finas da praia orlavam a cidade, e ante ellas alastrava-se o rio, planicie liquida de um azul incomparavel, polvilhado de palhetas prateadas, ondulantes, reflexo da luz intensissima, que o sol a prumo dardejava sobre as aguas. Pelo lado de terra, era nos laranjaes extensissimos, e afogadas já as derradeiras casas no verde tão escuro das suas ramarias, que a cidade vinha extinguir-se. A essa realisação em terra portugueza do fabulado jardim das Hesperides, só pareciam pôr termo os montes distantes, recortando no ceu luminoso e em atmosphera purissima as suas fórmas caprichosas e variadas.

— Não tinha eu razão? exclamou, esquecendo o cansaço e todo o presentimento triste que n'este podia originar-se, a voz triumphante de Oliveira Martins.

Tinha razão inteira. Era deslumbrante.

Não, a Italia tão formosa, a Grecia tão poetica, que mais não esquecem, a quem uma vez as visitou, mal vencem esta região tão bella da peninsula entre Tejo e Sado, que, em Oliveira Martins, acordava, além do mais, as memorias da primeira edade, o encanto das impressões que haviam começado a fazer debuxar-se-lhe na alma ainda infantil o amôr da natureza e do paiz natal, e lhe tinham acordado na consciencia o sentimento do bello, e a força creadora da arte e do talento!

Era por tudo isso que elle gosava intensamente esse abrigo tranquillo de Branc'Annes, essa creação dos frades do Varatojo, do velho convento que D. Affonso V fundára em Torres-Vedras, doando-o aos padres de S. Francisco no intuito de alli terminar uma vida aventurosa e infeliz. Alli esperava o desenganado soberano sepultar antecipadamente as decepções crueis, que ás victorias illuminadas pelo sol do Moghreb haviam feito succeder os revezes de Castella, e que ás emprezas ambiciosas de uma quasi unificação da peninsula sob o sceptro portuguez tinham substituido o triumpho dos Reis Catholicos. Alli queria olvidar as angustias pungentes arrastadas, por terras de Hespanha e França, até á presença de Luiz XI e de Carlos *O Temerario*, e a fuga, a occultas, desde logo mallograda, para a cidade santa de Jerusalem, onde, opprimido sob o peso e grandeza de seus desastres, elle teria querido acabar.

É que singular coincidencia esta que levára Oliveira Martins, cruelmente desenganado tambem, ferido no mais vivo do seu patriotismo e do desejo ardente de contribuir, quanto em si coubesse, quanto lh'o consentissem as faculdades aliás tão largas e generosas do seu espirito, para sustar a decadencia fatal da sua patria, a escrever de Affonso V, em casa que tanto, embora por modo indirecto, lhe recordava a sua memoria!

Condescendendo de bom grado com um pedido meu, Oliveira Martins entregára-me pela tarde o seu manuscripto, e começara elle proprio a leitura, que pouco depois me deixou continuar. O trabalho, que hoje se imprime sem alteração nem emenda, não fôra por elle tambem modificado ou corrigido. Tão expontanea era a sua producção, tão natural n'elle a invenção e o estylo, que sómente em provas de imprensa revia e melhorava o que escrevêra E é por certo essa uma das causas primordiaes da superioridade da sua obra. As comparações as mais poeticas, a mais perfeita adaptação do estylo ao assumpto, os contrastes os mais frisantes, as descripções as mais bem acabadas, a opposição, por vezes faiscante de verdade e de pittoresco, entre o plebeismo dos vocabulos e a grandeza historica dos personagens descriptos ou dos factos narrados, tudo mantem esse caracter de expontaneidade, e revela essa absoluta ausencia de esforço, que aviva a impressão no leitor e transforma o agrado em admiração intensa. A exuberancia do talento como que fica assim posta a nu em toda a sua grandeza.

Vistas a esta luz, as desegualdades de estylo, por vezes censuradas em Oliveira Martins, são apenas necessaria consequencia de uma fórma de creação, que nos permitte quasi assistir á elaboração do pensamento em um cerebro privilegiado. E o que poderá haver de mais commovente do que

semelhante iniciação, o que será mais proprio para engrandecer e exaltar na consciencia humana o sentimento da sua dignidade, para evidenciar a superioridade immensa que tão alto o levanta acima da inteira creação? Não será precisamente este mesmo um dos traços essenciaes da grandeza litteraria de Shakespeare e do predominio irresistivel que os clarões do seu genio exercem subitamente no animo de quem o lê?

A batalha de Tóro, o heroico episodio do alferes portuguez, o parallelo e contraste entre essa batalha e a de Aljubarrota, a côrte dissoluta de Henrique IV de Castella, os episodios e successivos azares da guerra entre hespanhoes e portuguezes, a physionomia moral e physica do infortunado e aventureiro Affonso V, e começando a destacar-se, modelados em forte relevo, os vultos excepcionaes, as faculdades altissimas, os caracteres de bronze de Isabel a Catholica, e de D. João II, tudo isso ia successivamente perpassando pela imaginação de quem lia e dos que attentamente escutavam, assistindo ao desenrolar d'essa grande tela historica, na qual como na melhor das suas obras o mestre derramára a flux as côres vivas da sua palheta, os contrastes intensos, á Rembrandt, entre luz e sombras...

Quinze dias mais tarde, regressei a Branc'Annes. Cedo e cruelmente se desfizera a miragem enganadora! Acolheram-me, na minha chegada, as lagrimas em fio, os mais funebres presentimentos da esposa e dos irmãos de Oliveira Martins. Fôra terrivel a noite antecedente. O trabalho cada vez mais difficil da respiração, não consentira ao doente um momento de allivio! De manhã, cahira em lethargo profundo, de que nada conseguira retiral-o. Dictara ainda á esposa, poucos dias antes, encostado em um canapé, as ultimas *Cartas Peninsulares* da série, que tambem tinha de ficar interrompida. Fumando, uma após outra, leves cigarrilhas, comprazera-se em rever na imaginação as paizagens, os monumentos, que pouco tempo antes contemplára na Castella-a-Velha, em recordar as leituras que fizera, e que, por effeito da facilidade de apprehensão e assimilação intellectual tão peculiares do seu extraordinario talento, retivera de memoria e agora commentava ou

resumia. A esposa seguia attentamente essa elaboração que o consolava e lhe dava alento, fixando no papel, rapidamente ennegrecido sob a acção da penna que sustinha, as palavras que cahiam dos labios do enfermo. Hoje, porém, nem mesmo isso era já possivel, avisinhava-se a morte. Cresciam os cuidados e as preoccupações, de natureza tão diversa!...

Entrei no quarto. Abeirei-me cautelosamente do leito. Aguardei, retendo a respiração, o instante em que o doente désse accôrdo de si e do que o cercava. Passada meia hora, abriu os olhos, a principio perdidos no vago, incertos, amortecidos. Fitando-os em mim, illuminou-se-lhe a face com um sorriso, ergueu-se a meio no leito, quiz vestir-se, e pouco depois conseguia arrastar-se até á sala. O calor era intenso, deprimente. Em demanda de temperatura mais branda, acolhemo-nos a um corredor, no centro do edificio. Ahi, estendido sobre o canapé, deu-me a lêr a segunda parte do primeiro capitulo do *D. João II*, que completára no intervallo.

O desastre da invasão portugueza tornára-se irreparavel. Na pessoa de Affonso V, ficára vingada a affronta soffrida em Portugal por D. João I de Castella, duas gerações para traz. Vencido, desbaratado, humilhado, uma esperança unica alentára o infeliz soberano. Para além Pyreneus, acharia os elementos da desforra suspirada. Era Luiz XI inimigo de Castella; ambicionava-lhe o Russilhão. Seria o alliado natural. O Papa conceder-lhe-ia a bulla indispensavel para sanccionar o regio casamento com a Excellente Senhora, consolidando n'elle e na sua dynastia o throno ambicionado, onde por usurpação se sentavam os que elle tratára desdenhosamente como Principes da Sicilia. As primeiras negociações do leão africano com a raposa astuta e arteira, que trabalhava com afinco para pôr termo ao feudalismo, inaugurar uma era politica nova, e forjar solidamente a admiravel unidade da França, resume-as de modo superior esse remate do primeiro e unico capitulo da obra incompleta do grande historiador.

Com attenção febril, que mais o prostrou por fim, seguia elle a minha leitura, corrigindo-me no que esta tornára menos intelligivel, ou onde involuntariamente eu rompêra a har-

monia e desequilibrára as proporções em um ou outro periodo...

Parti pouco depois com a alma enlutada. Tornava-se inevitavel precipitar o regresso para Lisboa, se ainda este era possivel; Branc'Annes dera a Oliveira Martins um momento supremo de gôso intellectual e sensivel. A natureza, que elle amára tanto, pela vez derradeira ali se lhe revelou, radiante de luz e de encanto. Permittira-lhe a solidão conventual escrever ou dictar as *Cartas peninsulares*, redigir o capitulo inicial de *D. João II*, inclinar o seu espirito cada vez mais para essa final evolução de que os *Filhos de D. João I*, a *Vida do Condestavel*, ficarão como monumento imperecivel, sendo-o tambem de quanto póde e vale a lingua portugueza posta ao serviço de um talento de primeira grandeza, vibrando sob a inspiração de um alto espirito e de um coração patriotico, sustida a penna nas mãos de um escriptor de raça, que seria grande na galeria literaria a mais rica do mundo!

Dezesete dias durou depois em Lisboa, na casa da Rua dos Caetanos, a lenta agonia, o calvario doloroso. Os pulmões de Oliveira Martins desfaziam-se a pedaços. A respiração tornára-se-lhe laboriosa, a circulação embaraçada, e as noites tão angustiosas, que a permanencia no leito era já impossivel. A custo repousava sobre uma cadeira, dobrado todo e encostada a fronte nas mãos que appoiava sobre uma banca. Nem isto mesmo bastou por fim. Era mister conservar o corpo erecto e a custo se lhe podia assim amparar a cabeça abalada pelo estremecimento que ao mesmo corpo imprimia o impulso desordenado da respiração aviventada intermittentemente com a inhalação artificial do oxigenio.

O seu organismo, em tudo o mais tão robusto, luctava, porém, contra o mal. Parecia crescer com este o seu aferro á vida. Não o desamparou nunca a esperança no restabelecimento final, nem sequer no momento em que mais desenganada se mostrava a sua linguagem. Phenomeno esse peculiar á doença que o minava, mas tambem inherente ao seu temperamento, e por fórma tal, que elle basta só por si para explicar muitas das apparentes contradicções da sua vida, e a divergencia tantas vezes notada entre o desanimo dos seus escriptos, e a actividade na lucta empenhada para melhorar e salvar, o que aliás elle declarava não ter salvação! Quantos projectos formulados ainda, quando já quasi soava a hora fatal, para futuras digressões, para novos trabalhos! E depois como elle devorava, retinha, e a todos repetia as explicações, que Sousa Martins, o amigo incomparavel, o homem tão fundamentalmente bom, que chega até com essa bondade a offuscar a propria sciencia, se engenhara em combinar para as tornar acceitaveis perante o espirito perspicaz e lucidissimo de Oliveira Martins!

Espirito lucidissimo, escrevemos, e foi-o assim até bem poucas horas antes de fallecer, momento unico em que à razão fria succedeu o delirio, mas um delirio por tal forma raciocinado e seguido, que n'elle mesmo ainda Sousa Martins verificou até que ponto era robusta a organisação d'esse cerebro, ultimo orgão a extinguir-se e a deixar esvair o lampejo derradeiro da vida!

Até á vespera da morte lhe doeram os males da patria, e o interessou o curso diario dos acontecimentos. A ultima e injustissima affronta, que uma grande nação, rasgando por suas mãos, um tratado que subscrevera, nos inflingiu em Africa ainda foi para elle pungente espinho (1). O seu espirito trabalhava sempre. Mais que tudo surprehendia, porém, a sensibilidade do seu coração, a bondade perfeita da alma, com que reprimia e pedia lhe perdoassem todo o movimento de excitação e vivacidade, provocado pela dôr e pelo soffrimento.

O pensador pujante, que possuia faculdades de abstracção tão raras em homens da nossa raça, que, primeiro entre nós, avistára, rasgando-os mais tarde para a nação inteira, horisontes novos, os quaes n'ella deviam modificar as concepções philosophicas, os principios do direito publico e da economia nacional em que assentára a sua historia durante mais de meio seculo; o historiador que, recorrendo a proces-

(1) A Allemanha, tomando posse da bahia de Konga á mão armada.

AFO-098

sos menos severamente scientificos, é certo, com faculdades fundamentalmente diversas das de Herculano, veio talvez em mais alto grau do que este, popularisar entre nós a historia patria, dramatisando-a, humanisando-a, e, por isso mesmo, engrandecendo-a de facto; o escriptor da raça que conta entre os melhores, e ficará assignalando o momento presente da nossa vida litteraria; o economista, o politico que soube versar as questões e os problemas os mais arduos, encarando-os de frente, resolvendo-os por vezes, e pondo sempre a mira nos ideaes os mais puros; o polemista que deu vida e animação a tantas folhas periodicas; esse homem, emfim, que reunira em si tantos primôres, e na sua pessoa concentrára tamanhas benemerencias, terminou a sua carreira, coroando vida tão cheia com a morte a mais christãmente resignada e mais inspiradora de affectos e sympathias.

— Paciencia, exclamava no auge das maiores afflicções «e tantas vezes profiro a palavra a seguir» dizia-me um dia, «que acabo por me hypnotisar com a propria monotonia dos sons assim repetidos».

Ao cabo de uma noite excepcionalmente tormentosa, a de domingo 20 de Agosto, exigiu conhecer a verdade ácerca do seu estado, que, pela primeira vez, reputára gravissimo. Confessou-lh'o com as precauções e attenuantes, que o mais sincero amor fraternal lhe podia inspirar, o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins. Pediu então expontaneamente os sacramentos, e sollicitou a comparencia do Ex.mo Nuncio Apostolico, que tão amigo se lhe mostrara sempre, o que succedêra tambem com Mr. Bihourd e outros ministros extrangeiros, com quem mais de perto tratára ao gerir a pasta da Fazenda. Mnr. Jacobini, que se achava em Lisboa, accedeu immediatamente ao convite, confessando-o na segunda-feira, e administrando-lhe no dia seguinte, terça-feira, pelo meio dia, o Sagrado Viatico. Oliveira Martins fizera um grande esforço sobre si mesmo, e ajoelhára. N'esse momento, assim m'o referiu uma testemunha ocular, pelas faces do Prelado venerando, que entre nós representa a pessoa sagrada de Leão XIII, as lagrimas deslisavam brandamente, e a commoção dos membros da familia, agrupados em volta do doente, a custo era retida.

Oliveira Martins ainda viveu dois dias. Na quinta-feira El-Rei honrava-o com uma visita. Não lhe foi dado, porém, manifestar ao Monarcha a sua gratidão por tão commovente prova de estima e affecto. Na manhã d'esse dia ainda se mantivera sem que a morte parecesse imminente. Mais tarde, porém, pelo meio dia, segundo me informou Sousa Martins, que o via duas e tres vezes diariamente, o acompanhou em toda a noite ultima da sua existencia, ajudou a transportar-lhe os restos para a Egreja, e no dia seguinte o seguiu até ao tumulo, os ultimos vestigios dos pulmões dessoraram-se-lhe, apagando-se-lhe a sensibilidade, a ponto de cessar para elle o soffrimento que tão intensamente o flagellára.

— Está chegado o momento, disse e ordenou logo que o transportassem da cadeira em que penára por tantos dias para o leito onde queria morrer. Ahi, recebida a Extrema Uncção, se despediu de todos os membros da familia e de Sousa Martins, agrupados e ajoelhados em torno do leito. Não esqueceu os servos de quem fôra amigo, e aos quaes agradeceu, como a todos, christãmente, humildemente os serviços prestados e o affecto por tantos annos evidenciado. Então, com as mãos nas da esposa, segurou a cruz, que esta lhe apresentára, e dos labios de ambos exalou-se unisona a saudação angelical á Cheia de Graça, a dôce Ave-Maria, que, se era um suspiro erguido ao ceu por um moribundo, era tambem, e a par d'isso, o adeus mais sentido, a expressão mais justificada do reconhecimento e amôr, que lhe merecêra o nobre e puro coração de quem o acompanhára em vida, e hoje chora por elle com saudade infinda, temperada pela mais admiravel, exemplar, e christã resignação.

Assim amparado á esposa, a Sr.a D. Victoria de Oliveira Martins, com a imagem do Deus crucificado nas mãos, se finou pois aquelle grande espirito. Podia bem ter repetido então com o poeta maximo, com o amigo mais dilecto, com Anthero do Quental, emfim:

Nas mãos de Deus, na sua mão direita,
Descançou afinal meu coração.
Do palacio encantado da Illusão
Desci a passo e passo a escada estreita.

Como as flores mortaes, com que se enfeita
A ignorancia infantil, despojo vão,
Depuz do Ideal e da Paixão
A fórma transitoria e imperfeita.

Como creança em lobrega jornada,
Que a Mãe leva ao collo agasalhada
E atravessa, sorrindo, vagamente,

Selvas, mares, areias do deserto...
Dorme o teu somno, coração liberto,
Dorme na mão de Deus eternamente.

Suggestiva approximação esta, que tão expontanea accudiu ao meu espirito, entre a lembrança saudosa dos momentos derradeiros de Oliveira Martins, e a leitura renovada dos ultimos versos, repassados de celestial serenidade, de Anthero do Quental! Bem sabido é, com effeito, até que ponto o pobre e torturado pensamento moderno, que se reflecte tambem dolorosamente em grande parte da obra vastissima de Oliveira Martins, em Anthero achára o seu cantor. O livro immorredouro dos *Sonetos*, o que é, porém, sob a fórma poética a mais idealmente perfeita, senão a prova irrecusavel da absoluta inanidade da razão humana, quando abandonada a si própria, para explicar o problema fundamental da vida, problema occulto no mais fundo da consciencia de todos nós, e bradando ali debalde por uma solução que não sabemos dar-lhe?

Aquelle cyclo de pequenos poemas, tão altos na aspiração quanto preciosamente burilados na fórma, reflecte no seu conjuncto as oscillações enormes, traduz as angustias cruciantes, perfilha, porque o não diremos? todos os erros e a serie indefinida de todas as negações. D'essa escala tão vasta, d'esse calvario tão extenso, abrange o pessimismo revoltado, o scepticismo frio, o pantheismo e o naturalismo, vago aquelle, tão estreito e incompleto este, vai por fim ao nirvâna desolador e canta esse estado, tão profundamente triste e lethifero, expressão da suprema passividade em que a Alma, querendo fugir de toda a manifestação e modalidade apparentes, se afunda e anniquila, por fim, nos abysmos insondaveis da Eterna Illusão!

No entanto, estranha mas feliz inconsequencia! é «Nas mãos de Deus» que vem terminar, brusca e inesperadamente, o livro de Anthero. E d'esse soneto, perola perfeitissima, diamante da mais pura agua, fecho de um precioso collar, sómente irradiam uma luz suave e um perfume ideal. O sentimento, que de todo elle se exhala, é dôce, calmo, o mais proprio para serenar o espírito, lançar balsamo nas feridas rasgadas e fundas, e desvanecer na alma a duvida, a oppressão, o soffrimento, que rescendem de tantas outras paginas do livro do poeta.

Singular coincidencia! Ao soneto derradeiro de Anthero, «Nas mãos de Deus» encima-o o nome de uma senhora, e esse nome é o da Sr.ª D. Victoria de Oliveira Martins. A ella foi dedicado, como homenagem sentida, respeitosa, que Anthero do Quental tributou á sua fé tão ardente e vivaz.

Pois é tambem «Nas mãos de Deus» que a mesma illustre senhora entrega hoje confiadamente o espirito sublimado, o grande coração que lhe foi dado confortar no momento supremo, apontando-lhe durante o transito dolorôso o alvo das esperanças eternas, da redempção pelo Christo, da luz divinal e perpetua! Sublime dom reservado á mulher, manifestação purissima de influencia tantas vezes affirmada na vida dos espiritos, ainda os mais preclaros, por esse «Feminino eterno», palavra ultima e conceito profundo, com que o genio de Goethe rematou o seu poema immortal. A fraqueza amparando a força, a fé apagando a duvida, a esperança alentando o animo que desfallece, e, superior a tudo, pairando nas regiões mais altas do coração humano, a bondade, a caridade, o amôr, retendo no mundo essa scentelha ideal, essa aspiração suprema para o céu, sem a qual o que restaria a todos nós a não ser a mais tragica das interrogações:

Para que merece viver-se?

II

Material colligido para o «Principe Perfeito». O que seria a «Introducção». Amarguras do actual momento historico. As quatro phases essenciaes do periodo da dynastia d'Aviz. Successiva elaboração mental do plano da obra, seus contornos geraes e ordenamentos já definidos e assentados.

Em um estudo recente ácerca de Pascal, pretende Sully Prudhomme, o academico insigne e impeccavel parnasiano, que, na collecção dos «Pensamentos», do solitario de Port-Royal, se deve ver apenas o material, confusamente agglomerado, de uma grande apologia philosophica do christianismo, a qual não chegou a ser escripta, e nem sequer manifesta vestigios do plano a que teria de cingir-se.

As discordancias e contradicções, por vezes notadas, as proprias abjecções contra o que parecêra que Pascal teria querido affirmar, tudo se explica, n'esse presupposto, como phases diversas de um estudo, como processo para apurar a verdade e chegar ácerca d'ella ao grau de certeza possivel á intelligencia humana.

Deve por tudo isso, na opinião de Sully, considerar-se resoluvel, no todo ou em parte, o problema que consista em investigar, atravez d'esse material desordenadamente congregado, 1.º o methodo applicado á operação de meditar; 2.º o

resultado adquirido por essa meditação; 3.º a ordem logica sob que tal resultado poderia ser disposto; 4.º a ordem didactica á qual mais conviria submettel-o, podendo esta ultima divergir inteiramente da primeira, por quanto teria em vista mais que tudo a facilidade de transmittir para a intelligencia alheia o fructo elaborado pela propria intelligencia do auctor.

Esforçando-se no empenho de reconstituir a obra deficiente de Pascal sob os tres primeiros aspectos, Sully Prudhomme reconhece a absoluta impossibilidade de o fazer emquanto ao quarto, recordando para isso que entre os «Pensamentos» do proprio Pascal se póde ler o seguinte: «La dernière chose qu'on trouve en faisant un ouvrage est de savoir celle qu'il faut mettre la première.»

Para o seu «D. João II» chegára Oliveira Martins a uma phase inteiramente diversa de evolução mental. Conhecia já, e de modo muito preciso, a ordem por que, dado o seu methodo de escrever a história, que não era nem podia ser o da simples successão chronologica dos factos, elle exporia as scenas grandiosas que marcam o zenith da nossa nacionalidade, e constituem um dos momentos supremos da historia geral do mundo.

A serie completa dos doze capitulos, em que a obra seria dividida, achava-se, já assim o escrevemos, mentalmente elaborada. Por muitos titulos é interessante o summario d'esses capitulos, adeante transcripto. N'elle ficou traçado e definido o plano da obra inteira. Os algarismos mencionados ao lado de cada epigraphe referem-se á numeração dos documentos sobre que devia assentar a narrativa, coordenados e reunidos em massos tendo por titulo o do capitulo a que diziam respeito.

Intencionalmente aconselhámos a impressão d'esses algarismos, que segurarão assim a possibilidade de mais tarde se fazer uso de um material já tão rico, e para complemento do qual ha indicações com elle colligidas de pesquizas, já iniciadas ou a realisar, nos archivos publicos nacionaes e hespanhoes, na bibliotheca e cartorios de Evora, Aveiro, mosteiro de Santos-o-Novo e outros.

Não poderá, com effeito, succeder que, de entre os discipulos e admiradores de Oliveira Martins, surja um singularmente devotado á sua memoria, a qual, robustecendo-se no estudo das suas obras, inspirando-se no estylo e nos processos artisticos do Mestre, intente erguer do chão a penna do grande historiador e, mettendo hombros á empreza, lhe complete afinal a obra tão querida?

Nos elementos assim accumulados e ordenados encontra-se o que ha de mais vivo, de mais accentuadamente dramatico, de mais suggestivo em os nossos velhos chronistas, Damião de Goes, Garcia de Rezende, Ruy de Pina, e nos de Hespanha e França, Nebrixa, Çurita, Bernaldez, Vasconcellos, Pulgar, del Castillo, Filipe de Commines, e tantos outros. Ali se acha egualmente reunido e condensado muito do que a erudição antiga e moderna tem accumulado para o mais cabal conhecimento da epocha, encarada sob as faces as mais diversas, os aspectos multiplices e os mais variados da civilisação, pedindo tudo um espirito luminoso que saiba e queira fundir uns nos outros esses elementos e dar-nos assim uma obra historica, que ficasse sendo o melhor dos monumentos a erigir hoje em honra de Oliveira Martins.

Soará em vão este nosso appello?

Ousamos esperar que tal não succeda, para gloria das lettras e da historia patria, e como prova de que sabemos acatar os grandes homens, honrando-lhes as virtudes e o merecimento.

Como incitamento para tanto se conseguir diligenciaremos da nossa parte traçar em esboço, embora curtissimo e necessariamente tosco, esse plano de Oliveira Martins, referindo-nos em primeiro logar ao que poderia ter sido a introducção á obra inteira, pois que até para aquella estão indicados os topicos essenciaes, que a deviam constituir.

Sempre que o decurso do trabalho e o exame dos documentos em que elle devia basear-se suggeriam a Oliveira Martins um pensamento, que particularmente lhe ferisse a attenção, parecendo conter em si materia para desenvolvimento, era esse pensamento desde logo fixado no papel e guardado

entre os documentos, esperando ali o momento opportuno em que viria a ser cabalmente aproveitado e desenvolvido.

Sob a epigraphe «Introducção» apenas são quatro, e brevissimas, as indicações encontradas. Curtas como se mostram, não as pode haver comtudo mais suggestivas. A primeira indica bem quanto é profunda a melancolia e cruel o desengano, que, no actual momento historico, opprimem os espiritos de todos os que ainda estremecem esta, outr'ora tão gloriosa, hoje tão decahida nacionalidade portugueza. «Um livro essencialmente politico», assim escreve Oliveira Martins, «escripto quando o auctor chegou á convicção de que não ha politica possivel».

Qual póde ser, com effeito na actualidade, uma politica externa de Portugal susceptivel de lhe satisfazer as aspirações, alentar-lhe os brios apagados, e imprimir-lhe confiança no futuro? Encontrar-se-ha na alliança intima com a Hespanha? A diversidade de condições de uma e outra nação, a antinomia de certos interesses, o nenhum parallelismo dos problemas coloniaes, tudo parece aconselhar uma resposta negativa, além de que, como poderia destruir-se o receio tradicional da absorpção, da nacionalidade, e onde se encontraria animo bastante ousado para lhe correr os riscos? Mas será preferivel, em contrario d'isso, manter a politica tradicional, hoje já duas vezes secular? Póde, é certo, uma necessidade, que não admitte discussão, impol-a a Portugal: no entanto contra ella protestam tambem na consciencia popular a historia melancolica e dolorosa da perda do antigo imperio portuguez na Asia, e essas competencias incessantes na Africa, que renovam na actualidade affrontas passadas, revelando infelizmente um antagonismo de interesses a que nada parece querer pôr termo.

Se é a politica interna que se encara, como resolver o que para muitos se afigura a bancarrota do regimen constitucional, degenerado em um falso parlamentarismo, com uma representação popular ficticia, com uma politica de facção sem horisontes nem grandeza moral, assegurando o triumpho aos mais audazes, e mais destituidos de escrupulos, promo-

vendo a compra das consciencias, rebaixando os caracteres, apagando as energias, e dissolvendo as grandes tradições que mais pareciam accomodadas para erguer o paiz das suas ruinas? E, dada a actual competição entre as grandes nações colonisadoras como conciliar o depauperamento das forças economicas do reino, com a necessidade primaria e urgentissima de desenvolver o nosso ainda vasto territorio colonial, para ali assegurar um dominio vacillante, e d'elle tirar os unicos recursos susceptiveis de ainda sustarem, uma aliás inevitavel decadencia da metropole?

Exhausto o thesouro, abalado, senão paralysado por muito tempo, o credito, onde ir buscar elementos para colonisar, defender militarmente, assimilar, emfim, o nosso tão grande imperio ultramarino?

São estas preoccupações ácerca do problema vital da nacionalidade portugueza, preoccupações tão frequentes, e por vezes exageradas até, na mente de Oliveira Martins, as que naturalmente resaltam d'essa epigraphe bem curta mas tão repassada de dôr, que em si encerrava, como em germen, o que seriam de certo as primeiras paginas da introducção á vida de D. João II «esse livro essencialmente politico, escripto quando o auctor chegára á convicção de que não ha politica possivel.»

O que resta pois a alguem que, estremecendo o paiz, se retira do campo de acção, humilhado, mal ferido nos seus brios, nas suas aspirações, buscando o remanso solitario do gabinete de trabalho, para n'elle esquecer o ingrato da lucta, e a inanidade do esforço intentado?

Resta-lhe sómente virar-se para o passado, recolher-se a essas regiões luminosas da historia, viver pelo espirito no tempo em que o nome portuguez tinha grandeza sem par, e o solo sagrado da patria se não esgotava ao desentranhar-se em heroes, em corações magnanimos, em mentes geradoras de propositos os mais altos. Resta-lhe recordar o momento em que com o esforço do braço e a sublimidade do pensamento, os filhos de Portugal iam, pelo mundo inteiro, *dilatando a fé e o imperio,* e escrevendo com o sangue gene-

roso esse poema immortal que mereceu encontrar um cantor em Luiz de Camões!

Mas, no passado portuguez, Oliveira Martins teimava em querer ver sómente um momento fugaz na successão dos tempos, um periodo que não abrange dois seculos completos, aquelle em que brilharam o genio politico e o espirito levantado dos principes da dynastia de Aviz. A intensidade da luz, que irradiára d'esta pequena orla da peninsula sobre o globo todo, abrira então metade d'este ao contacto e influencia da civilização christã. E n'essa historia os momentos essenciaes, os vultos proeminentes, que melhor a personificavam, haviam-se sempre desenhado mentalmente, perante o grande escriptor, n'uma ordem de successão fixa e invariavel.

A evolução logica d'aquelle periodo sem egual começára em Nun'Alvares. (1) O condestavel incarnára em si essa flor de poesia, essa grandeza moral suprema, que constituiam a essencia da cavallaria, alentada como esta o foi por um ideal o mais alto de fé, de pureza e candura, em que se juntava ao desprezo pela vida a mais sublime estimação da virtude, e se assignalava assim, por todo esse conjuncto, uma epocha das que mais ennobrecem a humanidade. Todos os elementos constitutivos da nação portugueza se affirmavam por esse tempo. A seiva generosa que fermentara mysteriosamente no inteiro corpo social, completara, aperfeiçoara, adaptara ás suas funcções especiaes os orgãos d'este, constituindo por fim os elementos perfeitos de uma nacionalidade distincta, e autonoma, entre as outras provincias e reinos, mais ou menos autonomos, da Hespanha. A alma, o motor de todo esse organismo constituira-o a forte corrente idealista, que em Nun'Alvares encontrara a sua mais acabada personificação. Com a

---

(1) EVOLUÇÃO (ADVERTENCIA.) — *Nun'Alv.* Affirmação e desabrochar sentimental dos elementos de uma nação nova — *Filhos.* Efflorescencia da nova geração. Acordar da intelligencia creadora — *Princ. Perf.* Fructo: a politica imperial e o imperio real. Descobertas — *Albuquerque.* A colheita — *D. Sebastião.* A senectude.

(Apontamento a lapis de O. Martins)

tiva da sua vida se identifica, pois, a da phase primeira da dynastia de Aviz.

Segura a autonomia, o destino maritimo de Portugal surgia espontaneo. A intelligencia creadora da nação despertara, e vinha personificar-se nos filhos de D. João I, e especialmente no vulto do Infante D. Henrique. Era plena a efflorescencia de uma geração forte, educada na guerra, engrandecida e alentada pelo exito e pela victoria, e essa efflorescencia coincidia com o inicio memoravel da historia de Portugal nos mares.

O fructo da nova politica devia ser, e foi, a glorificação da raça real e do povo que a abraçavam, unidos em um só pensamento e em uma só fé, dominados por um impulso generoso e heroico, que se impunha á consciencia collectiva com a força irresistivel de um destino a cumprir, de uma missão providencial a realisar. O alvo a que se mirava era o predominio sobre todos os thronos, e entre todos os reinos da peninsula, da raça real de Aviz, e da nobre nacionalidade a cujos destinos presidiam os seus principes.

Tinha-se em vista o imperialismo. Entrevia-se nas brumas luminosas do horisonte a unificação da peninsula sob o sceptro de Portugal, a exaltação do poder real, apoiado no povo, sobre os interesses particularistas, o dominio do mundo pela conquista e vassallagem das regiões e caminhos novamente descobertos, ou pela preponderancia adquirida por meio da navegação portugueza sob o inteiro commercio do mundo.

Esta phase da evolução historica da dynastia de Aviz é em D. João II, o Principe Perfeito, que vem symbolisar-se, embora só no reinado immediato attingisse o seu zenith, cabendo assim ao inimigo hereditario a colheita dos fructos opimos, da farta messe, lenta e sabiamente preparada durante os annos do reinado de D. João.

E essa colheita que significou o rojarem-se poderosos Reis da India aos pés de D. Manuel, tornar-se-lhe tributaria a parte mais rica e civilisada da Asia, fundar-se finalmente um Império, ephemero, é certo, mas incomparavel na gran-

deza, quem poderia personalisal-a melhor do que Albuquerque, o grande Capitão, esse politico com vista d'aguia, que em Goa, Ormús, Malacca e Aden, pretendeu assentar as bases gigantes do mais gigantesco dominio colonial até então conhecido?

A figura juvenil, tão infeliz, mas talvez por isso mesmo tão intensamente amada, de D. Sebastião, fecharia por seu turno a galeria, revelando esse tragico desequilibrio entre a grandeza das aspirações e o idealismo tão nobre dos sentimentos por um lado, a impotencia e o rebaixamento dos meios disponiveis para a acção pelo outro. A desharmonia entre esse Nun'Alvares coroado, senhor de um poder absoluto e illimitado, e a nação corrompida e gasta, nas suas classes superiores, pelo contacto com o Oriente e as suas riquezas, e exhausta, entre as classes populares, por effeito do esforço sobrehumano, realisado durante annos, para descobrir e conquistar o mundo, resalta das comparações respectivas, e caracterisa por inteiro o estudo d'esse periodo.

Triste senectude do povo, que pouco tempo depois cahia desfallecido nos braços de Castella, e não conseguiu rehaver até hoje mais do que a reminiscencia d'essa gloria e d'esses louros! Nas terras de Aljubarrota fôra levantada na ponta da espada uma corôa real, cravejada successivamente com as mais ricas pedrarias do mundo, mas essa corôa fulgurante viera por fim rolar da cabeça de D. Sebastião nas areias adustas de Alcacer-Quibir, sepultando-se ali com o rei a boa fortuna e gloria da nacionalidade!

A conclusão do livro *D. João II* teria sido, portanto, para Oliveira Martins um passo mais no caminho do que, no prologo da *Vida de Nun'Alvares*, elle declarára constituir a final a sua «ambição suprema»: dispôr de saude, vida, intelligencia e socego de animo bastante para levar, até á data lugubre de 1580, a historia de uma dynastia, que, no periodo tão breve da sua duração, conseguira projectar sobre Portugal um clarão de luz incomparavel.

O confronto entre os dois livros e os dois caracteres, entre o Condestavel e o Principe Perfeito mereceria tambem,

segundo se deprehende de um apontamento; referencia especial na introducção do *D. João II*. (1) O sentimento excitado pelo estudo dos actos e da vida do Condestavel seria, no dizer de Oliveira Martins, o do encanto, da funda sympathia. D. João II pelo seu lado provocaria a admiração. O parallelo entre ambos os caracteres provaria a incompatibilidade entre a politica e a santidade. Mostraria que só na guerra póde haver homens inteiros, ao passo que na politica a duplicidade é constitucional. «Nun'Alvares é um heroe, D. João II um estadista, mas um e outro constituem exemplares de primeira grandeza nos dois generos».

Finalmente, e sempre sob a mesma epigraphe de «Introducção», encontra-se ainda o conceito bem conhecido de Horacio, da Ode XXX do Livro 3.º dos do poeta venusino:

Non omnis moriar, multaque pars mei
Vitabit Libitinam.

Referir-se-iam estas palavras, na mente de Oliveira Martins, ao complemento de obra tão desejada, que, no amor entranhado com que fôra concebida, e no cuidado extremo com que deveria ser escripta, ficaria sendo como que uma parte da sua alma, presa indissoluvelmente, e para sempre, a um monumento litterario, e assim patente ás gerações futuras?

A Providencia não lhe consentiu experimentar esse goso supremo e ambicionado. O que Oliveira Martins nos legou, se não é, porém, o monumento completo que se lhe debuxára na mente, é o bastante para assegurar ao grande escriptor uma alta proeminencia por todo o tempo e em toda a parte onde se falle e cultive a lingua portuguesa. Nem por incompleta, antes quasi apenas iniciada, deixa a *Historia de Portugal*, de Alexandre Herculano, de representar scientifica e

(1) INTRODUCÇÃO. — Nun'Alv. encanto, sympathia — D. João II, admiração — Incompatibilidade da politica e da santidade — Só na guerra pode haver *homens inteiros;* na politica a duplicidade é constitucional — O heroe e o estadista — Dois exemplares de primeira grandeza dos dois generos.

litterariamente o monumento culminante na inteira obra d'este outro insignissimo historiador.

Da historia na segunda dynastia por Oliveira Martins ficámos apenas possuindo a radiante alvorada; o brilho que esta projecta basta, porém, para deixar entrevêr o que seria o monumento quando completo, erguida ao ceu a cupula grandiosa, banhado todo elle na luz quente do sol da renascença, cheio com os echos grandiosos das descobertas maritimas, do invento maravilhoso de Guttenberg, da reviviscencia classica, da reforma e contra-reforma religiosa.

Não lh'o consentiria manifestal-o a reserva natural, mas, no intimo da consciencia, uma voz, por certo, segredou a Oliveira Martins, que não lhe escasseava o direito para completar, ácerca do conjuncto da sua obra, a citação horaciana, escrevendo como o primeiro lyrico de Roma:

Exegi monumentum aere perennius

o qual durará pelo menos por todo o tempo em que pulse ainda um coração portuguez, e se conserve a memoria de um dos momentos mais fulgentes e suggestivos da grandeza moral da nossa nacionalidade.

*
* *

Se, até para a Introducção naturalmente curta e resumida, estavam lançados os lineamentos ou traços geraes, e esses, embora embryonarios, não deixam de offerecer interesse, quando se diligenceia construir sobre fragmentos o que poderia ser a obra de Oliveira Martins, muito maior attenção merece o exame dos apontamentos egualmente fragmentarios, em que o plano geral da obra pouco a pouco se vae accentuando, e o juizo do historiador ácerca do caracter de D. João II e dos factos capitaes do seu reinado, gradualmente amadurecido, adquire, por fim, corpo e consistencia no animo do escriptor.

O processo evolutivo operado no seu espirito, bem como o methodo adoptado para o estudo prévio e redacção final de uma das suas obras históricas, tudo assim fica patenteado e constitue, por certo, lição proveitosa para futuros escriptores.

O primeiro momento, a base essencial de todo o trabalho, consistia em ir fixando cautelosamente a bibliographia completa de quanto poderia respeitar ao assumpto, investigando a par d'isso as outras fontes e origens de esclarecimento ácerca d'elle. Seguia-se o trabalho da leitura, assimilação e estudo de todos esses documentos, marcando n'elles tudo quanto poderia considerar-se aproveitavel, para mais tarde se extractar ou copiar. Reunido todo este material, que para o livro do *D. João II*, por exemplo, representa para cima de mil documentos extractados ou copiados em folhas volantes, começava logo a elaboração mental do plano do livro. Consistia esta na determinação dos seus momentos essenciaes, do aspecto ou *facies* geral dos acontecimentos a relatar, dos elementos do drama que deveria assegurar unidade á inteira obra e, finalmente, *last but not least*, da fórma a adoptar, a mais pittoresca, a mais propria para ferir e captar a attenção, excitar o interesse e produzir, na alma de quem tinha de lêr, o effeito procurado. O que restava depois? Assentar na divisão em capitulos, fixar os summarios d'estes e agrupar por sua ordem, numerando-os, os documentos colligidos. Sobre estes, e por fim, redigir o livro.

A obra d'arte ficava então completa, e obras d'arte são-o com effeito os escriptos de Oliveira Martins, ainda os que menos careciam de revestir esse caracter, e em que o elemento didactico pareceria dever ser o unico a predominar, para prova do que citaremos apenas os *Elementos de Anthropologia*.

Exemplificando, e referindo-nos agora de novo aos apontamentos e indicações, dispersos pelos papeis relativos ao *D. João II*, veremos pelo exame d'estes, o plano definitivo accentuar-se successivamente, até se fixar no summario de todos os capitulos da obra, tal qual adeante o transcrevemos na integra.

D. João II viera a ponto, assim se infere de um d'esses

apontamentos. (1) A sua indole, os seus principios de governo eram o que as condições do momento historico, que a nacionalidade portugueza atravessava, estavam reclamando. Visto a essa luz, o seu governo podia considerar-se providencial, e D. João II era, em toda a extensão do conceito, «the right man in the right place». Dois pensamentos politicos supremos, ambos do mais largo alcance, assignalaram a sua acção. Fôra o primeiro a união iberica sob o sceptro de Portugal. Constituira o segundo a descoberta da India, e o estabelecimento do imperio oriental. O primeiro falhou, o segundo segurou-nos a apotheose historica.

Pela realisação da união iberica lidára debalde Afonso V, abandonando, para tanto conseguir, as emprezas africanas, épicas nas proporções, e laureadas pelo exito. O desastre de Tóro, e a impossibilidade de proseguir na lucta sem a alliança da França, que não chegou a lograr-se, determinára um forçado addiamento de plano tão vasto nas proporções.

Mas o addiamento não deve, em regra importar abandono.

Era mister, e como primeiro passo no que respeitava á reconstituição do reino, exhaurido pelas guerras e prodigalidades do pae, liquidar temporariamente a questão externa, celebrando sem demora pazes com Castella. Para a lucta, que teria de vir mais tarde, tornava-se indispensavel alcançar tambem a segurança no interior, carecia-se de fortalecer a auctoridade real, concentrando-a, e pondo termo, com o apoio de elemento popular, á preponderancia intoleravel de uma nobreza turbulenta, abarrotada de privilegios, exercendo actos de jurisdicção com todo o caracter de soberania, paralysando

(1) The right man in the right place — O plano: 1.º *União iberica:* — talha! — 2.º *Descoberta da India.* Pleiade de gente — Guerras de Africa. Naveg. da Guiné — Esch. de Mathematica — Behaim, etc. — Trat. de Tordesilhas — morre!

Esboço do plano addiado em Tóro. Convenção com Castella.

Para o executar olha e vê-se inerte. O rei nada. Lucta com a nobreza. Poder assente sobre cadaveres.

A policia.

por isso, senão annullando mesmo, a auctoridade real. A tal extremo conduzira o paiz a liberalidade irreflectida de Affonso V. O rei chegára a ser pouco menos de nada, carecia ser tudo. Cumpria-lhe pois luctar com a nobreza e vencel-a. Fizesse-o. Abrisse caminho por cima de cadaveres. Cimentasse com o sangue das victimas, quando tanto fosse necessario, os alicerces amplos e seguros do throno, vacillante e ephémero até então.

Cadaveres não faltaram em verdade! Os dos duques de Vizeu e de Bragança e o do bispo de Evora attestam por essa parte o exito dos planos de D. João II. Curvada até ao chão a cerviz da nobreza, dissolvidas as terçarias, pacificado o reino, o poder do monarcha subia ao fastigio da sua grandeza. Aureolava-o o amôr do povo, e n'essas condições já era possivel conceber, mais uma vez, o pensamento de segurar o triumpho para a idéa da unificação peninsular.

O momento, para isso propicio, manifestou-se pouco depois. Quiz a estrella de D. João II, tão brilhante quanto enganadora, por fim, n'esta phase primeira dos seus planos politicos, abeiral-o de uma quasi completa realisação, para d'ahi o precipitar brusca e inesperadamente, por effeito da mais commovente, da mais tragica das catastrophes. Verdadeiro e empolgante drama esse em que se jogou o destino futuro das duas nações peninsulares, triumphando a final a solução historica da sua reciproca independencia! Treze annos durou a acção do mesmo drama. De 1476, data da batalha de Tóro, até 1489, anno do casamento e morte do mallogrado principe D. Affonso com D. Isabel de Castella.

Durante esse periodo, os Reis Catholicos, por um lado, D. João II, por outro, observavam-se e temiam-se reciprocamente. (1) Utilisava este ultimo, como instrumento para a sua

(1) CHAVE DA INTRIGA. — O Catholico e D. João II temiam-se reciprocamente. Respeitavam-se. Podiam pois entender-se. Entretanto competiam.

INSTRUMENTOS. — D. João II: *A excellente senhora* — Catholico: *O Duque de Bragança,* titere para fomentar a desordem interna — Mortos Bragança e Vizeu, o Catholico, sem descendencia, vê que se podiam entender.

politica, e arma propria para conter Castella, as pretensões ao throno, personificadas na «Excellente Senhora», victima, como tantas outras, do nascimento real, e immolada ás necessidades e conveniencias de uma politica sem piedade. Aproveitavam Fernando e Isabel, por seu lado, as ambições irrequietas, o limitado alcance politico do duque de Bragança, fomentando no animo d'este, antigas e herdadas rivalidades e aggravos, que, até nos proprios campos de Tóro, haviam explodido. Por essa forma conseguiam inquietar o reino de Portugal, minando e enfraquecendo o throno real. Muito longe, pois, de se entenderem ácerca de uma solução futura, os soberanos dos dois reinos limitrophes competiam por esse tempo.

Mas, em Portugal, a vontade ferrea de D. João II fizera perecer, após julgamento summario, ou ás proprias mãos do monarcha, os dois representantes maximos da nobreza do reino, e, por outro lado, a Providencia fôra escassa de descendencia varonil para os Reis Catholicos. O pensamento da união iberica resurgia pois novamente, e na sua miragem se absorviam por egual os soberanos de Portugal e Castella. D'ahi o casamento de D. Affonso, herdeiro do throno de Portugal, com D. Izabel, filha mais velha dos reis catholicos, e successora possivel da corôa, pois d'esta a separava, unicamente, a vida fragil de um irmão, vida que parecia dever extinguir-se antes de chegar ao termo a de seus paes.

As magnificencias das festas memoraveis de Evora, marcam o apogeu d'esta politica primaria de D. João II, para a qual pareceu, por momentos, seguro o exito, e absoluto o triumpho. O echo, porém, de esperanças tamanhas, de planos e ambições tão vastas, vinha pouco depois sumir-se para sempre nos areaes do Tejo, em Santarem, e ali, no humilde leito da ainda mais humilde e desamparada choupana de um pobre pescador, se extinguia, a pequena distancia do tempo

---

Pensamento commum: união iberica. Ambição de D. João II desde Tóro (o imperialismo importa a unidade geogr.) – Casamento 1489. O drama dura 13 annos – 1476 (Tóro) 1489 (casamento).

das bodas reaes e ainda no anno de 1489, o mallogrado herdeiro de D. João II.

Assim, o alvo ambicionado, o imperialismo iberico sob sceptro portuguez, desvanecia-se, fundindo-se no ar, como tenue vapor, desapparecendo da historia como um sonho fugaz.

O pleito dynastico, originado na côrte de Henrique IV, e por successão d'este, decidia-se de vez em favor dos Reis Catholicos. A união amigavel, pelo enlace das duas dynastias rivaes, ferira-a a morte inesperadamente e com mão implacavel.

O que restava pois, querendo salvar para a nação um ideal inspirador? Voltar-se Portugal mais uma vez para o Oceano. Realisar os planos do Infante Navegador. Proseguir por outra fórma no pensamento primario de Affonso V, substituindo ás guerras de Marrocos as descobertas e viagens em busca do Oriente, realisando a conquista da Costa da Mina, da Guiné e do Congo, descobrindo Angola, dobrando o Cabo Tormentoso, voltando em Boa Esperança, organisando finalmente as expedições por terra á India, e a expedição maritima de Vasco da Gama, primordio feliz da conquista do Oriente.

Para collaborar n'esta obra gigante ergueu-se então a mais brilhante pleiade de heroes que jámais engrandeceu os fastos de um povo. As guerras de Africa, a navegação ao longo da Guiné assignalam de um modo immorredouro os nomes de muitos. As invenções engenhosas, o progresso das mathematicas, a renovação dos processos de navegação, tudo encontra solido alicerce na escola dos mathematicos, onde, ao lado de nacionaes illustres, trabalhavam estrangeiros, como Martim Behaim. A partilha do mundo entre Hespanha e Portugal tornava-se possivel e encontrava a sua formula no tratado de Tordesilhas. Assim, se ao primeiro plano politico de D. João II apenas coubera em sorte o mais tragico desenlace á concepção, ideal na sua grandeza, do segundo, reservara a Providencia um exito completo e glorioso.

Mas, ainda aqui, não foi dado a D. João II mais do que entrever essa final glorificação da sua obra. Ao inimigo hereditario, ao irmão do duque de Vizeu, assassinado em Setubal

ás mãos do proprio rei, é que, por estranho destino, coube afinal disfructar o triumpho assim preparado pelo seu predecessor!

Esse seria o soberano, que, aos titulos de rei de Portugal e dos Algarves, de áquem e além-mar em Africa e senhor da Guiné, juntaria o senhorio sem precedentes «da Conquista, Commercio e Navegação da Etiopia, Arabia, Persia e India.» O veneno, traiçoeiramente preparado e cuja existencia e acção, reconhecidos por D. João II, este pretendeu occultar, foi a causa dolorosa da sua perda, pondo-lhe termo antecipado aos dias da existencia. Em Arzilla e Tóro raiára a sua deslumbrante mocidade; Evora e Setubal presencearam mais tarde até aonde podia chegar a sua força viril; por Monchique e Alvôr se arrastaram tristemente os ultimos e crueis desenganos, que a Providencia lhe reservava. A essas seis localidades ficará para sempre ligada a recordação dos momentos culminantes da sua vida.

Completara esta, pois, o cyclo inteiro da grande maioria das ambições humanas, ainda as mais bafejadas pela fortuna. (1) Fôra *crescendo* com as pazes celebradas entre Hespanha e Portugal, com a convocação e trabalhos das côrtes de Evora, com a conquista da Mina e do Congo, com o triumpho sobre a nobreza, assignalado pelas mortes do bispo de Evora e dos dois duques de Vizeu e de Bragança, mortes de que mais tarde D. João II impetrava perdão, em supplica humilde dirigida ao papa Alexandre VI. (2) E' este o periodo a que Oliveira Martins põe como epigraphe: *Ambição humana.*

Com o titulo de *Optimismo* agrupa o casamento do filho D. Affonso, a realisação quasi effectiva da unidade peninsu-

(1) *Crescendo:* (ambição humana) — Paz com a Hespanha — Côrtes — Mina — Duques mortos — *Culminação:* (optimismo) — Casamento filho Imperio universal: India. — *Decrescendo:* (castigo transcendente) — Morte do infante — Colombo (India) — O inimigo herdeiro — O veneno nas veias.

(2) Supplica de D. João II ao Papa, pedindo perdão das mortes do bispo de Evora e dos duques de Bragança e Vizeu — Arch. Bragança. (Papa Alex. VI.) *Hist. Geneal.* III, 771-5 n. 87.

lar, e mais tarde a do Imperio Universal, preparada, como a deixou, a descoberta da India.

«*Decrescendo. Castigo transcendente*»: tal é, finalmente a epigraphe significativa sob que Oliveira Martins agrupa a morte do principe; a rejeição dos serviços de Colombo, rejeição que devia dar um mundo á Hespanha; a necessidade fatal de reconhecer como herdeiro o proprio inimigo; e por fim esse veneno cruel, girando-lhe nas veias, consumindo-lhe a vida prematuramente, aos 43 annos, e tolhendo-lhe o ver realisada a expedição, que organisava, de Vasco da Gama, e com ella a descoberta tão ambicionada de um caminho novo para a India!

Para apreciar o caracter do Principe Perfeito, tres momentos seriam attendidos por Oliveira Martins. (1) O mancebo avalial-o-ia, como já acima dissemos, em Tóro, onde elle ficara vencedor nos campos em que o Pae fôra, por seu lado, derrotado.

Para descrever o homem fornecer-lhe-iam os traços o julgamento de Evora e a execução do duque de Bragança. Na morte, finalmente, que constituiu o terceiro e ultimo momento veria o christão, desenganado ácerca da inanidade das ambições humanas, penitente e contricto ante a grandeza d'essa acção divina, que desfaz e reduz a pó a obra dos homens, e encaminha para soluções inesperadas, as combinações mais amadurecidas e os planos mais cautelosamente urdidos.

Onde e como assumiu a realidade historica interesse dramatico mais intenso? A grandeza dos fins propostos, a estatura dos personagens intervenientes no drama, a vastidão do theatro em que a acção se desenvolve, os contrastes frisantes entre o exito apparente dos designios humanos, e a intervenção tragica de um destino, que recorda os terrores inesperados e crueis da fatalidade antiga das tragedias de Eschylo ou

(1) CARACTER DE D. JOÃO II. — 1.º mom. O rapaz — Tóro.
2.º mom. O homem. Setubal - execução do duque de Vizeu.
3.º mom. O christão - morte.

Sophocles, tudo se junta para assegurar a historia de D. João II um interesse pungente.

Ainda para os que mais alto põem o engenho de Oliveira Martins, e mais lhe tenham estudado os escriptos, será difficil, por certo, avaliar até onde o fariam remontar o talento, e a consubstanciação da sua alma com a obra tão querida, ao escrever e ultimar o seu D. João II. Nem sequer faltaria a este a nota da paixão mais ardente, para aquecer e illuminar muitas das suas paginas, reflectindo na obra inteira clarões de poesia e de sentimento.

E que seria esse um dos elementos essenciaes do seu plano, prova-o com evidencia o cuidado com que Oliveira Martins annotou, em apontamento especial, as datas capitaes das relações de D. João II com Anna de Mendonça. (1) Com esse episodio capital da vida affectiva, intima, do coração do Principe Perfeito, exemplificaria mais uma vez, como é que, humanisando-os, os vultos da historia se engrandecem de facto, e até que ponto conseguem assim reviver no affecto das gerações as mais afastadas. Logo nos começos da narração se assignalaria a primeira entrevista entre os dois amantes. E' em Tóro, no decorrer do mez de março de 1476, que o Principe vê, pela vez primeira, Anna de Mendonça, no sequito da Infanta D. Joanna, e como aia, que era, d'esta Princeza. Em junho (?) daquelle anno torna a encontrar-se, no Porto, com essa mesma aia, formosissima e de tão nobre estirpe. Fixada D. Joanna na côrte, em Portugal, accentuam-se então os amores do Principe. Em 1481, dois annos depois de celebradas as pazes com Castella, nasce o bastardo D. Jorge, a tempo de receber do avô moribundo, D. Affonso V, a benção, primeira e ultima, que este lhe lança, em Cintra, do leito da

(1) D. João II vê pela 1.ª vez em Tóro (principio do livro) Anna de Mendonça, aia de D. Joanna, (1476) março. — Em junho (?) vem D. Affonso V com D. Joanna para o Porto; ahi D. João vê de novo Anna de Mendonça. — D. Joanna fica em Portugal na côrte. Amores do principe. — 1479: Set. Paz. Decide-se a profissão de D. Joanna. — 1481: Nascimento do bastardo Jorge.

morte, confundindo nas mesmas provas de amor o neto legitimo, D. Affonso, e o bastardo D. Jorge.

Morto o primeiro, quantas esperanças accumuladas então sobre a cabeça do filho de D. Anna! Esperanças sacrificadas heroicamente á fria rasão de Estado, que fixara a successão da corôa no Duque de Vizeu, o irmão do executado de Setubal, e da rainha D. Leonor, a esposa tão cruel e gravemente offendida! Com que intensidade de colorido reviveria, por certo, todo este episodio, para o qual, ainda pouco tempo antes de fallecer, Oliveira Martins procurava elementos nos cartorios do convento de Santos, asylo onde por fim se acolhera a mulher amada por D. João II! N'ella pensou o rei até o instante derradeiro da sua existencia, surprehendendo-o a morte no momento preciso em que acabára de assignar o diploma pelo qual concedia uma pensão a D. Anna de Mendonça, prova derradeira de affecto e do cuidado extremo que lhe inspiravam mãe e filho, por tal maneira estremecidos!

A successiva evolução do plano do «Principe Perfeito» resalta do confronto entre os seguintes apontamentos, que por isso teem um interesse para o estudo, e aqui inserimos em complemento dos que atraz deixamos exarados.

PORTUGAL-CASTELLA — A guerra: Affonso V. — 1474-79 — 5 annos.
A intriga surda: João II. — 1479-90 — 11 annos.
Pazes — o casamento: — 1490 95 — 5 annos.

Tóro — Salamanca — Valladolid — Zamora — Evora — Setubal — Monchique — Alvor.

Tóro — Negoc. com Castella. — Casamento do principe: união iber. — Os Judeus. — Descoberta d'Africa e exped. Vasco da Gama. — O filho D. Jorge. — Duques de Bragança e Vizeu. — A doença. — Monchique, Alvor.

Tóro: a batalha. — Historia da guerra e do pleito dynastico, com a côrte de Henrique IV. D. Joanna. — A viagem do rei em França. — Regresso e fim. — Politica de D. João II: côrtes de Evora. — 1.º paz armada com Castella.

— Terçarias; — 2.º Situação dubia. Resistencias internas; — 3.º Liquidar a situação com Castella: primeira urgencia; — 4.º Dissol. das Terçarias. — A guerra dos duques. — Apaziguado interior. — União iberica. — A fatalidade. — Morte do principe: volta ao mar. — Expedições: 1.º guerras de Marrocos, Affonso V. — 2.º Exped. Angola — Vasco da Gama.

Tóro. — A paz com a Hespanha: liquid. extern. — O duque de Bragança: questão interna liquidada. — O casamento: ambição: planos. — Os judeus de Hespanha. — Tordesilhas. — Morte do filho. — O envenenamento. Sabe-o. Esconde-o.

Em Tóro — *accrocs* com o Bragança. — Antecedentes da guerra: Affonso o Africano. — A paz: as Terçarias. — Ambição de Isabel para Affonso. — A Excellente Senhora, instrumento contra Castella: o pensamento da união. Bragança por Castella. — O golpe. Liquidação das terçarias. — Duques de Bragança e Vizeu. — A realisação do sonho: o casamento, as festas. O veneno. A morte do infante. — Novo plano: a India. — Congo e Mina. — Exped. terrestres á India. — Armada de Vasco da Gama. — A concepção ideal do artista. — O veneno: Monchique, Alvor.

GOA UNIVERSITY LIBRARY
TALEIGAO GOA
Donation ACC No. 098
Name of Donour L.B.
Afonso.

III

Noticia acerca dos capitulos II e III. Affonso V. Expedição a Marrocos. O Rei em França. Regresso ao Reino. Morte. O reinado novo. Caracter de D. João II. Predominio da politica. Descobertas maritimas. Começam a accentuar-se os traços geraes caracteristicos do reinado.

A referencia á estada de Oliveira Martins em Branc'Annes deu-nos ensejo para indicar, em traços muito geraes, o conteudo do capitulo primeiro da historia do Principe Perfeito. A publicação, por inteiro, d'esse precioso trecho litterario dispensava n'esse momento, e dispensa agora, referencia mais extensa e minuciosa á materia que o compõe. Não succede, porém, o mesmo pelo que respeita ao que viriam a ser os onze capitulos seguintes. Para se poder formar uma noção menos incompleta da obra toda, torna-se mistér desenvolver a indicação dos assumptos que os constituiriam, e referir a ordem porque estes ali seriam expostos.

E' o que intentamos fazer, occupando-nos seguidamente do capitulo segundo.

Deveria proseguir e ultimar-se n'elle a historia de D. Affonso V. O episodio castelhano da vida d'este monarcha ficára narrado no capitulo 1.º. Da sua menoridade tratára-se com largueza nos *Filhos de D. João II*. Sómente restava pois, para rematar o quadro, narrar a viagem a França, os

ultimos e tristes annos do reinado e a morte do infeliz monarcha nos paços de Cintra, onde o colhera a peste, da qual em vão tentára fugir abandonando Lisboa precipitadamente. Os elementos congregados por Oliveira Martins para este capitulo 2.º fazem crêr que elle iria de par em pittoresco, se os não excedesse, com qualquer dos seus trabalhos anteriores do mesmo genero.

Seriam a nobre epopeia africana, e o clarão das victorias de Marrocos, o que lhe engrandeceria, illuminando-as, as primeiras paginas. Os revezes da fortuna, as amargas humilhações, o abatimento do regio animo de Affonso V, descriptos no capitulo 1.º, evocavam, com effeito, por contraste natural e espontaneo, a lembrança de um passado de tamanhas glorias. Por isso tambem, e com o intuito de projectar luz mais forte sobre opposição tão dramatica, é que o capitulo se iniciaria descrevendo o regresso triumphal de D. Affonso V da mais brilhante de todas essas expedições, aquella que déra em resultado tomarmos Arzilla, e render-se-nos Tanger.

A' frente de 338 velas, reunidos sob as suas ordens para cima de 24.000 homens, o rei portuguez por duas vezes assaltára, com effeito, a primeira d'aquellas praças, que cedera a essa dupla investida. Tanger abrira logo depois e espontaneamente as suas portas, havendo os mouros evacuado a cidade ao aproximar-se a onda invasora das hostes de Portugal. Fôra em Arzilla, depois de assaltada e tomada a grande mesquita, que D. Affonso V armára cavalleiro o Principe D. João. Fôra ali, em frente do cadaver ensanguentado e ainda quente do Conde de Marialva, patentes os fundos golpes rasgados pelos alfanges dos mouros nas carnes de D. João Coutinho, que o rei exclamára, apontando para tão heroicos restos: «Filho, prasa a Deus que haja por seu serviço serdes vós tão bom cavalleiro como o foi este, cujo corpo ahi vêdes jazer morto com muitas feridas, que por serviço de Deus e meu hoje recebeu»: e beijando-o logo após na face, o levantára. (1)

(1) Damião de Goes.

Comprehendem-se por tudo isso bem os sentimentos com que a Infanta D. Joanna, a Princeza Santa, a quem o pai confiara o reino antes de embarcar para Africa, sahiria dos seus paços em Lisboa ao encontro dos heroes. Revestira-se ella de custosas galas, adornara-se com as pedrarias mais finas como cumpria em momentos de tamanho fausto, mas, sempre firme na piedade, «mandára fazer para a occasião um habito de velludo verde rico» assim o narra o chronista, Nicolau Dias,

> ... porque vestida de firme esperança que em Deos tinha, confiava que aquella vez se cumpririam seus desejos. Vestiu-se muito ricamente e com muita pedraria, de junto da carne levava o aspero cilicio, e camisa de lãa, e acompanhada de todas suas donzellas, de todos os mais officiaes de pessoas de sua casa, como convinha a seu real estado, encomendando-se primeiro muito a nosso Senhor, sahio com sua tia a senhora dona Felipa irmã da Rainha sua may, a receber el Rey seu pay, e ao Principe seu irmão, e toda sua côrte, os quaes vinham com tanta festa de alegria quãnta merecia a victoria que nosso Senhor teve por bem de lhes dar.

Chegára a apotheose, o momento capital da vida, o remate solemne dos triumphos de D. Affonso V, o Africano. E para explicar a primeira, cabia bem fazer então a narrativa d'estes. Oliveira Martins era assim naturalmente impellido a historiar a expedição de Alcacer-Ceguer em 1458, na qual ainda tomára parte o Infante Navegador, e com o Rei e seu tio, D. Fernando Duque de Vizeu e de Beja, o Marquez de Valença e tantos outros representantes da maior e melhor fidalguia do reino, capitaneando para cima de 26:000 homens embarcados em 280 náus, galés e outros navios. (1) E como sequencia a essa narrativa, viria egualmente a da primeira expedição mallograda a Tanger, e a da grande e final empreza de Arzilla, coroada de exito tão completo, e assignalada pelo triumpho mais cabal.

Após essa narração tão animada pela riqueza de episodios heroicos e reveladores da exhuberante seiva nacional, é que seria descripta a peregrinação a França do Rei vencido

(1) Damião de Goes e Ruy de Pina.

nos campos de Tóro. A viagem fizera-se pelo Mediterraneo com receio das armadas de Castella, que facilmente poderiam atacar, proximo ás costas da Galliza ou no golpho de Biscaya, a frota que transportara o Rei. Do sul da França seguira o soberano até á cidade de Tours onde Luiz XI o viera visitar á sua pousada «sem nunca ter querido que El-Rei D. Affonso o procurasse na d'elle, e lhe fisera grandes offerecimentos, que todos arrebentaram em falsidades e enganos.» (1)

Foi em novembro de 1476 que se realisou a conferencia entre ambos os soberanos, nos termos seguintes, extractados da chronica de Ruy de Pina:

> Avysado El-Rey D. Afonso, do dia em que El-Rey de França o queria vir ver, vistiosse em vistiduras onestas e Reaes, com proposito de a pée sair, e o tomar na rua, ou ao menos nas escadas dos paços; mas El-Rey de França de reavisado pelo nisso impedir mandou a El-Rey diante dous seus parentes grandes senhores e muy gentis homens, os quaes em El-Rey aballando para sair, cortesmente o detiveram, dizendo que repousasse. Porém, como elles entenderam que El-Rey de França era entrado na salla deram logar que El-Rey D. Afonso saisse, e ambos os Reys, se ajuntaram no meo da salla e com os barretes nas mãos se abraçaram ynclinados os giolhos muy baxos. E tendo El-Rey de França asy abraçado El-Rey, com os olhos no Céu disse: que dava muitas graças a Nossa Senhora e a Monseor S. Martym, porque a hum tão prove homem como elle era, fizeram tanta mercêe. Que a seu Reyno e casa o viesse vêr e visytar hum tamanho Rey, que elle sempre desejara tanto de vêr, e ter por irmaão e amigo, e que porém elle nem cresse que era vindo em Reyno estranho, mas no proprio seu; porque assy se faria n'elle todo o seu prazer e serviço, como nos de Portugal. E com isto acabado se recolheram aa Camara aa entrada da qual, sobre quem se cobreria e entraria primeiro ouve entre ambos grandes e louvados debates. E em fiym El-Rey D. Afonso se deu por vencido, dizendo que havia por milhor ser-lhe bem mandado, que cortes.

Pouco depois abriam-se as conferencias entre os dois soberanos e no dizer, que reproduzimos do mesmo chronista:

> ... despois de El-Rey de França preguntar a El-Rey por sua desposyçam, e tocar em muitas cousas de prazer, em conclusam disse, que

(1) D. de Goes.

> por quanto as cousas da guerra, sobre que era seu principal motivo requeriam muita pressa e nom padeciam dillaçam, que logo ambos com o Conde de Penamacor seu Camareiro Moor se apartassem, como apartaram todos tres. E entre as cousas sustanciaes em que fallaram e em que tomaram concrusam, foi ser necessario El-Rey D. Afonso ir em pessoa ao Duque de Brogonha, pedir-lhe gente e ajuda contra Castella, e que em caso que pelas deferenças em que então andava com o Duque de Loreina lha nom pudesse dar, ao menos tomaria d'elle, Duque de Brogonha, tal segurança para El-Rey de França, sem receo de sua guerra mais livre e poderosamente o poder ajudar. E para o fazerem todos em sua ajuda com menos cargo, a todos compria justo titulo, que era despensaçam Apostolyca para El-Rey Dom Afonso poder casar com a Rainha D. Joana sua sobrinha, pois dos Reynos que a ella pertenciam, como seu Marido se intitullara. E logo que ally se apartassem quatro pessoas de cada parte para em breve consultarem e praticarem sobre a jente, dinheiro e cousas que por sua empresa compriam e porem tudo em boa ordem. E disse mais que, por quanto avia por certo que os Castelhanos ás vezes folgavam vender fortallezas que elle sempre ouvera por melhor e mais barato comprallas por dinheiro, que por guerra e que o dinheiro e sua pessoa com toda a jente do seu Reyno ele lha offereceia pera isso e pera todo o mais que á sua honra e Estado comprisse. E depois de El-Rey D. Afonso, lho remercear tanto quanto tamanha esperança pera suas necessydades requeria, se sairam já de noite, e do meo da salla onde se primeiro viram, já com tochas se despediu d'elle El-Rey de França. O qual enviou dizer despois a El-Rey D. Afonso, que pera elle convidar alguma gintil dama, como era usança e cortesya de seu Reyno, lhe pedia que quizesse d'elle tomar em tanto cyncoenta mil escudos d'ouro. Mas El-Rey D. Afonso, com palavras pubricas de syngullar agradecimento e com respeitos secretos que a seu Estado Real compriam, se enviou por entam escusar. Aqui fez El-Rey de França Conde d'Avranches D. Alvaro Fernando d'Almadaã, Fylho dô outro Alvaro Vaz d'Almadaã, que morreu na batalha com o Infante D. Pedro, como atraz fica.

Illudido por tão refalsadas exterioridades, o rei portuguez proseguira na sua viagem, dirigindo-se para a côrte de Borgonha.

A visita a Nancy faria então surgir o vulto de Carlos o Temerario, neto, como Affonso V, de El-Rei D. João I. A lealdade cavalleirosa d'aquelle Principe puzéra desde logo a nú as manhas e ardís de Luiz XI, que n'aquelle proprio momento tinha a caminho em auxilio dos suissos ligados com o duque de Lorena, um exercito numeroso, desmentindo assim

com os factos as palavras de paz e civilisação, que encarregára o *bonissimo* Rei portuguez de transmittir a seu primo co-irmão. Seguras arrhas, em verdade, para a alliança que d'elle se sollicitava!

A opposição entre os caracteres tão diversos de Luiz XI, do duque de Borgonha e do rei de Portugal, assim collocados em frente uns de outros, e quando se approximava o triumpho da astuta politica do primeiro; a perda da vida no campo da lucta em Nancy e o irreparavel desastre da causa do segundo; e finalmente a desillusão cruel de D. Affonso, e a sua fuga a occultas para a Terra Santa, teriam, por certo, fornecido á penna de Oliveira Martins elementos para algumas paginas formosissimas. Não seriam estranhos á sua composição, além dos velhos chronistas, os escriptos de Michelet o historiador moderno, que maiores afinidades tinha com Oliveira Martins, e a cujos processos artisticos mais vezes o historiador portuguez se amoldou, quer na concepção dos planos, quer nas qualidades do estylo.

De Luiz XI disséra o grande escriptor que elle possuira «de la vivacité et de l'esprit à faire trembler, point de cœur, ni amitié, ni parenté, ni humanité, nul frein. Il ne tenait à son temps, que par le bigottisme, qui, loin de le gêner, lui venait toujours à point, pour tuer ses scrupules.» Caracterisando o seu adversario, Carlos de Borgonha, descrevera tambem Michelet este ultimo, mostrando-o: «Fort de bras, fort d'échine, de bonnes fortes jambes, de longues mains; un rude juteur à jetter tout homme par terre, le teint et le poil bruns, la chevelure épaisse, houssue... Lisant insatiablement dans sa jeunesse les vieilles histoires des preux (como Nun'Alvares). Devôt, specialement de la Vierge Marie. On remarquait qu'il avait les yeux angéliquement clairs. Esprit très cultivé mais avec ça peu de malice et de sens.»

Era com estes dois Principes que tinha de tratar o nosso D. Afonso V, «esse» na phrase de Filippe de Commines «pobre Rei de Portugal, bonissimo homem e Principe justo.» Na excellencia do seu animo chegára a imaginar possivel, e até facil, a empreza de conciliar os dois adversarios, isto quando

se encontrava imminente o desenlace da lucta entre ambos, da qual pendiam os destinos e a sorte futura da França! Tudo seria esquecido e postergado, assim o suppunha, com o fim quasi unico de favorecer os planos e lisonjear as ambições d'elle, Affonso V, ao throno de Castella! Tão longe chegavam a confiança simples, as illusões candidas do rei portuguez ácerca do seu régio Irmão de França, do qual Ruy de Pina escreve: «haver El-Rei D. Affonso V entrado com um homem em quem nem havia virtude nem verdade» e que, apoz a morte do duque de Borgonha, livre e despreoccupado dos receios que este lhe inspirava «sem medo nem vergonha do que tinha promettido, desamparou o negocio de Castella, e entendeu do seu proprio, que foi haver e cobrar muitas terras da alta Borgonha e Picardia, que o duque havia tomado, e por seu fallecimento ficaram sem resistencia.»

A morte do primo déra, porém, o ultimo golpe nas esperanças de Affonso V, para quem a duplicidade de Luiz XI já não podia ser objecto de duvidas. D'ahi a sua fuga projectada, e as cartas que dirigiu ao Soberano Francez, e ao filho, que deixára Regente em Portugal.

A' narração d'esses successos seguir-se-ia a da acclamação de D. João II em Santarem, como Rei; e o regresso subito de Affonso V, e seu desembarque em Cascaes; os attrictos nos conselhos de D. João e voto n'elles do duque de Bragança, que dissera ao Principe hesitante sobre a fórma de acolher D. Affonso: «Como, Senhor, o recebereis, senão como a vosso Rei, como a vosso Senhor, e como a vosso pae?» O tratado de pazes com a Hespanha, negociado por intervenção da Infanta D. Beatriz, que para esse fim fôra encontrar-se com os Reis Catholicos; a profissão da Excellente Senhora, duramente tratada em virtude de uma suprema razão politica por D. João II. As tribulações de Affonso V e a sua morte em Cintra da peste de que viera fugindo e então grassava em Lisboa, completariam este segundo capitulo tão rico em episodios e contrastes, tão dramatico e commovente no seu contexto e desenvolvimento.

Já de ha muito, e bem antes da morte de Affonso V, vi-

nha o governo sendo de facto exercido pelo Principe, *só e principal ministro de seu pae,* como o diz Ruy de Pina, accrescentando ácerca das cousas do mesmo governo:

> ...porque El-Rey Dom Afonso su padre de muyto anojado e envergonhado delas, de todas se escusou, e as leixou ynteiramente aa disposiçam e ordenança do Filho, a cuja vontade El-Rey naquelle tempo mostrou ser muyto inclinado e sobgeito. Mas se o Pryncepe no comprymento destas cousas excedeo ho modo contra a Senhora Dona Joana, por ventura mais do que por razam, piedade, e temperança se lhe devia, e ysto pella gloria e contentamento que tinha do casamento do Ifante seu Fylho se nom desfazer, que nom era sem alguma esperança da sobcessam de Castella...

N'este fragmento bem claramente se revela o primeiro plano de D. João II, a unificação da Peninsula sob o sceptro de Portugal, plano que tinha de falhar, mas que tão perto esteve da sua realisação; bem como no trecho que em seguida trancrevemos do mesmo chronista transparece já o germen da lucta que viria a culminar nas tragedias de Evora e Setubal, pondo termo ao conflicto levantado entre D. João II e a nobreza:

> E depois da profissam da Excellente Senhora, porque El-Rey Dom Affonso em Coymbra foy em ponto de morte como dysse, nunca mais foy allegre, e sempre andou retraydo, maginativo e pensoso, mais como homem que avorrecia as cousas do mundo, que como Rey que as estimava. Pollo qual no seguynte veram elle foy a Beja ver o Princepe seu fylho, e a Princeza Dona Leanor sua molher, e ally tiveram o Pay e o Fylho antre sy praticas secretas, em que El-Rey detriminou querer no fym deste ano, se vivera, fazer cortes geraaes em Extremoz; porque em Lisboa e Evora morriam; e leixar a inteira governança dos Reinos ao Princepe seu Fylho, e ele em abitos honestos de Leigo, e nam com obrigaçam de Relligiam, se retraer no Moesteiro de Varatojo junto com Torres Vedras, que elle de novo fundou para ally servir a Deos, e em sua vida temperar e remedear os odios e discuçõoes, que já entendia, que por sua morte antre o Pryncepe seu Fylho, e os da casa de Bragança se nam podiam escusar.

Essa morte vinha a tempo. Das glorias triumphaes com que Lisboa celebrára o regresso de Arzilla até ao leito do moribundo, que nos Paços de Cintra succumbia á pestilenta enfermidade que dizimava a capital, o cyclo das desillusões completára-se. D. Affonso V fôra, entre tantos, um exemplo mais de quanto são perfidos os sorrisos da fortuna. No momento supremo, cercaram-o o filho e os netos, e foi então que o Africano, na phrase do chronista Nicolau Dias,

> ...deitou a benção ao Princepe dom João seu filho, que reinou depois d'elle, & a dous Netos filhos do dito Princepe, hum legitimo filho da Princesa Dona Lianor sua molher, & outro Bastardo que naceo estando elle já doente & muito mal, & quando lhe levarã as novas de seu nacimento não poude mais por sua grande fraqueza, que levantar a mão direita & deitar-lhe a benção. Faleceo aos vintoito de Agosto de mil & quatrocentos & oitenta & hum, dia do glorioso Padre Santo Agostinho.

Era uma edade nova que surgia continuando a que havia sido iniciada com os filhos de D. João I. Affonso V fôra apenas um parenthesis. (1) A' exclusiva ampliação de Portugal, pela conquista das regiões mediterraneas da Africa, vinham succeder novamente as explorações audazes do Atlantico, que permittiriam afinal traçar a carta do grande continente negro, e deixariam erguidos, ao longo d'este, padrões tendo inscriptos no alto o brazão de Portugal e o nome de D. João II, e constituindo os historicos marcos milliarios d'essa triumphante derrota, que iria buscar á India Oriental, ás Molucas, á China e ao Japão o seu termo glorioso.

Tambem na Europa a mudança do soberano vinha dar novo rumo á historia. Com D. João II a politica triumphava, substituindo-se á guerra. A' conquista heroica succedia a arte de governar; á lucta nos campos de batalha substituir-se-iam as combinações da diplomacia e os trabalhos proseguidos no silencio dos gabinetes.

(1) João II. A' guerra substitue-se a politica. — Arte de governo. — Edade nova, continuação da anterior. — Affonso V fôra um parenthesis (nota a lapis de Oliveira Martins).

*

* *

Começaria Oliveira Martins o capitulo III estudando o carecter, e descrevendo a feição moral e o aspecto exterior do novo soberano. Mostraria como «hostilisado por todos, elle se salvava retemperando-se no amôr. Isso lhe dava alegria apparente para tolerar o mundo que o cercava. Isso e o seu mundo interior que ia fazer viver: o povo, a sciencia». (1) Para tanto conseguir mostral-o-ia dispondo da camada nova, a qual amadurecera a seu lado, que elle conhecia toda, indo por isso a meudo buscar, fóra do ambito estreito da côrte e do pessoal restricto da nobreza mais alta, as individualidades audazes dispersas pelo paiz, com o auxilio de quem viria por fim a realisar as supremas maravilhas do seu reinado.

Despontava então, de facto, uma nova edade. Surgiam e começavam a accentuar-se, entre os que tomavam a frente no movimento, todos os caracteristicos primordiaes do chamado espirito moderno. As mesmas causas produziam effeitos identicos entre povos e até entre individualidades as mais divergentes em suas condições e modo de ser. E' assim que ao descrever e estudar a constante e symptomatica inquietação que agitava o animo de D. João II, emquanto Principe, Oliveira Martins, para accentuar essa tão saliente semelhança, iria naturalmente socorrer-se a trechos frisantes da *Historia de França*, de Michelet, referentes a Luiz XI, como, entre muitos, o seguinte: «On aurait pû l'appeller, comme on appellait cet Auguste de Thou, à qui Richelieu coupa la tête: Votre Inquiétude» C'est le vrai nom de l'esprit moderne.» E de outro trecho mais adeante extractado ainda melhor resaltaria a analogia procurada. Quem não cuidará, com effeito, vêr o retrato de D. João II, lendo a seguinte descripção de Luiz XI, ainda na casa e sob o governo de seu pai, quando Michelet o mostra «s'ingéniant de mille sortes, subtilisant jour

(1) Nota a lapis de Oliveira Martins.

et nuit des nouvelles pensées,» e accrescenta que «personne ne l'eut pris alors pour l'héritier dans la maison de ses pères. Il avait plutôt l'air d'une âme en peine, qui, à regret, hantait le vieux logis; loin d'être un revenant, il semblait bien plutôt possédé du démon de l'avenir.»

D. João II por seu lado era um bilioso. E' esse temperamento que explica a actividade incessante que o caracterisava. A intensidade das suas concepções e preferencias, o exclusivismo com que se produziam, semelhando chammas devoradoras irrompendo de subito, constituiam a feição essencial do seu caracter, e explicam a um tempo as qualidades que o exaltam e os defeitos que lhe sombream a vida.

Os cortezãos do pai, havendo tido occasião de o conhecer durante as tres regencias de 1475, 1477 e 1478, viam despontar n'elle o inimigo dos seus privilegios, disposto a esmagar impiedosamente uma organisação social que tendia a absorver todas as forças vitaes da nação em proveito exclusivo de uma classe. A hostilidade d'esta era pois segura. O Rei D. Affonso afigurava-se ao filho e successor tal qual em uma carta ao Duque de Bragança o descreve D. Alvaro, irmão d'este ultimo, quando affirmava ser elle «tão pesado e tão curto em seu saber». A Rainha, finalmente, a quem se ligára em tenra edade, nunca lhe inspirou, ao que parece, um sentimento absorvente de amôr. Quando, porém, tal sentimento houvesse existido, de ha muito lhe teriam posto termo a tragedia de Setubal, e a affeição apaixonada que experimentava por D. Anna de Mendonça, uma e outra bastantes, só por si, para extinguir entre os dois regios esposos, todo e qualquer sentimento affectuoso. De D. Leonor tivera um filho unico, quando contava vinte annos apenas, e d'esse filho escreve Oliveira Martins, qualificando-o de «fructo infesado de amôres temporãos.» Fallando de D. João II e do Principe D. Affonso dissera Popplau, o bem conhecido viajante allemão: «El Rey es de media estatura, um poco más alto que yo. No cabe duda que entre todos los suyos és el más sabio y virtuoso. No passa de veinte y nueve años de idade. Tenia en mi tiempo, un heredero de nueve años de cara inglesa.»

De todo este conjuncto de circumstancias se deprehende pois bem como é que, dada a exhuberancia natural do seu temperamento e as condições especiaes em que se encontrava no seio da familia e da côrte, D. João II viria soffregamente buscar allivio e conforto na affeição ardente que nutria por D. Anna de Mendonça. D'esses amôres, mais tarde extensivos ao filho que d'elles proviera, narra com effeito Miguel Leitão d'Andrade na sua «Miscellanea» que o Rey vinha muitas vezes

> ... estar n'este bosque de Bom Jardim (Sernache) lograr seus gostos com aquella formosa dona Anna de Mendonça de quem houve o senhor Dom George seu filho (que tanto desejou lhe succedesse no reino, e dizem lhe escapuliu das mãos por bem leve occasião) o qual n'esta terra e sitio foi gerado e d'elle procedem os Illustrissimos Duques de Aveiro que d'aqui teem suas raizes, como tambem os de Bragança por sua mãi Iria Gonçalves do Carvalhal.

Nascera D. Jorge em Abrantes no dia 12 de agosto de 1481. Por D. Anna de Mendonça e por elle se conservou inalteravel a affeição do Rei até aos lampejos derradeiros da vida. A tanto se limitaram por fim as tempestades e os impetos da juventude, que em seus excessos haviam chegado, como Rezende o narra, a scenas de violencia e pugilato. O Principe, assim o refere aquelle chronista,

> ... como homem mancebo que era, ainda que o esforço, saber e os cuidados eram de muyto mayor hidade que a sua, todavia não podia negar o que a natureza dá, e aquillo a que geralmente os mancebos são mais inclinados, e alguas oras hia de noite fora secreto, com hua ou duas pessoas, a folgar em cousas de amores. Aqueceo por duas vezes, hua indo com elle dom Diogo de Almeida Prior do Crato, e a outra dom Fernando Mascarenhas, seu capitam dos ginetes, e da guarda, pessoas de que elle sempre confiou muyto, e estimou, não sendo conhecido, saltarem com elle muytos homens armados em Lisboa junto de Santa Justa, cuydando que saltavam com outrem, e por se não dar a conheceer, jogaraõ as cutiladas com todos, e o fez tam valentemente, que foy muyto falado nisso, sem saberem quem erão, e feriu muytos ate lhe fogirem.

O caracter de D. João II, assim impetuoso e exhuberante em começo, formára-se a pouco e pouco. O dever do Principe acabou por predominar sobre as paixões e os arrebatamentos. Já em tempo de Affonso V haviam os Reis Catholicos affirmado, por vezes, em praticas «que mais caso faziam da astucia e vigilancia do Principe D. João, que do acalorado e denodado esforço de El-Rey D. Affonso, seu pae.» Do primeiro podera, com razão, Vasconcellos escrever, traçando-lhe o perfil:

> Era nuestro Rey Don Juan de buen talle, mas grande que pequeno, mui airoso; hasta los treinta años enxuto de carnes, despues engordô el rostro de buen color entre roxo, i blanco, lleno de magestad, i reverencia, algo cariaguileño: los ojos negros, buenos, i agradables, pero con ira se tenian las niñas en sangre, de manera que le davan horror, i respeto à qui en le mirava; la nariz proporcionada; el cabello de la cabeça bien poblado, i el de la barba, que tirava à castaño, con que encaneciò moço, pero ni por esto consentiò jamas que le mondassen las canas: fue de entendemiento superior; de grande ingenio, de memoria tan profunda, que lo que una vez aprendea jamas lo olvidava. Hablava cõ eloquecia, i propriedad, pero algo por las narizes, i de espacio. En los negocios se mostrava breve, substancial, i con resolucion: en las burlas mui alegre, i en las veras, con mas reposo, i prudencia que agudeza, aunque no le faltava. Estimava mucho el secreto, i procedia cõ sus ministros con grande estima; si bien con alguna desconfiança; finalmente alcançó todas las partes que se requieren en un Principe grande, i maravilloso.

Assim descreviam os chronistas a D. João II; mas não seria unicamente ás obras d'estes que Oliveira Martins iria buscar os traços physionomicos e psychologicos para recompôr na tela da historia e insuflar a vida no vulto d'aquelle soberano. Como succedera com o do Condestavel, a poesia contemporanea fornecer-lhe-ia, para tanto, elementos os mais preciosos, quer pela espontaneidade, quer pelo relevo muito vivo e pittoresco, com que traduziam, sob a fórma litteraria, a funda impressão gravada na mente do povo pelo caracter d'aquelle Principe. N'este sentido, o *Cancioneiro Geral* era mina preciosa de cujos veios tão ricos o historiador saberia extrahir abundante material. Que assim succederia provam-o extractos numerosos do mesmo *Cancioneiro*, de entre os quaes citaremos alguns, que mais directamente se referem á pessoa e caracter do Rei:

«Era hum mesmo no prazer & na sanha
das cousas virtuosas avya cobiça
a todos egualmente fazya justiça
sem se lembrarem as têas d'aranha.

O seu bom conselho, a excellencia do seu tracto usual com os humildes, resaltam dos versos de Diogo Brandão, chorando a sua morte:

Com lysongeiros mui pouco folguava
eran os seus consselhos muy sãaos,
mostrava-se humano aos que eram meãaos
a grandiosos & vãos despreçava.

Tal era a poetica apreciação do caracter d'esse Principe, que um dia disséra «haver tempos para usar de coruja, e outros para usar de falcão», e cujo dom, supremo nos Imperantes, de premiar serviços e descobrir e aproveitar meritos, fôra assim conceituosamente consignado na *Miscellanea:*

Tinha livros em que escrevia
serviços, merecimentos,
e nunca distribuia
sem vêr a quem mais devia,
e os mais justos e isentos;
muitas vezes deu officios,
comendas e beneficios
a homens muy descuidados,
e delle bem alongados,
por serem bons e servicios.

Conceituosa apreciação esta, que Principes e ministros bem podiam gravar na mente e acceitar, hoje e sempre, como norma imprescindivel de procedimento e direcção.

A narração das descobertas maritimas que, pela penna de Oliveira Martins, constituiria uma nova epopeia do facto culminante da historia portugueza, tal seria o assumpto da segunda parte d'este capitulo. Logo em 1481, ao iniciar o seu reinado, o Rei pozera mãos á obra. Cumpria-lhe anniquilar todas as resistencias internas, para assim, livre de preoc-

cupações, proseguir desembaraçadamente na ideia do Infante D. Henrique. Para a realisação d'esta, carecia de fazer convergir todas as energias, e aproveitar devidamente as forças vivas do paiz inteiro. Aos proprios criminosos era mister, por isso, poupar-lhes as vidas, destinando-os, como elementos europeus aproveitaveis, a povoar e cultivar as regiões recentemente descobertas e occupadas.

Proseguindo nos seus planos, D. João II transformara a côrte. Viam-se agora n'ella os cosmographos, os navegadores e os guerreiros, honrados e estimados acima dos cortezãos, provindos da mais elevada estirpe, e nascidos no mais fidalgo berço. Caberia naturalmente n'esta phase da vida do *Principe Perfeito* a apreciação do estado preciso dos conhecimentos geographicos da epocha. O mappa-mundi de D. João II, visto em Novembro de 1494, no Paço Real, pelo dr. Jeronymo Münzmeister; os trabalhos da junta dos cosmographos; as considerações suggeridas pelo globo de Nüremberg; curiosas narrações allemãs contemporaneas, ácerca das navegações, e até da situação politica do Reino; as nossas relações com a Flandres; a formação das taboas da declinação do Sol; os aperfeiçoamentos da navegação, pela construcção das caravellas redondas armadas com «bombardas muy grossas», construcção pela primeira vez tentada, com exito, que a politica de D. João II cautelosamente procurou manter occulto, a descoberta do Astrolabio: taes seriam, senão todos, os elementos essenciaes da segunda parte do capitulo III. Precederia essa narração a historia resumida das successivas descobertas verificadas desde a morte do Infante Navegador até 1481, e o estudo dos caracteres, a biographia pittoresca, seja-nos licito designal-a por essa fórma, de todo o pessoal de que D. João II lançou mão para realisar o que planeára.

Passariam assim, pelos olhos dos leitores, em successivos escorços e esbocetos, desde os vultos de João Affonso de Aveiro, de Diogo d'Azambuja, Diogo Cão e Pedro Infante, até ás figuras épicas de Bartholomeu Dias, Vasco da Gama, Francisco d'Almeida, Affonso de Albuquerque e Duarte Pacheco.

A narrativa desenvolvida da expedição de Diogo d'Azambuja, iniciada em 12 de dezembro de 1481 e da qual resultou a construcção do forte de S. Jorge da Mina, e bem assim, e a par d'essa, a historia das descobertas de Diogo Cão, que levaram até 26°35 a Africa conhecida, poriam remate ao inteiro capitulo, sendo, entre outros, os trabalhos recentes do sr. Luciano Cordeiro que forneceriam um subsidio precioso para a sua parte final.

«Assim», e tal seria a conclusão de Oliveira Martins, «é simultanea (1481) a ideia das duas expedições de Azambuja e Diogo Cão. E' o primeiro acto colonial de D. João II: consolidar o dominio na Mina e prolongar o reconhecimento da costa para o sul.»

N'esse acto, com effeito, se continham em germen as consequencias finaes e transcendentes de toda a politica ultramarina de D. João II. A consolidação do dominio ao longo da costa do Atlantico representava a vantagem immediata de ampliar, pela unica fórma possivel, a area do reino, estreitamente apertado entre a Hespanha e o mar. O proseguimento das descobertas visava mais longe. Significava a esperança de attingir o Extremo Oriente, as Indias, e o Cathay e Cypango por uma nova derrota, importando como consequencia suprema o substituir Portugal a Veneza, o deslocar o eixo commercial do mundo, o fazer Lisboa, o grande emporio das transacções mercantis, o centro da navegação, a cidade, emfim, da qual, mais tarde, Camões poderia escrever:

> E tu, nobre Lisboa, que no mundo
> Facilmente das outras és princeza,
> .....
> Tu a quem obedece o mar profundo...

IV

Resumo dos capitulos 4.° e 5.° A reconstrucção do reino. Côrtes de Evora. Situação economica. Instituições administrativas e judiciaes. Lucta com a nobreza e o clero. As Terçarias de Moura. Relações externas. Hespanha e Roma. Dissolução das Terçarias.

Intitular-se-ia o capitulo IV «A reconstituição do reino» e com a historia das côrtes de Evora resumiria a situação economica e administrativa no começo do reinado. As funcções politicas, a importancia real da representação dos tres estados ou braços do clero, da nobreza e do povo; as relações entre o poder monarchico e as côrtes; a fórma da administração judiciaria; o fraccionamento e desconnexão das jurisdicções; as instituições policiaes de segurança, de hygiene e outros serviços; a beneficencia; a situação da fazenda publica; os costumes; e finalmente os primordios da lucta imminente e inevitavel entre o soberano e a nobreza, taes seriam os assumptos principaes do capitulo IV a que ora nos vimos referindo.

El-Rei D. Affonso V premiára com generosidade tal os serviços da nobreza, especialmente durante a empreza de Castella, que á força de accumular doações e privilegios, só deixára ao filho, no conceituoso dizer d'este, «as estradas do reino em senhorio!» Era mister, portanto, emprehender a tarefa gigante de reconstruir pela base a inteira economia da nação. Só nas côrtes, fórmula viva e tradicional da represen-

tação, e especialmente no seu braço popular, é que o Rei poderia encontrar apoio bastante efficaz para tentar levar por deante tamanha empreza. Deu-se por isso pressa em convocal-as. Acclamado pela segunda vez em Cintra a 31 de Agosto de 1481, dirigiu-se no mez immediato á Batalha para ali celebrar exequias solemnes pelo Rei defuncto. Cumprido esse dever, reunidos aos restos de D. João I e de D. Duarte os do filho e neto, e descançando já todos tres sob as arcarias esbeltas e severas, e ao abrigo das abobadas grandiosas do templo, que era, e é, a glorificação da sua grande raça, D. João II ordenára que as côrtes se reunissem em Evora, dois mezes mais tarde, isto é, em Novembro do mesmo anno. Para se guiar no que ahi lhe cumpria fazer, tinha o exemplo recente de Fernando e Isabel nas côrtes de 1480. Cumpria-lhe sem detença, como em nota a lapis observa Oliveira Martins, pôr mãos á obra! Encontrára «tudo esboroado! tudo a remodelar e reconstruir!» e ao escrever estas palavras acudia-lhe á mente, e notava-o ao lado, o nome do Marquez de Pombal, que em tempos diversos e com outros meios, tentaria tambem por seu turno erguer das ruinas o reino embrutecido, desmoralisado e decadente.

A prodigalidade de Affonso V chegára a ponto de que o Rei a si proprio se denunciára. Receoso de, uma vez passado a Castella, ali realisar, ou por gloria e louvaminha, ou de outra fórma constrangido, largas mercês de dinheiro, e effectuar doações de villas e terras dos seus reinos, promulgou em Arronches uma lei, firmada por elle e pelo Principe, declarando que todas as mercês e doações que viesse a fazer, durante esta guerra, não seriam validas logo que excedessem dez mil réis de renda para cada anno, salvo se tambem o Principe as concedesse assignando com elle as cartas e padrões de taes mercês. (1) Disposição esta que, sendo prova bastante da diversidade na indole do pai e do filho, e do respeito que o caracter e a firmeza do ultimo já impunham a

(1) Goes.

Affonso V, não tolheu comtudo que este cerceasse de facto o poder real, a ponto do seu herdeiro poder dizer-se reduzido á posse do titulo vão e inane de soberano, e ao só dominio, como acima narrámos, dos caminhos por onde transitavam os seus vassalos. Demonstração evidente, entre tantas, de que não impera a lei, onde os governos são fracos e os animos divididos.

Os males provenientes de um estado de cousas semehante abalaram, como era inevitavel, as bases de toda a economia nacional e affectaram, mais que todas, as classes populares. Nas côrtes viriam pois reflectir-se o echo de suas queixas e o pedido instante de allivio a seus soffrimentos. A extensa relação das resoluções tomadas nas que tiveram começo na cidade de Evora em 1481, e vieram terminar em Vianna da par d'Alvito no anno seguinte, e bem assim as respostas correspondentes de D. João II, constituem de facto um quadro completo d'esses males e soffrimentos, e resumem em si o estado da economia nacional do Reino, e o complexo das ideias administrativas que n'essa epocha imperavam em Portugal. Dadas as consummadas aptidões economicas de Oliveira Martins, a largueza do seu ecclectismo que sabia desprender-se dos preconceitos d'escola, e apreciar as circumstancias de tempo e de logar como elementos que explicam e justificam os factos os mais divergentes, esta parte da historia de D. João II assumiria de certo um interesse capital. A abundancia do material disponivel para reconstruir n'este particular a sociedade portugueza da segunda metade do seculo XV permittiria, por seu lado, tornar o quadro completo, dandonos uma impressão real e saliente do viver e sentir nacionaes em epocha por tantos titulos interessante e reveladôra.

Seriam assim expostas e analysadas successivamente as condições em que se verificava a producção e o commercio dos cereaes, dos gados, da cortiça e da seda; a historia dos exclusivos reservados para o estado, ou dados em arrematação a particulares, por contractos com estes celebrados, como succedia, entre outros casos, com a exportação da cortiça e o commercio dos couros e do assucar; o regimen estabelecido

para os estrangeiros; as tentativas para impedir a fundição e a exportação da moeda, substituindo-as pela exportação forçada de mercadorias, o que não impedia que os cruzados portuguezes corressem pela Italia toda e em Roma, enviados para lá pelos genovezes e florentinos que abundavam em Portugal onde, no dizer das côrtes ao Rei, *nunca vos fizeram proveito salvo roubar-vos de moedas d'ouro e prata, e descobrir vossos segredos da Mina e Ilhas*; as restricções ciosamente mantidas emquanto á navegação; as relações entre officiaes mechanicos e operarios, ou regimen do aprendizado e por fim e de modo especialissimo os abusos das classes superiores: absenteismo dos Prelados em Roma; desmoralisação dos religiosos; prepotencias e jurisdicção absorvente da nobreza; desvio de reguengos e outros direitos da corôa; abuso dos assentamentos em favor da nobreza e clerigos; accumulações de lugares acerca das quaes as côrtes observavam «*Ha hi agora uma novidade que se acostuma em novas correições que hum homem serve tres e quatro officios*» observação a que o Rei respondia: «*Apontam bem, e se elles em particular sentem alguns que taes officios incompativeis tenham que lho apontem, para em ello logo proveer como lhe bem parecer.*» O regimen tributario, especialmente no que respeitava ao imposto da sisa, e a situação geral da fazenda, revelando *deficit* e obrigando a deducções que abrangiam até a dotação das pessoas reaes, — *nihil novum sub sole* —, completariam esse quadro geral da economia do Reino, ao subir ao throno, na pessôa de D. João II, a vontade energica do reformador, e o pensamento audaz do estadista.

A representação do paiz em côrtes, tal qual a concebeu a antiga monarchia, tinha, é certo, poderes restrictos e mal definidos. Salvo em momentos supremos para a nacionalidade, ao constituir ou mudar uma dynastia, por exemplo, e com excepção ainda de uma certa interferencia mais activa, embora imperfeita e incompleta, em materia de tributos, as côrtes limitavam-se a formular votos, e accentuar queixumes, ouvindo em resposta promessas vagas, que nem sempre prendiam, e apreciações divergentes a que se devia humilde e

obediente acatamento. Mas, em compensação d'essa deficiencia, que ausencia tão completa de ficções, quanta força de verdade n'essa representação, que o era e legitima, dos interesses, aspirações, e esperanças das classes, as quaes, unidas, constituiam a nação! Era, em verdade, o povo, a nobreza e o clero que fallavam, e á realidade inteira, sentida, dos tres braços oppunha-se a personalidade do Rei, tambem viva, cheia de força, de prestigio, e inclinada, quando a constituia um verdadeiro animo de soberano, a ponderar aquelles elementos todos e harmonisar-lhes os movimentos, a representar e ser de facto o elemento mantenedor e garante da unidade da nação!

As côrtes de 1481, mais do que outras talvez, accentuam esta impressão de vida e realidade, e se até certo ponto marcam um ponto culminante na historia da instituição, preparando e facilitando uma evolução para o governo absoluto, fazem-n'o conscientemente, propositadamente, com um fito em que predomina e se accentua a livre vontade do braço popular, appoiando-se na realeza para melhor conseguir os seus intentos.

E' sobremodo interessante investigar qual poderia vir a ser, no animo tão reflectido de Oliveira Martins, o effeito que n'elle produziria o estudo minucioso e attento das deliberações d'aquella assembléa.

Não consideramos, felizmente, esse problema insoluvel. Quatro notas a lapis, que transcrevemos na integra, permittem reconhecer o pensamento do grande escriptor sobre tal assumpto, e explicam mesmo, até certo ponto, algumas das mais recentes evoluções do seu espirito ácerca de problemas capitaes da politica contemporanea.

Logo em seguida ao ultimo dos documentos que collecionára sobre as côrtes de 1481, Oliveira Martins insere estas concisas mas significativas reflexões:

«Pela primeira vez o povo, *sabendo o que quer*, vem diante do rei, *o seu protector*, e acha n'elle apoio franco, respostas abertas.»

Na segunda e terceira nota lê-se o seguinte:

«Das côrtes de 1481 se vê o pouco exito da instituição, pois apesar d'ellas a desorganisação provocada pela fidalguia contrariava tudo. Palavras, promessas reaes vans. Era necessario um tyranno que quebrasse a poder dos fidalgos: D. João II.»

«O rei, o protector dos povos, a elle recorrem para que os defenda dos nobres, dos fidalgos, dos juizes. Faça-se absoluto, reveja os foraes, avoque a si os padroados das egrejas, tome o mestrado das ordens, etc.»

E a esta nota seguia-se entre parenthesis o nome de D. Manuel como para indicar que tal fôra o programma realisado pouco depois por este saberano. Finalmente:

«As côrtes de Evora, 1481, são o pacto da alliança do rei soberano e do seu povo. O tyranno fica sabendo o que o povo quer. Investido no poder, demitte as côrtes.»

Não se está vendo aqui, e claramente, o germen d'esse artigo biographico ácerca d'El-Rei D. Carlos, artigo que em tempo deu azo a tão larga discussão em a nossa imprensa, envolvendo o nome de Oliveira Martins nas mais contradictorias apreciações?

A nosso ver não foi certamente o politico mas sim o historiador que se manifestou então, querendo accentuar mais uma vez, e por semelhante fórma, aquelle criterio inspirador de tantas paginas da sua *Historia da Republica Romana*. Esse criterio quer ver, no fundo identico das qualidades essenciaes da alma humana, a causa da repetição historica de factos podendo dizer-se identicos, uma vez despidos das contingencias de logar e tempo e reduzidos ao que n'elles haja de fundamental e absoluto.

Mas o que Oliveira Martins tambem certamente não previu foi a extraordinaria applicação que viria a fazer-se das suas palavras, e a maneira como, á sombra da auctoridade do seu nome, e de um supposto parallelo historico, viriam a praticar-se actos que representam a contradicção plena d'aquelles em que o grande publicista se firmára ao escrever o artigo referido.

Com as côrtes de 1481, celebrada a alliança entre o Rei e o povo contra a nobreza feudal, triumphava em Portugal a

politica de Machiavel, e Oliveira Martins lembraria ter elle escripto no seu livro do «Principe» que este «nunca poderia assegurar-se contra um povo inimigo, por serem então muito numerosos os adversarios, em vez do que sendo poucos os grandes, facil se tornava destruil-os».

Seguindo essa politica e manifestando em todos os seus actos o entranhado amor que sentia pelos seus povos, bem conforme n'isso, como o diz Rezende, ao Pelicano que trazia por divisa, D. João II foi sempre, no dizer d'este chronista,

> ...tam ysento, que nunca nenhum cuydou que o poderia governar, nem fazer que fizesse o que não devia, e desta, ysençam que elle sempre quis ter, o tinham por seco de condiçam os grandes, e principaes, que cuidavam que muyto valiam, que dos outros, e da gente meãa, e dos povos foy grandemente amado, e querido.

E assim e sob esta impressão da alliança entre Rei e povo, fecharia a narrativa do que foram e valeram as côrtes de 1481-82, que ao terminarem cumpriram o dever de dar obediencia e menagem ao soberano, nos termos e com a magnificencia descriptos em Rezende nos seguintes periodos:

> ...as quaes se fizerão em huma sala grande dos paços, com muyto grande solenidade, ordem, regimento, com muyto ricos concertos, tudo em muyto grande perfeição. El-Rey em alto estrado, e sua cadeira Real com dorsel de brocado, e elle vestido de opa roçagante de tella douro forrada de ricas martas com o sceptro na mão. E os senhores e officiaes-móres, e os do concelho, e assi todos os procuradores do Reyno assentados em seus assentos ordenados, segundo suas precedencias. E depois de tudo posto em ordem, e a casa em grande silencio, o doutor Vasco Fernandes de Lucena, chanceller da casa do civel, fez em alta voz hua aenga muy bem feyta, bem conforme ao caso. E acabada, dom Fernando Duque de Bragança e de Goimarães se levantou, e se foi a el-Rey, eposto em joelhos diante delle per si, e pelo Duque dom Diogo hirmão da Rainha, que ao tal tempo andava em Castella pollo contracto das terçarias, deu a El-Rey sua obediencia, e pollos seus castellos, e os do Duque, lhe fez nas mãos del-Rey por todos menagem. E o senhor dom Alvaro hirmão do Duque, como procurador do marquez de Montemór, e do Conde de Farão seus hirmãos, e em nome de todolos senhores do Reyno, e por si deu tambem obediencia, e menagem nas mãos del-Rey, e apos elle a deu hum procurador da cidade de Lisboa por todas as cidades, e outro de Santa-

rem, por todas as Villas, ho que asi fez por abreviar, porque se todas ouverão de hir por si, fora cousa de fastio, e grande vagar. E acabado assi tudo, el Rey com grande estado Real, e todos os seus oficiaes diante delle, e muytos reys darmas, e porteiros de maça, e os senhores que o acompanhavão, se recolheu a suas camaras.

A administração da justiça parece ter sido um dos assumptos que maior desenvolvimento mereceria a Oliveira Martins. Assim o faz crer a copia consideravel de documentos reunidos para o seu estudo, abrangendo o complexo de toda a organisação e de todos os serviços, judiciarios. Duas notas a lapis que precedem esse conjuncto de documentos revelam o pensamento essencial e o plano dirigente a que se amoldaria esta parte tão importante do capitulo quarto.

«A justiça prima sobre tudo n'uma sociedade que sae do periodo guerreiro. O rei é o juiz supremo». Isto se lê na primeira d'essas notas. As novas reformas, as modificações instantes reclamadas pelas côrtes, e referidas nos capitulos respectivos das suas resoluções, obedeciam todas áquelle pensamento. Mas para melhor intelligencia d'essas reformas cumpria esboçar primeiro a organisação medieval da justiça, e para esse fim Oliveira Martins distinguiria e estudaria as justiças.

Senhoris Concelhias	Corregedores Alçadas	Relação em Lisboa
Desembarg. reaes		Supplicação

onde funccionavam juizes para os feitos dos territorios senhoris.

Coutos — azylos (1)

Percorrendo a serie das resoluções respectivas das côrtes de Evora faria notar onde e como essa organisação se corrompera. Os abusos dos funccionarios judiciaes, corregedores e outros, nas inquirições e devassas, nos serviços de inventario dos orphãos, no tabellionato; os inconvenientes intoleraveis

(1) Schema a lapis de Oliveira Martins.

do direito d'asylo; a falsidade na prestação de testemunhos; a necessidade reconhecida na constituição do Desembargo do Paço como Tribunal supremo de todo o reino, tornam-se ali patentes: as queixas são clamorosas e insistentes. Para provêr de remedio, usasse o Rei dos poderes amplos que a organisação politica lhe reconhecia, e a vontade do povo claramente expressa viera fortalecer, para que os não tolhesse a influencia injusta das classes superiores.

Não menos interessante do que os referentes á administração da justiça são os apontamentos accumulados ácerca da policia hygienica, das pestes que então grassaram em Lisboa, das providencias tomadas para as debellar e attenuar, salientando-se entre ellas a da canalisação da cidade, e a creação do Hospital de Todos os Santos. O estudo dos costumes; a accentuada desmoralisação do clero; as pragmaticas, seriam notas pittorescas, animadas que poriam em scena a sociedade contemporanea, e repousariam o espirito de quem lesse, preparando-o para o começo da narrativa da lucta travada, na questão magna das jurisdicções, entre o Rei e a nobreza.

Debalde apellára o povo para D. Affonso V, solicitando d'elle remedio aos males que n'esse particular experimentava o regimento da justiça e a governança do reino. A's promessas repetidas succedera sempre e fatalmente o aggravar-se uma situação já de si incomportavel. Voltando por isso para o novo Rei e recordando essas promessas não cumpridas do antecessor, os povos proclamavam a sua confiança n'elle, e avivavam-lhe a memoria dos seus direitos postergados, dos privilegios da sua corôa diminuidos, mostrando-lhe:

«*Quantas villas grandes e outras meãas, e asy outros muitos logares forom e som desmembrados de vosa reall coroa que mais dignos eram e som de liberdades e honras que se eram dados a muitos senhores e fidalgos de que sam tractados fóra de toda humanidade com tam asperas cruezas que he piedosa coussa de ouvyr.*»

Fossem pois avocados todos os titulos e doações que haviam desmembrado da corôa taes e tão extensivas jurisdicções. Cassassem-se os que contra direito estivessem sendo

disfructados. Para as doações que existissem constituidas segundo o direito, examinasse-se o bom ou mau uso d'ellas feito. Annulassem-se os titulos das segundas tornando-as logo para a corôa, confirmassem-se os das primeiras mas sómente durante a vida de quem por então as estivesse gosando.

A doutrina não podia ser mais revolucionaria, nem mais audazmente formulada. Comprehende-se bem a colera da nobreza ao vêr o Rei, na sua resposta repudiar a tradição, quebrar pelos usos dos seus predecessores, que se limitavam a confirmar quaesquer doações feitas pelos anteriores soberanos, e declarar aos povos reclamantes ter ordenado: «*certas pessoas que ouvessem de prouecr todas llas doações e privilegios atee ora dados e outorgados, e em ello continuadamente se negocea. E principallmente espera de proveer sobre aquelles que de si e das jurisdições que teem em suas terras mal husam. E fazem o que non devem. E sobre todo teera aquella maneira que sentir que he mais serviço de deus e seu e bem da justiça e d'estes Reynos e do seu pouvo e da sua corôa*» derivando-se de tudo que El-Rey «*determina e manda que os seus corregedores das comarcas do seu Reyno entrem nas terras dos que jurisdições teveram a fazer correiçon emteiramente em ellas.*»

Os termos em que seriam prestadas as menagens haviam sido tambem origem de porfias, desgostos, e descontentamento para todos os fidalgos offendidos com a aspereza que n'esses termos se envolvia. Similhante aspereza reputavam-a prejudicial a suas honras, e offensiva dos seus privilegios. Á frente dos descontentes figuraram naturalmente o Duque de Bragança e seus irmãos. O protesto do primeiro contra os actos do Rei foi formal e vigoroso. Appellava n'elle para as doações dos Reis anteriores, e muito especialmente para os termos da carta subscripta na cidade de Tóro, em 10 d'abril de 1476 por Affonso V, carta em que este o nomeara Duque Fronteiro-Mór de todas as suas terras, eximindo-as de qualquer jurisdição que não fosse a do proprio Duque.

Querendo colligir todos os elementos juridicos da sua defesa D. Fernando enviou então a Villa-Viçosa um seu confidente, e d'essa diligencia resultára a primeira prova de uma secreta intelligencia com Castella, filha do insanavel antagonismo com a pessoa e processos de governo de D. João II. Ouçamos Rezende a tal respeito:

> ... por vêr se poderia remedear isto, que muyto sentia, mandou logo o bacharel João Affonso, veador de sua fazenda a Villaviçosa, e deu-lhe a chave de hu cofre em que tinha suas doações, e escripturas, e todos os papeis de seu segredo, e mandoulhe que o abrisse, e antre todos buscasse todas as que lhe parecessem, que para este caso lhe comprião. E o bacharel por descuydo, ou negligencia, ou outras occupações, ou por misterio de Deos, mandou buscar os ditos papeis por hum seu filho, moço de que elle muyto fiava. O qual filho, buscando o dito cofre, chegou por acerto a elle Lopo de Figueiredo, escrivão de fazenda do Duque, homem de muyta confiança, o qual a requerimento do moço o ajudou a buscar todas as escripturas, e papeis, que no cofre estavam, mais com tenção do serviço do duque, que do que adiante se seguio. E andando assi em busca dos ditos papeis, topou com algumas cartas, e estrucções de Castella, e para os Reys de Castella, dellas proprias, e outras emendas corrigidas, e emmendadas da lettra do mesmo Duque. E como assi vio, escondidamente do moço as tomou todas, e meteo na manga, e se foy a casa, e secretamente vio todas. E vendo que erão contra o estado, honra e serviço del Rey determinou de logo lhe ir tudo mostrar, e sem detença alguma partio de Villaviçosa escondidamente, e veo a Evora, e secretamente falou com El Rey com muy resguardo, e com palavras de muyto bom homem, e leal vassallo mostrou tudo a El-Rey.
>
> El-Rey depois de tudo muyto bem ver, e lhe dar disso os agradecimentos que devia, ficou triste, e muy cuidadoso. E mandou logo a Antão de Faria seu camareiro, de que muyto confiava, e a quem descubria seus segredos, que com a mayor pressa que podesse trasladasse todos aquelles papeis, o que logo fez. E El-Rey tomou os proprios ao dito Lopo de Figueiredo, para os tornar ao cofre d'onde os tirara, porque ainda o moço tinha muyto que buscar, e se por ventura mais achasse, que o trazeria ha Sua Alteza, e não mingoando, nem se achando cousa menos no cofre, não averia ahy que sospeitar. As quaes dando a El-rey muyto cuydado, e payxão as dissimulou de maneira, que nunca pessoa alguma entendeo nada delle, e tudo guardou em si. E porem dally por diante como prudente começou entender, e olhar por muytas cousas, e andar sobre aviso do Duque, e ter delle muytas sospeitas, e má vontade sem lhe nunca dar a entender.

Ficára desde então travada a lucta. Os adversarios defrontavam-se e a catastrophe de Evora já se descortinava ao

longe como lugubre epilogo da tragedia em que ia resumir-se essa lucta entre a oligarchia aristocratica, e a monarchia despotica e absorvente, entre o Rei alliado com o povo por um lado, e a nobreza ligada a Castella pelo outro.

Na mesma lucta e seus episodios é que viria a concentrar-se o supremo interesse politico do reinado, em quanto respeitava á constituição interna da nação e seu modo de ser organico.

A nobreza seria esmagada. Não lhe valeria sequer a intervenção de Anna de Mendonça, em que a principio tanto se fiára, como, do que ao Duque de Bragança escrevera em tempo seu irmão, claramente se deprehende:

> ... O principe, meo senhor, escreve ora á Infanta minha senhora que lhe espace até á sua chegada a Setubal sobre o que ella sabe e se então não enviasse, que havia o feito por desatado. Ora vêde vós, senhor imão, que mercê nos elle faz nestas cousas. Daqui em diante não ha mister que lhe façamos serviço, pois que d'elle não esperamos mercê, porque lhe beijamos a mão. *Deixemos parir D. Anna.* E no fim da carta dizia — «pois que somos certos que nos não hade tirar uma coisa só.»

Por muito grande que fosse, porém, o amor tributado por D. João II á formosa aia de D. Joanna, sempre imperou n'elle mais a rasão de Estado e a consciencia dos seus deveres para com a nação, do que os impulsos de um animo apaixonado. Bem como na designação do successôr preferiu afinal o inimigo hereditario ao filho de D. Anna, assim sobrepoz tambem ao interesse da nobreza, que esta patrocinava, o bem do povo e a definitiva consolidação do poder real.

*
* *

O capitulo V teria como titulo «As Terçarias de Moura.» Nas pazes entre Portugal e Castella, negociadas em 1479 pela infanta D. Beatriz, ainda em tempos de D. Affonso V, estipulára-se, a par de outras garantias, que de Castella viesse para Portugal em refens a Infanta D. Izabel, filha dos Reis

Catholicos, e aqui permanecesse entregue aos cuidados e guarda da Infanta D. Beatriz, residente por esse tempo no seu castello de Moura. Ali se acolheria tambem o Principe D. Affonso, filho de D. João II, debil creança que teria mais tarde de desposar D. Izabel, e, até isso succeder, ficaria egualmente sob a guarda da Infanta, sua avó, mãe da Rainha D. Leonor. O Duque de Vizeu, irmão d'esta, e filho de D. Beatriz, seguiria para Castella em refens, e por troca com sua prima D. Izabel.

N'isto consistiam as chamadas Terçarias de Moura, e d'ellas resultou ficar mais tarde, quando ateada a inimizade entre D. João II e os Duques de Vizeu e Bragança, confiado o filho d'aquelle soberano á guarda de seus inimigos, e isto por effeito das clausulas de um tratado de paz, que por todos os titulos tinha de ser cumprido e acatado.

A Infanta D. Izabel fôra entregue em Terçaria no anno de 1481. Conduzira-a a Moura, onde já se achava D. Affonso, o mestre de S. Thiago com os bispos de Palencia e de Avila, o de Coria e o licenceado de Huescas. Achavam-se em Moura para receber a princeza hespanhola, além da Infanta D. Beatriz, os Duques de Vizeu (D. Diogo) e o de Bragança e Guimarães D. Fernando, o conde de Faro, D. Alvaro de Bragança e outros senhores, entre os quaes D. João da Silveira (Alvito), na qualidade de procurador de El-Rei D. João II.

Como poderia, pois, este soberano resolver a questão capital levantada entre a corôa e a nobreza, entrando francamente na lucta suscitada pelo abuso das jurisdicções exercidas pelos nobres, emquanto o seu herdeiro unico continuava entregue precisamente áquelles que, pela força da sua posição eminente, teriam de capitanear e dirigir a resistencia opposta aos planos do Rei?

As diligencias para modificar uma situação tão desfavoravel começaram por isso logo no seguinte anno de 1482, em que D. João II enviou a Castella D. João da Silveira, Barão de Alvito, como embaixador, levando Ruy de Pina para secretario, no intuito de conseguir um dos dois termos d'esta alternativa, ou remover para Lisboa as Terçarias, ou desfa-

zel-as de vez. Esta primeira tentativa de rehaver o filho mallogrou-se, porém, por effeito de intrigas do Duque de Bragança, que bem comprehendia ser a instituição e manutenção das Terçarias a garantia mais valiosa contra o Rei, de cujos projectos se arreceava, e com a antipathia do qual contava como segura.

D. João II, já mestre na arte de dissimular, disfarçou o desgosto, affagou o Duque, para melhor lhe illudir a vigilancia, e proseguir nas diligencias intentadas, aguardando momento mais opportuno para lhes alcançar o exito que a principio não colhera.

Ruy de Pina voltára a Portugal em setembro de 1482, sem nada ter ultimado; podia, porém, dar testemunho de que no animo dos Reis Catholicos não existia menor vontade de libertar a filha das Terçarias, do que no de D. João II de soltar da tutella imposta o herdeiro do throno portuguez. Não se devia, pois, perder a esperança de conseguir um resultado tão ambicionado. Como instrumento para tanto se obter podia servir mais uma vez essa Excellente Senhora, victima infeliz de tamanhas ambições e de tão encontrados designios.

Induzida por D. João II, e receosa talvez de perder a vida, decidira-se aquella Princeza a tomar o véu, em logar de se entregar em Terçaria á Infanta D. Beatriz e aguardar em Moura o casamento para ella previsto no tratado de paz. Mas nem assim cessaram as intrigas em torno de D. Joanna. Planeára-se-lhe o rapto, e a esse respeito existiram secretas intelligencias entre os Braganças e Castella.

Por seu lado D. João II continuára sempre a aproveital-a como instrumento commodo da politica que tinha em vista seguir, servindo-lhe a sua presença em Portugal de ameaça constante contra Castella e meio para ali dispôr melhor o terreno em favor dos seus planos e ambições. A clausura da Princeza ora se restringia, ora se tornava mais rigorosa, e as honras que se lhe tributavam soffriam identicas alternativas todas as vezes que assim convinha, e conforme se estreitavam tambem ou assumiam aspecto mais hostil as relações entre as duas corôas. A tal excesso chegou por fim este jogo

politico, que Innocencio VIII se considerou obrigado a expedir, em 27 de junho de 1487, um breve e mais tarde, em julho do mesmo anno, uma bulla, taxando de escandaloso semelhante procedimento e o mais proprio para reaccender as antigas guerras entre Portugal e Castella.

Conhecedor dos planos tramados para o rapto de D. Joanna em 1482, D. João II ordenou-lhe que sahisse do convento de Santa Clara em Santarem no qual residia, viesse á côrte, onde se lhe pôz casa, fazendo-se então correr vozes de que entrára em ajustes de casamento com Francisco Febo, rei de Navarra, plano este muito patrocinado por Luiz XI. Era o espectro da antiga intriga politica que assim resurgia, e sempre como arma contra os Reis Catholicos e a nobreza de Portugal para elles inclinada.

O trecho seguinte de Çurita evidencia bem qual a disposição do espirito de D. João II, e até que extremo o preoccupavam as intrigas tecidas em torno d'elle, intrigas que lhe punham em risco a corôa e a vida:

> Parecia notoriamente, que eran los mas perseguidos: porque fueron muy fauorecidos, y honrados, y amados del Rey don Alonso su padre; y mostrauan mucha afficion los de la casa de Bregança a la Reyna de Castilla: con quien tenian mucho deudo: lo qual el Rey don Alonso temio en su vida, como se ha referido. Com esto se tuuo mucho receio, que el Rey de Portugal tenia en su fantasia imaginado, de emprender alguna grã nouedad: teniendo a doña Juana su prima con el fausto, y casa q la tenia fuera de su religion, y clausura, siendo professa: y mostraua de amenazar de emprender algun hecho terrible: de que el Rey y la Reyna tenian mucho descontentamiento. Por esta causa, mostraua mucho rancor, y disfauor ala Infante doña Beatriz su suegra, y el Duque de Bregança, muerto, que era tio de la Reyna de Castilla: y hermana de la Reyna su madre; y al Duque de Viseo su hijo: siendo su primo hermano e cuñado: y con el miedo que les tenia, que nacia de su mismo aborricimiento, andaua como fuera de sentido, por bosques, y montes: y confiaua la guarda de su persona de muy pocos. Lo mas del tiempo andaua a caça: y traya muy secretas platicas com los mas allegados, a los que el aborrecia: y com dadiuas, y promessas los yua grangeando: para que le descobriessen de donde le podia venir mayor peligro: y andando lo mas ordinario por montes de la comarca de Setubal, por estar, cerca del Alcaçar da Palmela, que era muy fuerte, adonde tenia su thesoro.

Mas não era só com a nobreza que D. João II travára lucta, que tão preoccupado trazia o seu animo. As liberdades, os privilegios, as jurisdicções civis do clero haviam sido alvo de providencias não menos repetidas e severas, que tinham suscitado natural reacção, alastrada successivamente até Roma. Os breves pontificios, as bullas expedidas por Sixto IV, e, mais tarde, por Innocencio VIII, e dirigidas aos principaes personagens da côrte e a muitos membros eminentes da prelazia, as missões especiaes de nuncios e embaixadores, multiplicavam-se e renovavam-se a cada instante; e o complexo de todas essas negociações constituiria por certo um dos episodios mais importantes do capitulo V. Ali se faria referencia especial á questão do beneplacito, a que muito particularmente diz respeito o Breve de Innocencio VIII *Charissimo in Christo* assignado em Roma a 3 de fevereiro de 1486, e no qual o Pontifice, attendendo ás representações de muitos queixosos e em obediencia ao dever que lhe impunha o supremo munus pastoral, mandava que El-Rei revogasse a lei em que ordenára que nenhum tabelião ou notario, embora mesmo apostolico, publicasse, intimasse, ou apresentasse letras apostolicas sem primeiro impetrar licença régia, querendo tambem que, dentro de um praso marcado, o soberano portuguez lhe annunciasse a revogação assim sollicitada de uma lei, que o mesmo Pontifice declarava attentatoria da liberdade indispensavel, e contraria aos direitos sagrados da Egreja Catholica.

Perante a energia de semelhante atitude, D. João II tergiversava, recorria a todos os processos utilisaveis de dilação, ia buscar finalmente á propria Italia, e em especial a Roma, os elementos com que aproveitaria, em seu beneficio, essa arte de dissimular, que ali attingira o mais refinado desenvolvimento. Por semelhante caminho Oliveira Martins seria levado naturalmente a descrever a Italia, e a traçar, da prosperidade material a que esta chegára em 1490, um quadro por certo da mais attrahente leitura, e para o qual lhe forneceriam elementos Guicciardini, Ranke, Quinet, Stendhal, Burck e outros escriptores eminentes e consagrados.

A estas mesmas fontes, e ao livro do *Principe*, iria porém buscar egualmente e por sua vez os sombrios traços para a descripção da verdadeira orgia naturalista a que, sob os Pontificados de Innocencio VIII, Alexandre VI e outros Papas, a mesma Italia e Roma se deixaram arrastar, com assombro e terror de quantos então presencearam, e mais tarde conheceram pela historia, os mysterios de iniquidade, o abuso nefando de tudo quanto é sagrado, que então se produziram em plena luz e se toleraram á face do altar. Os mais negros crimes de Cesar Borgia, o episodio horrivelmente sacrilego e moralmente monstruoso da morte do Bispo de Fano assassinado ás mãos de Pier Luigi dos Farnése, mostrariam até onde podéra chegar a perversão, que precedeu immediatamente esse grande movimento religioso, o qual deu em resultado, no seculo XVI, a reforma da Egreja e a sua indispensavel purificação, mas infelizmente só depois de diminuida de tantos reinos e povos, que a heresia de Luthero seduzira, e até hoje mantem separados da unidade romana.

Voltando aos negocios do reino, Oliveira Martins traçaria então o perfil do Cardeal d'Alpedrinha, esboçando a situação d'este na Côrte, e a scena violenta ocorrida em Almeirim, com D. João II, ao passarem o Tejo. Chegára n'esse momento o Cardeal a suppôr que ali teria de expirar ás mãos do soberano cego de cólera e respirando vingança tal, que D. Jorge entendeu indispensavel retirar-se sem detença para Roma, evitando assim o ser attingido pela sorte que via imminente para o Duque de Bragança e outros chefes da nobreza.

Terminaria o capitulo V com o desenlace afinal obtido por D. João II, por effeito das negociações do seu confessor Frei Antonino, e de Ruy de Pina na questão das Terçarias. A 24 de maio de 1483 libertava-se o principe D. Affonso do poder da Infanta D. Beatriz, sua avó, ou antes da guarda ciosa e interessada dos Duques de Bragança e de Vizeu. A Infanta D. Izabel era por seu lado restituida aos Reis Catholicos, e por uma transacção imposta pelas circumstancias, mas que não chegou mais tarde a verificar-se, accordava-se em que não seria já esta Princeza, e sim a sua irmã mais

nova, D. Joanna, que viria a desposar o herdeiro de Portugal. Semelhante combinação affastava a probabilidade de uma união das duas corôas, pois D. Izabel, que fôra herdeira de Castella desde 1475 até 1478, apenas estava separada do throno por seu irmão D. João que podia morrer, como de facto succedeu. Para realisar os seus planos immediatos, El-Rei sacrificava pois, até certo ponto, a ideia predilecta da união entre os dois paizes. Em compensação rehavia o filho, indo ao seu encontro a distancia da cidade de Evora, alegrando-se com a sua formosura e extrema gentileza de porte, e folgando tambem por vêr approximado o momento em que lhe seria dado, ajustar contas, *á italiana,* com os seus inimigos mais figadaes, e que mais eram para temer.

Acceitando o conselho da sogra e do cunhado, a Infanta D. Beatriz e o Duque de Vizeu, e despresando os muitos avisos que no caminho recebeu de seus irmãos e outras pessoas, para se abster de entrar na côrte, D. Fernando, Duque de Bragança, acompanhára o sobrinho até Evora. Queria ser elle proprio a entregar ao soberano o joven Principe D. Affonso.

Talvez que no animo de D. João II se tivesse por momentos abrigado o pensamento de ali mesmo, dar voz de preso ao vassallo poderoso e temido. Assim o faz suppor o grande numero de homens armados, presentes, por ordem do Rei, a esse acto tão solemne. Se tal era o seu intento, é certo, porém, não o ter levado por deante, ou por distrahido com a vista tão desejada do filho, que lhe era restituido, e trazia á sua presença a gentileza e fresca innocencia dos seus oito annos, ou porque assim lh'o aconselhasse a prudencia e a reserva inspiradoras constantes de todos os seus actos.

Fosse como fosse, a sua resolução, addiada apenas, tinha de ir por deante. A breve trecho se lhe desafivellaria do rosto a mascara cortez e benevolente, com que o revestira. No seu animo os dias de D. Fernando de Bragança estavam fatalmente contados.

V

A crise. Julgamento e execução do Duque de Bragança. Conspiração. A rainha D. Leonor. Morte do Duque de Vizeu. Versão do viajante allemão Popplau. A côrte. Alteração dos costumes. O rei absoluto. O mysticismo. A Princeza Santa.

O julgamento de Evora e a tragedia de Setubal constituiriam o fundo, a parte essencial do capitulo VI. Resentimentos por tão largo tempo accumulados, aggravos disfarçados pela pressão das circumstancias, rasões d'Estado prudentemente meditadas, tudo ia contribuir para que rebentasse a tempestade, fazendo faiscar o golpe que deceparia e deixaria rolar pelos degraus do cadafalso a cabeça de D. Fernando de Bragança, e prostrando aos pés de D. João I, apunhalado ás mãos d'este, o corpo do Duque de Vizeu. A discussão sobre a fórma das menagens; a descoberta em Villa Viçosa por Lopo de Figueiredo das cartas denunciando a intelligencia com Castella; a suppressão das fronteiras; a revisão das doações; o deferimento ao pedido em côrtes do braço popular para que os corregedores inquirissem da justiça nas terras dos senhores; e, mais tarde, a ruptura com o Condestavel, Marquez de Montemór, irmão do Duque de Bragança, taes fôram, a par de tantas outras secundarias, as phases porque passou o conflicto entre a corôa e o vassallo poderoso, que, na multidão dos privilegios e grandeza dos estados, quasi reduzia a sombra vã e inane o poder real e magestatico.

E como se tanto não bastasse para explicar a descon-

fiança e o ressentimento de D. João II, accresce ainda o que a tradição diz da existencia de aggravos particulares que o animo do soberano difficilmente esqueceria. A estes se refere o curioso trecho seguinte, extrahido do Codice, $\frac{CV}{2-7}$ da Bibliotheca de Evora, a fl. 240.

«... Este descontentamento, que a condição del Rey lhe fazia ter ao Duque se acrescentava com alguns aggravos, que he tradição, recebeo do Duque El Rey, dos quaes referirei só tres. Dizem que sendo El Rey ainda Principe foi embuçado com outros seus validos a ver hum serão em casa do Duque, por respeito de hua certa dama que avia de dançar nele; e que mandando o Duque por seus officiaes, lançar fora os embuçados, e não se querendo elles ir, se alvantou o Duque, e tomando ao veador a cana da mão, deu alguas pancadas nelles, de que o Principe levou a sua parte.

Depois, sendo o Principe já casado, teve algo tempo illicita conversação cõ D. Ana de Mc.ª Mãy do S.or D. Jorge, e que sentido mt.º o Duque, por ser cunhado da Princeza, o reprehendeo por vezes asperamente, de que tambem o Principe recebeo desgosto.

A isto accrescentão que vindo o Principe da batalha de Touro para se recolher na cidade, o Duque não quizera deixar entrar, vendo que não dava novas de El-Rey seu Pay, e que lhe dissera palavras injuriosas, por se vir da batalha sem saber delle. Isto, ainda que o não dizem expressamente, as chronicas, todavia se póde facilmente entender pelos excessos de sentimento, que todas as historias afirmão fez o Duque neste caso, e palavras que disse contra os cavalleiros, que fugirão da batalha, sem darem noticias de El-Rey.

Pode-se ajuntar a este sentimento outro mais antigo que El Rey tinha do Duque... pela morte do Infante D. P.º seu Avô, que foi morto na batalha da Alfarrobeira...»

D'esta mesma tradição se encontra echo em um manuscripto que pertenceu a Martinho de Mello e hoje se conserva em poder do sr. dr. Manuel Bento de Sousa, que d'elle forneceu copia a Oliveira Martins. Intitula-se o referido manuscripto — *Historia das conjurações acontecidas no reyno de Portugal* — não tem data nem nome do auctor; e é d'elle extrahido o trecho seguinte:

Este facto do infeliz Duque de Bragança D. Fernando não é exposto con sinseridade, e verdade nem pelo chronista Garcia de Rezende, nem pelos mais escriptores nacionaes e Estrangeiros porque em um Nobliario antigo Mss. se acha que a principal causa porque El-Rey D. João segundo condemnara a morte o Duque de Bragança fôra por lhe ter dado com hum páo huma noite de encamizados em Evora em hum serão, e desculpandose o Duque o fizera porem que ignorava ser a Pessoa de El-Rey em quem dera; El-Rey não obstante porque em tempo algum não valesse esta desculpa para se ultrajar a hum Soberano, boscou outro pretexto e o condemnou a morte. Este dis o Author desta Advertencia foi a vos publica que corria em Evora naquelles tempos. Dˢ sabe a verdade.

Simples curiosidade chama com razão o dr. Bento de Sousa ao trecho precedente. Com effeito, as rasões de Estado, já referidas, eram de ordem, só por si, para determinar o animo d'um Rei como D. João II. Nem por isso deixa, comtudo, de ter interesse aquella tradição, por exprimir o sentimento singelo do povo aterrado e impressionado vivamente, como o devia estar, pela fórma tragica sob que, pela primeira vez, o poder regio se manifestava, inaugurando na politica uma edade nova, inesperada em Portugal, e cujas consequencias eram de difficil senão impossivel previsão.

A secreta intelligencia com os Reis Catholicos ficára evidenciada pelo conhecimento das cartas trocadas entre D. Fernando de Bragança e seus enviados junto áquelles soberanos, e até com as da propria Rainha D. Izabel. Dispôr tudo para que a Excellente Senhora viesse parar ás mãos dos Bragan-ças, fortalecer estes, e em geral os grandes de Portugal, na lucta com o seu proprio soberano, dispôr as cousas para o derrubar do throno, senão mesmo para o matar, tal era a traça geral do plano concebido, tendente a segurar a corôa na fronte dos Reis Catholicos, e a manter em Portugal, nas mãos dos nobres, os fóros e privilegios de que estavam de posse. Não seria talvez alheia, senão a todas, a algumas d'estas intrigas a propria Rainha D. Leonor, irmã do Duque de Vizeu, cunhada de D. Fernando, e fundamente aggravada pelo esposo, a quem não podia perdoar os amores adulteros, e a publica indifferença com que o Rei fugia do seu leito.

De tudo D. João II tinha conhecimento. As Terçarias de Moura obstavam, porém, a que désse largas á vingança, obri-

gando-o a dissimular até ao ponto de fazer suppôr que a clemencia e o perdão seriam os elementos essenciaes da politica em que lhe cumpria firmar-se, para affastar a tempestade ameaçadora que adejava em torno d'elle. Usára por isso á face dos conjurados uma linguagem, que Rezende resume n'estes termos:

> Eu sam enformado, que vos contra o que a mi deveis, e a meu estado, e serviço, e sem aquelle resguardo, que a vossa honra e lealdade pertence, tendes em Castella alguas negociações, modos, e maneyras, que não sei como lhe de fé, pois tantas resões para mim, e para vos são a isso muy contraryas. Porem se nisso com algua maginação errada algua cousa entendestes, sabei que minha vontade e o verdadeiro desejo he esquecerme de tudo, e assi vol-o perdoar, como se as culpas disso fossem serviços e merecimentos.

A linguagem do Rei, interpretada mal como demonstração de receio e fraqueza, longe de paralysar, ainda mais desenvolveu os tramas da nobreza, levando-a nas reuniões, celebradas no mosteiro de Santa Maria do Espinheiro, em Evora, a resolver o resistir á mão armada, quando necessario fosse, á entrada dos corregedores em suas terras. Informado de tudo, e sempre com o pensamento no filho retido em Moura, o Rei disfarçava a affronta, suspendia as ordens já dadas, e, «com palavras doces» como escreve o chronista, «e com respeito do que a elles nobres por sua honra e contentamento se devia, o notificou logo ao senhor D. Alvaro», apressando-se este a dar conhecimento do facto a D. Fernando e seus outros irmãos.

A situação dos Braganças chegára ao seu apogeu em tempos de D. Affonso V, que fazia do Duque tão alto conceito que nada resolvia, de paz ou de guerra, sem o ouvir e lhe tomar o conselho. D'elle se dissera que El-Rei não concedia mercê sem que o Duque tivesse parte «umas vezes com a inculca, outras com o parecer e sempre com a approvação.» Em toda a Hespanha ninguem competia com elle na grandeza dos estados. Excediam a quinhentas as villas, cidades, e castellos, com outros logares fortes, que o reconheciam como senhor. Eram sem numero as quintas, herdades, devezas e

campos. Das suas terras podia tirar tres mil homens de cavallo e dez mil infantes. Os tres irmãos que tinha, D. João, Marquez de Montemór e Condestavel de Portugal, D. Affonso, Conde de Faro, e D. Alvaro, todos tres casados e senhores de grandes casas, augmentavam indirectamente o poderio e grandeza do Duque, que por todos era respeitado como chefe da familia, e principe quasi soberano.

A lucta de D. João II com um vassallo como D. Fernando, evocaria naturalmente a lembrança de lucta identica travada em França entre Luiz XI e a nobreza d'aquelle reino. O parallelo entre os soberanos e a situação respectiva em França e Portugal impunha-se pois e acharia n'este capitulo o seu cabimento logico. Os apontamentos colligidos para estabelecer esse parallelo permittem fazer ideia de quanto seria interessante e suggestiva esta parte do trabalho de Oliveira Martins. As faculdades politicas eminentes em ambos os soberanos seriam evidenciadas a toda a luz, e as analogias no essencial bem como as divergencias secundarias dos dois caracteres resaltariam, nas paginas que a morte lhe não consentiu escrever, de episodios anedocticos os mais caracteristicos, exhuberantes de vida e cheios de interesse. Figurariam entre estes, e com relação a Luiz XI, o que é narrado no seguinte trecho de Michelet tão pittoresco quanto significativo:

> Parfois, quand Louis XI voyait un homme en péril et qui enfonçait, il prenait ce moment pour l'acquérir; il le soulevait de sa puissante main, le sauvait, le comblait. Un homme d'esprit et de talent, un légiste habile, Marviliers, avait une fâcheuse affaire au Parlement; ses confrères croyaient le perdre en l'accusant de n'avoir pas les mains nettes. Louis XI se fait remettre le sac du procès; il fait venir l'homme: «Voulez-vous justice ou grâce? — Justice.» Sur cette réponse, le roi jette le sac au feu, et dit: «Faites justice aux autres, je vous fais chancellier de France.» C'était chose incroyable de remettre ainsi les sceaux à un homme non lavé, de faire ainsi siéger un accusé parmi ses juges et au-dessus. Le roi avait al'ir de dire que tout le droit était en lui, dans sa volonté, et cette volonté il la mettait à la place suprême de la justice dans l'odieuse figure de son âme damnée.

O receio dos inimigos perseguia por egual a ambos os

soberanos, obrigando-os a viver em um quasi completo isolamento, conforme se infere claramente do trecho já atraz citado, de Çurita.

Da fórma por que Oliveira Martins apreciaria a situação d'espirito em que se encontrava o Rei, póde formar-se ideia pela seguinte nota a lapis intercalada n'este ponto entre os documentos colligidos para a elaboração do capitulo sexto:

D. João II — desespero da solidão — Ninguem com elle — A mulher ligada aos irmãos e cunhados — precioso, com remoques, sempre despeitada — Elle *superior* e *rei*: ella *senhora* e *fidalga* apenas — A irman beata: não queria saber de nada — Por isso o seu refrigerio era a casa de Anna de Mendonça sua amante, mãe de seu filho.

E ainda:

O rei conscio da força da sua *superioridade*, aguçado por tudo: os cunhados, os Bragaças e os fidalgos eram o reino. Elle um intruso. A rainha do partido contrario. Submissão intermittente: ares e humildade, caridade (Xabregas, Caldas).

Seria este o lugar proprio para fazer reviver o vulto de D. Leonor. Dada a admiração profunda que D. João II inspirara ao historiador, e o desencontro de affectos, de interesses, de paixões entre este e a Esposa, é possivel que a memoria de Rainha tão venerada, sahisse diminuida da téla em que viria reproduzir-se a sua imagem, mas tambem é certo que a imparcialidade, condão natural de um alto espirito, não deixaria de pôr bem saliente o que foi e o que valeu a piedade e a caridade da Princeza que fundou o Hospital das Caldas e o convento de Xabregas, e cobriu o paiz com os beneficios d'essas irmandades tão portuguezas das Misericordias, que para todos os males do corpo e da alma procuram balsamos e allivios, e assim consubstanciam n'uma instituição unica e fundamental o inteiro idealismo christão de amôr e caridade.

E quanto não careceu no decurso da sua vida a penitente de Frei Miguel de Contreiras de se abrasar no fogo d'essa

caridade para esquecer o desamôr do esposo, a perda do filho, o assassinato do irmão, ás mãos do Rei, no seu proprio paço e sob os seus olhos, o processo e morte do cunhado, a perseguição da familia inteira, e mais que tudo, talvez, o valimento do bastardo e de sua mãe!

O julgamento e execução do Duque de Nemours em França, cujos pormenores El-Rei um dia narrou ao Duque de Bragança, o que este recordára quando, mais tarde, aberta a janella da casa onde em Evora o tinham recolhido, exclamou, avistando o cadafalso erguido e em torno d'elle a mó do povo: «Áa, á moda de França», traçára a D. João II o caminho a seguir para com o seu tão poderoso vassallo. A prisão d'este em Evora; a constituição do tribunal para o julgar; a fórma e seguimento do processo, a cujas sessões muitas vezes presidiu o proprio D. João II, assistindo tambem áquella em que se proferiu a sentença ultima, e chorando copiosas lagrimas de cada vez que um dos juizes do Tribunal votava a morte do reu; a execução d'este; mais que tudo, a suprema dignidade, a elevação inexcedivel de animo, a solida e fulgurante piedade que inspiraram todos os actos, todas as palavras do Duque; e, finalmente, a impressão de terror e de grandeza, que esse drama inolvidavel, sem precedentes em Portugal, incutira no espirito do povo, com que intensidade dramatica, com que vivissimo colorido, o desenrolaria na tela da historia esse grande mestre da palavra, esse artista de raça que se chamou Oliveira Martins!

Que paginas commovedoras lhe não teria inspirado o breve tractado do Padre Paulo sobre a morte do Duque de Bragança, documento que tanto diz na sua singeleza, onde tanto transluz a rectidão do animo e a verdade que inspiraram o seu auctor, e no qual tanto sobresahe a dignidade extraordinaria que o sentimento christão sabe incutir n'uma alma, e a philosophia sublime com que ennobrece o pensamento e lhe faz accentuar o desprezo pelo mundo e suas vaidades, e até o inteiro desprendimento da propria vida! A morte de D. Fernando de Bragança faz d'este um heroe, engrandece-o, lava as suas culpas, se as teve, conquista para

a sua memoria, e atravez das gerações, os affectos e a sympathia mais funda.

Preso em Evora o duque, D. João II, antes de avançar demasiado, sondára cautelosamente a côrte de Castella, escrevendo para isso desde logo a Fernando d'Aragão. A resposta dos Reis Catholicos fôra dubia, limitara-se a lastimar as desavenças occorridas em Portugal, dizendo ao Rei D. João que «onde havia tamanha obrigação como da Corôa Portugueza para com o Duque de Bragança seu primo, nunca poderia o castigo sobrepujar á clemencia, nem a penalidade ao favor, muito menos quando o Duque o não merecia, conforme Sua Alteza o affirmára». Concluia por fim sollicitando mais ampla informação para só então formularem parecer «a seu primo, irmão e amigo que tanto amavam». Era pois platonico o interesse que lhes merecia o Duque de Bragança. Fôra apenas instrumento commodo para inquietar e enfraquecer um visinho poderoso. Além do que, no fundo, a Rainha Catholica estimava e apreciava as grandes qualidades de D. João II como soberano, ao ponto de responder a alguem que na presença d'ella Rainha o amesquinhava, dizendo: «Tal haga Dios a mis hijos» e por occasião da sua morte «Agora murió el hombre que yo tenia en mayor estimacion».

De D. Fernando d'Aragão dissera Machiavel no seu livro do *Principe* ser elle o homem mais falso e perfido da sua epocha, que tirava gloria de haver por mais de dez vezes enganado a Luiz XII de França. E em outro lugar affirmára fallando tambem d'elle, embora sem o nomear expressamente: «Um principe contemporaneo, que não convem nomear, sómente nos prega a paz e a boa fé; mas é inimigo d'ambas, e se ambas tivesse observado, muitas vezes teria perdido seus estados e reputação».

Eram por certo de outros quilates o coração, o engenho, as altas qualidades de Isabel a Catholica. O perfil d'esta soberana, que apenas ficára vagamente delineado no capitulo 1.º, teria n'este capitulo 6.º pleno e cabal o seu complemento.

A resposta acima referida dos soberanos de Castella desopprimira de cuidados o rei portuguez, e decidira da sorte do

Duque D. Fernando. Fôra este preso na tarde de 31 de maio de 1483 em Evora, nos Paços do Castello Velho de Ruy de Mello, Conde de Olivença, logo depois da festa do Corpo de Deus, e já a 25 de junho seguinte, em uma sexta-feira, das nove para as 10 horas da manhã, a sua cabeça rolava aos pés do algôz, e o poder real ficava de vez assente, com applauso e satisfação do povo, que assim o vinha reclamando desde as côrtes de Evora e Montemór.

Nos termos que seguem, narra o Padre Paulo de Santa Maria esses momentos derradeiros de D. Fernando de Bragança:

> ...isto seria já oras de meyo dia, e fazendo-se grande arruido na praça, assi pelo rumor grande da juntamento da gente, como das carretas que trazião madeira, e o grande bater, aparelhando-se no meyo della alto, e grande cadafalso, e andaime para elle sobre esteios des a caza em que estavamos, e tudo isto coberto de panos pretos, ao meyo dia pouco mais ou menos entrou a justiça comnosco, e Corregedor Ruy da Gran, e Francisco da Silveira, filho de Fernão da Silveira Coudel mór em logo do meirinho moor os quais vendo-os o Duque, muito o sentio, e falou-me mansamente a orelha, e disse-me louvado seja Deos, porque em todas as couzas que me podem dar pena, e paixão não deixão de o fazer, e levantou-se, e esteve no meyo da caza, e nos todos de redor delle, cessando daquello em que estavamos, e foy trazida huma loba preta, que lhe vestimos sobre suas roupas, a qual o cobria todo ateé o chão, e logo o meirinho que com aquelles vieron se assentou de joelhos ante elle, dizendo, Senhor vossa merce me perdoe, e o Duque lhe respondeo, fazey em voora vosso officio, e chegando-se a elle atou-lhe os dedos polegares das mãos de sob a loba com huma fita de seda preta, e apertando o disse o Duque, não me aperteis muyto porque me dais paixão então falando com grande assocego, e repousado coração, olhando para nos disse, certamente, eu sempre ouve a morte da justiça por booa, e agora por melhor que nunca, porque eu quando alguma couza me doy posto que pequena seja, muyto a sinto, e saõ muyto som paciencia, mas agora nada me doy, e o meu coração com ajuda de Deos, esta muy assossegado, e contente em elle, pois para que he melhor morte, e dizendo elle estas couzas pela mayor parte dos que prezente estavamos nó nos podiamos abster de lagrimas e então disse Pero da Sylva o de barra, a barra, que era hum dos que o guardavão, oo Senhor que exemplo nos quaá deixais, e que maravilhoso coração, a quem o Duque disse, este coração não he dos homens, se não de quem o Deos quer dar, e antes d'isto o dito Senhor me disse algumas couzas particulares secretamente antre as quais me disse, direis a El-Rey meu Senhor que peço perdão a

Deos, e a ele, e tambem lhe perdoo, e que o temor que delle tinha de me destruir, e matar me fez vir aquello que temi, e que lhe peço por serviço de Deos, e seu bem destes Reynos, que assi como se soube fazer temer, e ora por minha morte mais que nunca assi se saiba fazer amar, porque temor sem amor não pode muyto durar, outro si mandou dizer por mi a vós mestissima Senhora que agora vos lembrareis do vosso virtuoso proposito, que sempre tevereis de entrar em Religião, e que agora tinheis mais tempo, e razão que nunca, e que vossos filhos creasseis quanto em vos fosse por Deos, e nenhum para o mundo, e depois ordenado assi para sair de caza abrirão as janellas, e apareceo a multidão do povo, que a guardava na praça, tanto que não sómente o chão, mas as janellas, eirados, e telhados todo era cheyo, a qual multidão do povo elle esguardou com vulto assocegado, e sem tristeza, e socinado hum dos presentes por Deos disse, vede Senhor esta multidão, couzas são do mundo hirvos eis em pás aa mizericordia de Deos, e em breve sereis com elle, esta multidão, e vaidade do mundo torna-se-ha em aquello que he, e ouvindo elle isto tornou a cara rizonha, e alegre, e logo nos ordenemos para sair de caza para o lugar do martirio, e alli ficarão todos os da guarda, e tambem os Religiosos somente fomos com elle tres, f. o Padre de Santa Maria do Espinheiro, com huma cruz adiante, e eu que lhe alçava a roupa de diante para não empeaecer, e Diogo Gonçalves outro si, que lhe levava a roupa de detrás, e querendo descer pela escada disse o dito Senhor com vós, e gesto muy piedozo, e aar de muyta contrição, quando nosso Senhor Jesu Christo, hia para a paixão, assi iria elle prezoo com outro impeto, e arrebatamento, e elle ia pelos pecados alheyos, e eu vou pellos meos proprios, bento e louvado seja elle, e assi fomos todos dizendo o Psalmo de *miserere mei Deus* ateé que chegamos ao cadafalso, aonde me não recordo que achasemos se não o algós, e o dito Senhor se assentou em joelhos ante a Cruz, e Diogo Gonçalves, e eu cada hum de seu cabo dissemos a antiphona de nossa Senhora *sub tuum praesidium cofungimos* com aquellas oraçõens, e palavras que Deos nos encinava, e nisto se deu o pregão da justiça, e ouvindo o elle disse, *digão o que quizerem*, e então disse contra nos outros, muytos nesta ora a costumão muytas couzas, mas parece-me que he uma vangloria, e couza sem algum proveito, porque abasta ao homem em tal tempo cuidar no que lhe compre, e des hi proguntou ao algoz que havia de fazer, que nó avia hi outro a quem houvesse de proguntar, o qual parecia homem de boa discripção, vestido em hum fato preto comprido e o capello sobre os olhos cingido com huma corda de esparto que fazia piedade a vista com huma toalha na mão para cobrir o vulto ao Senhor Duque, e na outra o cotello escondido na manga, o qual disse ao Duque aveivos Senhor de deitar sobre este taboleiro, e de costas, virado contra o Oriente, mas o Duque respondeu, deixame virar contra o poente porque esguardo aquella Igreja de Santo Antonio, e disse logo sua comemoração, e assi fez comemoração de Santa Maria Magdanella que destes dois Santos era muy devoto, e então me disse que lhe tirasse do colo aquellas reliquias, que eu de vossa merce recebera para poer, ff. hum espinho da Coroa de Christo encastoado em relicario, e disse, tornareis esto a Senhora Duqueza com estes Livros de rezar que vos jaa tenho dados, e dizei-lhe que os guarde para seus filhos, e que lhe peço por merce que mande um romeiro a Santa Maria de Guadalupe, e outro ao Santo Sepulchro de Jesu Christo, que assi o tinha eu ordenado, e em proposito de fazer, e que encomende minha alma a Deos, ao qual a incomendo, neste ponto se lançou o dito Senhor de costas, dizendo, com nosco o Psalmo de *In te Domine speravi* ateé, *in manus tuas Domine comendo spiritum meum*, e jaá tinha o vulto coberto com a toalha, e querendo-me eu arredar d'elle, lhe disse acerca da orelha, encommendava vosso spirito a Deos, ao qual apraza avervos em breve comsigo, e assi me alevantey, e me acostey a cerca de seos pees com o vulto sobre o tavoado, e sobre minhas maos, sem ver sangue, nem como foy degolado, mas soou nas minhas orelhas huma vos muy grande, e acordada como torvão de todo o povoo, que dizia, Jesu em comprida vox, o qual nome do Salvador creo que recebeo então sua alma em gloria.

Tão extraordinaria catastrophe provocára uma natural reacção. D'ahi as conspirações e tentativas successivas tendo como alvo assassinar D. João II, apoderar-se do principe fazendo desapparecer essa creança; raptar a Excellente Senhora e entregal-a a Castella como preço do apoio d'esta côrte; e finalmente proclamar Rei o Duque de Vizeu. A conspiração de Setubal; a intervenção do Bispo de Evora, D. Garcia de Menezes; a delação de Diogo Tinoco, disfarçado em frade, avisando mysteriosamente a D. João II, em conferencia celebrada n'uma das egrejas de Evora, de todos os tramas da conjuração; a tentativa frustrada de assassinato do soberano, por occasião de se celebrar a grande procissão do Corpo de Deus, o que daria logar a uma pittoresca e desenvolvida descripção desta cerimonia tão popular em tempos de D. João II; taes seriam os episodios desenvolvidos na antepenultima parte do capitulo VI, preparando a exposição da segunda tragedia, a morte do Duque de Vizeu, á qual se seguiriam a condemnação e supplicio de tantos dos conjurados.

E foram temiveis o castigo e desforço d'El-Rei. O Bispo de Evora mettido no fundo de uma cisterna com agua, e mor-

rendo quatro dias depois, D. Fernando de Menezes degolado na praça de Setubal; D. Guterres levado para a torre de Aviz onde tambem logo falleceu, apezar das promessas reaes que lhe haviam garantido a vida; D. Pedro d'Athaide, que chegára a fugir até Santarem, reconduzido a Setubal e ahi degolado e feito em quartos; Fernão da Silveira por muito tempo occultado em casa de amigo fiel, e mais tarde refugiado em França, morto a ferro na cidade d'Avinhão pelo Conde de Palhares, desterrado catalão, a quem El-Rei D. João II «pello fazer por seu mandado fez mercê de muita somma de ouro, em que se primeiro concertou»; Pero d'Albuquerque degolado em Montemór-o-Novo; e mais feliz do que este, finalmente, o Conde de Penamacôr, que conseguiu refugiar-se em Castella, e depois em Roma, andando ainda desterrado por muitos outros reinos.

Comprehende-se o assombro e o terror que n'estas circumstancias avassalariam os animos. O livro do *Principe* fructificára em Portugal. Luiz XI encontrára imitador. Com outra nobreza de porte e muito maior elevação de animo, D. João II repetia os actos de crueza, usava a dissimulação, mantinha as praticas devotas que caracterisavam o soberano da França.

Os seguintes trechos de Machiavel indicam por que fórma Oliveira Martins iria filiar nas doutrinas do celebre Florentino os actos de D. João II:

> Ainsi il est à remarquer qu'il faut ou gagner les hommes ou les tuer, parce qu'ils se vengent des offenses légères, ce qu'ils ne peuvent pas faire pour les grandes; de sorte que lorsqu'on offense un homme, il faut s'arranger de manière à ce qu'il ne puisse pas se venger.
>
> .....
>
> Je crois que cela vient du bon ou mauvais usage que l'on fait de la cruauté. On peut la dire bien employyée (s'il est jamais permis de dire qu'un mal est un bien) quand elle ne se fait qu'une fois, et encore par necessité de conserver le pouvoir, et qu'elle tourne ensuite au bien de ses sujets. Les crimes mal employés sont ceux qui, quoique étant peu considérables au début, au lieu de cesser augmentent par la suite.
>
> .....

> Ainsi, le mal se doit faire tout à la fois, afin qu'en le savourant moins il blèsse moins, au contraire, les bienfaits doivent se répandre peu à peu, afin qu'on les savoure mieux.

E para que se veja até que ponto D. João II juntava a tamanha crueza uma exaltada devoção, bastará n'este momento, sem mesmo fazer referencia a tantos factos da sua vida, mencionar este, muito caracteristico, citado por Garcia de Rezende:

> E em hua boceta de que elle tinha a chave se achou depois da sua morte hun confessionario, e huãs deciprimas, e hum aspero cilicio, que muytas vezes trazia sobre a carne debaixo da camiza, e vestiduras reaes.

Combinando todos estes traços Oliveira Martins, e isto se deprehende de um dos seus pequenos apontamentos a lapis inserido n'este logar, faria sabresahir o contraste entre D. João II, «beato, usando cilicios, tendo revelações, seguro do auxilio divino directo, *Si Deus pro nobis quis,* etc.» (1) com o D. João II politico, cruel, sem commiseração e sem piedade. Igualmente poria em confronto essa sensibilidade expontanea que o fazia romper em lagrimas a proposito de cada uma das peripecias, que precederam e seguiram a morte do Duque de Bragança, com a ironia funebre que o levara, presente o cadaver apunhalado do Duque de Vizeu, e no momento em que cumulava o futuro herdeiro do reino, de bens, titulos e grandezas, accrescentando-lhe o grão mestrado d'Aviz ao ducado de Vizeu, transformado o titulo d'este para o de Beja, a dizer a D. Manuel o trocadilho seguinte: «Eu vos faço mercê de Avis e Vizeu (aviso-vos eu)», palavras com que encobria a ameaça sob a apparencia da mercê. (2)

---

(1) D. João II *beato* (cilicios) ao mesmo tempo que politico. *Si Deus pro nobis quis,* etc. — Contrastes tragicos na morte. — Ironia funebre: cadaver Vizeu: *calembourg*. — *Sensibilidade* espontanea, chorar prompto.

(2) Sobre o cadaver do duque de Vizeu, D. João II dá a D. Manuel (irmão do assassinado) o mestrado de Aviz e o ducado de Vizeu do fallecido, com o seguinte trocadilho:

— Eu vos faço mercê de Avis e Vizeu *(aviso-vos eu)*.

Ameaça e presente. (Apontamento de Oliveira Martins).

E' bem conhecida a versão dos chronistas ácerca da morte do Duque de Vizeu, e das palavras trocadas entre este e o Rei:

> Tenia el Rei prevenidos tres valientes Cavalleros de quien se confiava, en un aposento retirado en Palacio, cuyos nombres eran don Pedro Deça, Diogo de Asambuja i Diogo Mêdez del Rio. Llegado el Duque, disimuladamente le tomaron las puertas, i el Rei, entrãdo en el aposento como para otra cosa, cõ grandes fiestas i agasaja: lo asió del braço, i le dixo: Primo, que hizierades à quien tratára de mataros? Respõdio, turbãdo se: Señor, se pudiera, matarale. Replico el Rei: Vos os sentenciais: i echando mano à un puñal, le mató có muchas heridas. (1)

Similhante versão não satisfazia Oliveira Martins. Achara-a demasiadamente theatral, desconfiára d'ella. Preferia-lhe muito, tencionando adoptal-a, assim m'o affirmou em Branc'-Annes, a que é dada por Popplau. Não presenciára este directamente os acontecimentos, mas era um estrangeiro illustrado, ouvira as versões correntes, estava desapaixonado na lucta. Constituia n'esses termos uma testemunha apreciavel e como tal muito ajudara a fixar em mais de um assumpto o parecer de Oliveira Martins. Particularmente lhe agradára nas versões apresentadas ácerca da morte do Duque de Vizeu, e seria para uma d'ellas que o escriptor se inclinaria afinal. Essas versões são as seguintes:

> Algunos cortesanos afirmaban haber estado presentes a lo ocurrido, mas en sus cuentos no estaban confórmes. Se dijo por el clamores universal que El Rey fue prevenido à tiempo de que el dia de su vuelta al alcazar, castillo, ó á la ciudade en un barco, debia caer victima de los conjurados; pero llevó armas ocultas bajó su vestido, llamó al principe (Vizeu) y le presentó las cartas que escribio a sus cómplices, y agarrandole luego con una mano, le hundio con otra su puñal en el pecho. En el instante mismo, acudieron dos individuos occultos en la real camara, le traspasaron el derecho é isquierdo.
>
> Otros pretendian tambien que el principe primero echó sus manos sobre el Rey diciendole. «Ahora quiero ver quien de los dos lucha mejor,» y el Rey, arrancandole el puñal levantado, se lo hundio en el cuerpo.

(1) Vasconcellos.

> En todo caso, aunque el princepe hubiese podido conseguir su intento, no hubiera podido herir á su victima porque tenia una malla bajo su traje.

Por egual notára Oliveira Martins os trechos de Popplau ácerca do que constava da morte do Bispo de Evora e attitude da Rainha D. Leonor perante o cadaver do irmão crivado de punhaladas pela régia mão do Esposo. O segundo d'estes trechos, eminentemente proprio para julgar dos sentimentos e reciproca situação dos dois esposos, e tendo inteiro o caracter da verosimilhança, seria tambem acceito por Oliveira Martins, que o consubstanciaria na sua propria narrativa de tão tragico acontecimento.

> O bispo de Evora (D. Garcia de Menezes) «encadenado lo metió en una cisterna en que las agoas le subian hasta el pecho y asi lo dejaron algunos dias.» Depois tiram a agoa, dão-lhe de comer e põem-lhe uma cama na cisterna. «El obispo declaró entonces publicamente que más de sessenta nobles y grandes señores, con elle y con el difuncto principe se entendieran para asasinar al Rey.»
>
> Al dia seguiente ó poco depos de esta confesion, el Rey dió gracias á Dios Omnipotente en presencia de toda su corte e hincado de rodilhas, por haberle salvado del peligro de la muerte, entre otras cosas dijo en esta ocasion: «Tengo verguenza, y me es preciso callar en vuestra presencia el gran numero de mis traidores.»
>
> Mandou fazer procissões de acções de graças em Lisboa «yo mismo y con mis proprios ojos he visto esta procesion; lo demás del suceso con el obispo me lo contaron personas dignas de fé en Lisboa que volvieron de Setubal. (1)
>
> Se me dijo tambien que la Reina, al saber la muerte de su hermano, se arrancaba los cabellos, torcia sus brazos y prorumpia en gritos e sollozos desesperados. Informado el Rey la amena ó, si continuaba asi, de envolverla en la misma causa de traicion de su hermano y entonces se quedó quieta.»

Comparando a attitude de D. Leonor em presença do cadaver do irmão assassinado com a de D. Manuel, tal qual esta é narrada por Garcia de Rezende, Oliveira Martins faria por certo sentir quão differente se mostrára a tempera das

(1) Excerpto abreviado de Popplau, transcripto pela lettra de Oliveira Martins.

duas almas, e de quanto maior valia não era a piedade feminina que, sem receio da colera do Rei, se arrepelava e desfazia em lagrimas deante da victima em cujas veias girava tambem o sangue de seus paes.

Em D. Manuel não havia de que o Rei se arrecear. Esse sómente tivera genuflexões e palavras de gratidão pelos beneficios e mercês, e não por a propria successão do Reino que n'aquelle momento se lhe desenhava, com todos os seus deslumbramentos, no horisonte da existencia.

E logo sem delonga, assim o conta Rezende,

> ... nem esperar que alguem lhe falasse, el Rey mandou chamar o Senhor dom Manoel, que entam jazia doente, e com elle Diogo da Sylva seu ayo, e vindo elle muy temorizado por o dia ser de tanto temor, e espanto, el Rey lhe disse, que elle matara o Duque seu irmão, porque elle Duque com outros o quizerão matar, e porque todalas cousas que elle em sua vida tinha por sua morte ficavão livremente a sua coroa, elle de todas dally em diante lhe faria mercê, e pura doação para sempre, porque Deos sabia que elle o amava como a proprio filho, e lhe dizia, que se o proprio seu filho falecesse sem outro filho legitimo que o socedesse, que daquella hora para então o avia por seu filho verdadeiro de todos seus reynos e senhorios.
>
> E o senhor dom Manuel com muito acatamento pos os joelhos em terra, e lhe beijou por tudo a mão, e assi Diogo da Sylva seu ayo, e el Rey mudoulhe o titulo de Duque de Vizeu por se não intitular como seu irmão, e ouve por milhor que se intitulasse Duque de Beja, e senhor de Vizeu, como dally em diante se chamou.

A esphera armilar que D. João II lhe gravára no brazão, symbolo d'esse imperialismo, que lhe daria o Oriente e o Brazil, e por momentos pareceria assegurar-lhe o dominio da inteira peninsula iberica, projectára tão grande sombra sobre tudo que era passado, apagára tanto por completo o echo de antigos acontecimentos, que nem o sangue escorrendo ainda quente das feridas rasgadas no corpo do irmão, nem os ultimos arrancos que na anciedade da morte este proferira, tinham já a força precisa para distrahir D. Manuel do amôr e gratidão para com a pessoa do Soberano que tanto lhe dava, e tão generoso se mostrára para com elle!

*
* *

As funebres tragedias de Evora e Setubal, aos rigores extremos firmados unicamente na razão de Estado a mais cruel e descaroavel, convinha oppôr agora descripção mais risonha, apropriada por sua contextura e natureza para repousar o espirito do leitor saturado de terrores, sobre-excitado e nervoso.

O capitulo VII seria por isso o quadro de genero, pittoresco e sorridente, em que a vista descançaria da contemplação de mares procellosos tão fartamente povoados de parceis e baixios.

A côrte de D. João II, a mais brilhante que até então existira em Portugal, desfilaria n'elle, com o fulgôr incomparavel d'esse periodo de renascença em que a intensidade da vida intellectual, as faculdades creadoras do espirito humano attingiram uma das mais brilhantes culminações que a historia regista em seus annaes. Alvorecia a poesia entre nós, formava-se e polia-se a lingua, surgiam as artes, enriqueciam-se os trajes, multiplicavam-se os cortejos e as solemnidades. Nos paços régios e junto d'elles, ás caçadas e montarias, ás corridas de cavallos e de touros, aos certames de luctadores, aos jogos de lança e barra, cannas, justas, passos de armas, succediam-se as cavalgatas, os banquetes reaes em plena rua e perante o povo, as côrtes d'amôr, as danças em que o Rei tomava parte, figurando uma vez de cavalleiro do Cysne, á imitação do Principe de Cléves na côrte do Borgonhez, e outras encorporando-se entre mouros e mouras em retortas mouriscas. Nos intervallos descançava perante toda a côrte, como o descreve D. Vasco Coutinho, ao depois Conde de Borba, em seu depoimento na inquirição de testemunhas e auto da morte do Duque de Viseu, a saber «em outro serão, estando El-Rei em casa da Raynha deitou-se no seu arregaço e alevantou-se e mandou fazer uma alta dança e passou com a Rainha, e foi-se deitar, no regaço de sua dama, etc.»; scena

esta a que parecem alludir os versos da satyra famosa dos «Porquês de Setubal» que faz parte da collecção do *Cancioneiro Geral.*

«Porque traz Dona Maria
«S'os braços tal raposeira.»

Mais uma vez se confirmava o facto occorrido antes e depois de D. João II e renovado até na epocha contemporanea. Avolumados os terrores, crescentes os motivos de preoccupação e de susto, tanto mais avidos de prazer e de gôzo se mostram a sociedade e os individuos. Accresce que em tempo de D. João II a educação favorecia essa tendencia para os galanteios e para os jogos, não havendo cortezão ou dama que d'elles desdenhasse, tendo para assim proceder o bom exemplo do Rei, de quem o obeso, alegre e espirituoso Garcia de Miranda, panegyrista fervoroso d'aquele soberano escrevia:

Era singular dançador em todas las danças, e muyto bom cavalgador da gineta, e da brida, muy destro, muyto braceiro, e forçoso, tanto que cortaua com hũa espada tres e quatro tochas juntas de hum golpe, que nunca achou quem o fizesse. Folgava de montear, e de caçar com galgos, e com açores, e muyto mais com caça daltanaria, e tinha sempre muyto bons monteiros, e caçadores, e singulares aves, e cães, e a seus tempos folgava n'isso, e tambem com muyto bons libres, e alãos, que sempre mandava lançar a touros, e assi trazia os milhores lutadores que se podiam achar, e muytas vezes via luitar, e avia fidalgos que o faziam muyto bem, que elle nisso favorecia, e tambem os fazia ocupar a correr, e saltar, e lançar lança, e barra, todalas cousas de desenuoltura, assi a pé como a cavallo, e a serem bons ginetarios, que todas estas cousas elle fasia muyto bem em sua primeira idade, quando para isso avia tempo.

E em outro trecho:

E nestes dias, e assi em os Domingos e dias Santos cavalgava pella Cidade e muytas vezes com trombetas, e atabales, charamellas, e sacabuxas, e com muito estado andava as ruas, e lançavam panos as janellas, e as mulheres postas n'ellas, e se via 'hun homem honrado a sua porta detinhasse com elle, e perguntava-lhe algũa cousa de que os homens ficavam com grande contentamento, e ganhava com isso os corações de seus povos; e sempre hya á carreira, e fazia correr todos os que o bem faziam, e elle corria as mais das vezes.

O reino exhausto com as guerras de Africa e de Castella renascêra. Triumphava a paz. O povo usára da sua força para concentrar o poder nas mãos do Rei, substituindo um tyranno unico, que operava em região elevada e distante d'elle, ás tyrannias multiplices, que de mais perto o avexavam e opprimiam. A aristocracia, dobrada a cerviz com applauso popular afluia á côrte, abandonando as suas terras, e no esplendor e agrados da vida do paço procurava compensação para o poderio e importancia effectivas que lhe estavam fugindo. Lembrado ainda da origem do poder supremo que lhe fôra conferido, e que inaugurou essa era nova na qual a politica triumphava, e a concepção do Estado e das suas attribuições se alargara assumindo aspecto diverso, o Rei chegava-se para o povo, tratava com elle, fazia-o participar quasi diariamente nos seus folguedos, e gozar o espectaculo da sua magnificencia soberana. Revelava-se ante elle, não já como o primeiro entre os seus pares, mas sim como um vulto áparte, um ser d'eleição, como homem providencial, emfim, humilhando publicamente o orgulho dos nobres, velando pelos pequenos e fazendo-lhes justiça prompta, usando assim do poder paternalmente, e segurando por essa forma e cada vez mais a affeição do povo.

Para o estudo dos costumes, da vida social, do modo de sentir do tempo, o *Cancioneiro Geral* fornece elementos preciosos. A elles se soccorreria Oliveira Martins quando descrevesse os saraus, os galanteios, as festas e o viver da côrte de D. João II.

Os amores ephemeros de D. Branca Coutinho com o Principe D. Affonso [1], os vultos de D. Leonor da Silva, de

[1] Foi por occasião do casamento de D. Branca que Nuno Pereira escreveu os seguintes versos referentes ao Principe.

Llorando dus vidas
Con grande agonia
La vuestra, la mia.

Pouco antes pedindo-se a D. Branca um mote para glosar, esta dissera;

Teme-se mi triste suerte

o que parecia confirmar a sua paixão pelo Principe.

D. Guiomar de Castro, de Isabel Cardosa, de D. Beatriz de Vilhena, a perigosa, que mais tarde veiu a desposar-se com D. Jorge, o bastardo do Rei, deixar-se-iam adivinhar ou surprehender nas trovas de Nuno Pereira, de Jorge da Silveira, de Affonso Valente, de D. Francisco Viveiro, da pleiade emfim dos poetas e versejadores de que resa o *Cancioneiro*. Entre todos destacaria o vulto do seu colleccionador, metrificando, tangendo, cantando e desenhando, com applauso geral e mais que todos de D. João II, que não tinha segredos para o seu pagem da escrevaninha, e futuro panegyrista:

O redondo do Rezende
Bem m'entende
Tange e canta muito bem.
E debuxará alguem
Se com isto não se offende. [1]

e ainda como em versos de Affonso Valente é descripto:

Dizem que tangeis laúde
E tocais bem os bemoles,
.....
Se tangeis por bequadrado
Inflammado como chamma,
Pareceis odre pejado
Como mama.

E como não seria elle estimado, o bom do Garcia de Rezende, apezar da sua figura truanesca e rotunda obesidade, se tamanho era o seu valimento e acolhida por parte de El-Rei, se eram tão formosos os versos e inflammado o estro com que elle celebrava, por ordem do Soberano, a belleza e a graça feminis, entre tantos outros, nos famigerados versos das estrophes seguintes:

Tendes tanta gentileza,
Tanto ar na falla e rir
Que quem vos, senhora, vir,
Nunca sentirá tristeza.

[1] Trovas de D. Francisco Viveiro.

Fostes no mundo nascida
Com graça tão escolhida
Que só por vos ter servida
Daria duas mil vidas.
.....
Dona de tal formosura,
Dona de tal merecer,
O que vive sem vos ver
Não tem boa ventura.
Para que é vida sem vós?
Nem se pode chamar vida,
E se não foreis nascida,
Por que nasceramos nós?
.....
Sois tão linda, tão airosa,
Que muitos matais por fama;
Contra vós nenhuma dama
Não se chamará formosa
Porque quantas damas são
Juntas só numa figura,
Não terá comparação
Esta vossa formosura.
.....
Que saber em discripção
Que virtudes e bondade
E em toda perfeição,
Tendes primor na verdade.
Sois tambem mui piedosa,
Amiga de todo o bem,
Sobretudo a mais formosa
Do que ouviu nem viu ninguem.

Graciosos versos estes que resgatam um pouco em Garcia de Rezende a grave culpa de haver plagiado a Ruy de Pina, cuja chronica, então inedita, só duzentos annos mais tarde veiu á luz, revelando culpa tão feia de que se tornára réu o confidente e valido do «Principe Perfeito».

A bravura e presença d'espirito do Rei, evidenciadas a cada instante, a despreoccupação e superioridade com que flagellava os vicios e a dissipação, exaltava o merito e profligava o falso orgulho, protegendo e dando boa sombra aos pequenos, tudo contribuia no seu conjuncto para manter e

exaltar a popularidade de D. João II. Seria ainda á Chronica de Rezende e á serie tão rica e interessante de anedoctas caracteristicas em que figura o Soberano que este de tão perto observára, que Oliveira Martins iria buscar elementos para imprimir vida e dar realce a esta parte do seu trabalho. Não resistimos ao desejo de transcrever algumas, poucas, d'essas anedoctas que mais accentuadamente assignalam as qualidades acima compendiadas.

Dá pittoresco testemunho de coragem e sangue frio o trecho seguinte, por exemplo:

> Estando el Rey em Alcouchete, hindo hum dia de casa a pe com a Raynha, e damas, e senhores, e muytos fidalgos a ver correr touros no terreiro junto da Egreja, acertou que mettendo hum touro na cancella fogio do corro, e veyo por a rua principal por onde el Rey hia, e diante do touro vinha muyta gente fogindo em grande grita. Foy o receo tamanho nos que hiam diante del Rey, que todos fogiram, e se meteram por casas e trauessas. E el Rey so tomou a Raynha pola mão, e poz se diante della com a capa no braço, e a espada apunhada com muyto grande segurança esperou assi o touro, que quis Deos que passou sem entender n'elle,

De como D. João II sabia applicar convenientemente a regia censura traduzindo-a em fina mas incisiva ironia, é bom modelo a anedocta occorrida com Fernam Serram:

> A primeira vez quando el Rey entrou na Cidade de Lisboa, foy hua muyto grande entrada, e solennissimo recebimento de grandissimas festas, e muytos e grandes gastos e despesas, cousa que foy nomeada por grande e ouue ahy homens que gastaram muyto, e hum Fernam Serram caualleiro cidadam de Lisboa, homem honrado, vendeo duas quintas, e gastou tudo em atauios e vestidos, antre os quaes fez hum gibam bordado de pedras, e pedraria que valia muyto.

Soubera o Rei d'esse facto, e para castigar tão louca dissipação dirigiu-se ao avistal-o, para o luzido cavalleiro, dizendo-lhe:

> Fernam Serram, quantas quintas fazem hum gibam: que não deixaua passar por cousa mal feita sem reprensam, ou castigo.

O occorrido com Diogo d'Azambuja, o audaz navegador,

e com Pero de Mello, testemunham por egual o apreço publicamente demonstrado pelo merito e serviços relevantes:

> Diogo Dazambuja era muyto manco de hua perna, que quasi lhe fora cortada nas guerras, e estaua junto com os degraos, e com a muyta gente que chegou era muyto maltratado, e tanto, que se nam podia ter e el Rey o vio, e veyo a borda do estrado, e tomou o polla mam, e sobioo encima, e disselhe alto, que o ouuiram muytos: Salvay vos ca, e chamemvos como quiserem. Assi uteue com muyta honra perante todos encima no estado, que he lugar de Reys e Principes.

Identica significação e valor egual tem a anedocta em que é protagonista Pero de Mello:

> ... e hum dia levando de beber a el Rey a mesa hia lhe tremendo a mão, e em querendo tomar a salva cahio lhe o pucaro com a agoa no cham de que ficou muyto corrido, e algumas pessoas principaes começaram de rir, e el Rey disse alto: De que vos rides, nunca lhe cahio a lança da mão, ainda que lhe cahisse o pucaro: de que Pero de Mello ficou muyto contente, e tornou lhe a dar de beber.

E' caracteristico do tempo e prova até certo ponto a feição paternal da realeza, e uma certa singeleza de habitos que ainda se conservava, aproximando o Rei dos subditos, o facto succedido com Ruy de Souza, e narrado por Garcia de Rezende n'estes termos tão engraçados e singelos:

> ... sobreveyo a Ruy de Sousa hum negocio, em que lhe muyto cumpria aver tres mil cruzados emprestados, e como era muy despejado com el Rey lhe contou ter necessidade, e pedio-lhe por mercê que ao domingo seguinte quando sua Alteza cavalgasse, como sempre cavalgava na rua nova dos mercadores, lhe fizesse algum favor, para achar quem lhe emprestasse o dito dinhyero; e el Rey disse que si. E ao domingo cavalgou, e na rua nova chamou Ruy de Sousa, e soo falando com elle deu tres voltas na rua nova rindo ambos, e perguntou lhe se abastaria, e Ruy de Sousa lhe disse que sobejava e ao outro dia foy Ruy de Sousa á rua nova, e a soo dous mercadores que falou lhe emprestarão os tres mil cruzados, e se vinte mil quisera tantos achara, que tão estimados erão os homens que el Rey favorecia.

Finalmente a convivencia entre El-Rei e o seu pagem da escrevaninha revela bem até que ponto D. João II apreciava

a poesia e as artes, e como na intimidade o seu espirito repousava nobremente das fadigas e responsabilidades da governação. São reveladores da vida intima do soberano, entre outros, os trechos seguintes:

> E depois da morte do Principe quando tornei para elle me fez logo mercê da sua escrevaninha que ficara de Ruy de Sande, quando fora accrescentado, e avia perto de hum anno que a não dava a ninguem, e era antes a melhor cousa que havia antre os moços da camara, porque el Rey sempre escrevia com a sua escrevaninha, e nunca molhava a pena quando escrevia, sómente eu lha tinha na mão molhada, e limpa, e como a com que elle escrevia gastava a tinta elle ma dava, e tomava a outra, e sempre tinha na mão hua pena concertada com tinta, e via tudo ho que elle escrevia, e um dia estando elle escrevendo para el Rey de Castella e eu so com elle no escritorio, por eu ver ser cousa de muita substancia estava com o rosto virado para outra parte, e elle querendo a pena, quando me vio estar virado disse: Virate para ca, que se me não fiasse de ti não te mandaria estar ahy.
>
> .....
>
> Eu debuxava muyto bem, e elle folgava muyto com isso e me occupava sempre, e muytas vezes o fazia perante elle em cousas que me elle mandava fazer, e porque eu levasse gosto em o fazer me disse hum dia perante muytos, que me prezasse muyto disso, porque era tão boa manha que elle desejava muyto de a saber, e que o Emperador Maxemiliano seu primo era gran debuxador, e folgava muyto de o saber, e fazer.
>
> .....
>
> E porque eu começava de tanger bem me mandava ensinar, e me ouvia muytas vezes na festa, e de noite na cama, e me gabava tanto, e tantas vezes, que eu não cuydava em outra cousa senão em servir, e aprender.
>
> .....
>
> E estando hue noite na cama já despejado, me perguntou se sabia as trovas de dom Jorge Manrique, que começão *Recorde el alma dormida,* e eu lhe disse que si, fezmas dizer de cor, e depois de ditas me disse, que folgava muyto de mas ver saber, e que tão necessario era a hum sabellas, como saber o Pater noster.
>
> .....
>
> ... e elle por não dormir jugava sempre na sesta o enxadrez.
>
> .....

Com estes e outros elementos colhidos em Rezende, em Ruy de Pina, e ainda e muito especialmente na Viagem a Portugal no anno de 1484, escripto de Nicolaus von Popplau, o famoso forasteiro allemão, natural de Breslau, ao qual por vezes nos temos referido anteriormente, é que Oliveira Martins poria em scena a côrte mundana de D. João II, marcando em relevo os contrastes e dissonancias que n'ella se debuxavam. Servir-lhe-ia, para contrapôr aos panegyricos e parcialidades dos escriptores nacionaes, essa narrativa do allemão, rico e vaidoso, narrativa em que elle aponta com ironia accentuada quanto ainda havia, e era muito, de grosseiro, tôsco e primitivo, nos costumes e habitos do povo e da côrte, comparados estes com o polimento e lustre de outras côrtes que elle conhecera e tractára.

Popplau fôra encontrar o Rei em Setubal. Como unico meio de aproximação da pessoa do Soberano trouxera uma carta dos allemães de Lisboa, recommendando-o ao cosinheiro flamengo de D. João II. Repellido, naturalmente, pelos officiaes do rei, expulsam-o estes ainda da casa de um sapateiro, onde se alojara á entrada da cidade com dois creados seus, por se carecer d'essa casa para dar agasalho a outros viajantes.

Não pára aqui a série dos seus desastres. Pela protecção do bobo da Rainha é levado a uma estalagem invadida ao cahir da tarde por mulheres de má vida e salteadores que ali permanecem jogando. Durante a noite arma-se desordem e um dos creados de Popplau é preso.

Todos estes trabalhos foram, porém, largamente compensados pouco depois pelo acolhimento que lhe concedeu El-Rei, a quem na falta de introductor, se apresentou directamente, com o unico servo que lhe restava, ás horas em que o Rei comia em publico. Tanto se agradou o soberano de Popplau, que o conservou junto a si durante a maior parte do mez de agosto. Viera o allemão de Santiago em 22 de julho, e passára no Porto e Lisboa de caminho para Setubal. «Con este Rey» assim escreve «me quedé hasta las visperas *Nativitatis Mariae* (8 de Septembro).» Comia á meza do Rei, que lhe admirava a pericia no uso do latim; na egreja estava de pé ao lado da cadeira régia, e ao retirar-se em 7 de Septembro, sahia na manhã d'esse dia, cumulado de favores, munido

de um salvo conducto e passaporte por mar e por terra, e com 100 cruzados no bolso.

São em extremo curiosas as observações a respeito do paiz e seus habitantes, formuladas por Popplau no seu pequeno escripto.

Admirando o engenho e subtileza dos portuguezes, nenhum encontrára, no entanto, comparavel comsigo em dignidade e isenção, o que não abona muito a sua discrição e modestia. Nota a nossa semelhança com os Gallegos, achando-nos grosseiros, tontos, incapazes de bons costumes, e ignorantes apesar da pretensão a sabedores.

Exalta a fidelidade dos portuguezes ao Rei, exceptuando os nobres, fidelidade maior que a dos inglezes, cuja crueza, intemperança e insensatez tambem não imitavamos. Acha os homens feios, morenos de côr e de cabello escuro. D'entre as mulheres, muito pouco encontra formosas, semelhando antes homens, mas ostentando geralmente olhos negros e fascinantes, e sendo nos amôres ardentes como as inglezas.

Censura nos portuguezes a grosseria, mostra-os folgazões mas indolentes «y no les gusta trabajar», descreve-lhes e critica-lhes os trajes e nem sequer poupa na censura ou na satyra o proprio Rei e a côrte, a que se refere n'estes termos, ao narrar a comida do soberano:

> El Rey se con cuatro o cinco platos en su mesa, bebe unicamente agoa sacada del pozo, sin azucar ni especies. La servidumbre de la mesa se compone generalmente de diez individuos que estan de pié segun orden, delante de la mesa.

Accentuando as familiaridades inconvenientes dos cortezãos, escreve:

> Apoy en sobre la mesa sus manos y vientres y el Rey como un humilde señor sufre estas groserias.
>
> Bajo la mesa, y à los piés del Rey estan sentados seis u ocho muchachos y a cada lado uno para apartar de el las moscas com abanicos de seda. Entre ellos reparte el Rey su primer plato de fruta cuando no poede comerlo el mismo.

> Si no hay huespedes à la mesa convidados, nos e sirve de cuchillos, muerde com sus dientes ó rompe con sus manos el pan. Se les sirve à ambos [1] en platos ordinarios.

O aspecto pittoresco, anedoctico, para o qual todos estes elementos se prestariam admiravelmente, seria pois o predominante no capitulo VII, ou pelo menos na sua primeira e mais consideravel secção. Sobre fundos diversos se moveriam, porém os differentes agrupamentos e as individualidades que caracterisaram a côrte de D. João II, meros accidentes de estados de espirito, de interesses e paixões que imprimiram á epocha a sua feição caracteristica e original. Em uma nota a lapis, distingue Oliveira Martins esses diversos fundos de scenario pela forma seguinte:

a) o mysticismo, personalisado em D. Joanna.
b) a politica, as descobertas, o rei e a sua cohorte.
c) O amôr, incarnado em D. Anna de Mendonça, abrasando em ciume a Rainha D. Leonor.
d) os partidos politicos, sectarios do absolutismo nascente, do cesarismo firmado na affeição da plebe, ou defensores dos privilegios e immunidades da nobreza de sangue.

O final d'este capitulo analysaria sob o primeiro d'estes aspectos a epocha de D. João II. Estudaria até que ponto a profunda transformação psychologica operada pela renascença, alterára, chegando por fim a desnatural-o, o sentimento religioso. Mostraria a efflorescencia do individualismo, a crescente confiança do homem em si proprio, poria em confronto no terreno politico o triumpho do machiavelismo levado até á tyrannia, e na esphera religiosa o beaterio (pharisaismo),

[1] O Rei e o Principe.

que não é a solida piedade e a fé robusta que alenta, conduzindo até á intolerancia personalista mais tarde na inquisição.

A vida da Princeza Santa, da filha veneranda do heroe d'Arzila, permitir-lhe-ia apreciar na sua primeira e melhor phase essa transformação operada no segredo das consciencias. Descreveria assim as instancias de D. Joanna para seguir a vida religiosa, instancias que começaram muito cêdo, quando a Princeza apenas tinha dezoito annos. Mostraria como se lhes oppuzera o amôr da familia e a razão de Estado. Fôra a Princeza jurada, ao nascer, herdeira do Reino. Para fiador do throno apenas existia, em linha directa, um irmão, o Principe D. João, tres annos mais novo, e tão fraco de compleição que «cada anno o tinham por morto e os Physicos desconfiavam da sua vida.»

Comprehende-se pois quanto importava affastal-a do claustro, e com effeito se D. Joanna tivesse sobrevivido a seu irmão, teria ella herdado o Reino, e não D. Manuel na falta de descendencia directa legitima do soberano. A lucta com o pae e o irmão, com sua tia D. Fillippa irmã da Rainha, com o Bispo de Evora, com os populares e gente de Aveiro; a primeira ida para Odivellas, a estada no convento de Jesus, a impossibilidade, em que se encontrou, de professar pela resistencia dos proprios prelados; a vida de penitencia passada no Paço, cingindo-se com os cilicios, cobrindo o corpo com a aspera estamenha, que os trajes mais ricos e as vestes e os ornatos mais preciosos encobriam aos olhares dos cortesãos; os jejuns apertados, as vigilias e privações, o uso constante das disciplinas, seriam outros tantos traços do vulto da Princeza, que o pincel do seu novo biographo faria sobresahir, não occultando a critica que em um ou outro ponto lhe suscitariam, por contradizer talvez ideias e convicções suas o modo de ser e de sentir da Princeza Santa.

Recusára ella tenazmente os mais illustres consorcios; persistira na sua determinação de viver como Freira, sem que chegasse nunca a professar. Embora agastado com essas resoluções, D. João II não cessára de estimal-a, e de engrandecer-lhe as suas rendas por meio de generosas doações. Fez mais;

confiou-lhe, pouco depois de nascido, com trez mezes apenas, o filho D. Jorge, que com a Santa se criou e viveu até ao fallecimento d'esta.

Que a princeza estimava o Sobrinho, e assim correspondia á affeição e confiança do Rei prova-o, acima de toda a suspeição, o que passou com elle na hora derradeira, segundo o que refere o seu panegyrista Dias no trecho seguinte, em que narra o passamento da Santa no seu tão querido mosteiro de Jesus, onde se acolheu pouco tempo antes de voltar de Santa Clara de Coimbra, convento em que por ordem do Irmão se refugiára, para escapar á peste que flagellava então a cidade de Aveiro:

> Quando já estava mal mandou que levassem o menino dom Jorge seu sobrinho que criava, como já dissemos, & fosse folgar fora do mosteiro, & antes que morresse o mandou chamar, sendo então de nove annos, & estando diante della lhe fez hua longa pratica; encomendandolhe muito esta casa & mosteiro onde se criara, dizendolhe palavras de muita efficacia, & amor & cuidado que sempre avia de ter ao lugar, & a quem com tanto amor o criara. Filho (lhe disse) encomendovos muito a minha alma, a qual é este mosteiro de *Jesu*, lembraivos sempre que entrastes nelle de tres mezes, & que vos criey vistida de burel chorando & cantando, muito volo encomêdo, & assi a todos os meus criados. Trabalhay muito por serdes virtuoso, & temerdes & amardes muito a Deus, & elle seja sempre comvosco, & vos dee a sua benção. Entam levâtou a mão & lançoulhe a benção, benzendoo tres vezes, dizendo outras muitas palavras de doutrina & aviso. Mandou depois disto que o recolhessem, & não viesse mais onde ella estava, mas que o levassem ás casas da enfermaria, & ahi estivesse tee que el Rey mandasse a quem no entregassem, & mandou que apartassem tudo o que era seu. Como ella morreo levaramno ao mosteiro dos Padres de nossa Senhora da Misericordia, & entregaramno ao Bispo do Porto dom João Dazevedo.

A vida conventual, puramente contemplativa, com o seu fundo sereno, sobre o qual começavam a avultar sombras que depois se engrandeceram, sobresahiria de uma serie de episodios, e entre elles da narrativa ácerca da profissão de D. Leonor de Menezes, e bem assim da vida de D. Beatriz Leitão, a prioreza venerada do mosteiro de Jesus em Aveiro. Era a primeira d'estas nobres damas filha do heroico Conde de

Vianna, D. Duarte de Menezes, e estivera para desposar o Duque de Bragança, D. Fernando.

Oliveira Martins parece ter querido attribuir á sua intimidade com a Princeza influencia nas resoluções d'esta, e suppor que talvez isso obedecesse, por suggestão ou de motu-proprio, a um pensamento reservado de caracter politico, que não tinha por certo como alvo o engrandecimento da dynastia na sua linha directa.

D. Beatriz Leitão, a quem Oliveira Martins se referiria, era tambem de muito nobre estirpe, fôra creada de pequena com a Infanta D. Izabel, viuva do Regente D. Pedro. Enviuvando de Diogo de Athayde, professara mais tarde, e o mesmo succedera a sua filha D. Catharina d'Athayde. Nada mais poetico do que a morte d'esta ultima, narrada por Dias. N'estes termos descreve o chronista o fim piedoso da filha da Prioreza do Mosteiro de Jesus:

> Sentindo que estava já no cabo, mandou que lhe lessem a paixão, a qual acabada mandou que lhe dissessem o Salterio, tam alto que o podessem bem ouvir e entender, acabado o Salterio, e dizendo o Cantico Benedictus Dominus Deus Israel, chegando ao derradeiro verso que lê «Ad dirigendos pedes nostros in viam pacis» com grande quietação e alegria dos olhos e de todo o rosto (o qual fez seccar a todos os que estavam presentes as muitas lagrimas que com sentimento da sua morte choravam) deu a alma nas mãos dos sanctos anjos. E com aquelle riso com que morreu ficou por muitas horas, e com elle a enterraram, o qual era de maneira que a não querião cobrir de terra, dizendo que era viva. Era muito moça quando morreu, porque não tinha mais que vinte e dous annos pouco mais ou menos.

A juventude extrema de D. Catharina, a sua piedade tão dôce, e visão beatifica do ceu; essa communidade feminina ajoelhada em volta da moribunda, surprehendendo-lhe no sorriso os mysterios da bemaventurança eterna; esses prantos convertidos na presença da morte em ante-goso das supremas consolações celestiaes, que conjuncto tão suggestivo, que expressão tão perfeita de um estado da alma em que o espirito triumpha por completo da pobre e miseravel natureza humana, revestindo-a toda de luz e gloria angelicaes!

Mentalmente reconstituido esse quadro suavissimo recorda-nos as celestes creações de Fra Beato Angelico, traçadas na solidão da sua cella de Fiesole, e orvalhadas pelas muitas lagrimas, quentes ainda, que o mais puro amor divino lhe distillava do coração. Era assim, por certo, que, alheio a toda a gloria terrestre, que da sua obra lhe poderia advir, o piedoso frade e artista incomparavel se enlevava todo n'essa outra gloria celestial, gosada e reproduzida com intensidade tamanha, que a ninguem mais depois d'elle, foi dado excedel-a ou mesmo sequer egualal-a.

VI

A renascença. A typographia em Portugal. Confrontos entre os seculos XVI e XIX. O Imperialismo. Descobertas e viagens. Embaixadas e missões.

Casamento do Principe e festas d'Evora. Presentimentos funebres. Falham os planos de D. João II. Opinião definitiva de Oliveira Martins ácerca do problema iberico e do futuro da peninsula.

Ao capitulo VIII enchel-o-ia de luz e esplendor o sol da Renascença. No que o precedesse já Oliveira Martins teria accentuado, como vimos, o caracter originalissimo, exhuberante, d'esse periodo sem rival, que tornou accessiveis á alma moderna as civilisações grega e latina com o humanismo, com a imprensa, com a resurreição dos monumentos litterarios de Hellas e de Roma.

Para o estudo e melhor comprehensão da Renascença, preparára-se Oliveira Martins com escolhida e variadissima leitura, e entre todas lhe foram predilectas as litteraturas ingleza e allemã, muito especialmente a obra de Jacob Burckardt *A civilisação do periodo da Renascença na Italia*, de que se encontram largos extractos entre os seus apontamentos.

Apreciando sob o aspecto artistico, e a proposito da cathedral de Zamora e dos thesouros que esta encerra, a epocha da Renascença, já elle escrevera em a 9.ª das suas *Cartas peninsulares*, os seguintes periodos: «Nunca na civilisação europea o espirito humano, solicitado por motivos quasi in-

concebiveis, mostrou uma plasticidade maior, nem uma força superior de expressão affirmativa. Era o tempo em que simultaneamente, tendo a Hespanha acabado de expulsar os arabes, expulsara os judeus, e fundára a inquisição, absolutamente crente na efficacia do purismo catholico. Era o tempo em que na Italia, ameaçada pelo turco, já senhor de Constantinopla, o Papa tremia pelo futuro da Christandade; e d'esse susto, que fazia vibrar a alma italiana, commovida pelas tragedias incessantes da historia medieval, brotava a flôr da pintura, terrivel nas mãos de Miguel Angelo, meiga e dôce nas de Raphael. Era o tempo em que, largando as azas n'um vôo, Colombo descobria a America, e proseguindo nas derrotas incessantes dos seus predecessores, Vasco da Gama chegava á India. Todos esses factos agitavam profundamente a imaginação, revolucionando por completo as instituições, a economia e os costumes dos povos europeus.

«O sentimento synthetico d'esta commoção incomparavel, definiu-o Camões: é o pasmo deante de tão extranhas maravilhas. Esse espanto não entorpece o genio optimista e heroico dos povos meridionaes; pelo contrario estimula-lhes a fé, multiplica-lhes as forças, accende-lhes a imaginação produzindo a pleiade extraordinaria de homens, que, uns com a espada, outros com a pregação, este com o buril, aquelle com o pincel, outro com a regua e o compasso, muitos com a penna, produziram o mais extraordinario conjuncto de obras geniaes.»

N'este momento supremo e unico, a ancia de saber não sentia limites. O horisonte intellectual ampliára-se subitamente e a antiga visão, limitada e circumscripta, perdia-se ante essa immensidade. A tomada de Constantinopla dispersara pelo mundo os thesouros da antiga sciencia, da antiga arte, da velha philosophia; a imprensa, a polvora, as descobertas maritimas, constituiam os instrumentos preciosos que facultavam a conquista physica e intellectual do globo. Até onde chegaria n'estas condições a intelligencia humana? Se o mundo, ou antes o nosso globo, começava a parecer acanhado, o predominio do homem sobre a natureza assumia proporções taes,

que do finito, parecia a muitos, poder vir um dia a brotar n'ella o infinito. A divinisação propria, e um individualismo inteiramente novo, *sui generis*, surgiam como consequencia natural de tão extraordinaria tensão do espirito. Deram-se n'esse momento phenomenos a certos respeitos identicos aos que temos visto produzir-se no presente seculo, deslumbrado tambem com a multiplicidade das descobertas scientificas e com o extraordinario engrandecimento da acção do homem sobre as forças naturaes, ou por intermedio d'estas sobre o inteiro globo terrestre ao mesmo homem submettido. Mas a identidade relativa das consequencias não exclue divergencias fundas, e estas accentual-as-ia Oliveira Martins de modo caracteristico, do que dá testemunho uma nota a lapis recordando que lhe cumpriria n'este logar «accentuar a differença entre o *individualismo* natural e o humanismo da Renascença — plena expansão da força pessoal. O *homem* é uma realidade; o *individuo* uma abstracção. Por isso a Renascença, edade dos heroes, é a epocha do imperialismo, ao passo que o regimen *collectivo* do individualismo leva direito ás revoluções communistas e socialistas» e como symptoma mais pronunciado da evolução do seu pensamento, e ainda da apreciação que o seu espirito fazia das duas epochas, Oliveira Martins escrevia em seguida este pensamento: «A ideia de *protecção*, base do Cesarismo, desapparece perante a do direito que é insufficiente.»

Fallámos na avidez do saber que caracterisava a Renascença. Pagavam-se os manuscriptos das obras antigas a peso de ouro. Antes de subir á cadeira de S. Pedro, simples e humilde monge ainda, Nicolau V arruinara-se a colligir ou a fazer copiar manuscriptos. Quando Pontifice, os seus emissarios percorriam o mundo á procura d'elles. Pagava 500 ducados a Peroto pela versão latina de Polybio; 1:000 florins de ouro pela de Strabão a Guarino; 10:000 a Filelo por uma traducção em verso de Homero, e conseguia assim deixar colligidos, por sua morte, para cima de 5:000 volumes, nucleo d'essa bibliotheca do Vaticano, thesouro inapreciavel alli reunido, graças á munificencia illustrada dos Pontifices Soberanos.

Com a leitura de taes livros crescia o conhecimento e uso do latim. De entre todos os escriptores romanos era Cicero um dos mais lidos e admirados. O imperialismo, a ideia do reino universal, a concepção do mundo sujeito elle todo ao Cesar imperial, tornara-se o ideal, a aspiração suprema dos maiores politicos da Renascença, na Italia como entre nós.

Para tudo isto contribuira principalmente o invento maravilhoso de Guttenberg. Da Allemanha haviam logo concorrido a Hespanha e ao nosso paiz os artistas mais peritos em a nova arte. A imprensa entrara em Hespanha em 1468, primeiro em Barcelona e Valencia, e logo a seguir em Saragoça, Salamanca, Toledo, Zamora, Sevilha e outras cidades. Taes progressos realisara que ainda antes de decorridos cincoenta annos, já produzia obras monumentaes, sobresahindo entre todas essa Biblia polyglotta que para sempre conservará a memoria do Cardeal Cisneros e da cohorte de humanistas e orientalistas, que são a gloria scientifica e litteraria da Hespanha do XIV seculo. A historia da typographia, da *impressão de fôrma* ou de *caracteres metallicos*, em Portugal, o seu primeiro apparecimento em Leiria pelos annos de 1470, ou pelo menos de 1474, seria de certo brilhantemente resumida e commentada por Oliveira Martins, e os nomes de Valentim de Moravia, Nicolau de Saxonia, Christovão de Cremona, Valentim Fernandes Mourão, viriam recordar mais uma vez as tentativas gloriosas da nossa iniciação na phase tão nova e tão prenhe de consequencias e alterações em que ia entrar a civilisação da Europa e do mundo. A parte que n'isso coube aos typographos hebraicos seria referida; a escolha das primeiras obras impressas e a sua successão seriam commentadas, projectando tudo intensa luz sobre o sentir e o crer da sociedade portugueza n'aquella epocha.

A' escassez dos meios litterarios de propaganda scientifica ia pois succeder a abundancia. Uma curiosa escriptura referida pelo sr. Freire d'Oliveira em os seu *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, mostra claramente até que ponto chegára a ser difficil alcançar-se um livro para consulta, e de que precauções tinha de se cercar o seu empres-

timo pouco tempo, antes de instituida em Portugal a typographia. Por muito curiosa lhe transcrevemos aqui o extracto. Tem ella a data de 20 de Janeiro de 1466 e diz essencialmente o seguinte:

> Por este publico instrumento se obrigou João Fernandes, *escolar em leis*, dando por fiador a seu pai Fernão de Cintra, *parente bem chegado* do dr. Pero Nunes, a restituir á camara «cinquo livros que som hun corpo de lex, covem a saber:—hun volume, e hun codigo, e hun dejeesto novo, e outro dejeesto velho, e hun esforçado» que a mesma camara lhe emprestara, e á qual tinham sido legados pelo referido doutor, «para por elles aprenderem escollares e filhos de cidadãos e parentes seus que aprender quizessem de direito.» Os ditos livros seriam restituidos, taes como os recebera, *bons, limpos e encadernados*, «sob pena de pagar por elles trinta mil reaes brancos, ora correntes, com todas custas e despesas, perdas e damnos que por elle receberem e fazerem.»

Comprehende-se em face de factos como este o enthusiasmo intellectual com que seria saudada a nova arte, da qual um poeta contemporaneo escrevia:

> E vimos em nossos dias
> ha letra de forma achada
> em que a cada passada
> crescem tantas livrarias,
> e a sciencia he augmentada.
> Tem Alemanha louvor
> por della ser o auctor,
> daquella coisa tam digna
> outros affirmam na China,
> o primeiro inventor. [1]

Mas não eram só a leitura e o saber que se vulgarisavam; vulgarisava-se com o invento novo o conhecimento dos feitos illustres, perpetuava-se e generalisava-se a historia dos homens, a fama de seus nomes, conquistava-se-lhes para a memoria uma immortalidade relativa. Com a generalisação da imprensa, com o uso crescente da lingua latina, os annaes

[1] Miscellanea.

dos povos, e a fama dos heroes mantinha-se atravez dos tempos, propagava-se pela inteira superficie do globo. Por isso D. João II se dirigia por carta ao inclito Angelo Polliciano, asseverando-lhe que faria trasladar os seus annaes para a lingua latina, ou italiana, «ut annales nostri, quos vulgare et patrio sermoni pro regni instituto posteris tradendos jubemos, hi Hetrusca lingua, vel Latina, saltem familiari demum conficiantur, ad te scilicet quam primum deferendi,» e acceitando a offerta de Polliciano a quem enviaria essa traducção, para que d'ella usasse em beneficio da fama e gloria de Portugal. Por isso e com esse intento chamara a Portugal Cataldo Siculo, como para desenvolver a arte sollicitara de Lourenço de Medicis e conseguira a vinda para entre nós de um grande artista, André Contucci.

Por todas as formas se diligenciava assim segurar a immortalidade, preparar a apotheose, e esta tendencia, filha de causas identicas, era, n'esse momento historico, geral em toda a Europa.

Seria n'este capitulo VIII que mais fundo desceria a analyse philosophica de Oliveira Martins; n'elle ficaria manifesto o seu juizo acerca das doutrinas e maximas politicas do absolutismo; ali brilhariam a philosophia da historia, as syntheses luminosas, as grandes concepções, contestaveis talvez em mais d'um caso, impregnadas a miudo de uma critica e modo de sentir demasiadamente pessoaes, mas rasgando sempre horisontes largos, e fazendo faiscar as scentelhas d'esse talento que sabia, como nenhum outro contemporaneo, avassalar pelo deslumbramento, e arrastar pela eloquencia. Em capitulos anteriores haveria descripto o scenario da côrte, haveria arrancado lagrimas ao avivar a memoria da tragedia que abalára tão fundo o mundo portuguez; agora cabia-lhe mostrar no «Estado a obra d'arte em que o transformára o genio politico da Renascença [1].» Faria resaltar, exemplificando-o com o caso do Duque de Bragança, até que ponto, perante a chamada Razão de Estado, o proprio assassinato se tornára justificavel.

[1] Nota a lapis de Oliveira Martins.

Os pequenos apontamentos a lapis multiplicam-se aqui, e permittem, como em outros casos, prevêr o que teriam sido as ideias capitaes que mais tarde desenvolveria. Citamos textualmente:

«O rei julga-se incarnação da justiça. E' mais que homem, é uma revelação. Os seus actos (quando não determinados por acções humanas) estão superiores á lei.

«Por isso D. João II acreditava ser bom e *justo*, apesar de assassino. Pessoalmente era virtuoso. Tantos inimigos e sem uma accusação de vicios. Tudo fazia por bem.»

«D. João II: o primeiro que define e formula o *caracter* do rei moderno. Para D. João I era *uma carga*, um *dever*. Para D. João II é o exercicio irresponsavel, absoluto e infallivel de uma força. Instrumentos: dissimulação, astucia, policia, por isso crueldade.»

«O principado é uma monstruosidade natural. Desdobramento do *eu*. O *eu* subjectivo, o *eu* politico, ou artistico. A sociedade e os homens alvo do primeiro, que por isso se considera superior á moral. Por isso todo o *principe* é pessoalmente immoral. E' *perfeito* quando a idéa geradora da *obra* é justa e bella, ex.: D. João II, Augusto; é *monstro* quando a *idéa* é incoherente, absurda ou satanica, ex.: Nero.» [1]

N'esta ordem de ideias Oliveira Martins mostraria por que fórma no mundo moderno a tyrannia resurgira ao sul da Italia, como producto da anarchia e reflexo do exemplo proximo dos estados sarracenos. Accentuaria com a recordação resumida dos seus actos o que foram sob esse aspecto Frederico II de Suabia quando residira nas duas Sicilias e as governára, especialmente Ezzelino da Romano, o monstro cruel contra o qual o papa Alexandre IV se vira forçado, em 1256, a prégar uma cruzada. Faria a narração das phases evolucionistas que se foram succedendo n'essa concepção politica, até á epocha de D. João II quando «o egatismo no governo chegára a não admitir nenhum direito, nenhuma tradição mais do que a vontade do homem apoiado na astucia

[1] Apontamentos a lapis de Oliveira Martins.

e na força.» Indicaria como a concepção da legitimidade conseguira modificar parcialmente aquella doutrina, fazendo com que «D. João II, rei legitimo, não ousasse coroar o seu bastardo. A immoralidade era a consequencia necessaria de um regimen assim desnatural, *artista*. Só o genio do creadôr lhe poderia segurar absolvição.»

Personalisando as doutrinas e aspectos da tyrannia na historia, referir-se-ia aos Visconti de Milão para o seculo XIV, e descreveria no decimo sexto esses *condottieri* famigerados de que são typo salientissimo os Sforza, tambem de Milão, de cuja feição original nos daria ideia baseando-se na descripção que d'elles nos deixou Pio II, o tão afamado Eneas Sylvio Piccolomini. Faria assim ver «em que consistia a arte do tyranno, procurando domar tudo á sua vontade; tornando os homens em instrumentos e cousas suas.»

Mostraria por que fórma o conhecimento crescente do direito romano influira tambem como facto capital na modificação das ideias e concepções de ordem politica, e faria o estudo profundo do grau e natureza d'essa influencia.

O soberano incarnára a justiça, como tal podia permittir-se a crueldade, quando esta era necessaria para evitar, pelo terror que incutia, a renovação do delicto. Decretava ou fazia executar o assassinato, e procedendo assim para assegurar o triumpho da justiça, só encontrava para seus actos o consenso e o applauso. A' violencia espontanea e cavalheirosa succediam a astucia exaggerada, e até a perfidia. Começava então a aproveitar-se a acção policial. Foi D. João II o soberano que usou pela primeira vez em Portugal da correspondencia cifrada, e assim é que ao Prior do Crato, D. Diogo de Almeida, elle dizia, estando em Tavira «e para vós seguramente escreverdes vos enviamos este a b c de cifras cerrado e mettido n'este sello para vêrdes senay sem ser visto.» [1]

A espionagem, no paiz e fóra d'elle, especialmente em Castella, Aragão, França e Roma, o suborno e corrupção, todos os meios, se tornavam acceitaveis para assegurar um fim politico que o Principe se propunha. Era a doutrina de Machiavel, proclamando que, a não ser possivel conciliar o affecto dos povos com o temor, se fosse antes temido que amado, e ainda que, sendo por certo muito para louvar e estimar a boa fé, o respeito pela palavra dada, a lisura de caracter, a tudo se devia preferir o perjurio, a doblez, e falsidade se por taes meios melhor se alcançasse o fim visado. Os casos do Conde de Penamacôr, de Lopo Vaz de Castello Branco, de tantos outros attingidos pelo punhal posto em acção por D. João II, fóra e dentro de Portugal, serviriam a Oliveira Martins para evidenciar até onde seguira na esteira do astuto florentino e soberano portuguez.

[1] Documento existente na Bibliotheca de Evora.

A satisfação completa, obtida de Carlos VIII de França, por occasião do apresamento de uma caravella cheia de ouro vindo da Guiné, facto que deu ensejo a El-Rei D. João de chamar para o seu serviço directo a Vasco da Gama, cujo alto valor elle soubera aquilatar; e o episodio da prisão de Maximiliano, filho da Imperatriz de Allemanha, D. Leonor, irmã de D. Affonso V, pelos cidadãos de Bruges, o que determinou a ida de Duarte Galvão a França a reclamar contra o procedimento do soberano francez, poriam em relêvo a consideração de Portugal e o seu monarcha haviam sabido grangear entre as côrtes contemporaneas.

Dando a esphera armillar como brasão a D. Manuel, o Rei revelára o seu pensamento oculto. A monarchia universal realisada pela Hespanha, reunida a peninsula sob um sceptro unico. A Africa abrindo-se por inteiro ao dominio de Portugal, representava o primeiro e grandioso passo percorrido n'essa direcção. E aqui viriam narradas minuciosamente a successão de viagens e descobertas, que constituem um verdadeiro deslumbramento, com os episodios das mutuas embaixadas e das conversões dos potentados e dos povos gentilicos á fé christã, com o levantamento de templos catholicos nos sertões mysteriosos do continente negro, com os esforços e dedicações heroicas de navegantes e missionarios, rivalisando todos na tão nobre tentativa de chamar ao convi-

vio da civilisação e da fé europeias essas raças novas ainda, primitivas, raras vezes crueis, e sempre susceptiveis de receber o influxo benefico da civilisação que as demandava.

A vinda a Portugal do Embaixador do Rei de Benim, com Diogo Cam e João Affonso d'Aveiro, a missão de Ruy de Sousa ao Rei do Congo; a solemne e memoravel conversão d'este e de todo o seu povo; a construcção rapidissima e promettedora da egreja de S. Cruz, futura cathedral de uma nova Diocese, e primeiro templo erguido em solo africano da costa occidental; o mallôgro politico da expedição de Pero Vaz da Cunha, tal seria a successão dos factos referidos n'esta parte do Capitulo VIII.

A lenda do Preste João, a minuciosa critica dos conhecimentos geographicos, e dos elementos cartographicos contemporaneos, a narração das tentativas para chegar á India por terra, o mallôgro da expedição que por Jerusalem se dirigia a essa região tão rica quanto misteriosa, as expedições, mais felizes nos resultados, de Pero da Covilhan, e Affonso de Payva seguiriam logo após. Mais uma vez, mas sob o impulso da penna de Oliveira Martins, veriamos os dois destemidos e aventurosos viajantes, navegar de Napoles para Rhodes, e de Rhodes para Alexandria. Seguil-os-iamos depois encorporando-se nas caravanas de Fez e Tremecen, caminhando como mercadores em direcção a Tor no Mar Vermelho, d'onde passam a Suakim e de lá a Aden. Ahi veriamos Payva separar-se do seu companheiro para se internar na Abyssinia, ao passo que Pedro da Covilhan se dirigia á India. Contando encontrar-se de volta ao Cayro com este ultimo, Payva penetrára na Abyssinia, e regressando áquella cidade, ali morria sem rever o amigo e velho companheiro Pedro da Covilhan, que, por seu lado, percorrera toda a costa do Malabar, e depois atravessando o Oceano Indico, viera parar a Sofala.

Extraordinario espirito de aventura, que n'esse momento unico se apossou do animo da gente portugueza! A ancia de percorrer o globo, de ver e descobrir novas terras e caminhos desconhecidos, já se não cingia unicamente a essa Africa colossal, que mais naturalmente se impunha ás nossas audazes e

persistentes tentativas. A viagem referida em documentos, ha pouco publicados, do dr. Martim Lopes, mostra egual exhuberancia de seiva, de paciencia investigadôra, applicadas á descoberta e ao conhecimento directo das regiões Arcticas, que poderiam ser um caminho para o Catay. A carta do dr. Martim Lopes escripta de Roma, no dia 1 de Fevereiro de 1500, e dirigida a El-Rei D. Manuel [1] refere que elle se dirigira á Allemanha, e percorrera em seguida uma vastissima região comprehendendo a Esclavonia, a Bohemia, a Hungria, a Polonia, a Vallaquia, a Turquia, a Russia e a Tartaria. D'alli seguira para o Mar Roxo, Arabia e Egypto; d'este paiz se dirigira para o Rio de Tannay, Montes Rypheus, onde teve noticia dos Montes Hyperboreos e India Menor. Seguira d'ahi pela Russia, Laponia, Oceano Boreal, Noruega, para a Dacia, o Mar Gothico, a Russia, Suecia, Livonia. Era bem o caso de dizer «e se mais mundo houvera lá chegára.» Nem admira por isso que El-Rei D. Manuel lhe respondesse á sua communicação nos termos lisongeiros que constam da carta d'este soberano recentemente publicada pela commissão Colombina.

A noticia da escravatura em Portugal, a publica venda dos Mouros, como a narra Popplau, que, em um mercado de Setubal, adquirira dois, inteiramente nús, por 60 cruzados, viria fazer resoar uma nota triste, n'este capitulo tão variado e brilhante. Terminaria elle com a narrativa da expedição, para sempre memoravel, de Bartholomeu Dias, iniciada em 1486, e que deixou descobertas mais 350 leguas de costa e dobrado o Cabo das Tormentas, convertido em Boa Esperança pelo genio de D. João II; e bem assim com a noticia dos preparativos, dirigidos já por este grande navegador, para essa outra expedição ainda mais famosa, que, abrindo um novo caminho para a India, mereceu ser cantada mais tarde por Luiz de Camões. Caberia aqui a menção succinta

[1] Documento pela primeira vez publicado, graças ás investigações tão persistentes e conscienciosas do Snr. Sousa Viterbo, no «Jornal das Sciencias Medicas» em o numero de março e abril de 1893.

do estado em que por então se encontrava entre nós a arte da construcção naval, e uma noticia especial ácerca dos navios que constituiram a frota de Vasco da Gama, e que foram construidos no sitio da Telha, ao sul do Tejo, em lugar proximo de Alhos Vedros, um dos mais verdejantes e pittorescos d'aquella tão formosa e pittoresca região. Ficariam assim reunidos os prenuncios da apotheose, d'essa culminação das glorias portuguezas, e descripto o momento supremo cuja lembrança ainda illumina a nossa decadencia, e que sobreviverá á nação, subsistindo na memoria das gerações, emquanto no mundo houver historia e a civilisação actual se mantiver.

Até que ponto a vicissitude das cousas humanas teria de sobresahir n'este quadro tão intensamente illuminado; por que fórma o contraste entre o illimitado das ambições, e a cruel restricção que lhes oppõe a fraqueza e o finito dos nossos esforços, resaltariam n'este final como o concebera e por certo escreveria o grande historiador, é o que bem póde deprehender-se dos dois apontamentos ou summulas, escriptas pelo punho de Oliveira Martins, e collocadas entre o material sobre que elle assentaria a sua narração, summulas que transcrevemos em seguida na sua integra, pois são ellas o esboço do quadro que a sua penna se propunha traçar:

> A Expedição da India, prompta: — As náos nas carreiras da *Ribeira* — Behaim dando cartas e astrolabio, *etc.* — Os mathematicos da Escola. — A pleiade palpitante: — Barthol. Dias — Diogo Azambuja — Vasco da Gama — Paulo da Gama — Affonso Albuquerque — Duarte Pacheco — Diogo Cam — D. Francisco d'Almeida — Em Alvor o rei agonisante — O apito que soou foi o de outra viagem — a da Morte!
>
> Infeliz: má sorte com o plano do filho. Morte: tudo desfeito.
>
> Signo da grandeza do pensamento: a esphera por emblema.

Mas a esphera armillar constituiu brazão, não de D. João II, mas de D. Manuel. A expedição de Vasco da Gama, preparada pelo primeiro d'estes soberanos motivou a gloria suprema do Rei venturoso, e até as illuminuras da Biblia dos Jeronymos, encommendadas por D. João II para Florença a Segismundo dé Segismundis, vieram dar lustre ao nome de

D. Manuel, pois na historia é este que figura sempre ao lado das referencias feitas áquella tão extraordinaria quanto maravilhosa obra d'arte.

E qual seria a apreciação final, o juizo supremo do historiador ácerca dos planos de D. João II, e do impulso que elle, o mais insigne proseguidor das concepções do Infante de Sagres, imprimiu á nação portugueza? Respondem por completo a esta interrogação as phrases repassadas de amargura, que em seguida transcrevemos:

> Plano D. João II magnifico, porque era o *imperio universal*. Impossivel, circumscripto por D. Manuel a Portugal, é absurdo. O Ultramar devora-nos. Homens, sangue, costumes. Temos de cumprir uma missão, mas que é um holocausto.

Ter uma missão e saber cumpril-a é, porém, a satisfação mais ideal que n'este mundo póde ser gosada. A redempção da humanidade sómente foi obtida mediante a morte e paixão de um Deus. O sacrificio de um povo em beneficio da civilisação de todo o genero humano, o anniquilamento de uma felicidade modesta, obscura, limitada no tempo e no espaço, merece pois tambem supportar-se, quando d'ella tenha resultado ou possa vir a resultar uma grandiosa, uma levantada conquista. Trocar seculos de existencia ingloria, por um momento supremo e fugaz, póde ter farta compensação, quando n'esse momento a intensidade da vida subir tanto, e o brilho da gloria offuscar por tal fórma, que o seu rasto luminoso, projectado atravez das gerações, ainda baste para dourar os dias da decadencia. E' assim tambem que a luz do sol poente se alonga e beija a paizagem, revestindo-a de suavidade, impregnando-a de melancolia a mais ideal, e imprimindo-lhe emfim esse aspecto sereno e commovente, que desperta na alma o echo da poesia, e faz vibrar quanto pelo coração humano póde ser mais intima e profundamente sentido.

*
* *

O expressivo titulo do capitulo IX define só por si a phase do reinado que n'elle viria emmoldurar-se, importando o triumpho da ideia imperialista, a apotheose deslumbrante do Principe Perfeito, a união proxima das duas corôas peninsulares na cabeça de D. Affonso, como proxima estava tambem a visão colossal das duas Indias Occidentaes e Orientaes, a Asia e a America, o Mundo Velho e o Novo, dois continentes, emfim, vergados ao poder e tornados tributarios de Portugal e Castella.

Enviado Ruy de Sande, em Agosto de 1488, á presença dos Reis Catholicos como emissario de D. João II, regressara elle pouco depois ao Reino com a annuencia d'aquelle soberano para o enlace primitivamente projectado de D. Affonso, com a Princeza D. Isabel e não com sua irmã D. Joanna. Dois annos depois realisavam-se em Sevilha os desposorios, e a noticia de facto politico tão desejado era transmittida rapidamente para Evora, onde a côrte se acolhera fugindo á peste que grassava na capital. Assim como na velha e immortal tragedia de Eschylo o escravo aguardava, dos altos terrados do palacio de Agamemnon, o facho luminoso, que viria, brilhando de monte em monte no meio do negrume da noite, annunciar á Grecia fremente a queda de Troia, e com ella a desejada victoria de Hellas, assim o ultimo dos cavalleiros, postados de tres em tres leguas por ordem de D. João II desde Sevilha até Evora, transmittia, alfim, ao soberano portuguez a nova tão cobiçada de se achar realisado o regio enlace, precursor da sua aspiração suprema, o imperio unificado das Hespanhas. E o mesmo sôpro tragico que anima o inteiro drama grego, como que deixa entre os córos e danças festivas, entre as illuminações espontaneas e os cortejos pomposos de Evora, antever a lugubre catastrophe que teve como theatro, a principio, os areaes do Tejo em Santarem e o grabato miseravel de um pobre pescador, e cujo epilogo foi

constituido mais tarde pela morte do soberano em Alvôr, desamparado da Esposa, minado pela doença, se não victima do veneno subtil bebido em Evora, quando mais largos e prosperos se lhe rasgavam os horisontes, e mais proximo se lhe antolhava o momento do triumpho com a realisação plena das suas sonhadas ambições.

Nos termos seguintes descreve o chronista esses primeiros alvoroços com que foi recebida na capital do Alemtejo, cuja população Oliveira Martins faz subir por essa epocha a 18.000 almas, a noticia do enlace de D. Isabel com D. Affonso, d'entre os Principes contemporaneos «*o mais formoso e gentil homem que no mundo se sabia.*»

E el Rey tinha prestes sem se saber por toda a cidade, para que tanto que a nova viesse, muytas e muyto grandes fogueiras por todas as praças, ruas principaes, e todas as torres do muro, e da cidade, e pollos muros, torres, e lugares altos da cidade muytas infindas bandeyras, muitas bombardas, e outros tiros de fogo, e foguetes, muytas trombetas, e atambores, charamelas, e sacabuxas, e que todos os sinos repicassem, e as ruas, praças, muros, e torrres, muyto enramados de ramos verdes, e isto era repartido por muytos homens sem se saber. E tanto que a nova foy dada a el Rey, todas estas cousas se fizeram juntamente, com tanta brevidade, e presteza, que foy cousa espantosa. E era tamanho o estrondo, que com isso, e com a grita da gente parecia que a terra tremia, tudo muyto para ver por tam supitamente, e feito em muyta perfeiçam. El Rey, e o Principe, da praça, onde andavam, se foram logo a See a darem muytas graças a Deos, e acabado dahy a casa da Rainha, onde ja acharam tanto alvoroço, tanto prazer, e alegria, assi nella, como em todas as damas, que não se pode estimar. E logo ouve muyto grande e rico seram de muytas danças, e baylos, alegrias, e muytas festas. E toda a gente da cidade foy posta com muyta brevidade em danças, e folias, com infindas tochas na praça, e no terreiro dos paços, e por todas as ruas principaes, e tanta gente honrada, e nobre, e assi a do povo, que não cabia nem se vio nunca tanto alvoroço, e alegria, e muytos velhos, e velhas honradas com o sobejo prazer foram juntos cantar, e bailar diante del Rey e a Raynha, cousa de que suas idades os bem escusavam.

.....

... e em vindo el Rey da See com o Principe, e o Duque, e com muyto grande estado, lhe sahio a rua cantando com hum pandeiro na mão Dona Briolanja Anriquez, dona muyto honrada, molher Dayres de

Miranda e el Rey com prazer a tomou nas ancas da mula, e a levou assi com muyta honra onde a Raynha estava. (1)

Na côrte de Fernando e Isabel não fôra menor a alegria ao celebrarem-se as bodas de sua filha primogenita. Os festejos em Sevilha prolongaram-se durante quinze dias e a sua magnificencia ficára assignalada. Queria, porém, D. João II excedel-a em muito. Por mar e terra partiam para isso emissarios seus, carregados de dinheiro destinado a trocar-se por brocados, tellas de ouro e de prata, por sedas preciosas, baixella e pedraria. Exgotavam-se, para satisfazer as regias encommendas d'estas mercadorias riquissimas, Genova, Florença e Roma. Da Allemanha, da Flandres, da Inglaterra e Irlanda regressavam as caravellas abarrotadas com as tapecerias, os pannos de Arrás, as faianças e outras alfaias de valor intrinseco e artistico. Os mestres de mais nome nos officios de dourar, do esmalte, da ourivesaria, e até na arte culinaria, acompanhavam essas remessas e vinham crear em Portugal uma escola nova, desenvolvendo industrias até então desconhecidas entre nós. Da propria Berberia e da Guiné se encommendou a cera nas quantidades colossaes cujo consumo se tornava necessario para tão extraordinarios festejos.

Prevendo a enorme affluencia que viria a Evora gosar espectaculo tão magnificente, o soberano determinou egualmente que ali se accumulassem comestiveis e vitualhas em proporções descommunaes, para o que fez contribuir, e obrigou a directo fornecimento quasi todos os proprietarios e lavradores não só da comarca inteira de Evora, mas de quasi todas as provincias do reino.

Os festejos de Evora dariam occasião a Oliveira Martins para descrever os trajes populares, os dos guerreiros, e dos fidalgos, e para comparar os torneios, as pantomimas, os jogos de armas, os banquetes, os mômos então dados em espectaculo á côrte e ao povo, com as festas identicas mais celebradas de que reza a historia da epocha, na Italia, na Hespanha, na França e na Flandres, festas em que foram protogonistas, entre outros, Phillipe o Bello, os reis catholicos, Luiz XI, os Pontifices, e Principes da peninsula italica, e especialmente os Medicis. Burkardt fornecer-lhe-ia para tantos os elementos indispensaveis, que, no respeitante a Portugal encontraria com tão accentuada nota do pittoresco, e com tamanha abundância de pormenores, em Garcia de Rezende, e até na *Miscellanea* de Miguel Leitão de Andrada, onde se refere que por essa epoca

(1) Garcia de Rezende.

Vimos grandes judarias,
judeus, guinolas e touras,
tambem mouros e mouras,
seus bailes, galantarias.

A morte de D. Joanna em Aveiro, e com ella o desapparecimento d'essa irmã a cuja piedade o Rei confiára o filho de D. Anna de Mendonça, tal foi o primeiro rebate da adversidade, a primeira voz de aviso, o *memento* primordial, que atravessando-se nos preparativos da recepção da nova Princeza veiu lugubremente recordar a D. João II a fragilidade das grandezas humanas. Chamado o filho natural D. Jorge para a côrte, careceu o Soberano de avivar no coração da Rainha a recordação de uma antiga e não apagada offensa, humilhando-se perante a Esposa justamente irritada, para conseguir pôr-lhe ao lado o bastardo. Foi assim, com o travo amargo do ressentimento, que a Rainha D. Leonor viu approximar-se o enlace do proprio filho, o herdeiro legitimo do Reino.

A entrada da Princeza em Evora, a incorrecção praticada pelo Principe no seu primeiro encontro com ella, a qual foi alvo de severas censuras contemporaneas, os prenuncios de desgraça que acompanharam esse primeiro encontro, e os episodios diversos dos grandes festejos que se lhe seguiram seriam narrados, logo depois, por Oliveira Martins, e entre elles teria menção esse solemne banquete de que o pagem

valido da escrevaninha, Garcia de Rezende, nos deixou a seguinte descripção:

Logo a terça feyra a noite ouve banquete de cea na sala da madeyra, em que el Rey, e a Rayn ha e o Principe, e princesa comeram, e com elles o Duque, e o senhor dom Jorge, e Rodrigo Dilhoa Embaixador, todos em hua grande mesa, com muytos grandes dorseis de brocado, que tomavam toda a sala a traves, e na primeira mesa da mão direyta comia o Marquez de Villa Real com as senhoras, donas, e damas, e na primeira da mão esquerda o Arcebispo de Braga, e o Bispo Devora, e Bispos, e Condes, e pessoas principaes do conselho, que eram muytos de hua parte, e da outra, assi homens como molheres. E a mesa del Rey, com todos los officiaes vestidos de brocados, e servida por moços fidalgos, que serviam de tochas, e bacias, ricamente vestidos. E as outras mesas todas com trinchantes, e officiaes vestidos de ricas sedas, e brocados, e muy galantes, e assi os moços da camara ordenados a cada mesa todo vestidos de veludo preto. No qual banquete houve infinitas, e diversas igoarias, e manjares, e singular concerto, e abastança, e muytas, e assinaladas cerimonias. E quando levavam a mesa del Rey as igoarias principaes, e fruita primeira, e derradeira, e de beber a elle, e a Raynha, e ao Principe, e Princesa, hiam sempre diante dous e dous, muytos porteyros de maça, reys darmas, arautos, e passavantes, os porteiros mores, quatro mestres salas, e o veador, e os veadores da fazenda, e detras de todos o mordomo mor, e todos hiam com os barretes na mão até o estrado, onde faziam suas grandes mesuras, e os veadores da fazenda hiam com os barretes na cabeça ate o meyo da sala, e do meyo por diante os levavam na mão, e o mordomo mor hia sempre cuberto até o fazer da mesura, que juntamente fazia, e tirava o barrete. E era tamanha cerimonia, que durava muyto cada vez que hiam a mesa. E o estrondo das trombetas, atambores, charamelas, e sacabuxas, e de todos os ministros era tamanho, que se não ouviam, e isto se fazia cada vez que el Rey, a Raynha, o Principe, a Princesa bebiam, e vinham as primeiras iguarias a mesa, e a copeira era cousa espantosa de ver. E logo a entrada da mesa veio hua grande carreta dourada, e traziam na dous grandes bois assados inteiros, com os cornos, e mãos, e pes dourados, e o carro vinha cheo de muytos carneyros assados inteyros com os cornos dourados, e vinha tudo posto num cadafalso tam baixo com rodetas per fundo delle, que não se viam, que os bois pareciam viuos, e que andauam. E diante vinha hum moço fidalgo com hua aguilhada na mão picando os bois, que parecia que andauam, e leuauam a carreta, e vinha vestido como carreteiro com num pelote, e um guabam de veludo branco forrado de brocado, e assy foy offerecer os bois, e carneyros a Princesa, e feito o serviço os tornou a virar com sua aguilhada por toda a sala até sahir fora, e

deixou tudo ao pouo, que com grande grita, e prazer foram espedaçados, e leuaua cada hum quanto mais podia. E assi vieram juntamente a todalas mesas muytos pauões assados com os rabos inteiros, e os pescoços, e cabeça com toda sua pena, que pareceram muyto bem por serem muytos e outras muytas sortes de aues, e caças e manjares, e fruta, tudo em muyto grande abondança, e muyta perfeiçam. E ouue ahia hua muyto grande representaçam de um Rey de Guine, em que vinham tres Gigantes espantosos, que pareciam viuos, de mais de quarenta palmos cada hum, com ricos vestidos todos pintados douro, que parecia cousa muyto rica, e com elles hua muy grande, e rica mourisca retorta, em que vinham duzentos homens tintos de negro, muyto grandes bailadores, todos cheos de grossas manilhas pollos braços, e pernas douradas, que cuydavam que eram douro, e cheos de cascaveis dourados, e muyto bem concertados, cousa muy bem feyta, e de muyto custo, por serem tantos, e em que se gastou muyta seda, e curo, e faziam tamanho roido com os muytos cascaueis que traziam, que se não ouuiam com elles, e assi ouve outras representações, e depois da cea muytas danças, e outras muytas festas, que quasi toda a noite duraram, cousa certo pera ver.

Numerosissimos foram tambem os momos reaes, que sem interrupção se succederam, na maior variedade, pelo decorrer do quinto dia. Aquelle em que D. João II figurou como cavalheiro do Cysne, mereceria por certo a Oliveira Martins menção especial, para que forneceriam os traços essenciaes as seguintes paginas de Rezende:

E logo a terça feyra seguinte ouve na sala da madeyra muyto excelentes e singulares momos reaes, tantos, tão ricos, e galantes, com tanta nouidade, e defferenças de entremeses, que creo que nunca outros taes forão vistos. Antre os quaes el Rey entrou primeiro para desafiar a justa, que avia de manter com invenção, e nome do cavalleiro do Cisne, e veio com tanta riqueza, e galantaria, quanta no mundo podia ser. Entrou pollas portas da sala com nove bateis grandes, em cada hum seu mantedor, e os bateis metidos em ondas do mar feytas de pano de linho, e pintadas de maneira que parecia agoa. Com grande estrondo de artelharia que tirava, e trombetas, atabales, e menistres altos que tangião, e com muytos gritos, e alvoroços de muytos apitos de mestres, contramestres, e marinheiros vestidos de brocados, e sedas com trajos dalemães, e os bateis cheyos de tochas, e muytas vellas douradas acesas, com toldos de brocado, e muytas e ricas bandeiras. E assi vinha hũa nao á vella, cousa espantosa, com muytos homens dentro, e muytas bombardas, sem ninguem ver o arteficio como andava, que era cousa maravilhosa. O toldo,

e toldos das gaveas de brocado, e as vellas de tafeta branco e roxo, a cordoada douro e seda, e as ancoras douradas. E assi a nao como bateis com muytas vellas de cera douradas todas acesas, e as bandeyras e estandartes erão das armas del Rey e da Princeza, todas de damasco, e douradas, e vinhão diante do batel del Rey, que era o primeiro sobre as ondas hum muyto grande e fermoso Cisne, com as penas brancas, e douradas, e apos elle na proa do batel vinha o seu cavalleiro em pe armado de ricas armas, e guiado delle, e em nome del Rey sahio com sua falla, e em joelhos deu á Princeza hum breve conforme a sua tenção, que era querela servir nas festas de seu casamento, e sobre concrusão de amores desafiou para justas darmas com oito mantedores a todos os que o contrairo quisessem combater. E por rey darmas, trombetas, e officiaes para isso ordenados, se publicou em alta voz o breve, e desafio com as condições das justas, e grados dellas, assi para o que mais galante viesse á tea, como para quem milhor justasse. E acabado, os bateis botarão pranchas fora, e sahio el Rey com seus riquissimos momos, e a nao, e bateis que inchião toda a sala se sahirão com grandes gritos, e estrondo de artelharia, trombetas, atabales, charamelas, e sacabuxas, que parecia que a sala tremia e queria cayr em terra. El Rey dançou com a Princesa, e os seus mantedores com damas que tomarão, e logo veyo o Duque com fidalgos de sua casa com outros riquissimos momos. E veyo outro entremes muyto grande, em que vinhão muytos momos metidos em hûa fortaleza antre hûa rocha, e mata de muytas verdes arvores, e dous grandes selvajens á porta com os quaes hum homem darmas pelejou, e desbaratou, e cortou hûas cadeas, e cadeados, que tinhão cerradas as portas do castello, que logo forão abertas, e por sua ponte levadiça sahirão muytos, e muy ricos momos, e em se abrindo as portas sahirão de dentro tantas perdizes vivas, e outras aves, que toda a sala foy posta em revolta, e chea daves que andavão voando por ella, ate que as tomavão. E sahido este grande e custoso entremes, veio outro em que vinhão vinte fidalgos, todos em trajos de peregrinos com bordões dourados nas mãos, e grandes ramaes de contas douradas ao pescoço, e seus chapeos com muytas imagens, todos com manteos que os cobrião ate ao joelho de brocados, e per cima com remendos de veludo, e cetim, e dado seu breve deitarão os manteos, bordões, contas, e chapeos no chão, e ficarão ricamente vestidos todos de rica chaparia, e os manteos, e todo o mais tomavão moços de camara, e reposteiros e chocarreiros, quem mais podia, e valião muyto, que cada manteo tinha muytos covados de brocado. E assi vierão outros muytos, e ricos momos, que não digo, com singulares entremeses, riquezas, galantaria, e muytos com palavras, e invenções dardileza acceitavão o desafio com as mesmas condições, e dançarão todos ate ante manhãa, e foy tamanha festa, que se não fora vista de muytos, que ao presente são vivos, eu a não ousaria escrever.

E as justas, os torneios, as cavalgatas brilhantissimas em que o Rei figurava com a Princeza, elle:

... vestido á Francesa, com hûa opa roçagante de rica tella douro, forrada darminhos, e em cima hûa rica e grande cadea de pedraria, e hum pelote de brocado, forrado de ricas martas com muytos golpes, e nelles ricos firmaes de pedraria, e ricas perlas, e hûa rica adaga douro em hûa rica cinta, e hum chapeo branco com hum penacho branco, e encima de hum muy fermoso ginete ruço pombo, a brida com riquissima goarniçam, e detraz delle seus pajes ricamente vestidos, e muytos senhores, e de nobre gente.

Ella em hûa mula muy ricamente arrayada, e as damas em mulas com ricas goarnições, e diante della muitas trombetas, e atabales, charamelas, sacabuxas, muytos porteiros da maça, e reys darmas del Rey, e da Raynha de Castella, vestidos de ricas sedas, e bem encavalgados, e seus mestres salas, veador e mordomo mor ricamente vestidos. E o estrondo de todas as trombetas, e atambores, menistres altos del Rey, da Princeza, e do Duque, e muytos senhores que os levavam eram cousa espantosa. E em a Princesa sahindo el Rey se foy a ella, e com muyto grande cortesia se pos á mão esquerda, e assi vieram caminho da Cidade, e a Princesa ainda que a el Rey não levava polla mão, porque era muy prudente, e muy cortes, tirou a luva da mão daquella parte donde el Rey hia, e sempre levou a mão descoberta, que logo se julgou por mulher de muyto primor, e de grande acatamento, e assi vieram.

Alludimos anteriormente ao primeiro encontro de Affonso e Isabel. Dera-se n'elle a mesma indelicadeza com sobrada rasão censurada, em principios do seculo actual, ao maior de entre os capitães da moderna edade, a Napoleão, ao avistar-se pela primeira vez em Compiégne com Maria Luiza, a descendente augusta dos Cesares. Esse encontro do principe portuguez com a infanta d'Hespanha verificou-se em uma casa proxima á egreja de Nossa Senhora do Espinheiro. A despeito da visinhança de logar tão santificado, a juvenil impaciencia não lhe consentira soffrear o animo, aguardando a ratificação das cerimonias religiosas em Evora, resolvera por isso pernoitar alli mesmo em companhia da esposa. Aproveitando o incidente, e para melhor o enquadrar, Oliveira Martins descreveria a proposito d'elle a natureza, o aspecto original das regiões graniticas que cercam Evora, e soccorrendo-se da sua

palheta inimitavel, extrahiria d'ella os tons predominantes na paysagem alemtejana. (1) Faria notar o relevo brando dos terrenos, descreveria a zona de quintas e a facha arborisada, que cingem a cidade, e onde predominam as tintas sombrias e o brilho metallico dos azinhos, contrastando com a verdura pallida, quasi prateada, dos olivaes, e destacaria de entre esses arvoredos variegados a alvura da Egreja, da invocação de Nossa Senhora do Espinheiro, fundada em 1458 pela piedade do Bispo de Evora D. Vasco Perdigão, e tendo annexo o convento de monges de S. Jeronymo. Com esse conjuncto constituiria uma d'aquellas descripções, de que elle tinha o condão exclusivo, e para que em nota a lapis deixára agrupados os elementos todos, colhidos por observação directa «*na estrada de Extremoz, á esquerda do caminho de ferro, indo.*» Não lhe esqueceria, reproduzindo os echos quasi apagados do antigo sentir do povo, pintar o temporal desfeito, que viera agourar essa noite primeira das regias nupcias, derrubando uma das ameias elevadas que coroavam o templo, e precipitando-a com fragor sobre os telhados da casa que os abrigava. Presentimento funebre, agouro fatal, do que tão cedo e com assombro de todos tinha de realisar-se, fulminando o Rei e a Nação!

A morte da Princeza Santa em Aveiro, cobrindo a côrte de luto pouco antes do casamento, e esses agouros repetidos não bastaram ainda como recordação imposta aos vivos do que seja a fragilidade constante dos triumphos e alegrias da vida terrestre. Uma doença fatal e mysteriosa d'El-Rei veiu por seu lado abreviar os festejos reaes, determinando a partida precipitada da côrte para Almeirim. Vasconcellos narra por esta fórma esse episodio sombrio da nossa historia:

(1) Nota a lapis de Oliveira Martins. N. S. do Espinheiro, 4 kilometros noroeste Evora, branda elevação terreno; zona das quintas, facha arborisada, arredores Evora, azinho, olival. Terreno granitico.

Fundada a Egreja em 1458 pelo bispo d'Evora, D. Vasco Perdigão. Convento de monges de S. Jeronymo.

(Na estrada de Extremoz, á esquerda do caminho de ferro, indo). Noite que passaram em Espinheiro Affonso e Isabel.

A casa em que estavam encostava ao templo, que era ameiado. N'essa noite o temporal tombou sobre o telhado uma das ameias da Egreja. Agouro.

> Una grave maldad q puso en cõtigencia la vida del Rei, ayudô tambien á que se abreviassen las fiestas; i causara mayor terror si al principio no se encubriera con la confusion, i numero de la gente, porque sobrevinieron unos acidentes con fuerça, que lo pusieron en lo ultimo de la vida, algunos afirman que nasció este mal de um jarro de agua que bevió de la fuente, á que llaman Cubierta, de donde acostumbrava bever, que aun oi dura con el mismo nombre, media legua de Evora; i el ser esto tan de improviso, i aver muerto dos cavalleros, uno que le serviô la copa, que era Fernando de Lima, i otro que bevio de la misma agua, con vomitos, i senales de veneno, dió claros indicios de que lo avian echado en la propria fuente, otros dicen que lo pusieron en el estrivo quando se subia a cavallo: lo cierto es que resultó desta novedad gran medo en todos, porque se discurria variamente en el sucesso, hablando en las cosas passadas, como si resuscitaran de nuevo, no dexando de inquirir en los Autores de tan grave crimen, pero con tanta incertidumbre, que jamas se pudo atinar con ellos, si bien se presumia no faltavan muchos, que con el desseo i ansia que tenian de que reinasse el Principe, andavan con los semblantes menõs tristes de que lo pedia este caso, con que se entendia claramente, que desseavan gozar en el nieto de la blandura del reinado del abuelo: cuyo agrado, i mansedumbre eran calidades mui opuestas a la severidad del Rei su padre. Tambien se afirmó en esta ocasion, que mucho antes del sucesso tuvo el Rei aviso por una beata, muger de buena vida, de como tratavan de darle veneno, i que sin recatar-se la previno con grandes penas á que no dixesse palavra alguna, i no fue bastante el recelo que naturalmente nace de semejantes advertencias, para que se hiziesse diligencia, qual conuenia para descubrir el principio de esta maldad; mas con la mejoria del Rei se desvanecieron los discursos, i no se habló mas en la materia. Convaleciõ en breves dias, e luego passô la Corte á Santaren á lograr la primavera de Almeirin, sitio mui agradable en la margen del Tajo, lleno de mucha caça, i pesquerias, i verdaderamente Real.

De tres apontamentos a lapis que Oliveira Martins inseriu n'este logar ácerca da supposta tentativa de envenenamento de D. João II em Evora, no anno de 1490, parece inferir-se que o seu espirito se inclinava a reconhecer-lhe a existencia, o que aliás elle indica tambem, e de modo mais explicito, commentando o material colligido para o capitulo XII, em que teria de referir a morte do Rei em Alvor.

Menciona o passeio á herdade da Fonte Coberta, situada a meia legua de Evora. Indica «a vingança, o natural desejo de libertação do jugo, como mobil do crime.» O rei visitára a sua fonte predilecta e ahi bebera um pucaro de agua. Regressando a Evora logo sentira vomitos, enfartamento e laxidão intestinal. Medicaram-o e melhorou.

Passados dias soffrera novo insulto de que chegou a recobrar-se, mas saude nunca mais tivera.

Tres fidalgos que haviam bebido da mesma agua todos morreram de eguaes ancias e dysenteria.» (1)

Oliveira Martins recorda tambem o que escrevera D. Agostinho Manuel affirmando:

> ... que D. Manuel duque de Beja, irmão da rainha e do duque de Vizeu, nas festas de Evora fora desconsiderado pelo rei seu cunhado, que o não extremou dos demais fidalgos, quando elle era o segundo herdeiro presumptivo do throno; e que entrava a pé, como creado, atraz da princeza noiva, e que tudo soffreu com paciencia e medo, lembrando-se do tragico fim de seu irmão.

Lembra egualmente a opinião de Camillo, que nos seus *Narcoticos* suggere a ideia «de que o envenenamento tivesse sido praticado por ordem ou indicação de quem humanamente mais tinha a lucrar com elle», e por fim parece querer lançar suspeita sobre o medico de D. João II, João da Paz, ácerca do qual «os chronistas do Rei não fallam, mas que vivia na intimidade dos irmãos do assassinado Duque de Vizeu.» (2)

A doença de El-Rei e a peste que começara a apparecer em Evora, natural resultado da enorme affluencia que alli concorrera, haviam feito seguir a côrte para Alvito, d'alli para Coruche, e d'esta ultima villa para Almeirim. O percurso fôra triumphal e cheio de alegria e sobremaneira festiva a recepção em Almeirim e Santarem. Um só dia bastou, porém, para pôr um termo a tão solemne magnificencia, sendo rapido e crudelissimo o despertar d'esse sonho imperial, que por momentos

(1) Nota a lapis de Oliveira Martins.
(2) Nota a lapis de Oliveira Martins.

parecera arrebatar na sua aurea grandeza tudo e todos, Rei, côrte, e nação. Lá o diz a *Miscellanea*:

> Que Raynha, que gran Rey?
> Que Principe singular?
> Princesa, damas sem par?
> e dos nobles que direi?
> do seu amor, do gastar,
> das merces que el-Rey fazia?
> dos povos quanta alegria?
> como tudo peresceo?
> que triste morte morreo
> no Principe em hu só dia.

O tragico desenlace encontra echo tão sentido nas paginas do chronista, que não resistimos ao desejo de aqui as transcrever nas passagens salientes a que o genio de Oliveira Martins, que as marcára e trasladára, iria buscar elementos com que traçasse o que teria sido, por certo, a parte fundamental d'este capitulo nono, e um dos episodios mais dramaticos e dos lances mais commoventes, que ficariam assignalando a sua obra tão vasta de historiador:

> «...á tarde el Rey quis ir nadar ao Tejo, como muytas vezes fazia nos verãoz, apartado com alguns aceytos a elle, e tinha na guarda roupa aparelho para isso de bragas, e ceroulas, e panos de cubrir, e enxugar, que todas as cousas de homens folgava de fazer, e mandou recado ao Principe se queria ir com elle, como sempre tambem hia, e nadava, e elle lhe mandou dizer que se achava cansado dos montes do dia passado. E quando el Rey deceo, parecendo-lhe que o Principe estava mal sentido, perguntou por elle á porta da Princeza, e o Principe lhe veyo fallar á porta assim como estava na sesta.
>
> Foyse el Rey, e do terreyro de fóra olhou para as janellas da Princeza, e vio o Principe e ella estar ambos a hua janella assentados, tirou-lhe o barrete, e elles se levantarão, e lhe fizerão grandes mesuras, e el Rey partio para o Tejo. O Principe vendo que el Rey o viera ver á porta, e depois lhe falou á janella, per cima de lhe mandar dizer, e dizer que estava cansado, pareceo-lhe bem hir com elle, e vestio-se de pressa, e mandou por hũa mula, e vindo já vestido, a mula não era vinda, achou aly hum seu ginete, muyto fermoso fouueyro, em que então cavalgava o seu estribeiro mór, e por alcançar el Rey cavalgou nelle, e se foy de pressa

com poucos que com elle erão, e foy cousa por notar, e de mysterio, que sendo em tempo de tamanhas festas, e tantos brocados, e sedas, o Principe sahio vestido com hum pelote e tabardo aberto de pano preto tofado, e gibão de cetim preto, e o cavallo com huns cordões, e topeteira, e nominas de seda preta, que não me lembra que outras taes visse, e hum caparação de veludo preto, que verdadeiramente a differença do que antes vestia, e então vestio, e como achou o cavallo ataviado, forão muy claros sinaes da grande desaventura que lhe ordenada estava: alcançou el Rey, e foy com elle ate o Tejo, e costumando de nadar sempre quando el Rey nadava, entam o não quis fazer, e começou de passear pello campo, e lançar o ginete por ser de singular redea, e muyto ligeiro, e cometeo a dom Joam de Meneses.

...deceo-se então o Principe para cavalgar na mula que mandara trazer, e em sobindo nella lhe quebrou o loro do estribo, por onde tornou a cavalgar no cavallo, e apertou então com dom Joam que todavia corressem. E dom Joam polla muyta vontade que para isso lhe vio o fez, e o tomou polla mão, e correndo assi ambos a carreyra na força do correr o cavallo do Principe cahio, e o levou debaixo de si, onde logo em proviso ficou como morto, sem fala, e sem sentidos.

...tomarão logo o Principe nos braços, e meterão-no na primeira casa que acharão, que hera um pobre pescador ahy Nalfange, e tanto que a triste e desastrada nova derão a el Rey veyo logo a grande pressa. E quando achou hum soo filho que tinha, que criara com tanto amor, tanto receo, tanto contentamento, por ser o mais singular Principe que no mundo se sabia, em que se el Rey revia, e queria tão grande bem que hum só dia não podia estar sem o ver, nem tinha outro descanso, senão sua muyto estimada vista, e conversação, ficou em tão grande estremo triste, e desconsolado, que se não podia dizer, nem cuydar, dizendo sobre o filho tantas lastimas, e palavras de tanta dor, e tristeza, que o não podia ouvir ninguem sem muytas e tristes lagrimas. Foy logo dada a lastimosa e desastrada nova á Raynha sua mãe, e á Princesa sua molher, as quaes assi como a dera sahirão como desatinadas a pe, e em mulas alheas que acharão, e o senhor dom Jorge filho del Rey com ellas, com muy pouco companhia forão como fora de seus sentidos ate chegarem á pobre e triste casa onde o Principe jazia. O qual acharão como morto, que com tantas palavras damor, damargura, e desconsolação lhe ambas disserão, a nenhûa não acudiu, nem mostrou algum sentimento.

...mandando logo por todolos mosteiros, e casas virtuosas fazer devotas procissões, e muytas e continuas devoções, e muyto grandes prometimentos que se então prometerão, em que entrou dom Pedro da Sylva comendador mor Davis, que prometeo de hir a Jerusalem, o que fez logo, e outros a outras muytas romarias. E estando todos assi esperando na misericordia de Deos, que por ser queda tornaria a seu acordo, passarão aquella noite toda em tristes lagrimas, e soluços, e continas orações.

Todalas pessoas nobres, e a outra gente toda era ahi junta com tantas e doridas lagrimas, lamentações, que mais não poderão ser sendo o Principe filho de cada hum, pedindo todos a Deos sua vida, e saude, como as suas proprias vidas. E por todos se fez logo hûa muyto grande, e devota procissão com toda a clerezia, reliquias, e cruzes, e todos descalços, e alguns nus, andarão por todolos mosteiros, e Igrejas, onde todos em joelhos com muytas lagrimas, e grandissimos gritos bradavão: Senhor Dêos misericordia: cousa que fasia tremor, espanto, e grandissima tristeza.

El Rey, a Raynha, e Princeza estiverão sempre com o Principe ate o outro dia, quarta feyra hûa hora da noite, que el Rey foi enformado, e certificado de todolos fisicos, que o Principe morria, e acabaria logo de se finar, a qual nova el Rey deu á Raynha e Princesa, que estavam pegadas com elle, beijando, e tendolhes as mãos e ellas a receberão com tão grandissima dor, que se não pode escrever. El Rey chegou ao Principe, e beijouo na face, e para sempre lhe deitou sua benção, e tomou a Raynha, e a Princesa pollas mãos, que as não podia desapegar d'elle, e com ellas se sahio fóra de casa, e deixou o filho em poder do confessor, e doutros fisicos dalma, e á porta virou el Rey atras, e disse aos que na casa estavão: Aly vos fica o Principe meu filho: sem poder dizer mais palavra. E com isto se levantou entre todos hum muyto grande, e muyto triste, e desaventurado pranto, dando todos em si muytas bofetadas, depenando muytas e muy honradas barbas, e os cabelos, e as mulheres desfazendo com suas unhas, e mãos, ha fermosura de seus rostos, que lhe corrião em sangue.

E logo el Rey se foy dally a pe, e a Raynha e Princesa como mortas, levadas, e atravessadas em mulas ás casas de Vasco Palha, que são na mesma ribeyra.

E acabando todos de se recolher, veyo a el Rey recado, e a muyto mortal nova que elle ja esperava, que o Principe seu filho depois da derradeyra unção lhe sahio a alma do Corpo,...

E com muyta segurança, e sossego, e os olhos bem enxutos das continuas lagrimas que chorava, com seu muyto grande esforço e prudencia se foy primeiro á casa da Princesa, que achou deitada como morta no chão, e depois de a fazer levantar com palavras de pay verdadeiro, e de Rey tão virtuoso, lhe quis dar os confortos de que ella mais que ninguem tinha necessidade, attribuindo tudo em dar graças e louvores a nosso Senhor, pois elle disso fora servido. E deixando a Princeza se foy logo á Raynha, e lhe deu a mortal nova, pedindo-lhe muyto pollo seu amor que ouvesse paciencia e conformasse sua vontade com a de Deos, que pois elle fora servido de lhe assi levar seu filho fosse seu nome louvado. Isto tão inteiro, e tão dissimulado por confortar a Raynha, como se elle não fora o principal na tristeza, e na dor, e sentimento, nem o pae que naquella hora perdera o mais excellente filho que no

mundo se sabia, e delle muyto mais amado do que nunca filho foy de pay...

El Rey por tamanha perda, tamanho nojo, e sentimento se trosquiou. E elle, e a Raynha se vestirão de muyto baixo pano negro. E a Princesa trosquiou os seus prezados cabelos, e se vestio d'almafega, e a cabeça cuberta negro vaso. E na Corte, e em todo o Reyno não ficou Senhor, nem pessoa principal, nem homem conhecido que se não trosquiasse. E todos forão vestidos da gaos de burel, e almafega, e muytos homens cingidos com baraços, e seus gibões, e pelotes abotoados com atacas de couros, sem parecer fita, nem seda. E a gente pobre que não tinha com que comprar burel, que valia a tresentos reis a vara, muytos tempos andou com os vestidos virados do avesso.

E porque se não achava tanto burel, os lavradores e gente baixa, vendião as cubertas de suas camas a preço de panos finos, e os homens se vestião de sacos, e cubertas de bestas.[1]

D. João II ordenou que os restos do infeliz Principe fossem juntar-se sob as abobadas da Batalha aos de seus antepassados os soberanos e principes da dynastia de Aviz. Para alli, para esse Pantheon grandioso, de uma das mais illustres raças de soberanos de que resa a historia, se encaminharam, sepultados em dó profundo, o Rei e a côrte, e esse funebre sahimento foi despertar no coração dos povos o echo mais lugubre e plangente. Raras vezes se teria accentuado tão viva e bruscamente o reverso terrivel da medalha, raras vezes se haveriam assim emparelhado a prosperidade suprema com o abatimento e a humilhação a mais funda; e um contraste tão extremo, ferindo as consciencias populares, agitara no coração de todas as fibras as mais intimas e fizera vibrar os sentimentos mais reconditos.

Vasconcellos descreve nas linhas seguintes essa intensa vibração da alma do povo:

Estavan decretadas las honras para veinte e cinco de Agosto, en el convento de la Batalla, de Frailes Dominicanos, que fue donde sepulturan el Principe. Concurrierõ a este acto Doña Isabel, Duqueza de Vergança, i Doña Felipa su tia, i otras muchas señoras, i casi toda la nobleza de Titulos, i cavalleros. Quiso el Rei hallar se tãbien presente, i al llegar vispera de San Bartolome a la Hermita de San Jorge, una legua del convento, á penas se avia descubierto, quando los arboles, i los caminos se

[1] Garcia de Rezende.

vieron llenos de gentes enlutadas, que con muchas lagrimas, i solloços se preguntavam unos à otros, por el Principe unico consuelo suyo, i assi como se iva acercãdo aquel aparato de tristeza, alçava el pueblo los gritos, quexando se cada uno como sentia, que alli no avia adulacion, clamando, que estava arruinada la corona Portugueza, i perdida toda su esperança, i esto tantas vezes repetido, i tan claramente, que parece que no se acordavan que avia pretendientes para ellas: pero ninguna cosa postró tanto el animo del Rei como la grande aflicion con que todos hablavan en la persona del Duque de Beja, senalandole por heredero, mas el procurando huir el aplauso, con dissimulacion i recato componiendo el semblante con la afliccion, i tristeza publica assistio a las obsequias cõ gran puntualidad.

E' muito para notar a parte final d'este trecho do chronista. O drama da legitimação de D. Jorge não começaria por esse tempo a desenhar-se na consciencia de D. João II?

A disposição d'espirito que accentuadamente caracterisou o periodo final da vida de Oliveira Martins deixa-nos antever as reflexões que este tragico episodio despertaria no seu animo, reflexões que viriam traduzir-se na conclusão commovida e de certo eloquentissima com que encerraria o capitulo. No elencho que devia encimal-o estão ellas condensadas em poucas, mas quanto significativas! palavras. Repetimol-as aqui, pois, na sua concisão mesma são quanto possivel reveladoras e suggestivas. Referindo-se á partida de Evora para Almeirim, resumem ellas os acontecimentos subsequentes n'estes termos:

«O seguimento da folia. *Memento!* Morte do principe. Dó universal. Deus dispõe. O peccado do orgulho. Cesarismo, divinisação. Quasi satanico. Mytho da queda dos anjos. Fecha-se o paraiso.»

Fechára-se o paraiso! Mais uma vez a vontade providencial annullára com um sopro o propositado e largamente amadurecido plano dos homens. O humilde pastorsinho do Ribatejo (1) que se atravessara ante o cavallo desenfreado de

(1) Alguns chronistas attribuem o desenfreamento do cavallo de D. Affonso a susto causado por se lhe haver bruscamente atravessado na frente uma creança correndo.

D. Affonso, reduzira a um curto e fugitivo enlace de poucos mezes, o que devera ser origem de uma dynastia vigorosa regendo durante um periodo secular a Hespanha inteira. Envolvida nos crepes da viuvez a noiva tão cruelmente tratada pela sorte regressaria á patria. Os reis, privados da descendencia legitima e directa, recolheriam a Lisboa, procurando D. João II chamar ao throno o bastardo D. Jorge, pugnando a Rainha pelos direitos do irmão, divididos assim no animo, nas esperanças e nos propositos, suspeitosos um do outro, e para sempre infelizes. O sonho iberico desvanecera-se, como no reinado immediato de D. Manuel se esvairia tambem em fumo, com a morte de D. Miguel da Paz, que chegaria a ser jurado herdeiro dos thronos de Castella, Aragão e Portugal, o plano identico da unificação de toda a peninsula sob um sceptro portuguez. Como julgaria hoje o auctor da *Historia da civilisação iberica* essa ideia perturbadora, prenhe de consequencias, que agitaram em tempo e agitarão sempre a consciencia portugueza? Com que avidez não seriam lidas as paginas que no *D. João II* fossem dedicadas ao estudo do iberismo, e que dariam a expressão definitiva da evolução operada no cerebro do eminente pensador, ácerca do que devam ser na realidade das cousas, e para melhor conveniencia de ambos, as relações politicas dos dous povos da peninsula?

Podemos felizmente responder a esta interrogação. As ideias sustentadas por Oliveira Martins seriam por certo as que elle proprio condensara no artigo do jornal *O Paiz*, ultimo dos documentos por elle colligidos para a definitiva e final redacção do capitulo IX do *Principe Perfeito*.

Esse artigo é o seguinte. Transcrevemol-o na integra por a sua importancia, e pelo interesso supremo que inspira o assumpto n'elle magistralmente desenvolvido. Encimava-o o titulo:

IBERISMO

Nesta crise, como em todas as que successivamente, têm açoutado Portugal desde o começo do seculo, o pensamento de muitos portuguezes tem-se tornado para a possibilidade de uma união com a vizinha Hespanha, e no de todos os hespanhoes está radicado o sentimento da união politica da peninsula iberica, expulsando o inglez de Gibraltar, e restaurando a tradição da conquista do imperio marroquino.

As idéas que popularmente se chamam ibericas surgiram logo com a crise da invasão franceza e foi sem duvida como consequencia de um tal movimento gue chegáram a tomar a consistencia de um plano, na conspiração combinada entre os generaes Saldanha e Mina, durante o periodo mais agreste da usurpação miguelista. Depois, o estabelecimento das duas dynastias liberaes, nos thronos de Madrid e de Lisboa, garantidos pela quadrupla alliança das nações peninsulares e da Inglaterra e França, afastou as idéas de união até que a revolução de 1868 de novo as tornou a trazer para a téla politica. Não eram crises nossas que as provocavam: era a crise em que a Hespanha desconjuntada procurava anciosamente uma formula de conservação.

Queria a Hespanha por força um rei (que teve com Amadeu de Saboia), mas entre todos os candidatos o preferido era o rei portuguez. El-rei D. Luiz recusou a offerta. «Portuguez nasci, portuguez quero morrer» respondeu; e assim falhou a tentativa de união pessoal dos dous reinos da Peninsula.

E assim devia ser, porque, no estado a que chegáram os sentimentos politicos e as idéas do direito publico, não têm garantias de exito as combinações exclusivamente dynasticas. Outr'ora, quando na monarchia pura os povos viam no throno a representação viva dos seus direitos, os enlaces soberanos decidiam a sorte das nações. Hoje o caso é opposto: é o sentimento das nações que determina os enlaces dos dynastas, sempre que taes actos têm alcance ou significação politica.

Por isso, na situação melindrosa que todos antevêem proxima para a dynastia hespanhola, surgio no espirito de varios estadistas a idéa do casamento da princeza das Asturias com o filho de D. Carlos, cujas adhesões partidarias são ainda fortes na região pyrenaica. A escassa confiança na viabilidade do pequeno rei Affonso XIII obriga a preparar soluções para uma eventualidade triste; e, se a corôa hespanhola tem de passar para a cabeça da princeza, entendem muitos que ficará mais segura com o apoio do que resta do velho espirito apostolico e particularista nas provincias do norte da Hespanha.

Outros, porém, preconisam o enlace da princeza das Asturias com o principe real portuguez, esperando realizar desse modo, o que a recusa d'El-Rei D. Luiz não permittio tornar effectivo.

Ora, se o enlace com o filho de D. Carlos poderia alienar do throno mais camadas de elementos liberaes é questão do regimen interno da Hespanha. O enlace portuguez, porém, que, decerto não encontraria objecção, para além da fronteira, seria áquem o motivo eventual de se alienarem á monarchia elementos importantes para quem ella não é mais do que o penhor da independencia politica. Seria uma arriscada aventura, só compativel com um principe que tivesse nas veias a audacia talvez temeraria.

Já o dissemos: no fim do seculo XIX, as nações não se submettem ás consequencias dos enlaces dynasticos; e taes planos, para poderem vingar, careceriam de um movimento de opinião que aclamasse o principe portador de uma idéa semelhante á que, por exemplo, a Sardenha deu a Victor Manuel, campeão da unidade italiana, dentro da qual, porém o Piemonte foi absorvido.

Mas na Italia as tradições da Antiguidade mantinham atravéz dos seculos de fragmentação da historia moderna, a idéa e a ambição da unidade, como o sonho doirado desse paiz que a politica reduzira á formula de *expressão geographica;* ao passo que semelhante idéa, nem tradição, existem em Portugal O antigo reino de Leão-Castella que, completada a reconquista, encorporado o Aragão e a Navarra, nas mãos de Fernando e Isabel, se passou a chamar a Hespanha, definindo assim o pensamento da unificação peninsular, que Philippe II julgou ter consummado: esse reino tem decerto o ideal da unidade: tradição não a póde ter.

Portugal, porém, nunca teve semelhante ideal, o que não quer dizer que, no pensamento dos seus soberanos, nunca passasse a visão de uma Hespanha unida. Pelo contrário, a idéa de effectuar a união a beneficio da dynastia portugueza foi constante, a partir de Toro, e até D. Manoel. E esteve a ponto de realizar-se na cabeça do filho de D. João II.

E' impossivel reconstruir a historia com hypotheses; mas a imaginação pára inquieta perguntando, se, com effeito, o sonho de Campanella não poderia ter sido um facto, caso o filho de D. João II não tivesse morrido de uma quéda estupida. O herdeiro do throno de Aviz, monarcha de toda a Peninsula, senhor de todo o mundo extra-européo, poria talvez sobre a cabeça a corôa de um imperio mais firme e maior do que o de Carlos V. Unificando-se politicamente a Peninsula pelo sceptro de um rei portuguez, enfeixando-se todos os reinos da Hespanha no periodo ascensional da sua fortuna, é possivel que a Portugal succedesse como ao Aragão; ao passo que, depois, quando, sobre uma catastrophe, a união se fez, o povo que em um seculo attingira a plenitude da gloria, identificou a união com a desgraça, chorando nas mesmas lagrimas a independencia perdida e a fortuna dissipada. E se o accidente fatal de 1491, quando a princeza Isabel de Castella ficou viuva, não tivesse mallogrado a ambição

ingente do maior homem de Portugal, talvez, gerou, a corôa do herdeiro de D. João II, rutilante com as visões diamantinas de Nunalvares que foi o Paracleto portuguez: a corôa rutilante de Aviz não teria, é quasi certo, rolado pelos areaes de Alcacerquibir, dispersando as suas pedras desengastadas, como lagrimas soltas na face adusta da afflicção cruciante de um povo.

É provavel. É provavel que o imperio oriental tivesse durado por mais tempo, e que a decomposição de um pequeno povo, esmagado sob o peso de uma empreza titanica, se não tivesse consummado. É positivo tambem que, a ser assim, a lingua portugueza, ainda em via de formação e que só na era de 500, com a maxima expansão do nosso genio attinge os fóros eminentes que lhe conquistaram Ferreira, Sá de Miranda e Camões, muito acima de todos: é positivo que a nossa lingua estaria hoje nas condições em que, perante o castelhano, se acha o catalão.

Assim, pois, tanto os factos funestos, como os gloriosos, tanto a nossa desgraça, como a affirmação heroica da nossa força, tudo concorreu para tornar ephemera a tentativa de união feita por Philippe II e gravemente prejudicada, senão perdida, pela politica ensandecida do seu neto.

Com 1640 renascem as tradições remotas do antagonismo. A revolução e a guerra parecem a muitos um renascimento dos dias luminosos do cerco de Lisboa, das cortes de Coimbra e da victoria de Aljubarrota. É então que se imprime a chronica inedita desses feitos, devida á penna ingenua de Fernão Lopes e que o chronista Duarte Nunes refunde á moda do tempo, a narrativa pittoresca do pai da nossa historia.

Assim, passado o periodo glorioso de Aviz, em que as duas nações peninsulares vibraram sempre accordes perante o mundo, com o pensamento mais ou menos nitidamente formulado da união, regressava-se, com a nova dynastia, ao que se suppunha ter sido o estado do espirito nacional durante a primeira. Era um erro. Até á revolução de 1383, póde dizer-se que a idéa de nação estava para formar na alma dos diversos Estados que constituiam a Hespanha.

Verdadeira expressão geographica, as lutas dos diversos reinos da Peninsula podemos consideral-as como guerras civis. Quem as estuda de perto e despido de idéas preconcebidas, reconhece que a ambição pessoal dos principes é o motivo d'essas guerras, em que as provincias passam de um para outro lado, á mercê da sorte das armas. Gallegos e leonezes andam quasi sempre comnosco, castelhanos muitas vezes, portuguezes andam em Castella, como D. João de Albuquerque, *o do ataúde*, que a governou nos primeiros annos de Pedro o Cruel.

O progresso das instituições, a codificação da legislação civil, o engrandecimento do poder dos reis: tudo isso concorreu para que ao mesmo tempo, quasi, Portugal encontrasse em D. João I um symbolo da sua consciencia de nação, e Castella, depois do reinado tragico de Pedro o Cruel, ganhasse a consciencia tambem de que lhe competia a ella a palma da vitoria na concorrencia absorvente entre os varios reinos peninsulares.

Assim se chegou, pois, a estabelecer o dualismo na Hespanha; e consummado pela politica, ao mesmo tempo audaz e prudente de D. João I, d'ahi vieram as tentativas de fusão dos dous reinos: da primeira vez mallogradas em Toro, da ultima tristemente realisadas por Philippe II.

O dualismo restaurado em 1640, nem se parece com o de Aviz, pois assenta sobre a idéa de opposição, quando aquelle se apoiava na de cooperação com a esperança mais ou menos vaga da unidade; e muito menos póde parecer-se com o systema anterior a 1383, pois ainda então não havia na Hespanha dualismo, mas um feixe de estados mais ou menos autonomos, incluindo até os musulmanos. Só com Fernando e Isabel se conquistou Granada.

O dualismo restaurado em 1640, obedecendo constitucionalmente á idéa de opposição á Hespanha, tinha como condição necessaria o apoio de outra ou outras potencias; pois, isolado, Portugal não resistiria á absorpção. Assim a independencia de Portugal, nos seculos XVII e XVIII, dependeu das condições do equilibrio europeu, devendo a sua autonomia principalmente á Inglaterra que, por herdar por partes o nosso imperio colonial, tomava a seu cargo deitar-nos sobre os hombros o manto defensor do seu protectorado. Por isso, quando Napoleão revolucionou a Europa, derruindo a construcção ponderada por seculos de tradição monarchica, o Iberismo surgiu na Hespanha. Por isso, desde que as revoluções peninsulares, ponham em risco a estabilidade das instituições e as crises sociaes agitem as populações: desde que, ao mesmo tempo, não haja na Europa interesse bastante forte para determinar intervenções, o Iberismo tem de ser o fundo politico de todos os movimentos, quer na Hespanha, quer já agora em Portugal.

Esta é a situação presente.

Coincidindo o exemplo da França republicana, rica e forte, embora abatida nos costumes, com o espectaculo das monarchias lateraes da Hespanha e Italia, arruinadas, combalidas e sem moralidade politica superior, o contagio inevitavel dá-se; e a crise precipitar-se-hia no instante em que a França quizesse adoptar o que Gambetta chamou uma «politica de exportação» para as nações latinas dos seus dous flancos. Mas, ainda quando esta vontade se não dê, é fácil que a evolução propria dos elementos revolucionarios nos dous reinos da Hespanha, favoneada pelo mal-estar economico, pela ruina financeira e pela desorganização administrativa commum em ambos elles, baste para produzir a conflagração.

Logrará vencer a republica? Terão as monarchias forças para suffocar a revolução? Em qualquer dos casos, o problema do Iberismo se apresenta como capital.

No primeiro parece decidida a solução unitaria: só varia a formula de a executar. Emquanto uns preconisam a idéa de uma confederação das dúas republicas de Hespanha e Portugal, outros preferem a constituição dos Estados Unidos Ibericos, dando-se autonomia federal aos velhos reinos da Hespanha, um dos quaes seria Portugal. E' mais facil, a nosso vêr, que, precipitada toda a Peninsula na anarchia, saia d'ella a segunda, que a primeira hypothese. E' mais logica, mais symetrica; e sempre que as sociedades se encontram em revolução, a ideologia domina, como não succede nos periodos ordinarios.

A idéa federal vinga em Hespanha por dous motivos: em certas classes insufficientemente instruidas, pelo idealismo republicano, pelo conhecimento que teem das instituições da America do Norte, e pela impossibilidade de discernir a differença de condições historicas, politicas e psychologicas dos dous povos; em outras classes, isto é, na massa obscura do povo, pela lei da natureza que n'este caso é o instincto historico, ou por outra, a tradição particularista. A unidade social do povo hespanhol nunca chegou a consummar-se do lado de cá dos Pyreneus, como succedeu do lado de lá, em França.

A alliança d'estes dous motivos, porém, em vez de ser uma causa de estabilidade forte para o federalismo hespanhol, é ao mesmo tempo o motivo da sua força revolucionaria e da sua fatal condemnação constitucional. O concurso dos elementos inconscientes que o instincto move põe ás ordens dos chefes, dirigidos pelo idealismo politico, numerosos exercitos de sectarios; mas no dia em que a victoria se alcançasse ver-se-hia logo que entre capitães e soldados havia uma disparidade completa de vistas e um equivoco fundamental. D'ahi a inviabilidade repetindo-se o que succedeu ha um quarto de seculo: cahir a sociedade em decomposição até que a força militar restaure a ordem.

Porque, na mente do popular federalista das provincias hespanholas, a idéa revolucionaria é a do regresso ás instituições particularistas, aos privilegios dos fóros, ao desmembramento da nação, para a fazer voltar aos tempos transactos da Idade-media. E este não é, de certo, o pensamento theorico dos chefes, seduzidos pela geometria politica Americana. Conferida a autonomia aos estados peninsulares, o instincto logico, mais vehemente no hespanhol do que em qualquer outro europeu, reclama logo a ampliação autonomica da administração á economia. São diversissimos os interesses das regiões da Hespanha: a Andaluzia, agricola, é livrecambista; a Catalunha, fabril, é proteccionista. Andaluzia e Catalunha quererão para si regimen diverso, e defender-se-hão com alfandegas interiores. Depois, se o Estado é autonomo, não ha-de sel-o o cantão?

Ainda hoje, o *Ayuntamiento* é talvez, de todas as instituições locaes historicas da Europa, a mais autonoma. A autonomia cantonal vem como consequencia logica da dos estados. E toda a historia da ultima revolução hespanhola parece dever repetir-se, porque os elementos em acção são ainda os mesmos.

E n'esta acção não fizemos intervir os elementos dissolventes que a introducção de Portugal e as reacções da idéa arraigada da sua independencia historica haviam de forçosamente trazer para o campo. E' até na-

tural que, se na ultima revolução o centro da Hespanha convulsionado teve pelo norte a guerra da restauração carlista, teria agora, além d'ella, pelo sul, a da restauração brigantina. E entre os dous fogos, a tragedia acabaria forçosamente de um modo funebre.

É, portanto, para desejar que a fatalidade das cousas não precipite a Hespanha na revolução, ou que, pelo menos, a ser inevitavel, o delirio a não lance na aventura federal. O meio de evitar a catastrophe é obvio: é o juizo nas monarchias, pois já hoje, na Europa, povo algum se insurrecciona por capricho. A era das revoluções por paixão passou com o romantismo; e a idade dos pronunciamentos militares passou tambem para a Hespanha desde que ali funcciona o serviço universal obrigatorio, com trez annos de exercicio, reduzidos de facto á metade ou menos pelos licenciamentos. Soldados de quinze ou dezoito mezes não teem o temperamento de caserna, sem o qual não ha pronunciamentos possiveis.

Duas causas, ambas energicas, concorrem, pois, para afastar o perigo de uma revolução; muitas causas porém, concorrem tambem no sentido de a precipitar: a pobreza economica, a ruina financeira, a desordem politica, a desorganisação administrativa. Se as monarchias da Peninsula tiverem pulso para dominar os elementos de desordem, salvar-se-hão; se o não tiverem, não as salvará, nem a indifferença politica das populações, nem a ausencia do militarismo sedicioso. A revolução virá como symptoma d'esphacelamento social; e ninguem póde dizer o que se lhe seguirá, quando chegar o momento inevitavel da restauração da ordem. Provavelmente, porém, ficará, como resultado da tempestade, consummada a união peninsular.

Qual é, portanto, em resultado de todas estas considerações varias, o programma que o juizo aconselha ás duas monarchias da Peninsula? E' o regresso á tradição de Aviz, a politica de cooperação, despida, porém, das esperanças reciprocas de absorpção pelo processo anachronico dos enlaces dynasticos. E' ao mesmo tempo a politica interna de restauração e regeneração social e economica. Acórdes, a Hespanha e Portugal conseguindo sarar as chagas de que enfermam ambas as nações (tambem n'isto irmãs!) poderiam, mantendo-se, manter a ordem n'este bello e glorioso canto do mundo.

Não é necessario excessiva perspicacia para reconhecer que os motivos antigos que levaram a Inglaterra a proteger-nos contra a Hespanha, accentuando e prolongando o caracter de opposição que a restauração teve, são de hoje transactos. Importa pouco ou nada á Europa que a Hespanha tenha dous reinos ou um só. E' para nós positivo que nenhumas das potencias europeas dispararia um tiro em nossa defesa; é obvio, pois, que o interesse reciproco da Hespanha e de Portugal está em que nenhum de nós pense, nem de longe, em aventuras perigosas para o futuro de ambos.

União de pensamento e acção, independencia de governo: eis, a nosso ver, a formula actual, sensata e pratica do Iberismo.

VII

Os judeus na Peninsula. Expulsão de Castella. Situação em Portugal. Politica de D. Affonso V, e D. João II a seu respeito.
Descoberta da America. Colombo e D. João II. Bulla d'Alexandre VI. Negociações com Castella. O tratado de Tordesilhas. Partilha do mundo. Da esphera symbolica metade apenas para Portugal.

O capitulo X viria erguer ante o espirito concentrado e reflexivo de Oliveira Martins um dos problemas maximos da politica peninsular, o facto capital das relações entre as raças predominantes na peninsula. Apparecer-nos-iam n'elle essas raças, vencedoras umas, vencidas outras, prestigiosas as primeiras pela conquista, ou pela superioridade da fé, influentes as segundas pela tenacidade, pela resistencia á assimilação e arte de a si chamar as riquezas, o dinheiro, a percepção das rendas publicas, os meios de influencia, emfim, á sombra dos quaes, a miudo conseguiriam mudar a sua condição, passando os opprimidos a oppressores, excitando contra si o fanatismo, e provocando sanguinolentas represalias e tragedias para sempre lamentaveis.

A imparcialidade da historia aprecia hoje os factos tão sombrios, a que vimos alludindo, á luz de uma critica que assenta em fundamentos bem diversos dos que não ha muito inspiravam os historiadores e os philosophos. O anti-semitismo que em pleno seculo XIX, tão brando nos costumes, irrompe sinistramente na Russia, na Polonia, na Austria e na Allemanha; a politica da assimilação que tenta subjugar pela violencia as populações nativas na Finlandia, na mesma Polonia, nos ducados do Elba, na Irlanda e na Alsacia e Lorena, cons-

tituem de facto um eloquente e elucidativo commentario aos actos dos soberanos peninsulares dos seculos XV e XVI.

Posto um termo á anarchia que dilacerava a Hespanha, coube logica e naturalmente aos Reis Catholicos uma nova missão. Não lhes bastava ter dado fim, com a conquista de Granada, á lucta tantas vezes secular entre a cruz e o crescente, a unidade hespanhola sómente a considerariam cimentada quando se encontrassem finalmente assimiladas as raças, fundidas as civilisações, annullada a antinomia essencial originada na diversidade da fé. No proseguimento de um similhante pensamento politico, na defeza d'esta condição aliás capital para a sua existencia, a Hespanha, e mais tarde Portugal cedendo ao impulso do paiz visinho, não duvidaram pôr, com a intensa energia da raça, um empenho cruel, e uma violencia fanatica que assignalam tristemente os annaes da peninsula, e provocaram nos vindouros um justificado sentimento de horror.

A procedencia hespanhola da reacção contra os hebreus seria desde logo assignalada por Oliveira Martins no começo d'este capitulo ao referir a affirmação de Çurita de que a princeza D. Izabel attribuia a prematura e tragica morte do principe a divino castigo, por ver que os judeus, ao fugirem de Hespanha, temerosos da inquisição, só encontravam em D. João II abrigo e protecção, com desserviço manifesto dos supremos interesses religiosos.

Privado de descendencia directa, tendo os seus reinos assolados pela peste, durante o periodo já tão largo de dezesete annos, o Rei via attribuir no povo, e até no seio da propria familia, males tamanhos á politica de tolerancia, que julgára dever contrapor á que no visinho reino estavam seguindo com perserverante empenho os Reis Catholicos.

Impunha-se naturalmente ao historiador portuguez, quando descrevesse esta phase do reinado, o estudo d'essa politica, e a descripção de como, no paiz visinho, se fôra desenvolvendo e elaborando o plano, que, após tentativas diversas e mais ou menos accentuadas, veio terminar na providencia final da expulsão, ou conversão forçada dos descendentes d'Israel.

Firmando-se para isso nos trabalhos de Amador de los Rios, Oliveira Martins descreveria assim, commentando-os, os pedidos das côrtes de Toledo de 1462, ácerca da situação dos judeus. Iria buscar a Alexandre Herculano, á *Historia dos Judeus* de Graetz, elementos para completar e proseguir na pintura. Mostraria Israel erguendo o collo com a elevação, e durante o reinado, de Henrique IV. Assignalaria as condições dos christãos novos, ou *marranos*, as falsas conversões, a instituição do tribunal da inquisição por bulla de Sixto IV, no 1.º de Novembro de 1478, a rogos de Fernando e Izabel; a fuga de muitos judeus para Portugal, França, Italia e Africa; a nomeação de Torquemada para Inquisidor Geral por bulla de 17 de Outubro de 1483; o apparecimento em 1485 da obra famosa de Espina «Fortaleza da Fé»; os prenuncios do decreto de expulsão; as tentativas feitas por Abrabanel para, a peso de ouro, desviar o golpe que o ia ferir a elle e a seus correligionarios; e finalmente a resposta com que Torquemada exprobrou ao soberano, o repetir a traição do Ischariotes, vendendo Christo pelos 300:000 ducados que lhe eram offerecidos a titulo de subsidio para a guerra contra Granada. Tal seria no seu conjuncto a parte primeira do Capitulo X, a que viria pôr um remate brilhante o contraste entre a entrada triumphal dos Reis Catholicos em Granada, subindo os degraus do throno abandonado do ultimo Rei Mouro, o frivolo mas infortunado Muley Abu-Abd-Allah (Boabdil), e o decreto de 31 de Março de 1492 ordenando a expulsão de todos os Judeus, que não quizessem á sombra de uma forçada conversão conquistar com ella o direito de se conservarem em terras de Hespanha, deixando assim de aggregar-se ás longas filas dos que, atordoando a dôr com o som dos instrumentos festivos, e seguidos de suas familias, dos seus rebanhos, e do que haviam podido salvar, se encaminhavam, opprimidos e humilhados, para terras de Portugal, em demanda de D. João II e da tolerancia que este ainda lhes manifestava!

«No dia 1.º (de Agosto) do anno de 5252 da creação (assim o refere um escriptor judaico, Rabbi Isahak de Acosta, *Conjecturas Sagradas*, c. XXV) sahiram da Hespanha, terra

onde viveram seus pais perto de dous mil annos, *tresentas mil pessoas.*» Ao que Amador de los Rios accrescenta o commentario seguinte: «Não é possivel fixar hoje um algarismo que possa reputar-se certo, comprehendendo egualmente os expulsos de Aragão e de Castella».

Assim os descreve um auctor contemporaneo:

«Iban unos cayendo, otros levantando, unos muriendo, otros naciendo, otros enfermando: que no habia cristiano, que no oviesse dolor dellos. E' siempre por donde iban, les convidaban al bautismo, é algunos... se convertian quedaban, pero muy pocos. E' los Rabbies los iban esforçando; é facian cantar á las mujeres, é mancebos, é tañer panderos é adufes, pera alegrar la gente.» (1)

De esta manera, hostigados por todas partes y siendo en todos objecto de esteril compasion, abandonaban los dominios de Aragon y de Castilla los proscritos judios, para entregarse á los mares y derramarse en todos las confines de la tierra. Por Benavente, Zamora, Ciudad-Rodrigo, Valencia de Alcantara y Badajoz, salieron de Castilla y Estremadura, entrando em Portugal por Braganza y Miranda, el Villar de Narban y Jelves: por las ciudades e villas de Rioja, pasaban á Navarra, no sin la contradiccion que despues notaremos, los de Castilla la Vieja. Los que moraban en Alava, Guipúzcoa y algunas villas de Viscaya, acudian a embarcarse, con los de las montañas, en Santander y Laredo: á Cadiz, Santa Maria, Málaga e Cartagena, se encaminaban con igual proposito los que dejaban sus hogares en los reynos de Toledo y de Múrcia, en el Campo de Calatrava y en los obispados de Cuenca y de Sigüenza. Valencia, Tortosa, Tarragona y Barcelona, daban salida á los de la corona de Aragon, desde Jaca á Zaragoza y desde Elche: Santa Pola á Gerona, dirigiendose unos la vuelta del Africa y siguiendo otros la via del Mediterraneo á Napoles y Venecia, Grecia e Romania, hasta penetrar en los crecientes dominios del gran Turco. (2)

Na segunda parte d'este capitulo Oliveira Martins, descreveria a extincção dos judeus em Portugal. Recordaria os famosos tumultos de Lisboa em fins de 1449, reprimidos energicamente por Affonso V; os que sobrevieram trinta e tres annos mais tarde em 1482; as providencias de mais de uma ordem promulgadas em beneficio dos judeus e de que dão no-

(1) Cura de los Palacios, *Cron. de los reys catolicos.*
(2) Amadeu de los Rios.

ticia muitos diplomas publicados nos *Ineditos* da Academia, na collecção do sr. Freire, ou conservados ainda ineditos nos archivos das camaras de Lisboa e Porto. Faria notar como a emigração dos judeus hespanhoes viera complicar as condições, tão graves já, do problema judaico em Portugal. Reproduziria as queixas de que a sua agglomeração nos centros populosos, viciando ainda mais as condições sanitarias, aggravava, se não produzia, as mortiferas e demoradas pestilencias, acabando por determinar as expulsões successivamente ordenadas pelas camaras de Lisboa, do Porto, e das outras cidades e villas do reino, novo exodo a que D. João II pôz um termo, readmittindo os expulsos e promulgando providencias sanitarias para combater o flagello.

A situação eminente que o povo, a litteratura e a civilisação judaicas attingiram em Portugal, particularmente sob o reinado de D. Affonso V, encontrariam a sua exemplificação suprema na biographia, por tantos titulos interessante, do famoso D. Isaac ben Judah Abarbanel, nascido em Lisboa em 1437 e fallecido em Veneza em 1409. A sua familia achava-se desde muito estabelecida em Hespanha, onde em successivas gerações adquirira a maior notoriedade e na qual todos reconheciam e respeitavam a descendencia da Casa Real de David. Profundamente versado nas concepções metaphisicas da sua raça, familiar com as suas tão nobres e antigas tradições historicas, conhecedor de toda a sua litteratura, contando elle proprio entre os primeiros e mais considerados escriptores talmudicos, D. Isaac foi, a par d'isso, homem d'Estado e de negocios. Consultava-o sobre todos os assumptos graves El-Rei D. Affonso V, que o presava pelo engenho e não menos pelas qualidades de caracter e coração que o ennobreciam. Não era menor tambem a sua privança com o Duque de Bragança D. Fernando, e seus irmãos.

Sob o sceptro do *Africano* a raça hebraica encontrara o seu periodo aureo na Peninsula. Assim descreve o proprio Abarbanel o seu viver: «Habitava então tranquillamente a casa que herdára de meus paes na cidade tão formosa de Lisboa. Concedera-me o Senhor bençãos, riquezas e honras.

Construira para meu uso palacios e aposentos senhoris. Era a minha casa o centro onde se reuniam homens doutos e prudentes. Via-me respeitado nos paços de D. Affonso, um soberano poderoso e justo, que durante o seu reinado fez prosperar e conservou a liberdade aos judeus. Mantinha-me sempre a seu lado, era o seu auxiliar, e livremente entrava nos seus paços e d'elles sahia.» Compartilhavam tamanha prosperidade uma esposa tão bella como virtuosa, e tres filhos, Judah Leão, Isaac e Samuel.

Com tal valimento comprehende-se bem até que ponto os da sua raça deveriam ter encontrado n'elle um protector tão desvelado quanto efficaz. Tornara-se assim naturalmente e para todos elles o chefe respeitado, quasi soberano. E particularmente se fez querido quando, depois da tomada de Arzilla, tendo sido conduzidos para Portugal muitos centenares de mouros e judeus, publicamente vendidos como escravos, e n'essa qualidade espalhados pela inteira área do paiz, se viu Abarbanel á frente dos principaes da sua raça, iniciar generosamente uma grande subscripção, e pôr-se elle proprio a caminho, resgatando por altos preços para cima de 250 judeus e judias do dominio dos seus senhores, estabelecendo-os em seguida e proporcionando-lhes todos os recursos para se acclimarem em Portugal, e encontrarem em o nosso paiz uma segunda patria.

A tão alto grau de prosperidade poz termo brusco, e tragico remate, a politica de D. João II. As antigas relações de Abarbanel com a familia de Bragança haviam-o tornado alvo de suspeições e desconfianças. Avisado da tempestade que ameaçava rebentar-lhe sobre a fronte, o abastado e tão poderoso judeu fugiu, illudindo as diligencias dos homens d'armas que D. João II fizera seguir no seu encalço. A' carta que de Hespanha dirigira ao Soberano, affirmando a sua innocencia e a do Duque D. Fernando, respondeu o confisco dos seus bens e dos do seu filho, consentindo-se apenas que a esposa e todos os filhos seguissem para Hespanha em demanda do proscripto.

Entregou-se então este, e com affinco maior, aos seus

estudos favoritos sobre a historia do povo judaico e a litteratura biblica. Datam d'esse tempo, entre outros, os seus commentarios ácerca dos Prophetas. A notoriedade que o cercava levou por fim os Reis Catholicos a convidal-o para gerir a fazenda de Castella e Aragão, o que fez com exito durante oito annos completos, desde Março de 1484 até egual mez de 1492, recebendo dos soberanos, e dos grandes que lhes formavam a côrte, honras e considerações.

Publicado o edito que expulsava os Judeus, partiu Abarbanel para Napoles, acompanhado dos seus, ficando toda a familia dispersa e arruinada em seguida á conquista de Napoles por Carlos VIII de França, e havendo D. João II conseguido reter em seu poder como refens, um neto Isaac, filho de Judah Leão, o qual, com profundissima magua dos Avós e dos Pais, estes nunca mais tornaram a contemplar.

O proprio Abarbanel, no seu erudito commentario do Deuteronomio, narra nos termos seguintes as suas desventuras:

«Al cabo de diez anos (escribe mencionada su emigracion de Portugal en 1482), viviendo gran número de judéos en Espana en completa tranquilidad, fué decretada su expulsion, acompanada de pillaje y saques por tierra y por mar; y menguados y afligidos partieron á tierras extranas. Entre ellos me hallaba yo, y con gran aflicion consegui pasar á Napoles, donde tañpoco hallé reposo por la invasion de los francezes, que se apoderaron de la ciudad, cuya poblacion abandonó á su mismo gobierno; y todos se levantaron contra ricos y pobres de nuestra congregacion, expulsando á hombres y mujeres, padres é hijos, de los descendientes de Sion, despojandoles, hasta hundirlos en la mayor ruina y miseria. Varios abandonaron su religion por el miedo de ver su sangre vertida como el agua, ó de ser vendidos á los extrangeros, que en buques se llevaban cautivos hombres y mujeres, chicos y grandes, sin compasion de su llanto, que me abrumaba el corazon, obligándolos por el contrario á abandonar su ley y seguir su cautiverio.» Abarbanel declara que esta nueva persecucion le affligió por el espacio de tres anos, viviendo su pueblo «en prisiones y cayendo en las hogueras», cuando más libre se jusgó de ellas. Despues anade: «Io tan poco, por mis pecados, escapé de los robos, y toda mi alegria se tornaba llanto, viendo la angustia de mis hermanos y esperando siempre que el Ser Supremo los libertase. Fué su

divina voluntad aliviarme de mis trabajos, permitiendome ir de pueblo en pueblo hasta que entré en Corfú, donde permanesco.» (1)

A expulsão dos judeus de Hespanha, em 1492, trouxera ao nosso paiz o escól da raça proscripta. O periodo abrangido entre aquelle anno e o de 1497 foi o da mais elevada producção litteraria a que em epoca alguma conseguira chegar a raça hebraica entre nós. A litteratura Talmudica e Rabbinica de quasi toda a Hespanha refugiara-se e domiciliara-se em Portugal. Aqui se haviam congregado os Mestres mais sabios e com elles tinham vindo os manuscriptos mais preciosos, os codigos publicos, e os impressos da Synagoga.

Entrava no plano de Oliveira Martins formular n'este capitulo uma resenha do que foi esse movimento, aproveitando para isso o largo e eruditissimo subsidio que lhe forneciam os trabalhos de Ribeiro dos Santos. Abrangeria essa resenha a menção e critica das obras numerosissimas e de valor então publicadas, pormenores referentes a seus auctores, e bem assim noticias ácêrca dos impressores e da arte typographica exercida pelos judeus.

Civilisação tão elevada presuppunha influencia social, riquezas e predominio. Tornara-se este oppressivo. Escandalisava o luxo ostentado publicamente a despeito das Ordenações. Doiam as execuções praticadas pelos arrendatarios das rendas publicas. Pesava a absorpção de misteres e officios, nas cidades e nos campos. Revoltava-se a consciencia contra abusos que se diziam praticados nos templos e no seio das familias, e facilitados pelo desuso em que haviam cahido antigas prescripções, pela egualdade apparente nos trajos, nos habitos e nas maneiras, pelo favor com que os judeus eram acolhidos e tratados em Portugal, sem parallelo com o que então se passava nos restantes paizes christãos. As queixas e murmurios accentuavam-se mais e mais, e até tomavam corpo nas resoluções das côrtes de 1475, 81 e 90. As respostas de D. João II é que, por seu lado, se mantinham evasivas, se não

(1) Amador de los Rios.

mesmo contemporisadoras, e favoraveis aos judeus. Era essa por então a sua politica.

As mais caracteristicas de taes resoluções e respostas encontrariam acolhida na obra de Oliveira Martins, que habilmente as aproveitaria para projectar claridade e luz sobre o viver e o sentir da sociedade do tempo.

A invasão dos judeus de Castella aggravou singularmente a difficuldade já muito accentuada do problema entre nós. A entrada dos fugitivos em Portugal, as condições de residencia, o praso limitado a oito mezes da duração d'esta, tudo fizera assumpto de previa negociação entre D. João II e uma commissão de 30 hebreus presidida por Isaac Aboab, o edoso rabbi, amigo de Abarbanel. Discutiu o Soberano o assumpto em conselho reunido nos paços de Cintra. N'elle foi ouvido o judeu portuguez José da nobre familia de Ibn-Iachya, que debalde sollicitou para os seus infelizes correligionarios a permanencia em Portugal. Eram contrarios a esta até em maioria os mais influentes judeus portuguezes, que bem previam que com esse excesso da população judaica, talvez superior a duzentas mil almas, ficaria esta desproporcionada com a população e forças economicas do reino, e tornaria de todo insustentavel a presença em Portugal dos proprios judeus d'aqui originarios.

Resolveu-se por isso que a admissão fosse temporaria, limitada, como acima dissemos, a um periodo curto de oito mezes, no termo dos quaes os emigrados seguiriam para o norte da Africa ou para outros pontos. Marcou-se-lhes a taxa de capitação que teriam de pagar, e que viria em auxilio ás despezas de guerra e das descobertas, fixou-se-lhes as cidades e villas onde poderiam residir, e os preceitos que observariam durante a permanencia em Portugal.

Póde facilmente calcular-se até que ponto essas levas consideraveis de uma população adventicia e odiada teriam vindo perturbar o viver economico, os habitos, o modo de ser das populações invadidas. Accrescente-se que no encalço d'essas dezenas ou centenas de milhares de estrangeiros seguia a peste, dizimando-os, e espalhando os seus germens mortiferos por

quantas terras de Portugal iam atravessando, e comprehender-se-ha o quadro de dôr, a pungente miseria, as tragicas e funebres scenas, de que o reino foi theatro n'esse periodo.

Proseguindo na sua errante peregrinação, a partida para Fez e o desembarque nas costas marroquinas representariam, porém, um ainda mais terrivel e espantoso aggravamento a males tão crueis e dilacerantes.

Em phrases curtas mas repassadas de dôr e sentimento, assim o descreve o chronista:

> E destes malaventurados Judeus foram muytos mortos em Portugal de peste que comsigo traziam, e mortos com muyto desemparo, por caminhos e terras despovoadas. E os que passaram em Fez foy nelles hua grande perseguiçam, que foram dos Mouros roubados, deshonrados, e por força lhes dormiam com as molheres, e com as filhas, e filhos, e a muytos matavam, cousa piedosa, e nunca tanta perseguiçam em lembrança de homens foi vista em nenhua gente. (1)

Quasi nos mesmos termos em que o fizera Rezende, a *Miscellanea* repete:

> Vimos ha destruyçam
> dos Judeus tristes errados,
> que de Castella lançados
> fora com gram maldiçam
> ao Reyno de Fez passados
> de Mouros foram roubados,
> deshonrados, abiltados,
> que filhos, filhas e mães
> lhe incestavão esses cães,
> moços, e moças, forçados.

Decorridos oito mezes e destruidos muitos pela peste, pela fome e miseria, convertidos outros e regressados a Hespanha, ou embarcados para Marrocos e para o Oriente, dos que ficaram foram ainda bastantes vendidos como escravos, e as creanças de trez a dez annos transportadas para a Ilha

(1) Garcia de Rezende.

de S. Thomé, onde expiraram em grande numero, victimas do abandono, e diz-se que dos jacarés que abundavam nas aguas da Ilha, tendo perecido afogadas em Portugal muitas das mães, que não haviam podido supportar a separação forçada e crudelissima das miseras creanças.

A ideia fixa de D. João II, e com esta indicação termina Oliveira Martins o summario do capitulo X, transparece assim em tão extraordinario processo de colonisar essa Ilha de S. Thomé, cuja capitania fôra dada por carta de privilegio de D. João II datada de Cintra, de 24 de Setembro de 1495, a João de Paiva, escudeiro; sendo metade da mesma Ilha doada por carta de 11 de Janeiro de 1486, para elle a povoar com os seus amigos e parentes, e a segunda metade, doada em 14 de Março de 1468 em Santarem a Mecia Paes, para a pessoa com quem casásse, tudo em attenção aos serviços do mesmo João de Paiva, seu pai, *que fôra á mesma* Ilha.

E é a este facto do transporte das creanças para a Ilha de S. Thomé que Garcia de Rezende allude tambem na passagem seguinte:

> ... deu el Rey a Alvaro de Caminha, cavalleiro de sua casa, a capitania da Ilha de S. Thomé de juro e de herdade com cem mil reis de renda cada anno, pagos na casa da Mina. E porque os Judeus Castelhanos, que de seus Reynos se não sahyram nos termos limitados, os mandou tomar por captivos segundo a condiçam de entrada, e lhes tomou os filhos e filhas pequenos, que assi eram captivos; e os mandou tornar todos christãos, e com o dito Alvaro de Caminha os mandou todos a dita Ilha de S. Thomé.

*
* *

Em synthese por certo brilhante resumiria o capitulo XI a evolução gradual das sciencias cosmographicas e as phases essenciaes por que fôra passando a noção da espheroicidade da terra entre os antigos, em tempo dos arabes, na epocha patristica, e durante a edade media até á renascença. Prepararia essa exposição erudita, que viria terminar com a refe-

rencia aos trabalhos de Martim Bahaim, a narrativa intensamente dramatica da entrada em Lisboa das caravellas que regressavam da America, trazendo a seu bordo Christovão Colombo, e com elle a informação de um mundo novo a depôr aos pés de Fernando e Isabel.

O effeito de noticia semelhante sobre o animo de D. João II devia ser, e foi-o na realidade, fulminante. O dia 6 de março de 1493 ficaria para sempre assignalado na historia, para gloria do Genovez, e dos Reis Catholicos, que lhe haviam protegido o emprehendimento, e para desgosto de Portugal e do seu soberano, que lhe haviam repellido as offertas. E tanto mais funda seria a magua, quanto maior era o engano em que por então todos laboravam, a começar pelo proprio Colombo, ácerca da significação real de tão grande descobrimento. Para todos parecêra com effeito que se acertara com um caminho para a Asia pelo occidente, e não que se descobrira um continente novo, intermediario dos que os antigos haviam assignalado. Era pois o proprio alvo de todos os esforços, de todo o empenho dos portuguezes, desde o Infante de Sagres, que parecia correr risco de ser destruido e annulado pelo exito tão colossal quanto inesperado de um mercenario, que vira condemnados por D. João II os seus planos e trabalhos.

O desastre parecia irreparavel. O desengano crudelissimo. Houve quem chegasse ao extremo de pensar e propôr o exterminio do aventureiro que fôra causa de tamanho aggravo nacional. Repelliu D. João II o alvitre cruel e desleal, chamou a si o grande navegador, que o avistou em Val de Paraiso, junto a esse mosteiro de Nossa Senhora das Virtudes, cujo portal gothico em ruinas, e formosa balaustrada, prestes a desmoronar-se, ainda hoje attrahem a attenção do viajante que a locomotiva arrasta na linha ferrea de Lisboa a Santarem. A pessoa de Colombo foi, Deus louvado, honrada pelo soberano; a grandeza do feito que realisára exaltada; os Indios que o acompanharam, e que no aspecto estranho, mas tão divergente do dos africanos da Mina, mais corroboravam do que destruiam a suspeita terrivel de que pelo Occidente se aportára á India, foram presenteados generosamente.

Cumpria, porém, resalvar os direitos que a prioridade dos seus trabalhos e descobertas maritimas, as decisões pontificias, e outros elementos do direito publico contemporaneo asseguravam a Portugal. Para não faltar a esse dever, que a todos primava, lançou D. João II os olhos sobre o futuro Vice Rei da India, o glorioso D. Francisco d'Almeida, «homem de muita confiança e muito bom cavalleiro» provando assim mais uma vez até que ponto elle conhecia os individuos e preparava o pessoal governativo e a pleiade de heroes que veiu assegurar a grandeza do successor mais do que elle afortunado.

Uma armada sob o commando de D. Francisco deveria seguir de prompto para o Occidente no rumo da de Colombo, e verificaria até que ponto cumpria invalidar as novas pretensões de Castella.

A ideia inexacta de Colombo, a illusão ácêrca do resultado e do alcance da sua descoberta, os receios naturaes de D. João II, dariam aso a Oliveira Martins de expôr as doutrinas correntes entre os geographos do tempo; de analysar a carta de Toscanelli áquelle soberano; de referir os trabalhos de Martim Behaim, a sua ida a Nuremberg, a construcção do famoso globo, as relações com o dr. Monetarius, Jeronymus Munzmeister, o confronto entre as noções d'estes com as que haviam inspirado a Colombo; e tambem a discussão dos dois alvitres para a descoberta do caminho da India, incisivamente formulados, entre outros, no trecho famoso do Esmeraldo «De situ orbis»: «Porque huuns disiam que non curassem de descobrir ao longuo da costa do mar e que melhor seria irem pello peguo hatravessando ho golfam atée topar em alguma terra da India ou visinha d'ella e que por esta via se encurtaria ho caminho: outros disseram que melhor seria descobrir ao longuo da terra sabendo pouco e pouco o que n'ella hia e asy suas Rootas.»

D'estas duas alternativas, Portugal acceitára sem vacillações a segunda. Recusára conscientemente a offerta de Colombo, como, muito antes, repudiára o alvitre identico desenvolvido na carta tão celebre de Toscanelli ao capellão do Rei Affonso V, de procurar as costas orientaes da China ou do

Cathay, as ilhas de Cypango e as Antilhas, tomando o rumo do Occidente. Recusára-a tambem porque, a querer seguir os azares d'essa nova empreza, preferiria ao genovez, alguns dos seus proprios, tão audazes, navegadores. Bastava lembrar como razão d'essa naturalissima preferencia, que de 1470 a 72 a costa da Guiné havia já sido explorada por João de Santarem, e Pedro de Escobar, com os seus respectivos pilotos Martim Fernandes e Alvaro Esteves; que Diogo Cão chegára ás boccas do Zaire em 1484, e mais tarde ao parallelo 22.º de L. S.; que, em 1486, Bartholomeu Dias e João Infante haviam dobrado o Cabo da Boa Esperança, e, ainda em vida de D. João II, Vasco da Gama fôra já encarregado, no anno de 1487, de seguir derrota para a India dobrando novamente aquelle tão famoso promontorio. Para que, pois, acceitar, quando de tamanhos e tão sabios capitães se dispunha, os serviços de um estrangeiro, quasi desconhecido, e que por nenhuma circumstancia especial se recommendava?

Na apreciação desenvolvida das razões e fundamentos scientificos com que tanto D. João II como o seu conselho procederam, oppondo a Colombo *il gran refiuto,* como lhe chama o sabio Prospero Peragallo, recordando outra recusa, tambem historica, referida pelo Dante,(1) Oliveira Martins sustentaria doutrina e opiniões, que em escriptos seus anteriores encontrára já opportunidade de desenvolver. Fal-o-ia, porém, aproveitando para tal fim o subsidio precioso que lhe offereciam agora as monographias e documentos numerosos e valiosissimos que o centenario da descoberta da America trouxera havia pouco ao lume da publicidade. As multiplices e tão interessantes tentativas açorianas de navegação com o rumo ao Occidente; as diligencias de El-Rei D. João II para de novo chamar Colombo a Portugal; a viagem de Pedro de Barcellos e João Fernandes Lavrador, da qual deu primeiro

(1) A do Papa Celestino V que resignou a theara. D'elle diz o Dante no Canto III do Inferno:

Guardai, e vidi l'ombra di colui
Che fece per viltate il gran refiuto,

noticia o Sr. Ernesto do Canto e que foi assumpto de um estudo critico notavel de Pinheiro Chagas; as expedições dos Côrte-Reaes; os problemas, emfim, suscitados pela descoberta das Indias Occidentaes nos seus pontos de contacto com a nossa historia patria e a dos descobrimentos portuguezes, daria tudo assumpto a um estudo erudito e profundo em que os documentos e os factos seriam apreciados com a superioridade de critica, e a largueza de vistas, que caracterisam os escriptos de Oliveira Martins.

O seguinte artigo, publicado no Rio de Janeiro em o jornal *O Paiz*, mostra de antemão que o nome e a obra de Colombo não sairiam, por mal entendido patriotismo, diminuidos do *Principe Perfeito*. O apreço muito alto pelas tentativas açorianas não poria em risco a justiça a fazer ao grande navegador, e por ser essa a doutrina que Oliveira Martins desenvolveria na sua obra, quando completa, julgamos de interesse dar aqui cabimento ao artigo já referido, segurando assim este contra os azares da publicidade periodistica:

A DESCOBERTA DA AMERICA

TENTATIVAS PRE-COLUMBINAS

A noticia da descoberta de um certo formal de partilhas, ou titulo similhante, na Ilha Terceira, trouxe de novo á discussão a these de uma descoberta da costa oriental americana anterior á viagem de Colombo.

Figura n'esse titulo um certo *Lavrador* que teria ido dos Açores á terra a que deixou o nome, do qual, effectivamente, ainda se não deu explicação satisfatoria. É tudo quanto até agora as noticias publicadas nos permittem dizer. O documento parece estar em poder do illustre archeologo geographico michaelense, o Sr. Ernesto do Canto e submettido ao seu exame critico.

Se viesse a apurar-se ter o *Lavrador* aportado á sua terra anteriormente á famosa viagem de Colombo, ganhariam afinal o pleito os que teem accumulado investigações e argumentos, inspirados por um portuguezismo acaso menos discreto, para diminuir a gloria da façanha colombina.

Não ha duvida que, desde todo o sempre, e, ao passo que a empreza das navegações *officiaes* do Infante D. Henrique se proseguia para

o sul, ao longo da costa de Africa: não ha duvida que uma série de explorações sporadicas e mais ou menos *particulares* insistia em procurar nos mares occidentaes, tendo como base os Açores já povoados, a contra costa do grande continente central do mundo, pois ainda se ignorava de todo a existencia de um outro mundo americano, ou as ilhas perdidas do grande mar, fluctuantes na imaginação piedosa das lendas medievas.

É de 1447 a pretendida arribada de um navio portuguez á ilha phantastica das *sete cidades;* e não é menos verdade que esta narração, a não ser invenção pura, se refere á descoberta de alguma das ilhas numerosas do archipelago açoriano. É de 1451 a viagem de Diogo de Teives, o descobridor das Flôres, que navega cento e cincoenta legoas para sudoeste do Fayal, em demanda da *Antilia* da lenda, a qual se dizia ter sido avistada por um navio portuguez.[1] Esta viagem foi contada pelo piloto do navio, Pedro de Velasco, a Colombo durante a sua estada no convento da Rabida.[2]

O proprio Colombo suppõe que um navio portuguez tinha aportado á Antilia, ainda em vida do Infante D. Henrique (e antes de 1460)[3]; e é de 1457 a doação pela qual o rei Affonso V confere a seu irmão o Infante D. Fernando, Duque de Beja, futuro herdeiro do tio descobridor, o dominio sobre todas as ilhas que intenta descobrir no Oceano Atlantico. O mesmo rei dôa a João Vogado, em 1462, duas ilhas que elle pretendia ter descoberto. É do mesmo anno a doação da ilha que Gonçalo Fernandes, de Tavira, diz ter visto para noroeste das Canarias; e de 1473 a carta de Affonso V dando a Ruy Gonçalves da Camara o dominio sobre as ilhas que se propõe descobrir no oceano; bem como de 1475 a doação a Fernão Telles por motivo analogo.[4]

Tudo isto prova o pensamento constante de encontrar terras para oeste dos Açores: ilhas exclusivamente, porque a contracosta da Asia calculava-se ficar a distancias inattingiveis. O proprio Colombo ia em procura da ilha de Cypango, nome que Marco Polo déra ao Japão.

A' procura de ilhas, porém, é facto que os navegadores açorianos chegaram ao continente americano do norte, na terra a que deixaram o nome, dos Corte-Reaes, pouco depois de Colombo ter chegado ao archipelago da America Central. E se as viagens do pai dos Corte-Reaes, que foram victimas das suas aventuras, são hoje negadas pela critica e contestada assim a prioridade da descoberta continental, resta vêr se agora a noticia da viagem do *Lavrador* não virá antepôr a Colombo um açoriano.

A longa residencia de Colombo em Portugal, o seu conhecimento

1 Canto, *Arch. dos Açores*, 1250.
2 Las Casas, *Hist. de las Indias*.
3 Las Casas, *ibid.*
4 Senna Freitas, *Mem.—hist.*, 62-73.

perfeito das diligencias feitas no sentido das navegações occidentaes, o seu enlace com a familia dos Perestrellos, a sua estada na Madeira: tudo são factos tendentes a demonstrar que a formação e amadurecimento do seu plano se fizeram com os prodromos portuguezes da descoberta. Entre isto, porém, e o querer attribuir a idéa da viagem a confidencia de certos marinheiros, ou ao roubo de diarios de navegação de outros, vai uma distancia enorme. São méras fabulas.

Em primeiro logar é positivo que o plano de Colombo, baseado no erro geographico do tempo, era chegar ás Indias por Cypango, sua *antilia*. E tanto isto assim é que, ao voltar, o descobridor nem sonhava ter dado ao mundo velho um mundo novo, mas suppunha ter attingido a ilha descripta por Marco Polo. Ninguem então sonhava, sequer, com a existencia da America e do mar Pacifico. Para além da peninsula da Indo-China, que é o Cathay de Marco Polo, não havia noticia de outras terras. A conclusão natural a que devia conduzir a theoria da espheroicidade da terra e a velha theoria de Aristoteles sobre os antipodas, renovada principalmente pelo cardeal d'Ailly, era buscar as Indias pela sua extremidade, ir ao Oriente pelo occidente, em vez de seguir a derrota austral dos portuguezes pelo sul da Africa.

E' sabida a consulta de Colombo a Toscanelli, o oraculo geographico do tempo, que lhe respondeu enviando-lhe o traslado da carta de 1474, escripta ao rei Affonso V e um mappa do levante. Vendo as inducções do seu espirito confirmadas pela sciencia, calculava erradamente, por não ser então exacta a medição da terra, que, indo no rumo de oeste, pelo parallelo das Canarias, em cinco semanas de navegação directa venceria as mil leguas de distancia para a India, ou para o Cathay ou para o Cypango de Marco Polo antilia do continente oriental.

A consulta a Toscanelli e o traslado da carta a Affonso V são um dos argumentos allegados contra a originalidade da descoberta de Colombo; mas essa ideia de Toscanelli não era segredo para ninguem, e a prova de que a opinião em Portugal se recusava a abandonar o caminho austral africano pelo Atlantico está na falta de acceitação dada ao conselho do geographo em 1474.

Diz-se que o cunhado de Colombo, Pedro Correia da Cunha, vira uma vez para oeste uma terra desconhecida. Diz-se de Antonio de Leme que, navegando para occidente, avistara tres ilhas e o participara a Colombo na Madeira. Cousas analogas se referem de Vicente Dias. E contam, finalmente, que, estando Colombo na Madeira, ahi fôra aportar um navio portuguez com a tripulação agonisante e que do piloto, depois fallecido, Colombo houvera o segredo da existencia das terras occidentaes. (1)

(1) V. Cerdeira, *De la part prise par les port. dans la découverte de l'Amer.;* e a defesa de Colombo em Peragallo, *Cristoforo Colombo in Portogallo.*

Como se essa existencia pudesse ser para alguem um segredo, no ponto a que tinham chegado a mathematica e a cosmographia! O problema não era a existencia de Cypango: era a possibilidade de ir até lá, atrávés de um mar immenso e que, ainda assim, se suppunha reduzido á metade na sua extensão real.

Com effeito, os factos observados nos Açores faziam crêr na proximidade das terras para occidente, uma vez que ás praias insulanas vinham parar madeiras lavradas por engenhos humanos. Vinham cannas, vinham pinhas; diz-se até que uma vez naufragaram na praia das Flôres dous cadaveres de gente de figura singularmente nova. Comprehende-se, como já observámos, que taes factos, de certo conhecidos por Colombo, o confirmassem no seu plano, quando provocavam as repetidas tentativas, sem exito, para a descoberta das ilhas occidentaes.

Além da doação a Fernão Telles das ilhas do *Lono* e *Capraria*, ilhas suppostas ou penhascos perdidos no Oceano; além da doação das *Foreiras* e dos mais diplomas a que já alludimos anteriores a 1475; ainda em 1486 se celebra o contracto com Fernão de Ulmo e João Affonso do Estreito, associados por metades para a descoberta da *Antilia*, ou ilhas das *Sette Cidades*. (1)

Nenhuma d'estas tentativas, como é sabido, surtiu resultado; e em vez de se querer vêr n'ellas o prologo da empreza de Colombo, é mister reconhecer que o mallogro faria desanimar um homem menos crente na sua fé, assim como fazia abandonar os planos de Oeste aos homens prudentes do tempo de D. João II. Nem póde hoje admittir-se, conforme já indicámos de passagem, a versão da descoberta da Terra-Nova pelo pai dos Côrte-Reaes, em viagem anterior á de Colombo. A primeira viagem de Gaspar Côrte Real é de Maio de 1500, sem exito; no verão e no outono do mesmo anno tornou e descobriu a Terra-Nova, onde voltou na primavera de 1501, morrendo ahi de naufragio. Em 1562 foi a viagem de Miguel Côrte Real que, indo em demanda do irmão, acabou tambem pelo naufragio e pela morte. (2)

Em 1503, o terceiro irmão, Vasqueannes Côrte Real, quer partir em busca dos irmãos perdidos, mas D. Manuel não lh'o consente; mandando, porém, em procura dos naufragos duas náos que voltam sem noticia alguma.

---

(1) Senna Freitas, *ibid.* Os doc. foram reimpressos no tomo dos *Docc. da Torre do Tombo*, p. 58 a 63; 1893.

(2) V. Góes, *Chr. D. Man. I*, 66; Harisse, *Discovery of America*, p. 246; e as doações de 12 de Maio de 1500 a Gaspar; de 15 de Janeiro de 1502 a Miguel; e de 17 de Setembro de 1506 a Vasqueannes Côrte Real, nos *Docc. da Torre do Tombo*, p. 131-50. Cf. Harisse, *Les Côrte Real*; Pariz, 1883; *Gaspar Corte Real, ibid.*; *Jean et Sebastian Cabot*, 1892; e E. do Canto, *Os Côrtes Reaes*, Ponta Delgada, 1883.

A descoberta da Terra Nova pelos Corte-Reaes, segue-se em 1521 a colonia de João Alvares Fagundes, para a pesca do bacalhão, installada n'essas regiões septentrionaes da America. (1)

Tal foi, pois, a parte dos portuguezes, e mais propriamente dos açorianos, na descoberta do continente americano septentrional. Se porventura o *Lavrador* da Terceira foi quem deu o nome á terra que assim se ficou chamando, é o que resta apurar. Em todo o caso a viagem de Colombo, no seu alcance e no seu valor, não fica diminuida porque uns mareantes portuguezes aportaram ao norte da America antes d'elle; nem tambem o merecimento d'essas viagens septentrionaes fica diminuido pelo facto de serem precedidas pela do grande genovez.

O continente americano, occupando, de norte a sul, todo o ambito do globo, divide-se, porém, em tres regiões geographicamente distinctas: a septentrional, a central e a austral. Na primeira e na ultima fomos nós, portuguezes, quem primeiro aportou. Na Central foi Colombo.

O novo hemispherio que Colombo promettia aos monarchas peninsulares foi, em breves annos, descoberto no norte, no centro e no sul. De 1492 a 1500 vão apenas oito annos. Mas Colombo partia em demanda de Cypango, a buscar a contra costa do continente asiatico, ao passo que os navegadores açorianos iam em busca das ilhas fantasticas do Oceano, as *Sette Cidades*, a *Antilia*, das tradições vetustas.

D. João II chegára, como acima dissemos, a organisar uma grossa armada, cujo commando seria confiado a D. Francisco d'Almeida, para renovar, por conta de Portugal, a viagem de Colombo. Apressára-se o duque de Medina Sidonia a prevenir da ousada tentativa os Reis Catholicos. Tratava-se de saber por tal meio até que ponto a posse das novas terras pelos hespanhoes contrariaria os direitos concedidos a Portugal por diplomas pontificios expedidos pelos papas Eugenio IV, Nicolau V, Calixto III, Pio II e Sixto IV. Conseguiu Castella evitar a partida da armada, mas nem por isso foi indifferente para nós essa tentativa de D. João II. Teve ella força sufficiente para determinar a expedição da bulla famosa em que Alexandre VI dividiu o mundo entre os dois soberanos peninsulares, e, mais tarde, a correcção d'essa bulla pelo tratado de Tordesillas, instrumento diplomatico para sempre

---

(1) *Tratado das ilhas novas*, por Fr. de Souza (2.ª ed.) Ponta Delgada, 1884.

memoravel em os fastos da nossa historia, e que prende esta com a historia da civilisação.

A chegada de Colombo a Lisboa tivera logar em 5 de Março de 1493. A bulla de Alexandre VI tem a data de 4 de Maio do mesmo anno. Pelo confronto das duas datas se mostra bem que nem um dia haviam perdido os Reis de Castella para fortalecer, com o assentimento da suprema auctoridade pontificia, os novos direitos que lhes advinham do descobrimento de Colombo. Mas o laudo de Alexandre Borgia, marcando o meridiano que de polo a polo dividisse o globo entre os dois reinos, não satisfizera D. João II. Empenhou-se este, e conseguiu-o, em afastar de cem leguas para tresentas e setenta a Occidente dos Açores e de Cabo Verde a linha divisoria, e esse resultado, assegurado pelo convenio de Tordesillas, teve para Portugal consequencias capitaes.

Foram longas, difficeis, cortadas de accidentes as negociações com a Hespanha. Encetaram-as Pero Dias e Ruy de Pina que entraram em Hespanha quando se lavrava a paz com o Rei Carlos VIII de França. Como a nenhum resultado se chegasse, vieram a Portugal Pedro d'Ayala e Garcia do Carvajal, succedendo-se á d'estes novas missões, e havendo surgido em uma d'ellas, pela primeira vez, o alvitre de uma divisão dos mares, «por certos rumos e linha de polo a polo.»

Esse alvitre, acceito tambem em Roma, como vimos, veiu ter a solemne sancção das duas corôas com o termo das negociações e assignatura do tratado de Tordesillas. Os delegados dos dois soberanos haviam-se reunido n'esta ultima cidade e, em 7 de Junho de 1494, concordaram por fim na maneira de dar ás concessões de Roma uma fórma mais definida, e conciliadora dos interesses de ambas as nações, firmando n'aquella data o instrumento diplomatico, para o qual D. Manuel solicitou mais tarde a sancção de Roma, que lhe foi concedida por bulla a 24 de Janeiro de 1506 firmada por Julio II.

Uma particularidade curiosa ácerca do tratado é a que faz sobresahir a seu respeito Harisse. (1) Fôra elle assignado

(1) Discovery of America.

na ausencia de Colombo, e affectára direitos e interesses que lhe haviam sido garantidos. Entenderam por isso Fernando e Isabel que lhe deviam remetter um exemplar, solicitando do Genovez acquiescencia para as suas disposições. Negou-a Colombo que se recusou a sanccionar por sua parte o prejuizo «de um decimo de todas as perolas, pedras preciosas, ouro, prata, e outros artigos por qualquer fórma obtidos ou ganhos no Brazil», descoberto em sua vida, cinco annos depois da sua própria viagem.

Outras pendencias secundarias, além da determinação geral da área para descoberta e senhorio das duas soberanias peninsulares, dividiam Portugal e Castella em questões de dominio no ultramar. Dizia respeito uma d'ellas á posse das Canarias, a outra á demarcação do reino de Fez, e á posse effectiva das praças de Caracas e Mellila, que Portugal reivindicara e a Hespanha mantinha baseada para isso em sentença arbitral proferida por Alexandre VI, attribuindo á Hespanha a conquista da Berberia por serem os seus soberanos descendentes, por Pelayo, dos Reis Godos e a estes haver pertencido em tempo o senhorio do centro d'Africa.

A historia das phases successivas por que foram passando as duas questões, o exame das cartas dirigidas em 25 de maio de 1462 e 10 de abril de 1454 por D. João II de Castella ao nosso D. Affonso V, e a apreciação dos argumentos apresentados de parte a parte, completariam a exposição do que foi a actividade diplomatica de D. João II, cujo reinado, como o observa Oliveira Martins no summario do capitulo, se inclue entre a paz de 1479, em que se regula a questão da Guiné, e Tordesillas, onde se divide o mundo e se verifica de facto a apotheose do grande soberano, talvez o mais eminente da sua raça illustrissima.

N'essa apotheose, aliás tão brilhante, uma nuvem, porém, projectára uma sombra densa. A esphera armillar, a divisa symbolica do imperio do mundo, ficára quebrada. A recusa opposta a Colombo viera impôr a partilha, e reduzir por metade essa aspiração suprema de uma suprema ambição.

O Principe Perfeito soffria com isso uma segunda e egualmente amarga desillusão.

Não unificára a peninsula sob o sceptro do filho. Não manteria tambem para Portugal o exclusivo da conquista do globo!

VIII

Projectos de legitimação de D. Jorge. Preparativos bellicos. Negociações. Situação dos partidos na côrte. Doença do Rei. Alcaçovas. Monchique. Alvôr. O testamento. Morte christã. D. Anna em Santos. D. Leonor em Xabregas. A «Excellente Senhora».

Raras vezes terá a historia resumido, em um periodo curto e durante a breve existencia de um homem, demonstração mais completa do que no reinado de D. João II, de quanto é factor predominante no curso dos successos humanos uma vontade suprema alheia aos esforços terrestres, ás combinações subtis, aos planos grandiosos os mais bem urdidos e ponderados. A individualidade politicamente a mais bem organisada, a superabundancia dos meios e dos instrumentos de acção, os grandes alvos a attingir, os ideaes supremos a realisar, cuja impressão na alma de um povo como que o transforma, lhe centuplica a energia e lhe dobra a intensidade da vida no espaço e no tempo, tudo se concentrou e reuniu na pessoa e na epocha do *Principe Perfeito*, sem que um só dos seus planos lograsse affirmar-se por inteiro na sua vida, sem que uma unica das suas ambições viesse saciar, por instantes sequer, aquella mente irrequieta, aquelle coração revolto, que tamanhas grandezas sonhara para a sua patria e para a sua raça.

A campa rasa do Principe D. Affonso nivelára-lhe com o sólo o edificio grandioso do imperio das Hespanhas; a descoberta de Colombo, por elle conscientemente repellido, fraccionára-lhe em duas a esphera armillar. O dominio das Indias Occidentaes vira-o acolhido sob o sceptro de uma rival odiada

e temida, á qual a conquista de Granada accrescentara, por seu lado, novas prosperidades e grandezas; e nem sequer lhe foi dado chegar a ter conhecimento d'esse roteiro glorioso de Vasco da Gama, que asseguraria para a sua corôa o tão cubiçado Imperio do Oriente. Por um terceiro empenho luctaria ainda, a elle subordinaria a sua politica exterior, as suas allianças e os direitos da sua corôa em face da Santa Sé. Sacrificar-lhe-ia até a segurança da propria vida, a paz e tranquillidade do lar domestico, e nem assim lograria alcançar-lhe a realisação, dar-lhe corpo e vida, arrancal-o palpitante da mente que o concebera para o terreno dos factos, e do mundo da imaginação para a realidade das cousas e para a téla da historia!

A legitimação do bastardo não teve logar! Nem ainda foi possivel a D. João II o illudir-se a si proprio, buscando e encontrando n'essa illusão uma sombra de conforto para o seu espirito. Foi-lhe mister designar elle mesmo o successor, e coroar n'este antecipadamente o protesto contra a regia vontade, contra os seus actos, contra as suas affeições, contra o que constituiu a sua derradeira e suprema aspiração! Mais uma vez pois lhe falhavam os planos, mais uma vez se lhe revelou no seu fôro intimo a existencia d'essa causa suprema, perante a qual tivera sempre de curvar-se. Fatalidade para a velha Grecia, Providencia para o espirito embebido nos dogmas do Deus que expirou no Calvario em resgate da humanidade!

Seria este ultimo drama, que precedeu immediatamente a sua morte e foi epilogo de todos aquelles em que figurou a personalidade pujante de D. João II, o que Oliveira Martins viria narrar-nos n'este capitulo XII e final da sua obra, que tinha de ficar incompleta para assim melhor symbolisar, tambem ella, a vida e feitos do seu protogonista. Dada a tendencia espiritualista cada vez mais accentuada no espirito do grande escriptor, a sua comprehensão do mysticismo, filha de uma disposição ingenita fortalecida pelo estudo recente da epocha e da individualidade do Santo Condestavel, o qual occultára sob o burel do monge a cota d'armas gloriosa e tro-

cára os titulos e grandezas pelo nome humilde de Frei Nuno de Santa Maria, póde bem figurar-se até que ponto a morte christã, penitente, conhecedora dos erros passados, confiada na misericordia do Christo, de um grande soberano, de um politico da estatura de D. João II impressionaria o animo e inspiraria a penna de Oliveira Martins.

O pensamento de fazer de D. Jorge o herdeiro da corôa nascera logo depois da morte do Principe D. Affonso. Punham, porém, obstaculo á realisação desse plano os parciaes do Duque de Beja, que tinham por si o appoio e a influencia valiosissima dos Reis Catholicos. Tão clara e sem rebuço se manisfestára esta, que sem uma guerra se tornava impossivel, mesmo na mente e no sentir do proprio D. João II, vir este soberano a lograr por fim o seu intento.

Aguilhoava-o já a consciencia da molestia que o minava, que lhe poria termo breve e fatal á existencia, e que elle procurava dissimular, mudando a cada instante de residencia, sempre a caminho, variando de interlocutores, distrahindo-se das inquietações intimas, impondo aos outros a confiança com essa apparencia da robustez que lhe faltava, e comtudo tão «malenconisado» como diz Ruy de Pina «que por fim lhe aborrecia já vêr gente e não folgava com cousa alguma», soffrendo sempre aquelles continuos achaques de que Vasconcellos por seu lado dizia «que por la posta lo iban llevando al fin de la vida».

Para vencer a resistencia hespanhola á legitimação de D. Jorge e firmar a successão da corôa n'este, diligenciára negociar-lhe o casamento com a terceira filha dos Reis Catholicos, D. Catharina. Repellira altivamente o pedido a Rainha de Castella, lembrando em troca uma bastarda d'El-Rei D. Fernando, o que parece ter sido tomado pelo Embaixador Portuguez, Lourenço da Cunha, como affronta, a que não poupou uma represalia cruel. A viagem de Martim de Behaim a Flandres em missão junto de Maximiliano, imperador da Allemanha e primo d'El-Rei, [1] parece tambem haver-se ligado, embora não

1 Maximiliano era filho de Frederico III e da Princeza de Portugal

chegasse a concluir-se, com o intento secreto que então dominava o animo do *Principe Perfeito*. Esperava este encontrar no parente tão poderoso e tão proximo um medianeiro apropriado para levar de vencida os obstaculos renascentes na execução dos seus planos. Diligencia identica iniciara em Roma junto á Santidade de Innocencio VIII, chegando a condescendencia com os desejos do Pontifice e no sentido de lhe captar a benevolencia, a determinar o Rei a pôr termo na execução de um decreto seu ácerca do uso de cavallos e mulas que não fossem aptos para o serviço da guerra, o que motivára a mais seria resistencia por parte do alto clero, que julgára vêr n'essa pragmatica, inspirada pelo desejo de tudo ter prevenido para uma guerra que o Rei reputava possivel e proxima, a infracção dos seus privilegios e isenções.

Junto á Esposa não foram menos vivas as instancias. Procurára-se a influencia da mãe e do proprio irmão, para lhe vencer as naturaes repugnancias, mas nada conseguira quebrantar-lhe a fortaleza do animo. O bastardo fôra affastado da sua presença desde a morte do Principe, e assim se conservou a despeito dos rogos de El-Rei, os quaes pouco tempo antes da morte d'este deram logar a viva altercação entre os dois regios conjuges, por occasião de se avistarem na villa de Alcaçovas. Foi, como o diz Rezende, *tão dura na recusa*, e *houve tanto despreso* na insistencia d'El-Rei, o qual por isso accumulou sobre ella os desfavores, que nunca em vida de D. João II quiz mais ver nem receber o bastardo odiado.

Por momentos pensara tambem o Rei, á face de tamanhas contrariedades, em pôr de banda os seus planos com respeito a D. Jorge, fazendo reviver a idéa iberica por meio de um enlace entre D. Manuel e a Princeza D. Izabel, viuva do Principe D. Affonso. N'esse caso teria acceitado para noiva de D. Jorge a bastarda de Fernando de Aragão.

A resistencia da Princeza em contrahir segundas nupcias,

D. Leonor, neto portanto d'El-Rei D. Duarte. Casára com Maria de Borgonha, neta da Infanta D. Izabel, filha de D. João I, tendo annexado aos seus os estados da Esposa.

pelo muito sentida que a deixára a tragedia das primeiras, inutilisou estas novas negociações. Ficou, porém, D. João II por tal fórma agastado e desabrido perante esse mallogro, que no dizer de Vasconcellos, que aliás se limita a repetir o Çurita:

> trató de dispensar-se, despues de tantos años de casado, por dissolver el matrimonio de la Reina, pensando que el no tener hijos nascía della e isto (que es lo que más admira) cõ gusto suyo, y aplauso de todo el Reino, no siendo creible que quisiesse trocar el nombre de Reina con el de subdita: e atropellar lo mucho que era fuerça sentir cemo mujer (que naturalmente son impacientissimas en la passió de zelos) ver otra em su logar gozando de los regalos de marido.

As negociações e fementida promessa de alliança realisadas com o Rei de França Carlos VIII por occasião da projectada conquista da Italia por este soberano; a embaixada do Rei de Napoles a Portugal, recebida por D. João II em Torres Novas; as missões portuguezas successivamente enviadas a Roma, dariam ensejo a traçar um vigoroso esboço das cousas na Italia, em que sobresahiriam com os seus meritos e as suas tão negras sombras as personalidades e os pontificados d'Innocencio VIII, Sixto IV e Alexandre VI. Pelo que respeita ás cousas de Portugal, a situação em Roma, como a descreveria Oliveira Martins desenvolvendo-a, apparece já esboçada na seguinte pequena nota a lapis inserida entre os documentos colligidos e ordenados para a redacção d'esta parte do capitulo XII:

> Embaixada de D. João II a Roma pedindo a legitimação do filho. Innocencio VIII recusou-se. Vagando o solio pontificio, o rei empenhou-se fortemente pela eleição do cardeal D. Jorge da Costa (Alpedrinha) com quem contava para a legitimação do filho, mas o hespanhol Rodrigo Borja, Alexandre VI, deu ordem franca para as veniagas do cardeal Ascanio Sforza e venceu. Alexandre VI pendia, contra Castella, a favor de D. João II. Lucta em Roma entre os representantes do Rei e os da Rainha que queria a corôa para o Irmão.

Como episodios d'essa pendencia diplomatica, assim empenhada na Italia junto aos Pontifices e a Carlos VIII, refe-

rir-se-ia Oliveira Martins ainda ao occorrido com respeito á abolição do *exequatur* auctorisando a publicação das bullas e escriptos pontificios, á concessão do mestrado d'Aviz e São Thiago a D. Jorge, e ao apresto de uma grande armada, destinada ao Mediterraneo, e cujo commando o Rei dera ao almirante Alvaro da Cunha, indo entre os navios que a compunham uma nau de mil toneladas, a maior de quantas n'aquelle tempo cruzavam os mares.

Todos estes esforços tinham em mira fortalecer-se contra Castella, cujos Reis engrandecidos com a conquista de Granada, na qual haviam tomado parte, entre outros portuguezes, D. Alvaro de Portugal e D. Francisco d'Almeida, intrigavam em Portugal a favor de D. Manuel, e alimentavam o espirito de vingança e de rebeldia da nobreza contra D. João II. Resentido este, recorreu mais uma vez ao antigo expediente de redobrar de attenções e pôr em evidencia a Excellente Senhora, dirigindo-se de Torres Vedras a Santarem com o fim de visital-a, e procedendo n'essa viagem com precipitação tal, que dera azo aos mais variados juizos e aventurosas supposições.

Approximava-se no entanto, e a passos rapidos, o desfecho. A rainha D. Leonor não se demovia. «Com muita bondade, virtude e consciencia» assim escreve Rezende «susteve sempre a honra do Duque (seu irmão) o qual se affirma ser del-Rey muitas vezes para isso requerida, e por não consentir, soffreu muitas paixões, desfavores, e esquivanças, que com muita paciencia, dissimulação e prudencia soffria, sem nunca querer mais outorgar.»

Proseguia a doença do Rei com alternativas. Permittiu-lhe uma d'estas dar á Esposa uma demonstração de affecto, seguindo em uma só noite de Alcochete, onde estava, para Setubal, apenas tivera noticia de que a soberana enfermára gravemente n'aquella villa. Ali foi encontrar a infanta D. Beatriz, mãe da Rainha, e o duque de Beja, e com ambos partilhou os disvellos e cuidados pela enferma.

Em fins de 1494 era já tamanho o enfraquecimento do Rei, que lhe não consentia assignar o despacho, e as suspeitas de

envenenamento tornaram por isso a accentuar-se mais e mais. Mandou fazer por essa occasião (1) «dous sinaes, hû grande e hû pequeno, entalhados en ouro para que com letras de fôrma assinassem tudo». Não significava esse facto, ainda assim, que se desinteressasse dos negocios, pois era, como o dizem os chronistas, «com as vistas postas nelles» que os fazia assignar de chancella por um dos officiaes presentes. Bello exemplo para Soberanos, e applicavel sempre por diverso que seja o regimen politico a que presidam.

A doença fôra diagnosticada de hydropisia. Querendo aquietar a consciencia, o Rei ordenára que finalmente se restituisse ás Egrejas e Mosteiros a prata d'alli subtrahida por D. Affonso V para despezas da guerra da successão de Castella, e que, nos termos de uma promessa feita ao Pae e confirmada em nome d'este, D. João se obrigara a restituir (2) bem como o dinheiro dos orphãos que tivera egual destino. Para atacar o mal physico fazia, por seu lado, ensaiar as aguas de Monchique, mandando seguir para alli os hydropicos a tentar o effeito d'essas aguas no tratamento das proprias enfermidades.

A hypothese do envenenamento seria aqui discutida largamente, e, como já tivemos occasião de o expôr, póde affirmar-se que para ella propendia o animo de Oliveira Martins. As rasões politicas que imperavam na mente da familia e dos partidarios de D. Manuel, as praticas do tempo, os proprios symptomas das successivas enfermidades do Rei, tudo o dispunha a crer que, por duas vezes pelo menos, a arma traiçoeira do veneno fôra vibrada para resolver tão intrincada situação politica, afastando de vez um obstaculo aliás invencivel, e vingando na pessoa do Rei as mortes de tantos Principes e de fidalgos tão illustres.

Colligindo diligentemente quanto em Rezende, em Ruy de Pina, em Damião de Goes e em Vasconcellos, se encontra disperso sobre os symptomas que acompanharam a enfermi-

(1) Garcia de Rezende.
(2) Garcia de Rezende.

dade e morte de D. João II, Oliveira Martins consultou ácerca de assumpto tão espinhoso, mas tão palpitante de interesse, o dr. Manuel Bento de Sousa. Por mais de um motivo julgamos dever consignar aqui a opinião exarada pelo doutissimo clinico, que á sua auctoridade profissional junta tambem o ser, como poucos, largamente versado nas letras e na historia patrias.

São duas as cartas do Dr. Manuel Bento de Sousa dirigidas a Oliveira Martins sobre o assumpto; ambas transcreveremos na integra.

Meu amigo e Sr.

Perguntou-me V. Ex.ª em conversa—qual foi, na minha opinião, a ultima doença de D. João II—e respondi eu—que foi um envenenamento. Quer agora o meu amigo que eu fundamente essa opinião, e manda-me uns excerptos de chronicas como combinámos.

Esses excerptos de Garcia de Rezende, que já conhecia e ainda os de outras historias impressas, que tambem conheço, nada adiantam, de modo que, para bases da minha opinião, só tenho as razões que já tinha, e só essas lhe posso expôr, o que exige uma explicação prévia.

Sou em historia um curioso, e em medicina um profissional. Como curioso lhe respondi, e para agora lhe responder, como profissional, faltam-me dados positivos; e, agarrando-me ás seguranças que deve ter um *perito*, terei de dizer: não sei. Não deduza, porém, d'aqui que, nos meus raciocinios sobre as provas historicas, deixe de me ajudar a minha qualidade de medico.

Não é V. Ex.ª o primeiro litterato que faz a pergunta, nem sou eu o primeiro medico que lhe responde. Camillo Castello Branco, que acceitava o envenenamento, tambem consultou um collega meu; e o consultado (que não posso certificar neste momento se foi Ricardo Jorge ou José Carlos Lopes, pois que d'ambos estes distinctos professores se falla em livros de Camillo) respondeu extensamente sem nada resolver. Não o resolveu este, como o não resolvo eu, nem o poderá resolver outro qualquer, pois que um voto scientifico preciso—foi ou não foi—só poderá estabelecer-se sobre novos documentos, por emquanto ineditos.

Com *muito boa vontade* póde architectar-se uma demonstração de effeito:

D. João adoece de repente com symptomas de envenenamento, ancias, vomitos e outros fluxos. Adoecem na mesma occasião tres familiares seus, com os mesmos symptomas, e morrem *soltos*. Levanta-se então a suspeita da *peçonha*, e o mesmo rei a tem. Este salva-se, mas dentro de quatro annos repetem-se os symptomas por varias vezes—isto é: novas dóses de veneno, a que por fim succumbe.

O cadaver, tornado um armazem de arsenico, ou qualquer metal de semelhante acção, conserva-se incorrupto por esse *embalsamamento*, e desenterrado em tempo de D. Sebastião, e, se me não engano, ainda outra vez mais tarde, apparece sempre *inteiro*.

Proclama o povo que o rei foi santo, e por duas rasões o foi:—por estar inteiro e por fazer milagres. Curiosa evidencia! Os milagres consistem em se curarem maleitas com a terra da sua sepultura, sendo hoje de todos sabida a poderosa virtude do arsenico contra sezões.

Esta demonstração muito boa *à l'usage des gens du monde*, tem só um defeito: desfaz-se toda em um medico lhe tocando.

Os symptomas da doença são communs a outras molestias, e pódem muito bem ser os de uma simples indigestão; e muitas indigestões devia haver n'aquelles banquetes das festas do casamento do principe onde foi tal a comesaina, que um dos pratos servidos constou de um carro carregado de carneiros assados, com a competente junta de bois, tambem assados! Sabe-se de mais a mais, porque a historia o diz, que o rei veiu a dar em comilão.

Depois, o arsenico, se alguma vez tem determinado a conservação *post mortem* dos corpos envenenados, tem sido por excepção. Não só, na grande maioria, apodrecem os mortos por veneno, mas ha fóra do envenenamento outras condições, que mais e muito facilitam a conservação.

O milagre da cura das maleitas tambem ao arsenico não póde ser attribuido. Por muito toxico, que no corpo do rei houvesse, não podia elle existir na terra da sepultura, visto que na terra se não desfizera o cadaver.

Aquella demonstração não tem portanto valor dentro da medicina, mas tem-no fóra d'ella, uma vez que haja o cuidado de peneirar as provas, para ficar com as boas, deitando fóra as que não prestam.

Assim, pois, digo eu que D. João II foi envenenado, fundando-me nos seguintes argumentos:

1.º Considerando os factos, as pessoas e a epoca, deve ter-se dado o envenenamento.

Não tenho por bem conduzidos os juizos correntes a respeito da lucta do rei com os nobres.

Para uns o rei é sincero no seu procedimento, e está na razão e no direito contra os seus inimigos, os quaes não passam de criminosos conspiradores. Para outros o rei é um tyranno e um algoz, que persegue as victimas da sua perversidade.

Não penso eu assim.

Rei e nobres, eram todos elles sinceros no seu proceder, e todos

elles deviam julgar-se, e bem, no seu direito. O rei defendia o poder real amesquinhado, protegia a propriedade defraudada, zelava a justiça atropellada; estava no seu direito e no seu dever de vencer a opposição ás suas reformas, e para a vencer matava pelo cutello, pelo punhal, pelo sicario.

A nobreza defendia as regalias e bens, que seus devia julgar, porque lhes vinham da posse, das concessões de outros reis, do direito consuetudinario; e para tambem vencer, conjurava-se, planeava o regicidio, e repetidas vezes intentava o assassinato, o qual só deixou de ter logar, porque o rei tinha as altas qualidades de um homem, e era intelligente, vigilante e valente.

Animados os luctadores por estas idéas e sentimentos, a lucta tinha de ser medonha e feroz, e ir por todos os meios até ao fim.

Os odios abrazavam os parentes, as ambições separavam os mais chegados, e no meemo paço rei e rainha, defendendo interesses oppostos do seu sangue, a tal ponto se aborreceram que a rainha ainda foi mais dura do que o rei. Quando a rainha esteve ás portas da morte em Setubal, o marido correu para junto d'ella; mas quando o rei caiu para sempre em Alvôr, a esposa não appareceu á sua cabeceira.

Em toda esta infernal successão de rancores, só uma figura se nos mostra suave, boa e compassiva: é a da Duqueza de Bragança.

N'uma lucta assim, o veneno não podia ser para elles uma torpeza. Era um meio como os outros, superior ao punhal por ser mais secreto, todos os dias lembrado por estar por toda a parte em voga na politica do tempo. E não só era lembrado; devia mesmo ser suggerido, pois que em o rei adoecendo logo de peçonha se fallava, e já antes os enviados de Castella, indo a Castello Branco pedir a D. João II a repatriação dos emigrados, encontraram-no com uma febre, que logo á peçonha se attribuiu.

Não me repugna pois acreditar que o rei desse veneno ao bispo d'Evora, a D. Guterres Coutinho, e a qualquer outro dos seus inimigos, nem que os seus inimigos o déssem a elle.

2.º Os symptomas e outras circumstancias do primeiro ataque da ultima doença, levam a acreditar no envenenamento. Os symptomas, disse eu, podiam até ser os de uma indigestão. E' certo; mas certo é tambem, que sendo quatro os casos, e havendo tres mortes, são mortes de mais para indigestões. Do mesmo modo, quatro casos de ancias, vomitos e outros fluxos, dando tres mortes, e não sendo seguidos de outros casos e outras mortes no sequito real, são de menos para epidemia, são de mais para doença esporadica, e são bastantes para envenenamento.

3.º A morte de D. João, admittida a primeira propinação de peçonha, e fallando-se em outras seguintes, ainda comprova o envenenamento.

A descripção dos ultimos soffrimentos, embora laconica, é sufficiente

para se vêr que o rei succumbiu a uma anazarcha com perturbações cardiacas. A acção do arsenico, e analogos, em dóses lentas ou repetidas, causa a degeneração gorda do coração e outras visceras, sobrevindo-lhe a anazarcha.

4.º Successos posteriores á morte de D. João II reforçam a hypothese do envenenamento.

Fallecido D. João II, D. Manuel, com desprezo de uma das clausulas testamentarias de seu cunhado, chamou ao reino os desterrados, engrandeceu-os, e fez mercês a diversos, entre os quaes apparece nobilitado um judeu suspeito, de cuja familia Camillo Castello Branco se occupa largamente, dando em comprovação do envenenamento um argumento, que de entre todos fixei por importante.

Um dos maiores tratantes que o sol da peninsula tem aquecido, aquelle Duarte da Paz, que Alexandre Herculano tornou conhecido na sua Historia da Inquisição, christão em Portugal, judeu em Roma, e por fim musulmano na Turquia, quando a christãos e judeus não poude extorquir mais dinheiro, entrega a D. João III um documento compromettedor para o Duque de Bragança, documento por elle furtado a seu pae o mestre João.

Ora este mestre João, mestre de D. João II, que foi o seu padrinho de baptismo e na pia lhe deu o seu nome, não figura entre os assistentes de D. João II, está ao serviço da rainha [1] e vê-se mais tarde, que tem correspondencias melindrosas com altos personagens; mas vive sempre obscuro, até que de repente o successor de D. João II o nobilita, mal sóbe ao throno, institue-lhe morgado, dá-lhe o appellido de Paz, como ao principe seu primogenito dá depois o nome de Miguel da Paz, e ainda para a ceremonia escolhe o dia da Senhora da Paz, porque é a santa da sua devoção, com a qual provavelmente se pegava nas horas solemnes da sua vida.

Nota Camillo, e com razão, que D. Manuel, apezar de encher a mestre João da Paz de tantos favores e proteger-lhe os filhos todos, não o quizesse comtudo para o seu serviço, sendo tambem muito notavel, accrescento eu, que pelo contrario para o seu serviço quizesse a outros servidores do seu antecessor e primeiro que todos a Antão de Faria, o mais querido confidente de D. João II e, na minha opinião,

---

[1] Foi Camillo quem asseverou que o medico judeu mestre João esteve ao serviço da Rainha. Lembro-me de que achei motivo para duvidar d'isso, e que agora não posso precisar qual fosse. Tenho idéa de que verifiquei o ter Camillo confundido mestre João da Paz com outro mestre João. Logo que uma recordação mais perfeita me oriente, indagarei e direi.

M. Bento de Souza.

ou digno homem, que muito injustamente tem sido comparado a Olivier le Daim.

Quer-me parecer que D. Manuel distinguia assim entre o medico devasso e judeu desleal, que se prestara a ser o technico do envenenamento, ao qual devia o throno, e o servidor honrado, que por um lado se arriscara a pagar as severidades de D. João e pelo outro tivera a hombridade de zelar, á hora do testamento, os direitos do mesmo D. Manuel.

Eis as razões, que me levam a acreditar no envenenamento e a suspeitar de mestre João da Paz. Estas rasões, está bem de vêr que tiram o maior valor do seu conjuncto.

Mande ao

De V. Ex.ª
Amigo obrig.mo

S/C 15 de fevereiro de 1894.

M. Bento de Souza.

Meu amigo e Sr.

A sua indicação de ser o livro — *Narcoticos* — aquelle a que eu me queria referir, facilitou-me reler o ponto e avivar na memoria o que só era vaga recordação.

Segundo Camillo, mestre João de Mazagão (sua procedencia) não figura á cabeceira de D. João II, mas está ao serviço da rainha com o nome de mestre João do Porto e passa a ser mestre João da Paz, quando D. Manuel o engrandece.

Tem importancia para se suspeitar do envenenamento e do envenenador:

1.º O facto de estar mestre João do Porto ao serviço da Rainha.

2.º O facto de ser elle tão engrandecido e tão depressa por D. Manuel.

3.º O facto de o não querer D. Manuel para seu medico, quando quiz outros da Camara de D. João II.

4.º A sua correspondencia compromettedora com o duque de Bragança.

Quando em tempo li e estudei estes episodios, acabei por não acceitar o reforço, que á hypothese dá o 1.º facto, porque, por mais que indagasse, nunca encontrei noticia de ter havido um mestre João do Porto ao serviço da mulher de D. João II, ao passo que encontrei a de ter havido um mestre João do Porto ao serviço da mulher de D. João III.

Fiquei sempre duvidoso de ter havido n'isto uma confusão de Camillo, tanto mais que, além de não encontrar noticia de tal nome entre os medicos da mulher de D. João II, este João do Porto, medico da mulher de D. João III, não póde ser o que em tempo de D. Manuel se chamou João da Paz, porque nunca o obscuro João do Porto, abrilhantado em João da Paz, voltaria a chamar-se João do Porto.

Em todo o caso, querendo V. Ex.ª esclarecer tudo isto, encontrará os dois nomes na *Nobliarchia medica*, de Bastos, e ahi a indicação dos manuscriptos a consultar na Bibliotheca d'Ajuda.

Outro reparo:

Ultimamente Souza Viterbo descobriu um mestre João, medico de D. Manuel, que andou em viagens por conta do rei. Se fosse o mesmo, teriamos que não figura elle entre os assistentes do rei, por andar em viagem, e lá se ia o reforço do 3.º facto.

Não deve, porém, ser o mesmo, já porque não deixaria no escuro o seu brilhante appellido de Paz, já porque estre mestre João era bacharel em artes e medicina, o que o Paz não devia ser, e parece ter sido hespanhol, emquanto que o outro era judeu (é verdade que podia ser judeu-hespanhol).

De V. Ex.ª am.º obrg.mo

19-2-94.

M. Bento de Souza.

A attitude de D. Manuel, se por um lado encontra explicação no receio e na prudencia, por outro não deixa de tornar-se suspeitosa. Analysal-a-ia Oliveira Martins traçando aqui um perfil do *Rei Venturoso*, que constituiria mais um dos elementos da sua galeria de Aviz, sem que, provavelmente, a memoria d'esse soberano houvesse muito a ganhar ao ser reavivada pelo seu novo biographo.

Em apontamento a lapis, condensa Oliveira Martins a situação nas seguintes linhas:

> «Altercações com a Rainha em Alcaçovas, por causa da successão. Apartou-se a Rainha d'elle (D. João II) e nem chamada pelo moribundo foi vel-o a Alvôr. D. Manuel, tambem convidado pelo cunhado, desandou a meio caminho, escusando-se com uma carta da Rainha que o chamara para a acompanhar.
>
> D. João agonisou só, horrendamente.»

Permaneciam a distancia, afastados mas não desinteressados do desfecho do drama sombrio, os que n'este intervinham e n'elle viam jogar-se a sorte do Reino e a sua propria. Inesperadamente, sem annuncio prévio, d'encontro a todas as praxes, o Embaixador de Castella, D. Alvaro da Silva, irmão do Conde de Cifuentes, surprehendia D. João II, em Vianna

d'apar d'Alvito, mas este para melhor dissimular a fraqueza, recebendo a cavallo o Embaixador, e depois de lhe dar a mão a beijar e lançar por tres ou quatro vezes o ginete que montava, alçou o braço e exclamou:[1] «Ainda este braço está para dar hum par de batalhas, e d'ahi a pouco disse... a mouros.»

Narrando o progresso da viagem real de Alcaçovas para Alvôr, Oliveira Martins intercallaria n'esse trecho a pittoresca descripção de Monchique. A visita, que intentara e não chegou a realisar, como a principio dissémos a toda essa região, dar-lhe-ia os elementos para nos traçar mais uma d'essas descripções incomparaveis que impõe a quem as lê a visão clarissima da paizagem portugueza de céu quente e luminoso, de forte e caprichoso relevo orographico, de cambiantes e matizes nos verdes da vegetação, no esfumado dos horisontes. Monchique, particularmente, essa perola do Algarve,[2] resaltaria das paginas derradeiras do *Principe Perfeito*, com as suas efflorescencias graniticas dos montes de Fóra e da Picota, recortada de ribeiras e arroios, salpicada de brancos casaes que reflectem a luz intensa do sol e illuminam os massiços sombrios das nogueiras, dos castanheiros, das laranjeiras e de todas as arvores fructiferas, as quaes, por espaço de leguas, povôam os hortados succedendo-se uns a outros sem interrupção, rescendentes de alfazema e de tantas outras plantas aromaticas que embalsamam o ar puro, a atmosphera crystallina, do Algarve d'áquem mar.

Scenario tão risonho aggravaria pelo contraste a narrativa d'esses momentos profundamente tristes da agonia do monarcha. Do uso das aguas sulfurosas de Monchique, o real enfermo só retirára, após tres banhos, o cruel aggravamento do seu penar. Afastára então de si o filho D. Jorge, que sempre trouxera durante a viagem em sua companhia. Enviára-o para Villa Nova de Portimão, e ao separar-se d'elle notou-se que o fizera com certo desapego, em que alguns quizeram vêr annuncio precursor de uma designação do duque de Beja como herdeiro.

(1) Garcia de Rezende.

(2) Lopes, Cor. do Algarve.

Em Alvôr, para onde se retirára, cae de cama para não mais se erguer. Receiando a visinhança da morte, insta debalde com os medicos (1) para conhecer o seu estado. Revelaram-lhe a situação, por dever do cargo, o Prior do Crato e o bispo de Tanger, que, arrastando-se de joelhos até á beira do leito, lhe confessaram, entre lagrimas e soluços, a proximidade da agonia. Recebeu a noticia com firmeza e voltando-se então para os dois Prelados, disse-lhes: «Amigos, a nova que ora me dais é de tamanho bem para a minha alma, que muito vol-a agradeço, dando por tudo infindas graças ao Senhor, e esperando pelos meritos da sua paixão, que pois me deu conhecimento de minhas miserias, e de minhas tão graves culpas me dará tambem n'esta hora derradeira muitos auxilios da sua misericordia que me levem a gosal-o.» (2)

Manda logo armar o quarto em capella, e aos pés e ao lado do crucifixo faz collocar as imagens da Virgem e de S. João Baptista.

Era um sabbado. Cumpridos todos os preceitos religiosos, confirma em cedula as disposições testamentarias, deixando como successor a D. Manuel, e, recusando vêr o filho que desherdara afinal mas no qual pensou até ao momento derradeiro, envia Ayres da Silva e D. Alvaro de Castro communicar a D. Manuel as suas ultimas disposições, contidas n'essa cedula cerrada e sellada em sua presença, cedula na

(1) D. João II teve os seguintes medicos:

Mestre Rodrigo, phisico-mór. — Rodrigo Lucena, phisico do infante. — Mestre Josepe. — Mestre Leão, judeu, *muito bom phisico*. — Mestre Antonio, cirurgião-mór, judeu. — Mestre João da Paz, natural de Mazagão. D. João II foi o padrinho de baptismo d'elle, como de Mestre Antonio.

Bastos. *Nobiliarchia medica*. Lisboa, 1858 — pag. 28 e 29.

O phisico-mór, mestre Rodrigo, era sobrinho dos medicos de D. João I, Affonso e Rodrigo. Assistiu á morte de D. João II.

(2) Vasconcellos, que dá estas palavras como textuaes.

qual sacrificára heroicamente á Razão de Estado a sua ultima e mias energica aspiração.

No domingo 25 de outubro de 1495, declara-se o estertor. Os soluços da morte não lhe tolhem, porém, o fazer solicitar por escripto o perdão dos inimigos. Pede-o á infanta D. Beatriz sua sogra e mãe do duque de Vizeu, á Rainha sua esposa, ao Cardeal D. Jorge da Costa, e por ultimo a todo o reino.

Ao pôr do sol expira. Cercavam-lhe o leito o Bispo de Coimbra com a cruz nas mãos, o de Tanger com outro crucifixo, o do Algarve com agua benta, Diogo Fernandes Cabral, o conde de Penella, que lhe sustinha nas mãos um cirio, o Prior do Crato, o Capitão Fernão Martins, D. Francisco d'Eça, Affonso Montarroyo, Antão de Figueiredo e Garcia de Rezende.

Foi então que Ruy de Pina, tirando do cofre o testamento feito nas Alcaçovas a 29 de setembro de 1495 (1) e confirmado pela cedula recente, tornou publica a vontade do soberano, que designára para herdeiro e successor dos seus Reinos e Senhorios a D. Manuel, seu cunhado, Duque de Beja.

Seria desamor pelo filho, esquecimento de quanto para elle ambicionára a corôa? Protestam contra similhante hypothese não só a tradição do que passára com Antão de Faria quando, cedendo nobremente ao appello d'este para que não afrontasse a sua real fama nomeando D. Jorge e passado o primeiro impeto da colera, lhe indicou para o testamento o

(1) A celebração recente do centenario do grande Franciscano portuguez, Antonio de Lisboa, torna opportuna a referencia a uma clausula d'esse testamento, em que se revela a devoção de D. João II pelo glorioso Thaumaturgo.

Nos *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, lê-se a tal respeito o seguinte:

«D. João II, o *Principe Perfeito*, que sempre manteve estreitas e cordealissimas relações com a cidade de Lisboa, á qual, parece, devotava muita estima e consideração, como se pode vêr pela sua correspondencia e pela da sua esposa a rainha D. Leonor de Lencastre, prometteu erigir um *oratorio* a Santo Antonio, *ali n'aquella casa onde elle nasceu em Lisboa*.

E' possivel que o monarcha fizesse aquella piedosa promessa, quando foi accommettido de doença, no anno de 1484, em que a rainha recorreu á camara, com muita instancia, pedindo-lhe que, conforme n'outras occasiões praticára, mandasse fazer muitas procissões e devoções por a vida e saude d'el-rei que estava enfermo.—*Vid. cart. reg. de 14 e 15 d'outubro de 1484 no tom. 1 dos Elementos, pag. 352 e 353.*

Querendo levar á execução a sua promessa, D. João II tratou n'este sentido com a camara.

O *Principe Perfeito* occupava-se do assumpto em 15 de julho de 1495; a morte, porém, surprehendeu-o na villa de Alvôr, no Algarve, a 25 de outu-

nome de D. Manuel, mas acima de tudo o trecho seguinte d'esse mesmo testamento, em que o amor de pae procura uma sombra sequer, em futuro longinquo, mais do que incerto, quasi impresumivel, do sonhado engrandecimento para o filho de Anna de Mendonça:

> Outro sym ao dito Duque meu muito amado e prezado Primo rogo e mando e encomendo pelo muito amor que lhe sempre tive e muito boas obras que de mym tem recebidas que ao dito D. Jorge meu muito amado e prezado filho receba por seu filho em tal guisa que nom lhe dando Nosso Senhor fijos lidimos que ajão de soceder estos meus regnos e senhorios lhe fique seu Herdeiro e o faça jurar e dar as obediencias e menages e mandar fazer as escripturas que cumprirem com aquellas clausulas e solenidades que pera tal Auto se requerem e lhe encomendo muito o dito meu filho e lhe roguo e encomendo que sempre se queira aver com elle muito bem como eu delle spero e confio que o fara pelo muito Amor que me them e lhe eu sempre tive e mostrey muito e em outras cousas que por elle tenho feitas.
>
> Item encomendo muito ao dito Duque meu Primo que suplique ao Santo Padre que proveja ao dito D. Jorge meu filho do Mestrado de Christo que elle dito Duque agora them que o possa ter com o Davjz e Sanctiago que já them.

A morte do «Principe Perfeito» foi a de um christão. Dôr funda pelas culpas e fragilidades, esperança purissima, resignação exemplar, espirito extremo de humildade, completo perdão das offensas para sómente considerar as proprias faltas, esquecendo assim, por exemplo, a ausencia da Esposa, que elle chamára e não viera para o seu lado, para com palavras de affecto a recommendar ao bom serviço de seus creados, quando de cada um d'elles se despedia.

«Não me chameis Alteza» assim dizia aos que o cercavam, «pois que não sou mais do que um sacco de terra e de bichos», e a consciencia do seu estado conservava-a até ao momento supremo: «E estando assi veiu-lhe hum muito grande accidente, antes de lhe sayr a alma que o trespassou e cuidando todos que era finado, o Bispo de Tanger lhe fechou os olhos e a boca, e elle o sentiu, e tornou a si e disse «Bispo ainda não veiu a hora».

E que esta disposição santa do animo não era de momento, e que este espirito de penitencia vinha de longe e não o abandonára nem sequer talvez nas occasiões em que mais cruel se mostrára a sua acção politica prova-o o seguinte trecho de Rezende a cuja passagem capital já tivemos anteriormente ensejo de fazer referencia:

> Depois do falecimento del Rey o Bispo de Tangere, e o Prior do Crato secretamente, e sos com a casa despejada, por os outros senhores serem hidos a suas pousadas ordenar sua partida para Sylves, como ambos erão feyturas del Rey, e muy aceitos a elle, abrirão hũa sua boceta, de que elle sempre trouxe a chave, por ouvirem dizer, e aver antre alguns sospeita, que el Rey traria ally peçonha com que mandara matar o Bispo dom Garcia, para que sendo assi a deitassem ao mar, e não se soubesse tamanha vergonha, e abrindo a boceta com esta boa e leal tenção de bons criados, acharão nella um confessionario, e hũas disciplinas, e hum aspero celicio, que era bem desuiado do que cuidavão, e tornarão fechar a boceta.

Morto, transportaram-lhe os restos para a Sé de Sylves, d'onde mais tarde seguiram a juntar-se na Batalha aos da raça tão generosa de que foi um dos mais inclytos representantes.

---

bro do mesmo anno, e não lhe deu tempo para realisar aquelle voto. Previu o monarcha esta eventualidade, porque no testamento com que falleceu, feito na villa das Alcaçovas, no dia 29 de setembro, ainda do mesmo anno, consignou a seguinte verba: «Item tenho promettido de fazer hum oratorio a Santo Antonio, ally naquella casa, onde elle nasceo em Lisboa.» *Elementos*, tomo II, pag. 533.

Mais um plano concebido por D. João II, e cuja realisação veiu a caber a outro soberano.

Não completára 41 annos de edade e pouco mais de 14 contava de reinado, aquelle que para divisa adoptára o pelicano rasgando o peito para com o proprio sangue alimentar os filhos, e que p'ra mote escolhera e seguira na pratica o conceito tão bello «pela lei e pela grey».

Paga-lh'o a posteridade votando-lhe um tributo perennal de admiração e respeito. Pagou-lh'o o povo, seu contemporaneo amando-o até ao fim, illuminando-lhe o leito mortuario com um derradeiro lampejo de alegria, quando illudidos todos com umas fementidas apparencias de melhoria, a gente de Alvôr se dirigiu para a casa onde residia tão só e desamparado dos seus, «e elle ouvindo o rumor» como o narra o seu querido pagem, da escrevaninha, «e perguntando o que era logo mandou abrir a porta e disse: Deixai entrar esta gente, que folga de me ver e eu a elles. Entraram todos com elle, poucos a poucos, e com muyto prazer e alegria, e muitas lagrymas lhe beijaram e mão, e logo se tornavam a sahyr, e elle rindo fasia a todos muito agasalhado.» (1)

*
* *

Não terminaria com a morte do protogonista o livro do *Principe Perfeito*. As derradeiras paginas da sua obra tão querida, inspiral-as-iam os vultos femininos da Rainha D. Leonor, da Excellente Senhora, e de D. Anna de Mendonça. Ahi recordaria o grande escriptor, quanto foi fecunda em nunca assaz louvadas fundações pias a longa viuvez da primeira, prolongada por trinta annos de 1495 a 1525. O Hospital das Caldas, a Misericordia de Lisboa, o Convento da Madre de Deus em Xabregas, aonde se finou a representante dos Alencastres, cercar-lhe-hião o nome de uma imorredoura aureola.

Descreveria D. Anna de Mendonça como Commendadeira de Santos, ultimando os seus dias n'esse edificio cons-

---

(1) Garcia de Rezende.

truido, em Santa Maria do Paraiso, por ordem de quem tão fundo affecto lhe votára. Alludiria por fim a D. Joanna, tantas vezes desamparada pelos nossos Reis, mantendo atravez de todas as adversidades, com animo e constancia verdadeiramente reaes, a affirmação intransigente dos seus direitos, intitulando-se até no seu testamento Raynha de Castella, e extinguindo-se finalmente aos sessenta e oito annos de edade, tendo visto succederem-se no throno portuguez D. Affonso V, D. João II, D. Manuel e finalmente D. João III. Extensa galeria de vultos e sombras regias tão intimamente ligadas á trama da sua vida sacrificada, das suas ambições illudidas, da sua vontade annullada por conveniencias que não eram as suas, por interesses que lhe eram adversos!

Não seria por certo sem um sentimento de funda saudade e de melancolia suave que Oliveira Martins poria o remate á sua obra. Devia custar-lhe o separar-se dos vultos tragicos e apaixonados uns, graciosos e infortunados outros, mas nobres todos elles, com quem se consubstanciára durante um largo periodo da sua propria existencia, vivendo-lhes a vida, experimentando em si a repercussão das suas vicissitudes, animado muitas vezes pelas suas paixões, parcial no meio de todos com sacrificio possivel do frio e severo criterio historico, mas com lucro assignalado da arte de escrever, emquanto esta como arte fala á alma e dá a sensação intensa do real! E que importa n'esse caso que ella transcenda as regras e despedace por vezes os moldes, que arrisque por ventura uma ou outra hypothese mais audaciosa, não exgote os archivos, revolvendo n'elles o pó dos seculos accumulado sobre os documentos que ao erudito cumpre decifrar, ou dê azo a qualquer outra especie de critica subtil mas secundaria? De tudo terá plenaria absolvição, se o artista, se o escriptor, se o poeta, emfim, conseguir empolgar o animo do leitor, subjugal-o por inteiro, a erguer-lhe perante a mente extasiada, em um quadro absolutamente verdadeiro nas suas linhas geraes, uma geração passada, com o tumultuar dos seus interesses e das suas paixões, com o brilho intenso das suas virtudes e as sombras carregadas das suas miserias, com a gloria dos seus triumphos e a humilhação dos seus desenganos, com o seu organismo politico, social e economico, com a sua concepção, finalmente, do grande, mysterioso e eterno problema, o da nossa existencia individual e collectiva, homem e sociedade!

Invocámos ha pouco, a proposito da historia e como ideias correlativas, a arte e a poesia. A boa auctoridade nos encostámos para o fazer. Oppondo Tacito a Tito Livio, H. Taine reconhece naquelle a superioridade resultante d'esse dom ou faculdade divinal, que por completo faltava no segundo. Tacito era um poeta, tinha innatas aquellas faculdades de imaginação equivalentes a um como genio philosophico, que illumina por subitaneo clarão e alcança a verdade em maior profundeza do que a attingida por uma sonda lançada pela propria rasão. Por quanto, accrescenta ainda aquelle mestre na critica, o espirito poetico não opera unicamente transportando-nos do mundo real, para as regiões da phantasia, mas tambem se manifesta no poder de crear ou de reproduzir sêres tão repletos de vida, e cheios de verdade, como os que de perto vêmos e apalpamos. Ora nenhum poeta e colorista, d'entre os historiadores portuguezes, o foi em gráu mais elevado do que Oliveira Martins. Philosophia da historia, vastissima leitura que lhe dava alicerce seguro para accentuar uma critica sua, innegavel erudição, que facilmente lhe podia suggerir as mais diversas e apropriadas digressões, tudo possuia, mas de tudo usava para mentalmente elaborar primeiro um plano geral, que de ante-mão deixasse perceber a unidade da obra, constituisse como que o drama em que a historia se condensa, e do qual resaltassem naturalmente para o leitor conclusões dando a illusão da espontaneidade, mas sendo de facto o producto da arte perfeitissima e habilmente dissimulada do genio do historiador, que para ellas o fôra inclinando.

A Historia de Portugal, a Historia da Civilisação Iberica,

o Portugal Contemporaneo, e a serie, mais que todas perfeita, de que o «D. João II» seria um dos elementos, todas ellas dão testemunho d'aquella nossa asserção. Poderá a critica assignalar-lhes uma ou outra inexactidão, contestar-lhes uma ou outra these, accentuar-lhes por vezes a parcialidade, o que é certo, porém, é haverem esses livros, entre os quaes alguns ha que exerceram sobre o pensar e o sentir das modernas gerações uma influencia predominante e quasi sem precedentes, substituido a pallidos e apagados phantasmas, que constituiam a galeria da nossa historia, vultos cheios de realidade e de vida, parecendo renovar a visão d'Ezechiel, pois tambem fôra contemplando esses ossos resequidos, e soprando sobre elles, que Oliveira Martins os fizera de novo achegar-se entre si, reconstituindo-lhes o esqueleto, e revestindo-os com a antiga e rija musculatura.

Na Historia, como Oliveira Martins a comprehendeu e realisou, tudo gravita em torno de um elemento fundamental. Instituições, economia, manifestações variadissimas da vida social, tudo cabe na Historia, mas sob uma condição unica. Que tudo sirva para melhor definir e caracterisar a alma do homem. Quem diz alma humana diz, porém, paixões, e a pintura d'estas exige o poeta e o artista, pede o estylo, em summa, que de um epitheto, de um contraste brusco e inesperado, faz faiscar no espirito de quem lê a scentelha da vida, como da percussão da pederneira o fuzil extrahe o lume. Ora é a originalidade do estylo tanto pelo menos como a contextura e o plano de qualquer das obras historicas ha pouco referidas o que accentúa a superioridade de Oliveira Martins. Esse estylo amoldava-o o grande escriptor cada vez mais á sua indole e á feição que pretendeu dar, e de facto deu, á Historia patria.

Os *filhos de D. João I.º* e o *Condestavel* confirmam-n'o por completo. No *Principe Perfeito* melhor ainda se affirmaria esse progresso, affoutamente o dissemos, não derivando esta asserção do simples fragmento que hoje se publica, pois esse nem sequer poude ser limado pelo seu auctor, que o escreveu d'um jacto, mas pela natureza particularissima do assumpto

que alli devia ser tratado. D. João I.º e Nun'Alvares são por certo duas personalidades eminentes. Não interessam, porém, a humanidade. O theatro onde fica circumscripta a sua acção é o do pequeno paiz cuja nacionalidade firmaram. D. João II interessa a civilisação. A sua personalidade constitue um dos élos da historia universal. O momento historico em que se consubstancia o seu reinado, ao lado dos de Fernando e Izabel, é aquelle em que expira a edade média, a constituição politica dos estados se transforma, a Renascença se produz, a America se descobre, o Cabo da Boa Esperança é dobrado, e o novo caminho para a India se patenteia. A' grandeza excepcional do periodo e dos homens corresponderiam por certo qualidades novas do estylo, e é por isso que será uma para sempre lamentavel fatalidade na historia das lettras portuguezas o ter a fria mão da morte paralysado, em tal momento, a mão do grande escriptor.

A comprehensão e até a legitimação da Edade-Media no seu ultimo periodo resaltam espontaneas da leitura do *Nun'-Alvares*. Da leitura do *Principe Perfeito*, e o que d'elle conhecemos basta para o affirmar, brotaria a conclusão evidente «de que a centralisação monarchica do seculo XVI podia ter-se como consequencia indiscutivelmente necessaria, consequencia europea da Edade-Media e preparação dos tempos modernos.» (1)

O espirito de Oliveira Martins era natural e espontaneamente largo. Se por vezes elle cedeu, em alguma das suas obras de caracter mais propriamente de propaganda ou vulgarisação scientifica e philosophica, ao dogmatismo das modernas escólas naturalistas, não podia isso significar que lhe ligasse de facto maior valor, e ainda assim esse é muito grande mas não absoluto, do que o tem na realidade todo o espirito synthetico ou theoria scientifica, que chega a adquirir adeptos e a marcar o seu influxo na historia da sciencia: o de agrupar e explicar pela melhor fórma os factos conhecidos, emquanto novos elementos não vem alterar o estado dos

(1) Portugal Contemporaneo. Ultima edição. 2.º volume, pag. 322.

conhecimentos e substituir á que se tornára incompleta ou mesmo errada uma theoria nova. O grande, o supremo merito de Oliveira Martins como pensador e como sociologo, o pensamento que resalta de toda a sua obra foi o de ter abalado e destruído por fim, entre nós, o dogmatismo tyrannico e absorvente da escola liberal, na sua phase exclusivamente individualista e utilitaria, na sua organisação ou antes desorganisação economica, no que chegara a ser o seu espirito estreito de seita, exclusivo em politica, exclusivo em philosophia, exclusivo em religião. Foi esse exclusivismo mesquinho e esterilisador que elle venceu, fazendo vibrar na alma das novas gerações, e derramando a flux, por todos quantos falam e lêem em os dous hemispherios a lingua portugueza, a claridade das novas ideias, «colhidas no conhecimento intimo da natureza viva obtido pela sciencia, e na approximação, crescente dia a dia, d'essa sciencia com o sentimento ideal do Universo, termos a principio e só na apparencia inconciliaveis.(1)» Mas para Oliveira Martins se(2) «o maravilhoso corpo de sciencias philologicas que a Allemanha construira e que são como que a embryogenia das sociedades e suas ideias politicas, juridicas e religiosas, nos revelára uma biologia social tão positiva e verdadeira como a zoologica, mostrando-nos a sociedade como realmente é, um organismo vivo» e se d'ahi se derivára a necessidade de «destruir o individualismo e apear do seu throno a Liberdade,» não visavam essa destruição e esse desthronamento mais do que os idolos exclusivistas e absorventes, nunca o que ha de humanamente verdadeiro e nobre n'esse principio fecundo que representa uma conquista indestructivel e inseparavel do espirito humano. E assim ia de accôrdo com os socialistas cathedraticos cujas opiniões partilhára. Schaeffle, um dos primeiros, senão o primeiro de entre elles, claramente o affirma na sua obra monumental *Anatomia e Physiologia do Corpo Social*. «Crêmos que o futuro, para epocha por emquanto indeterminada, per-

(1) Idem, idem, pag. 325.
(2) Idem, idem. Ultima edição. 2.º volume, pag. 325.

tence ao socialismo purificado; não o cremos, porém, por suppormos que elle diminuirá, antes bem pelo contrario porque elle augmentará a medida da liberdade individual que desfructamos. Vamos ainda mais longe, suppômos que só esse socialismo está no caso de assegurar as proporções e a generalisação da liberdade individual reclamadas incondicionalmente pelas exigencias de um superior poder ou força de uma futura conservação propria.»

E esta ponderação suprema, que por tantas e tão diversas fórmas demonstrou, apreciando os periodos historicos, ou analysando as condições e o modo de sêr das modernas sociedades, manifestára-a por egual no terreno da philosophia. Poderia *a nevrose contemporanea* de que elle fala no Prefacio dos Sonetos de Anthero de Quental, um dos seus escriptos mais preciosos, têl-o atacado por vezes. A robustez do seu espirito reagiu sempre e triumphou afinal. Criticando a fórmula de Anthero, que proclamára um hellenismo coroado por um buddhismo, atrevia-se a affirmar «a irreductibilidade no espirito humano do mysticismo, racional ou imaginativamente concebido, e do naturalismo ponderado ou organicamente realisado. Atrevo-me a dizer que estes dois feitios de temperamento são constitucionais do espirito humano, e que da coexistencia necessaria d'elles resulta um terceiro, o sceptico, o critico, o que provém da comparação de ambos» para concluir algumas linhas abaixo, «que será o christianismo e não o buddhismo que hade eternamente satisfazer melhor as aspirações, o modo de sentir e de pensar da grande maioria dos europeus».

A descrença relativa no dogmatismo scientifico e philosophico, accrescentaremos nós, redundou toda em beneficio do dogmatismo religioso. Por caminhos diversos, por uma operação independente do espirito humano, este chega pela sciencia á condemnação de muitas das doutrinas e dos principios proclamados erroneos, pelo *Syllabus*, por exemplo, não em nome de affirmações novas introduzidas subrepticiamente na religião, como com insistencia o affirmára o liberalismo escandalisado, mas em nome e pela força dos velhos princi-

pios, dos dogmas millenarios do catholicismo. Esse accôrdo inesperado surprehendeu primeiro, e arrastou depois os espiritos para um renascimento subito e uma inesperada florescencia do espirito catholico.

Dissemos ha pouco *descrença* relativa no dogmatismo scientifico, e não foi sem intenção que empregámos o epitheto. As theorias engenhosas, as syntheses brilhantes continuam felizmente a formular-se e defender-se, mas o espirito dos que as proclamam é que é diverso. Em um jornal scientifico de primeira ordem escrevia ha pouco um physico eminente, H. Poincaré a proposito de uma nova theoria ácerca da constituição dos gazes(1) «Não se trata de saber se esta theoria é verdadeira; essa expressão, emquanto referente a uma theoria d'esta ordem, nem sequer tem sentido. O que se trata de saber é se a sua fecundidade está ou não exgotada? Hoje os proprios que formulam as doutrinas mais acceitas são os primeiros a não as dar como absolutas, o dogmatismo, se apparece, é nas fileiras dos discipulos e dos imitadores, subalternos e subalternisados».

Falando em um congresso de naturalistas allemães, celebrado em Munich, uma auctoridade insuspeita, discursando ácerca da doutrina da evolução, tão fecunda no campo das sciencias physicas, como, senão mais ainda, no das sciencias sociologicas, doutrina inspiradora de toda a obra de Oliveira Martins e que aliás, digamol-o de passagem, não contraria nenhum dogma, nem destroe nenhuma religião (2), o Doutor Virchow exclamára: «Todos os ensaios tentados para transformar os nossos problemas em affirmações doutrinarias, para fazer das nossas hypotheses a base das concepções do espirito humano, e especialmente todos os ensaios e todo o esforço tentado para desapossar a Egreja, e para substituir aos seus dogmas uma religião da evolução, todo o esforço d'esse genero, acreditae-o, senhores, tem de naufragar fatalmente; e esse esforço exporá ao mesmo tempo, aos perigos mais graves, a situação geral da sciencia.» Virchow antecipára assim as conclusões tão luminosamente deduzidas ha pouco do pensamento moderno por Ferdinand Brunetière.

(1) Revista geral das sciencias puras e applicadas. Julho de 1894.

(2) Sustentando no seu «*Commentario sobre o Genesis*» que o mundo vegetal e animal fôra creado successivamente e proviera da acção de causas ou leis naturaes secundarias o bispo de Hippona escreve, entre outros, o seguinte trecho: «Assim como a semente contém em si propria tudo quanto observamos em uma arvore chegada ao seu pleno desenvolvimento, assim o mundo, havendo sido creado por Deus, continha em si os germens todos das fórmas diversas da vida que mais tarde se foram produzindo». Defenderam a mesma intervenção successiva das causas secundarias S. Thomaz d'Aquino e o hespanhol Suarez entre outros. Zahm, *Science Catholique et Savants Catholiques*.

E' pela sua obra historica que Oliveira Martins permanecerá constituindo uma das maiores proeminencias litterarias e um dos vigorosos pensadores da sua geração. Como philosopho, como economista, o seu espolio ha de resentir-se necessariamente da vida mais ou menos ephemera que lograrem manter as doutrinas em que se firmou; subsistirá ainda assim muito além de tantos outros, graças a esse largo espirito de tolerancia, que no essencial o não desamparava nunca. Como politico, como homem que discute e praticamente desejou e conseguiu influir sobre a marcha dos negocios publicos, a sua acção participará do amesquinhado destino que a todos nos aguarda na historia do seculo.

A sua politica foi, porém, e acima de tudo, honesta e coherente com os seus principios e convicções. Viu antes e mais seguramente do que os seus contemporaneos a crise inevitavel que devia envolver-nos. Contra a vida nova, que pedia a grandes brados, protestaram os habitos e os interesses da vida velha, que todos se colligaram contra elle. Alcunharam-o de pessimista, de visionario. A visão tornou-se infelizmente realidade, e os factos deprimentes do brio e da honra nacionaes fizeram parecer risonho o seu pessimismo. Envolvido na crise, quiz ainda defrontar-se valorosamente com ella, e se a ignorancia e a maledicencia propositadas, que até além do tumulo o teem perseguido, o quizeram envolver em responsabilidades a que por certo estava alheio, de uma e outra o deviam ter compensado a consideração merecida e assigna-

lada que lhe não regateou o estrangeiro. Não foi, por certo, em suas mãos que o nivel do poder se rebaixou com a quebra da palavra dada, com a ausencia completa da seriedade governativa, com a obscura confusão entre interesses proprios e interesses geraes, com o sacrificio quasi constante das conveniencias do paiz ás mesquinhas e mesmo ridiculas vantagens dos corrilhos. Sciencia de administração e applicação pratica dos principios que professou, quem, entre os modernos, os revelou com maior profundeza e constancia em seus trabalhos do que Oliveira Martins? São d'isso documentos indiscutiveis a *Memoria sobre a circulação fiduciaria*, *o Relatorio da commissão de inquerito industrial*, *o Projecto de lei sobre o fomento rural*, os seus escriptos e trabalhos parlamentares ácerca das pautas, o seu tão notavel relatorio sobre os prazos da Zambezia, entre outros, para não falar em todos os seus estudos economicos e financeiros, dispersos ainda pelos jornaes ou já colligidos em volume, e que todos elles revelam essa feição pratica tão difficil de conciliar com as altas especulações de natureza doutrinaria a que o seu espirito naturalmente se entregava de preferencia.

Superior em tudo quanto emprehendia, a politica não o fez pois baixar do nivel altissimo em que pairou o seu vulto, mas tambem não conseguiu, é certo, eleval-o mais. As letras, e mais que tudo a historia, essas foram e serão a base indestructivel da sua grandeza, o granito firmissimo sobre que se erguerá o seu vulto. Vimol-o por isso com jubilo, todos nós que o estremeciamos e amavamos, regressar aos seus livros e quasi conduzir a seu termo essa empreza de nos repôr vivos, ante nós, o vulto e a epocha de D. João II. Em vez, porém, da lição que esperavamos com anciedade colher na sua leitura, Oliveira Martins veiu ministrar-nos outra bem mais eloquente ainda, encerrando ensinamentos de bem maior proveito directo para todos nós, a de uma morte piedosamente christã, coroando uma vida purissima, dando a serenidade da mais consoladora philosophia á mente fatigada pela variedade das cogitações e embate dos systemas, que agitam incessantemente o espirito e trespassam o coração do

homem moderno com a dôr lancinante da duvida e com o açoute impiedoso da descrença.

E para a Esposa, para a Companheira tão fiel e amiga, e para todos nós que o presámos, é-nos conforto gratissimo á sua perda o crer que, solto de terrestres liames, o seu nobre espirito que tanto aspirava para o alto, se terá librado, do porto seguro, a que se acolhera, até essas regiões supernas, onde brilham a claridade enorme e a plenitude do saber. Ali terá conseguido saciar o coração e o espirito, o sentimento e a intelligencia, experimentando emfim áquelle estado da alma, aquella beatitude celestial que o grande Florentino, o poeta maximo, Dante Alighieri, definiu n'estes tres versos immortaes, absolutamente perfeitos no conceito e na fórma, expressão sublime das graduações por que passa a eterna felicidade:

Luce intelletual piena d'amore,
Amor di vero ben pien di letizia
Letizia che trascende ogni dolzore. (1)

Casa das Ladeiras, Alcanhões, 17 de Maio de 1895.

HENRIQUE DE BARROS GOMES.

(1) Dante, *Paradiso*. C. 30, V. 40 a 43.

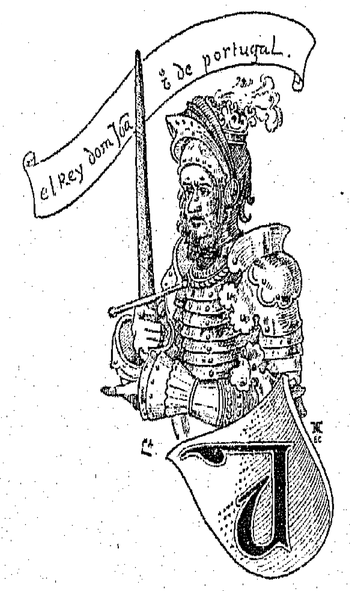
O Principe Perfeito

PELA LEI E PELA GREI
D. JOAO 2.º

O PRINCIPE PERFEITO

CAPITULO I

TORO



DESDE Castromiño e até além de Zamora, distancia de cerca de doze legoas, o Douro, por ahi leonez, differe por completo da torrente empinada que é em Portugal. Espreguiça-se caudaloso por um chão plano, entre renques espessos de choupos e faias umbrosas. Castromiño fica-lhe ao sul n'um declive suavissimo; Toro e Zamora ficam-lhe ao norte na cumiada das colinas que limitam o valle. Quasi até Toro, o Douro corre apoiado contra os montes do sul: ahi torce e vem encostar-se aos do norte, deixando para além uma campina franca; depois a veiga aperta-se, o rio foge de novo para o lado opposto e em Zamora volta á situação que tivera em

Toro: a campina extende-se na margem esquerda. De Castromiño a Toro e de Toro a Zamora são distancias proximamente eguaes.

Em frente de Toro, na campina de Peleagonzalo, (1) ia decidir-se o longo pleito da guerra entre os reis de Portugal e Castella para a successão de Henrique IV. Do lado opposto, a cavalleiro sobre o rio, n'uma eminencia de noventa ou cem metros, a cidade domina o vasto campo da peleja, fronteiro, fechada no cinto de muros e castellos que a defendiam. Tinha o Douro a seus pés, sobre o Douro uma ponte a ligal-a com a margem esquerda, mas os muros corriam a meia altura da vertente abrupta que se precipita sobre o valle em barrancos de saibro vermelho sulcados fundo pelas chuvas. Em cima, na esplanada, ficava ao centro a sé bysantina, construcção do seculo XII, talvez do conde Raymundo de Borgonha, com a sua cupula de escamas de pedra; para leste, obra de duzentos metros de distancia, via-se o castello quadrangular com as suas oito torres, redondas; para oeste, a velha egreja de S. Pedro. Nos muros, no Castello, no terreiro da Sé, sobre o *espolon* que ahi o planalto faz sobranceiro á ponte, lá em baixo, apinhava-se a gente para vêr. Todo o exercito, e o rei e o principe de Portugal tinham ido para Zamora ameaçal-a, a vêr se a rehaviam do rei Fernando. Mallograda a diligencia, recolhiam a Toro pela margem esquerda do rio.

Desanimado já da sua empreza contra Zamora, Affonso V tivera aviso, diz-se, de que o rei castelhano tencionava partir de subito e ir apoderar-se de Toro (2) onde o portuguez deixara a esposa D. Joanna e a côrte, sob a guarda do duque de Gui-

(1) «En lo antiguo, este pueblo llevó el nombre de Pelay-Gonzales (Pelayo-Gonzales)» — Notas ao Bach. Palma, *Divina retribucion, etc.* p. 113. (A paginação e referencias, feitas abbreviadamente, n'estas notas, referem-se sempre ás obras e edições indicadas no indice bibliographico, no fim do volume). Cf. Zurita *An. Aragon*, IV, 254.

(2) «lhes veo hun recado de dentro da cidade em como o dito rey D. Fernando partya aquella nocte com sua gente, e hia a um trauto que tynha em a Cidade de touro...» — *Livro das Vereações da Camara do Porto*, fl. 38 V. — Carta de D. João II, 1481.

marães; mas onde a guarnição era reduzidissima, pois o melhor das forças portuguezas fôra com o rei e com o principe á jornada de Zamora. Por isto, ou por vêr a inutilidade dos seus esforços, o rei de Portugal decidira retirar; e um dia, (3) de madrugada, abalou com o exercito, (4) que, transpondo a campina, dobrando as colinas que dividem a veiga de Zamora da de Toro, se approximava d'esta cidade, marchando ao longo do Douro na campina onde fica, adeante de San Miguel de Gros, a aldeia de Peleagonzalo. (5)

Vendo, ao amanhecer, a fuga do inimigo, o borborinho foi grande em Zamora. A ponte, obstruida para a defeza, não dava passagem; mas a gente atravessava o rio em barcas, seguia a pé pelos açudes dos moinhos, e juntava-se na margem esquerda para vêr os portuguezes que já iam longe na sua jornada. (6) O rei Fernando saiu tambem com o cardeal de Castella e o duque de Alba e o marquez de Coria e o almirante mais o conde Henrique seu tio. Resolveram partir, no encalço do inimigo, ganhar pela rapidez o tempo perdido: tres horas. Já os portuguezes iriam a meio caminho. (7) Formaram, partiram, a escape, sem levar artilheria para não entorpecer a marcha.

Adeante largou Alvaro de Mendoza, desenfreadamente, e transpostos os montes que fecham pelo poente a veiga de Toro, com os seus trezentos cavallos, caiu sobre a recta-

(3) 2 de março de 1486.

(4) «acordaram (o rei e o principe) de atalhar aa dita cousa e se llevantarem do arrayal e hirem aa dita cidade de Touro... e pozeram logo em obra...» *Ibid.*

(5) «nin le podimos alcanzar hasta una legoa de Toro, en un campo que se llama Pelayo Gonzales, entre Sant Miguel de Gros é la dicha cibdad de Toro.» — *Carta de D. Fernando a Baeza*, na *Coll. de doc. ined. para la hist. de España*, XIV, p. 398; reprod. nos *Annaes de Sc. e Letras*, I, 701-37. — «En esto (nos preparativos) passarõ tres horas» Zurita, *Anales de Aragon*, IV, 253 V.

(6) Alvares *Hist. de Zamora*, p. 289.

(7) Bach. Palma *Divina retrib.* p. 52. — *Carta a Baeza*, nos *Docc. Ined.* XIV p. 398.

guarda dos portuguezes que marchavam com socego, em boa ordem. Fez-lhe frente o principe D. João com oitocentos cavallos e umas companhias de arcabuzeiros, (8) mas na refrega os nossos perderam umas dezenas de cavallos e parte da bagagem. (9)

Entretanto, por um lado, Affonso V com a bandeira real e o grosso do exercito avançava até á vista de Toro, (10) d'onde

(8) Zurita, *Anales, etc.* IV, 253 V.

(9) Goes, *Chronica do principe D. João*, p. 175. — *Carta* de D. Fernando a Baeza, nos *Docc. Ined.* XIV, p. 398-9.

(10) «porque o dito Senhor rey seu Padre era já diante da dita cidade de Toro». *Carta* de D. João II ao Porto; *cit.* — Zurita, *Ann. Aragon*, IV, 253 V.

o duque de Guimarães, herdeiro de Bragança, os condes de Penella e de Villa Real, mais o filho de João de Ulloa, com o resto das forças retidas em Toro, desciam açodadamente a unir-se-lhe. (11) Já caia a tarde. Por outro lado, nas cumiadas para além de San Miguel de Gros, assomava o exercito do rei Fernando. Era inevitavel a batalha, apezar do rei portuguez não se ter d'isso convencido ainda, mandando recolher em Toro a peonagem e as bagagens, com a artilheria... (12) De ambos os lados se hesitava. Reciprocamente, os inimigos exageravam as forças. (13) A temeridade, sempre alheia a esta guerra, faltava tambem agora. (14)

As primeiras vedetas castelhanas que assomaram na cumiada foram contar o que succedia. O cardeal de Castella e Pedro de Guzman quizeram certificar-se por seus olhos. (15) Então o rei ouviu o conselho: (16) as deliberações hesitantes duraram quasi até ao sol posto, como em Aljubarrota. Os prudentes entendiam que se não devia combater. A portella era estreita e formado em batalha o exercito levaria a passal-a

(11) Bach. Palma, *Divina retrib.* p. 52. — Zurita, *An. Aragon* IV, 254. Pulgar (*Chron.* p. 295-6) todavia diz que o duque de Guimarães ficou em Toro e não foi á batalha. Esta versão segue Sousa (*Hist. Geneal.* V, 418-9): Seguiu-se depois a batalha, mas não se achou o duque de Guimarães n'esta acção (ainda que tinha o exercicio de condestavel).

(12) «e mandar recolher sua artelharya e gente de pee com ella». *Carta* de D. João II ao Porto; cit.

(13) «Os contrarios tynham davantagem setecentas ou oitocentas llanças». *Carta* de D. João II ao Porto; cit. — «las muchas ventajas que su enemigo teria» Zurita *An. de Aragon*, IV, 254. — «habia poca differencia en el numero de la gente de caballo del un exercito al otro». Pulgar. *Cron.* 294.

(14) «Y era asi que estava deliberado que no se diesse la batalla sino en caso que el enemigo la presentasse.» Zurita, *Anales de Aragon*, IV, 294.

(15) «E vido la gente del Rey de Portugal é sus haces que iban puestas en orden de batalla, pero no iban desconcertadas ni en fuida.» Pulgar. *Cron. dos reys catol.* p. 294. — «A las horas de medio dia». Zurita. *An. Aragon*, IV, 253, V.

(16) «E juntos alli en el campo perguntoles si seria bien passar su hueste mas adelante». *Ibid.*

o resto do dia: (17) tempo de sobra tinha o inimigo para se encerrar em Toro. Faltar-lhes-ia, quando muito, uma legoa para lá chegarem. Artilheria, não havia. Com a rapidez da marcha, a peonagem ficara toda para traz. Eram menos que os portuguezes. (18) Mas n'isto, Luiz de Tovar, da linhagem do almirante morto de peste no cerco de Lisboa em 1384, começou aos gritos, desesperado para o rei:

—Que esperaes? Hoje haveis de pelejar se quereis ser rei de Castella! (19)

O exercito precipitou-se de roldão sobre a campina, e os portuguezes, convencendo-se da impossibilidade de entrar em Toro sem combater, tinham formado em batalha, extendendo-se de lado a lado na planicie, desde o Douro, á direita, até á raiz dos primeiros contrafortes das colinas, á esquerda. Tinha o centro da vanguarda a batalha real com os fidalgos da casa d'el-rei e os castelhanos de que era capitão Ruy Pereira; ladeava-a pela esquerda o principe D. João, em cuja *batalha* se via a flôr do exercito e as companhias de arcabuzeiros e artilheiros; e seguia-o a *batalha* do arcebispo de Evora, D. Garcia de Menezes. Formava á direita do rei, apoiado contra o Douro, o conde de Faro, irmão do herdeiro de Bragança, e seguia-o o arcebispo de Toledo, Carrillo, mais o duque de Guimarães com seu cunhado, D. Pedro de Menezes, conde de Villa Real. Ambos tinham descido de Toro, onde o rei os deixara guardando a rainha. Na rectaguarda formava D. João de Castro, conde de Monsanto. A peonagem, dividida em quatro corpos, ladeava o rio. (20) Frente a frente, os castelhanos traziam no centro as gentes de Salamanca, Ciudad Rodrigo, Valladolid, Olmedo e as da Galliza,

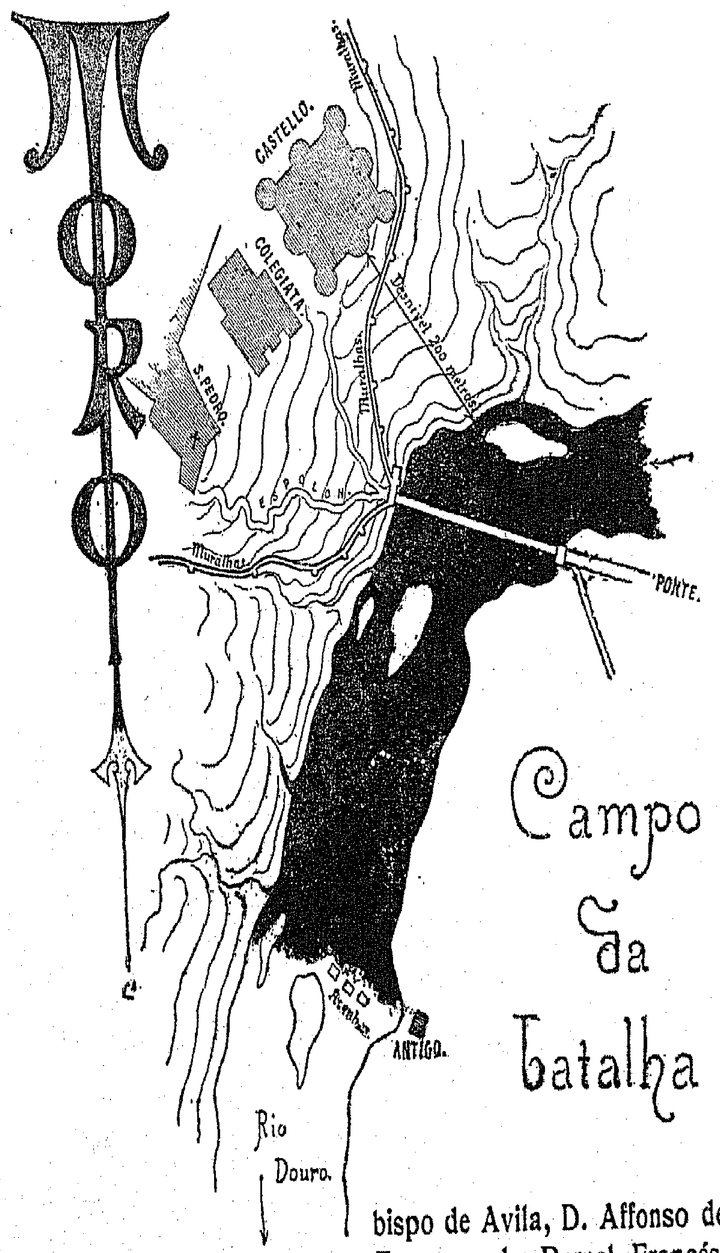
(17) «Y era ya puesto el sol». Zurita, *An. Aragon*, IV, 254.

(18) «Y en el seguimento del fueron presos y destroçados setenta cavalleros suyos y tomado parte de su fardage.» Bach. Palma, *Div. retrib.* p. 54. — Zurita, *An. Aragon*, IV, 254.

(19) Zurita, *Anales de Aragon*, IV, 254.

(20) Vasconcellos, *Vida y acciones, etc.* p. 26-8 — Pulgar, *Chron.* 294-5. Goes, *Chron.* LXXVII, p. 177-8.

capitaneadas pelo rei em pessoa; na ala direita formavam sete esquadrões do commando de Alvaro de Mendoza, do



bispo de Avila, D. Affonso de Fonseca, de Bernal Francés, de Pedro de Ledesma, de Pedro de Velasco e de Vasco de Vivero; na esquerda iam o cardeal Mendoza, cardeal de Castella, como era chamado, o duque de Alba, o conde de Alba

de Liste, Henrique Henriques tio do rei Fernando, o almirante de Castella e D. Luiz Osorio com a gente do marquez de Astorga. Ledesma capitaneava o esquadrão de Zamora com a sua *bermeja*, a bandeira de oito fitas vermelhas, memoria das oito victorias de Viriato contra os romanos. (21)

Era uma batalha fidalga, antiga, um combate de cavallaria, em que a arte da guerra nada tinha que aprender apesar da presença dos arcabuzeiros e artilheiros: apesar da polvora, destinada a revolucionar a guerra, democratisando-a por inutilisar os velhos baluartes senhorís e por subalternisar no campo os guerreiros feitos de valentia e nobreza. (22) A' moda antiga ainda o rei D. Fernando mandou a Affonso V o seu arauto a desafial-o; mas o portuguez, enfadado, respondeu-lhe que dissesse ao principe da Sicilia (assim os inimigos da monarchia de Fernando e Isabel o denominavam) «ser mais tempo de se encontrarem, que não de lhe mandar desafios.» (23)

E mandou tocar as trombetas e romper o combate, ao principe D. João. (24) O ar estava nublado e caía uma chuva meudinha, (25) promettendo diluvios para a noute. Gritando por «S. Jorge!» entre o fumo e o estrondo da polvora dos arcabuzes, abalou o principe contra os esquadrões de Alvaro de Mendoza que todo o dia o perseguira. Foi terrivel o choque que os castelhanos apararam, gritando «Santiago!» (26) mas, vendo morto de um tiro de espingarda o valente Affonso de Castro, viraram costas, debandando, (27) levando o combate

(21) Alvares, *Hist. de Zamora,* 289; Cf. Goes, *chron.* LXXVI, p. 173; Pulgar, *Cron.* 293.

(22) Cf. Burckhardt, *Renaissance in Italy,* I, 137.

(23) Goes, *Chron.* LXXVII, p. 178. Palma, *Div. Retrib.* p. 109 é o unico dos chron. castelhanos que refere este episodio. Foi testemunha da batalha, chegado á côrte.

(24) Carta de D. João II ao Porto, *cit.* «Sendo já sol posto.» Rezende, *Chron.* XIII p. 12. — Goes, LXXVIII, p. 179.

(25) Zurita, *An. de Aragon,* IV, 254 V.

(26) Goes, *Chron.* LXXVIII, p. 179.

(27) Pulgar, *Cron.* 294-5.

para além, na extremidade da campina. Então o rei D. Fernando, com o centro, arremetteu contra a vanguarda do rei de Portugal (28) e, indecisa, a batalha durou ahi uma hora. (29) Partidas as lanças, combatiam com as espadas corpo-a-corpo. (30) Começava a escurecer e a chuva não cessava. A esquerda inimiga, do cardeal, appoiada no Douro, estava a braços com os portuguezes do duque de Guimarães, do conde de Villa Real e do arcebispo de Toledo. Frente a frente, os dois grandes prelados castelhanos apostrophavam-se. (31) A colera das guerras civis accendia os peitos com os odios pessoaes e com os receios constantes de traição. O cardeal opinara que se não désse batalha: já lhe chamavam traidor: isto accendia-lhe a furia no combate. De espada em punho bradava, correndo:

— Traidores, aqui está o cardeal! (32)

Seguiam-n'o o duque d'Alba e o almirante de Castella. O combate generalisava-se ao longo do Douro, contra a margem; no extremo opposto da planicie o principe D. João refazia a sua batalha debandada na perseguição dos inimigos (33)

(28) Zurita, *An. de Aragon,* IV, p. 254 V.

(29) Goes, *Chron.* LXXVIII, p. 179. «Estas duas batalhas pelejaram por espaço de uma hora».

(30) «e quebradas las lanzas; vinieron al combate de las espadas» Pulgar, *Chron.* 294-5.

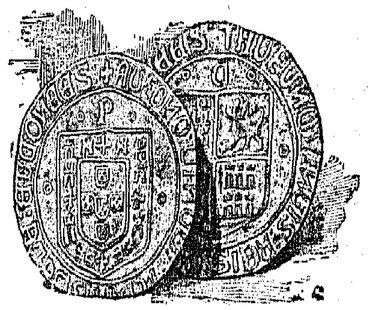
(31) «Y estava el Arçobispo de Toledo de la otra parte: que podia cantar al mismo son (do Cardeal Mendoza) que en su edad no haria peor su dever: segun fue sempre animoso y guerrero.» Zurita, *An. Aragon,* IV, 254 V.

(32) «andando o dia coberto de nevoeyros e chuva miuda.» Goes, *Chron.* LXXVIII, p. 179.

«Lo qual dixo, porque entre la gente comun se platicava havian recusado la batalla por su consejo. Esto refiere asi Geronimo de Çurita, (IV p. lib. 19, cap. 44). Mas otros lo cuentan de otra manera porque dicen haver dicho el Rey de Castilla: — *Mueron los traydores y a ellos;* y que oyendoselo el Cardenal, dixo: — *Apretemos los puños y procuremos vencer, porque se los enemigos nos venceu, diran ellos que somos los traydores.*» — Salazar, *Cron. del gran card. de España:* cf. notas a Palma, p. 114. V. Vasconcellos, *Vida y acciones,* etc,, p. 28. — Zurita, *An. Aragon,* IV, 254 V.

(33) «por recolher algua de sua gente que andava espalhada em o alicanço mandou estar queda a sua batalha.» *Carta* de D. João II ao Porto, cit.

que, dando a volta, tinham vindo encorporar-se aos combatentes. Escurecia rapidamente. Toda a lucta se concentrava agora em volta do estandarte real portuguez que levava o alferes Duarte de Almeida. Affonso V, sentindo-se no seu elemento, era o primeiro dos soldados, apezar da gordura que o affrontava. O alferes defendia heroicamente a bandeira: cortaram-lhe o braço que a segurava; tomou-a nos dentes, combatendo com o outro braço que lhe cortaram tambem. Mutilado, caiu crivado de golpes; e Pedro Vaca tomou a bandeira, (34) outros levaram o heroe, exangue e agonisante. (35) Então Affonso V, tão valente no combate, como fraco na decisão, abalou correndo com um grupo de cavalleiros, pelo campo fóra, para leste. (36) O rei Fernando, mais astuto ia, vinha, no escuro do crepusculo, gritando:



Moeda de D. Affonso V

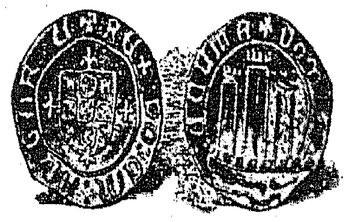
(34) Os chron. hespanhoes, Pulgar, Zurita, etc., não mencionam o caso allegado pelos portuguezes Resende, Pina, Vasconcellos, do escudeiro Gonçalo Pires recobrar o estandarte real, matando o castelhano Pedro Vaca que o levava. Só Nebrija no texto latino da sua Chronica diz assim: «Captum est Lusitani vexillum cuius erat insigne vultus, sed Petri Veraci et Petri Vaccae ignavia quibus traditum est, ut asseverantur, ab hostibus postea est receptum.» *(Dec. prim.* V, cap. VII). Rios, *(Hist. crit.* IV, 190) accrescenta: «Sin duda el bachiller Palma no hablaba del pendon real propriamente dicho, sino de las banderas dadas por elrey de Portugal á las huestes de que se componia su ejercito.»

(35) «comtudo elle viveu e foy levado prezo a Çamora» Goes, *Chron.* LXXVIII, p. 179. Na carta do rei Fernando a Baeza *(Docc. Ined.* XIV, p. 399) diz-se «é muerto el al eres.» — «Quedando despues vivo.» Vasconcellos, *Vida y acciones,* etc., p. 28. Bernaldez, *Hisp.* etc., cap. XXIII dá por morto o alferes; o mesmo faz Zurita, *An. Aragon,* IV, 254 V, mas Pulgar, *Cron.* XLIV, 2.ª p., dá-o como levado prisioneiro a Zamora, com as oito bandeiras tomadas aos portuguezes.

(36) «con tres o quatro que quedaron con el... aporto esa noche á Castromiño.» Pulgar, *Cron.* 294-5. — Palma, *Div. Retrib.* p. 56. Vasconcellos, *Vida y acciones,* etc., p. 30. — «Con solos veynte de cavallo» diz Zurita. *An. Aragon,* IV, 254 V.

— A'vante, cavalleiros de Castella, que sou eu o vosso rei! (37)

Do alto de um cabeço, (38) nos confins da planicie, o principe D. João congregava a sua gente, formando um exercito. (39) Já a noute lhe não consentia vêr o que se passava junto ao Douro, onde combatiam os seus inimigos: o duque de Guimarães, o conde de Faro, filhos do Bragança. Não abalava por isso? Quem sabe? Nas guerras civis os motivos emmaranham-se e complicam-se. A noute cerrava-se com bategas de chuva incessante. (40) Queria talvez, provavelmente, congregar forças para, na manhã seguinte, vencer elle, elle só, destroçados os rivaes.



Moeda de D. Affonso V

Do seu campo saía um clamor de gritos e trombetas e atabales, chamando os tresmalhados a esse aprisco; (41) porque além, junto ao Douro, já a batalha ia perdida e os portuguezes e os castelhanos, de roldão, corriam, uns fugindo, outros perseguindo-os, direitos á ponte de Toro, a acolher-se dentro das muralhas da cidade. (42) A' entrada da ponte, os portuguezes aprisionaram o tio do rei Fernando, Henrique Henriques, conde de Alba de Liste, (43) que arrastava com vigor os seus setenta annos.

O cardeal e o duque de Alba acossavam os fugitivos que, em apuros, se lançavam ao Douro, indo alguns, com a cor-

(37) Bachiller Palma, *Divina Retrib.*, p. 55.

(38) Bernaldez, *Historia,* etc., p. 587.

(39) Goes, *Chron.* LXXVIII, p. 181; LXXIX, p. 183. Pina, *Chron. Aff. V,* nos *Ined. Hist. Port.* I, 561.

(40) Bernaldez, *Historia,* etc., p. 587. «Succedio con la noche gran escuridad y agua.» Zurita.

(41) Goes, *Chron.*, LXXIX, p. 183.

(42) Pulgar, *Chron.* 294-5.

(43) Bach. Palma, *Div. Retrib.*, p. 56. Vasconcellos, *Vid. y acc.*, etc., p. 31. Pulgar, *Chron.* p. 294-5. Rezende, *Chron.* XIII, p. 14-5.

rente, parar a Zamora. (44) Os mais, porém, passada a ponte, batiam offegantes ás portas de Toro. Por aqui o tumulto, os gritos, enchiam o ar; (45) por além enchia-o o clamor e as trombetas do acampamento do principe, e a todo este bulicio juntava-se impassivel o sussurro do cair da chuva na terra negra impenetravel. Quem vencia? A noute.

Astuto, o rei Fernando não quizera vêr o fim da lucta: partira para Zamora, (46) incerto mas esperançado. Já lhe bastava o simulacro de victoria: porque o era, emquanto o principe, no campo, tinha intacto o seu exercito. (47) Deixara o rei o commando ao cardeal e ao duque d'Alba, (48) diz-se que receioso de que os portuguezes de Toro fossem, entretanto, pela direita do Douro, cair sobre Zamora. (49) Os logar-tenentes, na escuridão da noute, queriam rematar a victoria, congregando os seus, dispersos na perseguição dos fugitivos, para ir com elles contra o principe (50) que de além atroava os ares; (51) mas foi em vão. Se o rei partira para Zamora, era para ahi que haviam de ir com o saque da batalha. (52) E tive-

(44) Pulgar, *Cron.* 294-5. «foram mais os afogados que os que morreram a ferro» Goes, LXXVIII, p. 181.

(45) Vasconcellos, *Vida y acciones,* etc., p. 31.

(46) «y el Rey nuestro sennor... estuvo en el campo por espacio de cuatro oras rrecogendo el campo.» Bach. Palma, *Div. retrib.* p. 55.—«emquanto duró la suspension de la batalla se fue a Zamora, dudoso del suceso» Vasconcellos, *Vida y acciones,* etc., p. 30.—«Recoso de no dia seguinte lhe dar o principe batalha». Goes, LXXIX, p. 183. «estobimos en el campo por espacio de tres ó cuatro horas... y asi me volvi con victoria è mucha alegria a... Zamora donde llegué à la una despues de la media noche». *Carta* a Baeza; *Docc. Ined.* XIV, p. 399.

(47) «Pudiera esta victoria costar muy caro, si el principe de Portugal que tuvo siempre su esquadron en ordenanza... acometiera á los nuestros que andavan desordenados y esparcidos.» Zurita, *An. de Aragon,* IV, 254 V.

(48) Goes, *Chron.* LXXVIII, p. 181.

(49) Pulgar, *Cron.,* p. 294-5.

(50) Pulgar, *Cron.,* p. 294-5.

(51) Pulgar, *Cron.,* p. 294-5.

(52) «de qualquier manera que ello succedio, teniendo los contrarios tambien la victoria por suya, com esta batalla se acabó la guerra: pues el Rey de

ram que partir todos, desordenadamente, pela escuridão da noute, batidos pelas refregas da chuva. (53) Pela meia noute, D. João, não havendo inimigos, varrida a esperança da batalha, para o dia seguinte, recolheu em boa ordem a Toro, (34) onde todos com anciedade perguntavam o que fôra feito de Affonso V.

Os reis catholicos Fernando e Izabel

Em Zamora, essa mesma noute, o rei Fernando desafivelava do hombro a banda que trazia e dava-a á cidade para juntar, na sua *Seña Bermeja*, ás oito fitas rubras das victorias de Viriato, uma nona, verde, da victoria de Toro (55); e

Portugal no pudo sustentar mas su exercito en campo: y quedo el Rey de Sicilia pacifico Rey de Castilla» Zurita. *An. de Aragon,* IV, p. 255. Bernaldez, *Historia,* etc., p. 587.

(53) Goes, *Chron.,* LXXIX, p. 183.—Pina, *Chron Aff. V,* nos *Ined. de Hist. port.,* I 561. «la gran lluvia que aquella hora facia.» Pulgar, *Cron.* p. 294-5.

(54) «Entonce el Principe de Portugal se partió para Toro».—Bernaldez, *Historia,* etc., p. 587.

(55) Alvares, *Hist. de Zamora.*

enviava um correio á rainha Isabel em Tordesilhas, annunciando-lhe a façanha (56). Militarmente, porém, a victoria ficára incompleta (57); indecisa no campo, e na cidade de Toro o inimigo encastellado, como antes; mas politicamente (e o rei Fernando era sobretudo um politico) a victoria era decisiva por acabar de quebrar o prestigio combalido já de Affonso V, e a confiança que punham nas forças portuguezas os partidarios castelhanos da *Beltraneja* (58). Antevia com razão o rei o termo da guerra civil e unidos os proceres da Castella, nem era necessario a força para annullar o punhado de portuguezes, entre os quaes lavrava tambem o desgosto pela empreza aventurosa de Affonso V. Tinha pois motivo o rei Fernando para cantar victoria, applaudindo a noute que viera interromper o combate n'um momento propicio, involvendo a sombra das intrigas politicas nas trevas cortadas de aguaceiros.

Enaltecendo o feito militar de Toro, os reis castelhanos procediam tambem com sagacidade, por affagarem o orgulho nacional ferido com o grande desastre de Aljubarrota, que fazia esquecer o ainda mais funesto cerco de Lisboa, no anno anterior: 1384. Essas feridas sangravam. Toro, na opinião dos chronistas cortezãos, era a *divina retribucion sobre la caida de España*, no tempo d'el-rei D. João I. Quizera a sorte estabelecer parallelismos lisongeiros: desertara a batalha o rei de Castella? outrotanto fizera agora o de Portugal; tinha ficado no campo o principe D. João? tambem o mesmo suc-

(56) Carta do rei Fernando a Baeza: «plogo á nuestro Señor de me dar la victoria...» *Docc. Ined.* XIV, p. 399. — Bach. Palma, *Divina Retrib.*, p. 56-7.

(57) «tornando-se para a dita cidade de Touro com muyta vytorya e ao outro dia mandou seus capitaens... fazer os autos do vencimento» *Carta* de D. João II ao Porto, cit. Do desbarato do centro e da direita do exercito não fala a carta, que é posterior cinco annos á batalha e evidentemente inspirada em motivos de ordem politica.

(58) É o titulo expressivo do livro contemporaneo do bachiller Palma, que andou na corte dos reis e assistiu á batalha de Toro; obra só agora (1879), impressa pela benemerita Sociedade dos bibliophilos hespanhoes. Mus. da Bibl. do Escurial: Y, III, I.

cedera em Aljubarrota ao mestre d'Alcantara que retirou, depois de tudo findo, com a sua cavallaria intacta; dera-se a batalha ao sol-posto e viera a noute interrompel-a? em Aljubarrota acontecera o mesmo.

Depois, nas batalhas como a de Toro, a victoria é de quem a affirma e a canta, e de quem lhe frue as consequencias mediatas. Nada d'isto escaparia á alma forte da rainha, nem á perspicacia astuta do rei, que deram a maxima resonancia a esse feito militarmente duvidoso. Já o resultado das batalhas não era considerado como um julgamento divino, mas sim como a consequencia do merito dos capitães, e a victoria uma apotheose para a honra nacional (59). Sentimentos novos acordavam com o despontar da idea tambem nova de nação, e a grande força dos reis catholicos era despozaremna e a grande fraqueza do nosso pobre Affonso V era desconhecel-a, addicto ainda, anachronicamente, ás ideas medievaes da bravura pessoal e da fidelidade suzerana. Era necessario que Toro fôsse uma gloria, e foi-o. O lucto nacional decretado depois de Aljubarrota e que durava ainda, despiu-se no dia da entrada triumphal dos reis vencedores em Toledo. O *ayuntamiento* accolheu-os engalanado de côres (60). Em Tordesilhas, ao receber a noticia da victoria, a rainha reuniu a cleresia e sairam todos do paço á egreja de S. Paulo, nos suburbios, em procissão de graças. A rainha ia a pé, descalça (61). Esta devoção, ardente e sincera, juntava-se-lhe ao genio para enfeitiçar os castelhanos. De Tordesilhas foram os reis ao *alcazar de emperadores* (62), quer dizer a Toledo, ostentar piedosamente o seu triumpho. A multidão apinhava-se na veiga de Bisagra para os vêr passar em procissão, levando como tropheus o estandarte real portuguez, as bandeiras tomadas e

(59) Cf. Burckhardt, *Renaissance in Italy*, I, p. 139.

(60) V. a *Relacion*, etc., em Rios, *Hist. crit.*, etc., VII, cap. XVII.

(61) Pulgar, *Cron.* p. 296.

(62) É o nome que lhe dá Pulgar na sua *Carta* ao bispo de Coria, 1473; *Mem. da Real Acad. de Hist.*, VI, 124.

o arnez do heroico alferes de Toro (63); assim se exaltavam dando preito á bravura inimiga. As bandeiras iam de rastos varrendo o chão (64). A nodoa de Aljubarrota estava lavada (65). Na cathedral, depois de ouvirem missa, foram á capella dos reis, onde dormia, o infeliz João I, e sobre a sua campa os vingadores deposeram o estandarte, as bandeiras e o arnez, no fim dos responsos que lhe resaram por alma.

Entretanto, em Toro, logo na manhan do dia 3 se soube o paradeiro do rei fugido. A galope, pela campina acima fôra entrar em Castronuño, cujo castello tinha por elle Pedro de Mendaña que o recebeu de joelhos, entregando-lhes as chaves.

O rei deu-lh'as a elle, assegurando-lhe a sua confiança com palavras sumidas. (66) Vinha offegante da carreira: seis legoas, pelo menos, de uma arrancada, era demais para a sua gordura. Caiu n'uma cadeira e entrou a dormir. A mulher do Mendaña, apontando para o rei, áparte, dizia ao marido:

— Olha por quem nos perdemos... (67)

Elle calou-se. Affonso V resonava.

O rei era um homem alto e corpulento. Tinha então quarenta e quatro annos, e engordara tanto que já não podia usar senão roupas soltas. Em rapaz tivera os cabellos castanho claros, quasi louros, a accusar a ascendencia saxonia de sua avó; mas com os annos ennegreceram-lhe, e espirrando pelas orelhas, pelo nariz, cobrindo-lhe as mãos (68), denunciavam a violencia espontanea, bravia e boa do seu genio incoherente e curto no alcance. Apesar d'isso, seguindo a mo-

(63) Bach. Palma, *Divina retrib.*, p. 49-51; Bernaldez. *Hist.* etc., 586-7; Pulgar, *Cron.*, 294-5.

(64) Bach. Palma, *Div. retr.*, p. 50.

(65) Uma dama de Toledo, viuva de um cavalleiro morto em Aljubarrota, nunca mais quizera sahir do quarto; as teias de aranha pendiam do tecto a emmaranhar-se-lhe nos cabellos. O chronista exclama: «Ó quantos de coraçon aquella guerra atraxo dolores!» Bach. Palma, *Div. retr.*, p. 9-10.

(66) Goes, *Chron.*, LXXVIII, p. 180.

(67) Vasconcellos, *Vida y acciones*, etc., p. 33.

(68) Pina, *Chron. de Affonso V*, nos *Ined.* I, 607.

da, foi o primeiro rei que teve livraria no paço (69). Aos trinta annos começara a encalvecer (70) e agora tinha o craneo polido e nu como um queijo; e a barba comprida, farta e negra caía-lhe sobre o peito arquejante com o somno. Infundia dó olhar o rei vencido.

Estremunhado, meio a dormir, mostrava em palavras descosidas a inquietação pela sorte do filho (71). Que seria feito d'elle? Passa-culpas, bonacheirão, perdoava tudo; e por isso mesmo desconfiava de tudo, de todos (72). Valente como soldado, era como homem um medroso... Que seria feito do principe D. João?

Assim passou a noute (73), e de madrugada, quando se ouviu o tropear de cavallos, o rei acordou de todo, e renasceu para a vida, ao ver que era a escolta mandada de Toro, a buscal-o, pelo principe (74). De caminho, sem attenção á vespera, ia architectando planos de novas e chimericas emprezas, no seu cerebro esvaido.

Quando a debandada se declarou no campo e os fugitivos, passando a ponte, se arrastavam pelas ribanceiras empinadas que levam aos muros e ás portas de Toro, tropeçando, escorregando, caindo, nos lameiros que as enchurradas faziam no chão barrento, dando gritos, chorando ais, mutilados e feridos na triste escuridão da noute, lá em cima, no castello e nas muralhas, o duque de Guimarães, á frente da guarnição, fechadas as portas, repellia-os (75). Trocavam-se injurias de lado a lado. O duque attribuia a derrota a traição dos castelhanos que andavam do nosso lado: temia uma surpreza á cidade onde guardava a rainha; os castelhanos maldiziam a sorte que os lançara em tão desastrada empreza, com alliados tão

(69) *Id. ibid.*, p. 608.

(70) *Id. ibid.*, p. 607.

(71) Goes, *Chron.*, LXXVIII, p. 182.

(72) Vasconcellos, *Vida y acciones*, etc., p. 25.

(73) Goes, *Chron.*, LXXVIII, p. 181.

(74) Vasconcellos, *Vida y acciones*, etc., p. 33.

(75) Pulgar, *Cron.*, p. 295-7.

hostis. Onde está el rey? Vem ahi el rey? perguntavam de cima, e em baixo ninguem sabia de Affonso V: cada qual sabia apenas dos males que soffria, chorando a ruina das suas esperanças (76). Na sombra da noute, crivada de aguaceiros, com o vento desenfreado pela campina livre, era maior ainda a confusão da pobre gente, quando chegou o principe D. João com o seu exercito intacto. O arcebispo de Toledo estava ás portas da cidade esperando. Com o principe, entrou, entraram todos.

Reuniram-se os fidalgos no alcazar; a rainha e a corte, consumidas de tristeza, apresentavam um aspecto doloroso. Todos consideravam Affonso V morto (77). O duque, no seu desespero, ia além de toda a prudencia. Depennando as barbas e os cabellos, chorando lagrimas como punhos, fóra de si, invectivava os presentes, adeantando-se e perguntando:

— O' fidalgos de Portugal, onde está vosso rei e senhor? (78)

Silenciosos, entreolhavam-se todos, portuguezes, castelhanos, envergonhados, desconfiados (79). Ganhando audacia com o silencio, o duque investiu com o proprio principe, accusando-o:

— Onde deixastes vosso pae? (80)

Reservado, o principe, comprimindo a ira, fingiu não ouvir a interpellação, e aconselhava o duque a que se contivesse, se acalmasse, agradecendo-lhe o cuidado que mostrava por seu pae. Tinha então D. João vinte e um annos. Era homem de estatura mediana, bem feito, muito branco e rosado de pelle, com os cabellos castanhos finos e a barba quasi preta. A cara comprida, dividia-se ao meio por um nariz afilado e longo que lhe dava uma expressão reservada; caía em cheio sobre a bocca bem rasgada, com os beiços finos e a denta-

(76) Vasconcellos, *Vida y acciones*, etc., p. 32.
(77) Zurita, *An. de Aragon*, IV, 254 V.
(78) Goes, *Chron.*, LXXX, p. 186; Sousa, *Hist. geneal.*, V, 418-9.
(79) Pulgar, *Cron.*, p. 296.
(80) Vasconcellos, *Vida y acciones*, etc. p. 32.

dura alvissima, dominado por dois olhos pretos, fundos, luminosos, em que se adivinhava a inquietação enygmatica de um pensamento, e a força de uma vontade irritavel quando se lhe injectavam de sangue, frequentemente. Temiam-n'o, n'esses momentos (81). Sentia-se que dentro d'aquelle craneo havia um revolvêr de ideas, de impulsos, de vontades e pensamentos reprimidos, accumulados já em tão curtos annos e contidos apenas pela posição subalterna em que estava ainda. Mas, quando fosse rei!... Adivinhava-se um conjuncto de instinctos bons e maus, uma impaciencia de novidade, um desdem pelos homens, um desprezo pelas cousas... Assustava. O seu reinado differiria do do pae, tão boa pessoa! Era olhado como inimigo e temido como superior, apezar de ser tão moço ainda. E entretanto era alegre, tinha boas palavras e um sorriso para tudo, falando com desenvoltura mais que natural, affectada, com a sua voz fanhosa e demorada. Percebia-se que representava um papel, considerando-se em scena e que lhe faltava a franqueza. A ninguem se abria. Não se esquecia de nada, e mostrava-o nos seus ditos agudos de que já os cortezãos tremiam.

As circumstancias em que nascera e fôra creado tinham concorrido de certo para o tornar qual era. O pae casara com a filha desgraçada do infante D. Pedro, quando este dispunha ainda do governo do reino. A' tragedia de Tanger, ao sacrificio de D. Fernando, á morte de el rey D. Duarte, o infeliz martyr, viera depois o episodio funebre de Alfarrobeira sommar-se para commover profundamente a sociedade portugueza. Orfan, a rainha gerára entre agonias cruciantes a infanta D. Joanna, nascida em 1452 tres annos depois da catastrophe, e destinada para a exaltação devota, expiação hereditaria do crime inconsciente do pae, do desvairamento final do avô. Disposta á castidade, depois do primeiro filho, a rainha usava um annel com uma esmeralda que tinha a virtude de a preservar para o voto que fizera da sua vida á memoria adorada do pae. Mas um dia o pobre Affonso V em Almeirim, vol-

(81) Resende, *Chron.*, p. XV.

A rainha D. Leonor de Lencastre

tando da caça excitado, não poude conter-se, a rainha cedeu e a esmeralda partiu-se (82). Assim foi gerado o principe D. João. Da commoção piedosa da mãe fez-se a monomania devota da filha; da sua piedade filial e do seu resentimento intimo fez-se o principe que nascia fadado para vingador (83).

(82) Pina, *Chron.* nos *Ined.* I, 454; Resende, *Chron.*, I. p. 1.

(83) O sr. Manoel Bento de Sousa *O Doutor Minerva*, p. 78 attribue á influencia do sangue de Aragão a degenerescencia da dynastia affonsina, e dá a mesma causa ao que considera degenerescencia na successão de D. Duarte. «A má influencia observa-se já nos filhos de el-rei D. Duarte, casado com a aragoneza D. Leonor. Um d'esses filhos, Affonso V, tem actos desarrazoados que fazem pôr em duvida o seu juizo perfeito. Outro, D. Joanna, é a esposa celebre de Henrique de Castella, é a mãe da *beltraneja*. Outro, D. Fernando, pae de el-rei D. Manoel, e o exaltado, agarrado no caminho quando vae furtivamente á Africa com a mesma mania de seu terceiro neto D. Sebastião, a mesma tambem, pela qual Affonso V ganhou na historia o cognome de *africano*.»

Esse futuro *autophilo*, misanthropo, desprezador de todos os que não eram instrumentos seus, esmagador de resistencias, obediente só á vontade propria, teve uma infancia difficil. Até aos quinze annos foi sempre enfermiço, rachitico, enfesado, e quasi todos os annos o davam por morto. Os medicos não acreditavam que vingasse (84). Morrera-lhe a mãe aos tres annos e ficara desde então na tutella da tia, D. Philippa, a letrada reclusa de Odivellas que, mais varonil, pedia a Deus um vingador da morte do pae. O pequeno enfermiço, foi alimentado com o odio feminino da tia. Insinuando-lhe o rancor aos Braganças, herdeiros do algoz do avô (85), não se limitava a prégar-lh'o contando-lhe por meudos como as cousas se tinham passado, mas fechando-se com o rapaz na sua cella, abria a arca e desdobrava-lhe deante dos olhos a camisa do assassinado, onde o sangue fizera manchas negras e os golpes das lanças e espadas tinham aberto rasgões. Pelo menos era isto o que corria em publico e se acreditava (86). Assim a infancia doentia do principe se temperava com odios e vinganças esperadas.

Aos dezeseis annos o pae casou-o. Com quem? Com o inimigo. Teve por mulher D. Leonor, tres annos mais moça do que elle. Eram duas creanças. D. Leonor era um dos oito filhos do segundo duque de Vizeu, o infante D. Fernando, herdeiro do grande D. Henrique, casado com a filha do infante D. João, a qual enviuvára em 1470 (87). A infanta viuva era a pessoa de mais autoridade na côrte. Casava uma filha com o herdeiro da corôa; no anno seguinte (1472) casava a outra, D. Isabel, com o herdeiro de Bragança, este duque de Guimarães que vemos agora em Toro, declamando, e que dois annos depois (1478) succederia por morte de seu pae, velho de setenta e cinco annos, no ducado de Bragança.

(84) Dias, *Vida da Seren. princ. D. Joanna*, p. 26 V.

(85) Sousa, *Hist. geneal.*, V, 420.

(86) Vasconcellos, *Vida y acciones*, etc., p. 48-9.

(87) Sousa, *Hist. geneal.*, II, p. 500-2, onde vem o contracto de casamento do infante. Coimbra, 28 de setembro de 1445.

Dos seis filhos varões do infante D. Fernando, tres morreram creanças; o mais velho fallecera havia quatro annos, em 1472, o segundo era o duque de Vizeu e o ultimo D. Manuel, duque de Beja, ainda uma creança de sete annos apenas.

Pelo casamento de D. Isabel, a casa de Bragança ligava-se á familia da Infanta D. Beatriz, e pelo casamento de D. Leonor com o principe, o herdeiro de Bragança ficava sendo seu cunhado. De dois modos se enlaçavam pois as familias de Aviz e de Bragança; e o duque de Guimarães, com os seus quarenta e seis annos, considerava-se auctorisado a tratar de resto o principe, que só contava vinte e um e cuja vida privada não era irreprehensivel. O rapaz, com effeito, desde que o casamento o emancipára e a saude lh'o permittia, dera em estouvado: corria atraz de mulheres e tinha um bando de quadrilheiros com que saía em emprezas nocturnas de que alguma vez tornou ferido. (88)

D. Manuel, duque de Beja

Talvez fosse o amor que o salvasse d'essas inclinações perniciosas; talvez já em Toro, n'essa noute attribulada depois da batalha, o ajudasse a conter-se, perante a ousadia do duque de Guimarães, o olhar da aia da rainha, creança de quatorze annos sómente, victima dos azares de uma politica desorientada e turbulenta. A aia era Anna de Mendonça, filha de Nuno de Mendonça, aposentador mór de el-rey D. Affonso V e de D. Leonor da Sylva, filha de Fernão Martins do

(88) Vasconcellos, *Vida y acciones*, etc., p. 10.

Carvalhal, alcaide mór de Tavira e sobrinho de Nun'alvares. (89)

Esta inclinação do principe veiu juntar-se ás instigações da tia D. Philippa, para dividir em dois partidos hostis as familias tão enlaçadas, tão unidas, de Aviz e de Bragança. Tinha um por esperança o príncipe, por Egeria D. Philippa, Anna de Mendonça, no paço como aia da rainha, e no coração do principe como sua querida; tinha com a favorita, a sua familia, mais os Almeidas e outros que olhavam para o sol nascente. Tinha o outro por chefe a infanta viuva D. Beatriz, com a filha Leonor ao lado do principe para a guiar, com o filho duque de Vizeu, com o genro, de Guimarães, mais os irmãos, Montemór o temerário, Faro, e D. Alvaro, o timido; com o bispo de Evora, D. Garcia de Menezes e a flôr da fidalguia que instinctivamente temia o rei futuro. O actual já se póde dizer que tinha acabado, tão estonteado o viam; e a rainha, a *beltraneja*, que veiu a tornar-se na *excellente senhora*, era uma creança cujo casamento com o tio, quasi todos consideravam como a maior loucura do reinado.

Todavia quando o rei chegou a Toro, de volta de Castronuño, toda a gente, com sinceridade, se alegrou (90) porque era um bom homem, excellente para todos, mãos-rotas, passa-culpas, soldadão e gordo. Repicavam os sinos. Era uma festa. Mandaram logo quatrocentos cavallos para Cantalapiedra assegurar o abastecimento de viveres; o arcebispo de Toledo partiu com egual força a entender-se com o marquez de Villena, para conterem Madrid; e o principe, vendo que nada mais tinha a fazer alli, regressou a Portugal, (91) tambem com quatrocentos cavallos, deixando ao pae as forças

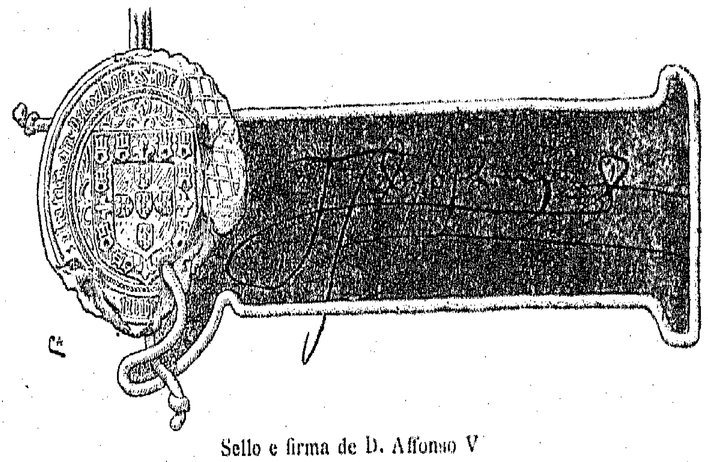
(89) Sousa, *Hist. geneal.*, III, 145.

(90) Goes, *Chron.*, LXXX, p. 186.

(91) Zurita, *An. de Aragon*, IV, 256, diz que o principe levou comsigo para Portugal a rainha D. Joanna; a qual ficou e foi mais tarde com Affonso V, seu esposo; Goes, *Chron.*, LXXXIII; Pina, *Chron. Aff. V* (nos *Ined.*) CXCII.

que lhe levara. Para quê?... Vinha edificado com o que vira. Revolvia-se-lhe muita cousa na cabeça...

O castello de Zamora, que ainda resistia, entregou-se logo: (92) o rei Fernando congraçou o governador, dando-lhe Castrotorafe. Desordenadas, as tropas portuguezas limitavam-se a saquear a comarca, como bandidos. Contra ellas, as terras organisavam a *santa hermandad*, e em Val de Sayago,



Sello e firma de D. Affonso V

na fronteira, os que desertavam para Portugal eram assassinados, um por um, ou castrados pelo povo, em paga dos estupros e violações perpetrados. (93) Mendaña em Castronuño, conservava-se fiel a Affonso V, associando nas razzias constantes da campina. Madrid entregou-se. Em Madrigal, a rainha recebia a submissão definitiva dos duques de Arevalo, (94) que com o marquez de Villena, já antes de Toro, tinham abandonado o partido da *beltraneja*. O duque de Albuquerque, D. Beltran, pae da princeza, nunca a defendera, e agora cortava o caminho ás correrias do arcebispo de Toledo, unico

(92) 19 de março. Zurita, *An. de Aragon*, IV, 256; cf. Alvares, *Hist.*, 291-2; Goes, *Chron.*, LXXXI.

(93) Pulgar, *Cron.*, 296; cf. Alvares, *Hist.*, 292; Goes, *Chron.*, LXXXVII.

(94) 10 de abril. Zurita, *An. de Aragon*, IV, 256 V.

ainda fiel ao portuguez (95), mas que cedeu aos *razonamientos* do conde de Haro (96) O rei Fernando podia agora ir ao norte, terminar a pacificação da Biscaya, mas era necessario levantar o cerco de Cantalapiedra que o portuguez, porém, não podia soccorrer. Entrou pois em ajustes. Affonso V entregou-lhe Portillo, Mayorga e Villalva, mais o conde de Benavente que tinha prisioneiro, recebendo em troca o conde de Penamacor. Cantalapiedra ficava neutralisada por um anno. (97)

Já n'isto chegava a Toro D. Alvaro de Athayde com cartas de Luiz XI que d'esta contenda esperava ganhar a Biscaya. Para esse fim, incitara Affonso V á guerra, promettendo-lhe soccorros. As palavras do Athayde embriagaram de novo o pobre rei que resolveu partir para França, seguindo por Portugal, direito ao Porto, levando comsigo a rainha e a corte. João de Ulloa, o que lhe dera Toro, morrera: deixou na cidade, que era tudo quanto lhe restava, o conde Marialva, genro do fallecido com a viuva, Maria Sarmiento. (98) Por seu turno o rei Fernando, liquidado o caso de Cantalapiedra, marchou para o norte onde Estevan Gago defendera Fuenterabia com valor, (99) e o francez que não queria uma guerra, tinha já antes de Toro assignado tregoas com Fernando, retirando de Biscaya. (100) Burlava-se de ambos.

Entretanto, os castelhanos punham cerco a Toro e uma noute, (101) guiados por um pastor, penetraram na cidade pelo despenhadeiro da Magdalena, que domina o convento de *Sancti Spiritus*, (102) cujas freiras estavam no conluio e que

(95) Villa, *Bosq. biogr.*, 124.

(96) V. os *Razonam*, na *Coll. de docc.*, XIV, 571; Goes, *Chron.*, XCI.

(97) Pulgar, *Cron.*, 305.

(98) Pulgar, *Cron.*, 308-9.

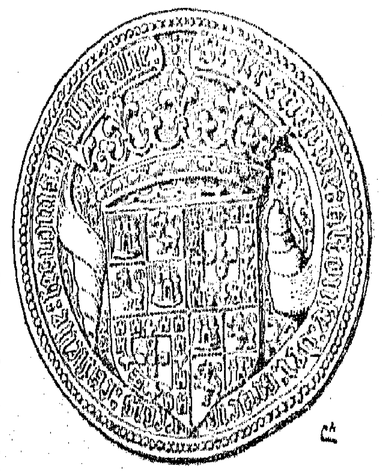
(99) Zurita, *An. de Aragon*, IV, 255 V.

(100) Pulgar, *Cron.*, 307.

(101) 19 de setembro; Zurita, *An. de Aragon.*, IV, 266 V.

(102) Ahi jaz, no coro do convento, a rainha D. Beatriz, mulher de D. João I de Castella, a filha de Leonor Telles e D. Fernando, por cuja causa foi Aljubarrota.

os defensores tinham desdenhado por o considerarem inaccessivel. (103) O conde de Marialva teve de retirar com os portuguezes para Castronuño, mas o castello não se rendeu. Foi necessario que a rainha Isabel viesse em pessoa (104) com o cunhado Affonso, de Segovia onde estava, presidir ao cerco e tomar por assalto o alcazar de Maria Sarmiento. (105) Oito mezes depois de Toro, tudo estava acabado, salvo Castronuño onde o Mendaña se mantinha. Cercaram-no, (106) mas soube resistir quasi um anno, até que, suffocada a insurreição estremenha, á volta de Affonso V de França, capitulou, vindo a salvo para Portugal. Foi arrasado o castello, terror dos povos da comarca. (107)



Sello de Affonso V

Estava concluida a guerra, antes do fim de 1476, mas não sabemos ainda como começara, nem os motivos e accidentes que a tinham determinado. E' mister dizel-o para intelligencia d'esta historia.

Treze annos que Henrique IV de Castella fôra casado com a rainha Branca de Navarra não podera haver um filho. A rainha accusava abertamente o marido de impotencia (108);

(103) Alvares, *Hist.*, 293-4; Goes, *Chron.*, XCI-II.

(104) 28 de setembro.

(105) 19 de outubro; Zurita, *An. de Aragon*, IV, 266 V. Goes, *Chron.*, XCIII.

(106) 1 de novembro; Zurita, *An. de Aragon*, IV, 277; Goes, *Chron.*, XCV.

(107) Outubro de 1477; Zurita, *An. de Aragon*, IV, 277.

(108) Pulgar, *Cron.* p. 234. A rainha, outras mulheres que tratara, e os medicos eram accordes na impotencia do rei. «Siempre tuvo comunicacion com otras mujeres é procuraba de continuo estar cerca de ellas é nunca se halló antes ni despues haber llegamiento de varon á ninguna.» *Ibid.*

este, em desforra, accusava a esposa de esteril (109); mas, fingindo ter amantes, não era mais feliz. O seu vicio desde pequeno fôra a sodomia, e era, já antes de rei, escravo dos seus favoritos (110). Dizia-se que o defeito do rei provinha de uma queda em creança, quando se lhe achatou para sempre o naris (111). Afinal, os reis mal casados obtiveram uma bulla de divorcio do papa (112); e para satisfação da sua vaidade, Henrique IV tratou logo de se casar de novo. Ao fim de dois annos conseguiu a mão da irman do rei de Portugal, Affonso V (113). Era a infanta D. Joanna, nova rainha de Castella, uma rapariga de dezeseis annos, formosissima, desenvolta e pouco propria para soffrer passiva a situação cruel que lhe preparavam. A rainha levou como aia outra portugueza ladina que disputava primazia em belleza com D. Joanna: chamava-se Guiomar de Castro. Eram amicissimas; mas, a breve trecho o rei, por não poder cumprir os seus deveres com a mulher, affectava ter perdido a cabeça pela aia, que, todavia, não corria risco algum; e a rainha, perfeitamente ao facto das cousas, desesperava-se, não com a incapacidade do esposo, nem com os seus suppostos amores, mas com a triste figura que estava fazendo na côrte. Um dia correu a aia a bofetadas e expulsou-a do palacio (114).

Aqui foi Troya porque o rei, teimoso, insistiu e formaram-se dois partidos. O marquez de Villena capitaneava o da rainha; o da preferida era levado pelo arcebispo de Sevilha, folgasão parceiro de todas as estouvanices da côrte. N'umas festas de Sevilha apresentou-se com duas enormes salvas de prata, cobertas de pannos de velludo: os creados pozeram-

(109) «por el defecto de la generacion que el imputaba a ella y ella imputaba a el.» Bernaldez, *Historia, etc.* 568.

(110) Pulgar, *Cron.* p. 231.

(111) Bernaldez, *Historia, etc.* 576.

(112) Nicolau V, 1453. *Coll. diplom.* na ed. de Palencia, *Doc.* n. 35.

(113) V. o contracto de casamento, em Lisboa, 22 de janeiro de 1455 em Souza, *Hist. Geneal.*, II, 662.

(114) Castillo, *Cron.* XXIII; cf. Goes, *Chron.* XXXV, p. 86.

nas no chão, descobrindo-as: eram joias, joias, joias para os fidalgos offerecerem ás suas damas. D'isto é que D. Guiomar gostava porque, burlando-se de todos, fez uma casa enormissima (115).

A primeira victima, naturalmente, era o rei, creatura singular e extravagante, entre grotesco e terrivel. Era enorme: alto, membrudo, com umas grandes mãos. Tinha a cabeça redonda, redonda a cara sempre mal barbeada, uns olhos garços com palpebras vermelhas. Era ruivo e faltava-lhe o nariz, esmagado em creança. Sangrava-se muito. Dissoluto, sem cuidado em si, odiando as ceremonias da côrte e o ritual, odiando mais ainda o despacho dos negocios, prodigo sem magnificencia, tinha duas paixões: a folia secreta e desbragada, e o cantar ao alaude cantigas melancolicas. Não tinha energia, nem vontade: era medroso e falava docemente n'uma voz aflautada (116), por timbrar.

Em 1463 foram as vistas dos reis de França e de Hespanha no Bidassôa. O francez, cheio de energia e calculo queria arredondar-se no Pyreneo, já ao norte, já ao sul, na Navarra e no Russilhão. O castelhano imaginava deslumbrar com a sua côrte magnifica e a sua brilhante cavallaria mourisca Luiz XI, curvado e como um mendigo, arrastando a sua samarra andrajosa (117). Rei verdadeiro, quem então governava a Castella era o conde de Ledesma que passou o Bidassôa n'uma barca cuja vela era de brocado de ouro, e onde elle ia calçando borzeguins guarnecidos de pedraria e perolas (118); o rei fizera-o tudo, tendo-o trazido para a sua

(115) «Con lo cu I acopió caudales imensos y se burló de todos». Zurita, *An. de Aragon;* cf. Romeu, *Hist. d'Esp.*, IX, 492.

(116) Cf. Villa. *Bosq. biogr.* etc., 5-6.

(117) «De toute la plaine on vit sur une éminence les deux rois: l'Impuissant, dans un faste incroyable, entouré de grandesse, de sa brillante et barbare garde moresque, et à cote houssé de sa cape grise, siégeait le roi de France *partageant les royaumes.*» 23 abril 1463. Michelet, *Hist. de France,* V, 325.

(118) Commines, *Mem.*, tr. Vitrian; cf. Villa, *Bosq. biogr., etc.* 21.

intimidade, em pequeno, do fundo dos cerros de Ubeda. Dera-lhe, com o coração, o sceptro e mais alguma cousa.

Porque o esbelto pagem-de-lança caiu em graça á rainha, e o rei engraçou com esse meio de ter successão e destruir na opinião geral a pécha de impotencia, cada vez mais accentuada. Assim os tres viviam n'uma intimidade satisfatoria (119). E, nem por ser publico, este escandalo affligia a côrte dissoluta de Castella, o que a affligia, roendo-a com inveja, era o poder soberano do conde de Ledesma, o pequeno pagem Beltran de la Cueva, um joão-ninguem, transformado em mordomo-mór e tudo! E de mais a mais com pulso para o governo! Ninguem ignorava os amores da rainha. O infante D. Affonso, irmão do rei, dizia que, pequenino, no quarto com as aias, fingia dormir, e via entrar o pagem para a camara da rainha (120). Em Aranda, quando Henrique IV foi a Logroño, o escandalo tornou se publico. (121) A rainha andava rendida (122), elle fazia gala d'isso (123).

Ora succedeu que, ao cabo de seis annos (124) de casada, a rainha appareceu gravida, o que não causou espanto na côrte. Quando deu á luz a que logo chamaram *beltraneja* (125), o rei nadava em contentamento. Tinha successão! Bem se via que não era impotente! A côrte inteira, segundo o ritual, assistiu ao parto, e, curvada, sorrindo, felicitava o rei que

(119) «y aun se decia que el mandaba e rogaba a ella que lo consentisse». Pulgar, *Cron.* 234.

(120) Palencia, *Gesta hisp.*, 1468, I.

(121) Palencia, *Gesta hispan.*, 1462, II.

(122) Corpori ac menti reginae videbantur imperare». Palencia, *Gesta hispan. ibid.*

(123) Cf. Villa, *Bosq. biogr.* 12.

(124) 1455-1461.

(125 Pulgar, *Cron.* 234. «dicho rey D. Enrique quarto que fué averiguado por impotente y la dicha reyna su mujer por no casta.» *Cron. Valladolid,* 7 marzo 1462 (nascimento da beltraneja) *Docc. Ined.* XIII, 13; Palencia, *Gesta hisp.* an. 1462, I; «le llamaban publicamente por el nombre de aquel gran privado del rey D. Enrique que decian era su padre.» Bernaldez, *Hist., etc.* 575.

não sabia como agradecer ao seu Beltran o serviço inestimavel que lhe fizera (126).

Mas os rumores de rebellião contra a tyrannia do valido omnipotente, achando n'este episodio um thema excellente a explorar (127), converteram-se em tempestade declarada. Reunidos em Burgos, os fidalgos publicaram uma carta-manifesto ao rei notando-lhe a deshonra em que caíra fazendo jurar por herdeira uma filha adulterina; accusando-o de consentir que o valido conservasse presos os irmãos do rei, Affonso e Isabel, acaso para supprimir esses legitimos successores da corôa, reservada para a filha d'elle; vituperando-o por se deixar escravisar á vontade do conde de Ledesma (128). Capitaneavam a revolta os condes de Benavente e de Placencia, mais o arcebispo de Toledo, que com ella combinava as questões dos judeus na sua diocese (129). O rei cedeu, declarando seu herdeiro o irmão Affonso que viria a casar com a *beltraneja* (130). Isto passava-se em 1494, dois annos depois d'ella nascida.

Cedeu o rei, mas não se desquitou do valido a quem, pelo contrario, deu o mestrado de S. Thiago (131). O escrupulo dos fidalgos podia ter ficado satisfeito com a *concordia compromisaria* de 1464; mas o motivo verdadeiro que era o valimento de Beltran de la Cueva, esse, longe de satisfeito, era aggravado. No meiado de 1465, em Avila, os rebeldes proclamam a revolta, depondo Henrique IV, elevando no throno

(126) Valera, *Memorial*, etc. pag. 24.

(127) Clemencin, ap. Villa, *Bosq. biogr.*, etc. 29.

(128) «fazendo... jurar por primogenita heredera... à doña Johana... pues à V. A. és bien manifiesto ella no ser hija de vuestra señoria;» — «don Alfonsó y doña Isabel, hermanos vuestros los cuales el (conde de Ledesma) agora tiene presos;» — «la o resion de vuest a real persona en poder del conde de Ledesma.» — *Carta*, de Burgos, 28 de set. 1463; na *Coll. dipl.* da ed. de Palencia: n. 97.

(129) V. Rios, *Hist. de los judios*, etc. III, 164.

(130) *Cedula real* de Valladolid, 7 dez. 1464; precedida pela de Cabezon, 4 de set. *Coll. diplom.* da edade de Palencia, pp. 326-46. Cf. Sousa, *Hist. Geneal.* II, 671.

(131) Cf. Romeu, *Hist. de Espagne*, IX, 505.

o infante Affonso, creança de doze annos, a quem faziam dizer que o rei dera a chamada sua mulher a Beltran de la Cueva para usar d'ella, e dera á filha de Beltran os seus reinos (132) (d'elle, Affonso). O arcebispo de Toledo restaurava, por seu lado, a bulla do anti-papa Luna e a pragmatica de D. Catalino contra os judeus (133), inevitavel elemento de todas as questões contemporaneas.

Durou tres annos esta situação anarchica, ao fim dos quaes os inimigos, ou os amigos, envenenaram o pobre infante Affonso (134). Eliminado o rei dos fidalgos, D. Henrique *concordou* de novo, mas agora os termos eram mais duros: a irman Isabel seria jurada herdeira da corôa; as Joannas, mãe e filha, seriam recambiadas para Portugal dentro de quatro mezes: obter-se-hia do papa o divorcio; e a princeza Isabel não casaria, porém, sem licença e approvação do rei (135), que conservando o seu Beltran, confessava não ter a mulher usado limpamente da sua pessoa desde um anno a esta parte (136).

Só desde um anno? Mas a *beltraneja* já tinha seis. Provavelmente alludia-se ás *calaveradas* recentes da rainha (137) que, lançada pelo marido em tão bom caminho, excedia as licções recebidas. Tinha então D. Joanna trinta annos e com a edade requintavam-lhe as tendencias galantes (138). Pintava-se,

(132) «dio al traidor Don Beltran de la Cueva la reina Doña Johana *llamada su mujer* para que usasse de ella à su voluntad... è una hija della llamada Doña Johana dió à los dichos mios regnos por heredera.» *Coll. dipl.* da ed. de Palencia, p. 357.

(133) V. Rios, *Hist. de los judios*, etc. III, 164.

(134) Em 5 de junho de 1468, com quinze annos de edade. Cf. Villa, *Bosq. biogr.* 73.

(135) *Concordia*, de 18 de set. 1468; na *Coll. dipl.* da ed. de Palencia, p. 561; cf. Pulgar, *Cron.* 232.

(136) Quanto ao divorcio diz o rei na *concordia*: «porquanto... es publico y manifiesto que la Reyna Doña Johana de un año á esta parte non ha usado limpiamente de su persona.»

(137) Cf. nota à *Cron. de Valladolid*, nos *Docc. ined.* XIV, 52.

(138) «deleytando-se mas en la hermosura de su gesto que en la gloria de su fama.» Pulgar, *Cron.* 234.

pintava os cabellos, com certas tinturas inflammaveis, e contava-se que um dia se lhe incendiou o penteado. Arder, ardia ella em paixões. Tinha-a o rei guardada pelo arcebispo de Sevilha no castello de Alanejos, quando o sobrinho do guardião lhe fez um filho. Gravida, desceu de noute do castello n'um cesto suspenso n'uma corda: em baixo o amante esperava-a, e a galope foram até Buitrago onde estava a filha D. Joanna. O rei mandou prender o sobrinho do arcebispo, mas ella tanto fez, tanto chorou e se arrepelou, que o rei soltou-o. De D. Pedro de Castella teve dois filhos dados a criar ás freiras de S. Domingos, de Toledo (139).

D. Isabel de Castella

A esta devassidão dos reis, que era para muitos o pretexto apenas da rebellião contra a omnipotencia do valido, contrapunham los sinceros a virtude intemerata da princeza Isabel. E' verdade que era feia; mas era piedosa, firme e varonil. Com que resignação soffrera as angustias e a miseria da sua infancia! E celebravam a sua inclinação para o rei da Sicilia, herdeiro do Aragão. Desde que fôra proclamada herdeira, tinha uma côrte, um partido; e no povo ganhava constantemente sympathias. Já nas ruas os rapazes cantavam:

Flores de Aragon
Dentro de Castilla son...
Pendon de Aragon! Pendon de Aragon!

(139) Pulgar. *Cron.* 234-5.

Tinha então dezenove annos a princeza, nascida em 1451 em Madrid (140). Fernando de Aragão tinha dezeseis, nascido em Sós, em 1452.

Desde que, nos Toros-de-Guisando, o rei Henrique *con-*

Vista de Ceuta

cordara em que a irman lhe herdasse o throno, tornou-se necessario tratar do casamento. Não convinha por motivos de ordem politica ao castelhano o enlace aragonez, e por isso se voltou para Portugal. Já havia quatro annos que, Beltran de

(140) Bernaldez, *Hist. etc.* Avila, em 1450. Outros dão-lhe Madrigal outros Madrid por berço. A data do nascimento varia tambem: 1442, 1450, 1451 e 1453. «Y si el mas diligente de los modernos biografos logró probar cumplidamente que la egregia castellana nació el 22 de abril de 1451 no anduvo tan acertado... declarando-se en favor de Madrigal contra el fé haciente y

la Cueva levara o rei Henrique a vêr-se com o cunhado em Gibraltar, quando em 1464, Affonso V, viuvo, voltava de Ceuta, da sua expedição mallograda a Tanger. Ahi foram jurados, nas mãos de D. Jorge da Costa, bispo de Evora ao tempo, e futuro cardeal de Alpedrinha, os casamentos de D. Affonso V com D. Isabel e do principe D. João, então de nove annos, com a *beltraneja* que só contava dois (141). Esses ajustes confirmaram-se em Guadalupe, onde os reis se tornaram a vêr logo que Affonso chegou ao reino (142).

Agora, depois da *concordia* era o momento de reatar as negociações, effectuando pelo menos um casamento. Veiu a Portugal uma embaixada e Affonso V mandou a Castella D. Jorge da Costa, já então arcebispo de Lisboa, com plenos poderes (143). Mas a princeza sabedora d'isto notificou ao irmão que de fórma alguma casaria com o portuguez. O rei enfureceu-se, o arcebispo de Lisboa partiu, e foram despedidos os procuradores do reino que esperavam na côrte o acto do juramento da princeza Isabel como herdeira de Castella (144).

Todavia, em Avila, a côrte da princeza Isabel dividira-se. O plano do rei Henrique era agora casar Isabel com o portuguez, e a *beltraneia* com o rei da Sicilia. Uns apoiavam esta idéa que, diziam, assegurava á princeza, em caso de guerra, a effectividade da successão. Affonso V era poderoso. Era viuvo, sim; mas um rapaz ainda, apenas trinta e sete annos. E depois congraçava a boa vontade do irmão, annuindo. Outros, porém, e com esses ficou a princeza, diziam que não: em poder de Affonso V não seria rainha verdadeira (145), e queria sel-o! havia de sel-o! No seu coração, generoso e

---

decisivo testimonio historico, dado à conocer por Colmenares, y comprobado en nuestros dias que acredita... que fue Madrid la curia afortunada, etc.» Moguel, *Reparaciones historicas*, p. 21.

(141) Bernaldez, *Hist. etc.* 574.

(142) Bernaldez, *Hist. etc.* 576.

(143) Goes, *Chron.* III; Pina, *Chron. Aff. V.* nos *Ined.* CLIV.

(144) Goes, *Chron.* III; Pina, *Chron. Affonso V.* nos *Ined.* CLVII.

(145) Goes, *Chron.* XXXVIII, p. 96.

forte, batia o sentimento da patria hespanhola; no dos outros a ambição de governarem a valer.

N'isto, Luiz XI que do seu covil de França espiava os movimentos visinhos, não lhe convindo o engrandecimento da força peninsular pela união, quer de Portugal quer do Aragão, á Castella, mandou á côrte do rei Henrique o cardeal de Albi (146), offerecer o irmão, duque de Berry e de Guienna. O rei, ou Beltran, que preferiam tudo ao aragonez, despacharam o cardeal com o arcebispo de Sevilha para Valladolid, onde a princeza fôra esperar o noivo da sua escolha.

Luiz XI

Ladeada e inspirada pelo arcebispo de Toledo, Carrilho, e pelo almirante D. Fradique, a princeza respondeu com um não terminante. E logo por carta avizava o irmão e rei estar em Castella, em Dueñas, o rei da Sicilia com quem ia casar-se. (147)

---

(146) Castillo, *Cron.* 182.

(147) Pulgar, *Cron.* 237.

N'outra carta, os noivos faziam saber ao rei de Portugal o seu casamento, obra combinada desde largo tempo. (148)

Estava lançada a luva. O rei, pseudonymo do duque de Albuquerque (já o conde de Ledesma, Beltran de la Cueva, se chamava assim) acceitou o repto. A princeza, casando contra a vontade real, perdera o direito á successão. Representou-se em palacio, perante o cardeal Atrabalensis, vindo de Roma, a comedia do juramento que rei e rainha lhe fizeram nas mãos declarando ser verdadeira filha de ambos a princeza Joanna (149): e publicou-se a *cedula* revogando o juramento feito a D. Isabel e declarando a *beltraneja* herdeira da corôa (150). A princeza, esbulhada, protestou (151). Parte da nobreza, capitaneada pelo conde de Luna, adheriu, renovando as accusações antigas da impotencia do rei, do adulterio da rainha. Outra vez se declarava a guerra civil.

Era, porém, indispensavel ao duque de Albuquerque casar agora, e já, a filha successora da corôa, para que o braço e a força do marido lhe defendessem um throno que os parciaes castelhanos, sósinhos não bastariam a sustentar contra o partido da princeza Isabel. O noivo estava alli: tinha-o o cardeal d'Alby: era o duque de Berry que tanto servia para D. Isabel como para D. Joanna. Fizeram-se logo, logo, os desposorios (152); mas o irmão de Luiz XI, bandeira dos sublevados francezes do *Bien public*, morreu um dia envenenado (153)

(148) Pulgar, *Cron.* 238.

(149) *Carta* ao rei, em Trujillo; Valladolid 12 out. 1469, na *Coll. diplom.* da ed. de Palencia, p. 610; Castillo, *Cron.* 187-190; cf. Goes, *Chron.* XXXVIII, p. 96.

(150) *Carta* ao abbade de S. Pedro de Arlanza, para fazer constar ao rei de Portugal, etc. na *Coll. dipl.* da ed. de Palencia;... out. 1469. «El qual (casamento) por permision divina en la voluntad unestra fue asentado asaz tiempo ha.»

(151) Castillo, *Cron.* 204.

(152) *Cedula*, del Rey D. Henrique, etc. En... octubre 1470; na *Coll. diplom.* da ed. de Palencia; p. 619-20.

(153) Protesto do conde de Luna, em Laguna, 29 nov. 1470; na *Coll. de Ineditos*, XIV, 421.

—por quem? dizia-se que pelo proprio irmão(154). Mallogrado assim o casamento francez, voltam-se as vistas para Portugal, e outra vez os cunhados soberanos se avistam na raia entre Badajoz e Elvas (155); mas o portuguez, desconfiado do duque de Albuquerque, vendo o poder do partido isabelino, fez taes exigencias de terras e fortalezas, para sua segurança, que as negociações falharam (156). Parecia condemnada ao celibato, a *beltraneja:* o infante D. Affonso morrera envenenado, o duque de Berry e agora o rei de Portugal não queria (157)!

N'isto, a morte do rei Henrique (158) veiu precipitar a questão. O pobre rei, agonisante, revolvia-se no leito, torcendo a bocca e os olhos, agitando os braços, apopleticamente. Perguntavam-lhe quem deixava por herdeira, se a irman, se a filha; e sem fallar extorceu-se até que expirou impenitentemente, sem ser confessado nem ungido (159), como um animal. A princeza Isabel, audazmente, proclamou-se logo rainha em Segovia. Esse acto de decisão conquistou muita gente que dizia ser o direito da *beltraneja*, afinal, identico ao dos dois filhos de D. Joanna e de D. Pedro de Castella, Fernando e Apostol, em poder da prioreza do convento de S. Domingos de Toledo (160).

(154) Castillo, *Chron.* 194, 204. Os desposorios foram em 26 de out. 1470; cf. Sousa, *Hist. Geneal.* II, 671. Na *Carta* do rei a Toledo, dando conta dos desposorios, Segovia, 3 nov. 1470, na *Coll. dipl.* da ed. de Palencia, p. 621.

(155) Castillo, *Cron.* 204.

(156) «Louis XI n'était pas incapable de ce crime, du rest fort commun alors. Il semble que le fratricide... ait été un usage général au XV siècle parmi les princes chrétiens». Michelet, *Hist. de France*, VI, 164.

(157) Castillo, *Chron.* 209; Valera, *Memor., etc.* 79; Goes, *Chron.* XL; e Pina, *Chron. de Aff. V*, nos *Ined.*, CLXXII.

(158) Castillo, *Cron.* 211; Pulgar, *Cron.* 245. «E por meo de D. João Pacheco, mestre de Santiago se concertaram vistas... antre Elvas e Badalhoze. Aas quaes vieram outro si Embaixadores do dito D. Fernando, rey de Cezilia e da Raynha dona Isabel sua mulher para... impedir o dito casamento». Pina, *Chron. Affonso V*, nos *Ined.* I, 534-5.

(159) Valera, *Memor.* 94; Castillo, *Cron.* 221.

(160) *Circular*, etc. Valladolid 1 março 1471; na *coll. diplom.* da ed. de Palencia, p. 630-32.

Mas o ponto grave era saber para que lado se tornaria, com todo o seu poder, o duque de Albuquerque. Estava pesando tudo, fria, calculadamente. Hesitava? Talvez. O caso era espinhoso. De um lado a filha, do outro o futuro. Optou por este logo que viu a opinião declarar-se por D. Isabel (161), e foi descaradamente pôr-se ás suas ordens. Queria e pensava ter no novo reinado a influencia absoluta do antigo (162). Tinham n'elle os isabelinos um auxiliar inestimavel, pois, além da força que trazia, era a condemnação viva da *beltraneja*, abandonada até pelo proprio pae (163). Elle, porém, sabia lá! talvez que o não fosse. Um dia, apertando muito os reis ácerca da origem de Joanna, o duque, disfarçando, respondeu que tinha de ir picar um cavallo... adeus! e foi-se (164). Era homem sabedor da vida. Quem se conservou fiel sempre ao seu passado de galanteria e belleza, foi a rainha viuva, fallecida seis mezes depois do marido (165), dizem uns que de parto, outros que envenenada (166). Morreu em junho, e em abril fizera testamento, recommendando que a enterrassem de fórma que nem um grão de terra podesse macular a sua adorada pelle (167).

O velho marquez de Villena, alma das sedições que encheram o reinado de Henrique IV, morrera (168) tres mezes antes do rei que finalmente o fizera mestre de Santiago. Já em vida do rei, o filho, tão buliçoso, mas menos astuto do que o pae, reclamava para si a herança do mestrado; e insistindo com a rainha Isabel, ella promettia-lh'o mas não todo, pois carecia licença do papa. Dilatava, e a razão era que a *beltraneja* estava em poder do novo marquez. Dizia-lhe que havendo de demorar-se a licença papal, o melhor seria entregar-lhe,

(161) Pulgar, *Cron.* 235.

(162) Pulgar, *Cron.* c. XXII., cf. Villa, *Bosq. biogr.*, etc. 105.

(163) Cf. Romey, *Hist. d'Espagne*, IX, 535-6.

(164) Zurita, *Anales de Aragon*, IV, 250. Commines, *Mem.* CXXXVI.

(165) 13 junho 1475.

(166) Zurita, *An. de Aragon*, IV, 272 V.; Pulgar, *Cron.* 279.

(167) «que no sea metida en ataud salvo enterrada em algun logar hueco que no me *llegue luego la tierra sobre mi*.» Testam. na *Coll. Ined.* XIV, 472.

(168) 4 de outubro de 1474.

elle, a *beltraneja* para ella a casar. Foi então que o Villena, percebendo o plano, congregou os fidalgos e escreveu a Affonso V (169). Logo em dezembro apoz a morte do rei, tinham trazido a Elvas ou Estremoz (170), ao portuguez, o testamento, ou o quer que fosse, em que Henrique IV deixara a coroa á filha, e nomeava Affonso V governador e defensor de Castella pedindo-lhe que casasse com a sobrinha. Diz-se, que por ter sido logo trazido a Portugal, o testamento se não achara em Castella (171).

Veiu logo a carta-convite do marquez de Villena, instando pela brevidade no casamento, e pela entrada em Castella: taes factos decisivos acabariam de arrastar a nobreza e as cidades que já em grande parte seguiam o partido da filha de Henrique IV (ou de Beltran de la Cueva). O Villena escrevia em seu nome e no do arcebispo de Toledo, seu tio, nos do duque de Arevalo, do conde de Ureña, do mestre de Calatrava, seus primos, senhores das maiores casas de Castella. Estavam certos o conde de Benavente, o marquez de Cadix e D. Affonso de Aguilar, seus cunhados. Contavam com quatorze cidades e villas, a começar por Toledo, que o arcebispo trazia, mais Burgos e Leão, e toda a Andaluzia, salvo Sevilha, Jaen e Ubeda. Aguilar tinha Cordova, do resto dispunham Luis de Porto-Carrero e o marquez de Cadix (172). Era immenso e

(169) Goes, *Chron.*, XLII, 106.

(170) Extremoz, diz Pina, *Chron. Affonso V*, CLXXIII; Elvas, diz Goes, *Chron.* XLII.

(171) Goes, *Chron.*, XLI, p. 102-3; Pina, *Chron. Affonso V, Ined.* I, 537-8; Cf. Sousa, *Hist. geneal.*, V, 165. A maior parte dos chronistas castelhanos nada dizem ácerca do testamento. Carvajal, *Annales, etc.*, 540, refere que um testamento ou memorial fôra dado pelo rei em Madrid a João de Oviedo que o deu a um clerigo de Santa Cruz de Madrid, o qual o tinha guardado n'um cofre em Almeida, em Portugal. E' historia complicada e pouco verosimil. V. Zurita. *An. de Aragon*, IV, 225-6.

(172) Goes, *Chron.*, XLII, 107; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 226; cf. Villa, *Bosquejo*, etc. 111-2; Pulgar, *Cron.* 259. – As forças sobre que se contava pelas offertas feitas, eram as seguintes:

Marquez de Villena..... 3:000 cavallos

mais seria, seria tudo, se o convite fôsse acceito e cumprido rapida e energicamente.

Affonso V, afflicto com a tentação magnifica, reuniu o conselho em Estremoz. O principe, na força de uma vida ambiciosa, não largava o pae, e procurava entre os próceres do reino adhesão ao plano de engrandecimento de uma coroa que viria a ser sua. Tinha do seu lado o prior do Crato e os condes de Villa Real e de Faro, filho do Bragança mas que n'isto não ia com o pae (173). O velho duque e o arcebispo de Lisboa, D. Jorge da Costa, eram os chefes da opposição e allegavam que a esses fidalgos castelhanos eram os filhos dos proprios rebeldes contra o rei Henrique, cuja paternidade tinham negado: que confiança podiam merecer os herdeiros de D. Juan Pacheco e D. Pedro Giron? Movia-os o interesse publico? ou a conveniencia pessoal? Era facil responder. Voltando-se para o rei, o duque de Bragança continuava dizendo-lhe que arriscava o reino á discrição de gente que em tão pouco tinha a magestade e a honra do throno; lembrasse-se de quando se offerecera para noivo da princeza Isabel e fôra repellido, e quando repellira a mão da princeza Joanna. Dir-se-hia que a guerra tinha como raiz o despeito. E, terminando, solemnemente, pedia se archivasse o seu voto para a posteridade saber qual fora (174)?

Estes argumentos, porém, não calavam no animo do rei, que os atribuia a parcialidade do duque pela rainha Isabel, sua valida; ao mesmo tempo que o seu genio queixotesco lhe apresentava a defeza de uma orfan confiada á sua tutella como um ponto de honra irrefragavel. O principe insistia n'estes dois elementos capitaes, lastimando que em tempo se não tivessem effectuado os casamentos projectados; d'elle com D. Joanna, do pae com D. Isabel. A successão de Castella estaria agora segura (175). A visão da unidade peninsular invadia o seu cerebro já permanentemente irrequieto. A opinião no reino dividia-se (176). Afinal o conselho votou com o parecer do principe (177), que nem por isso perdoava ao Bragança a sua attitude quasi subversiva.

Antes de resolver, Affonso V mandou a Castella Lopo de Albuquerque seu camareiro mór para vêr as cousas e tratar pessoalmente o caso (178). Voltou o emissario com uma longa lista de parciaes e uma farta colheita de promessas. Isto decidiu o rei que mandou reunir para d'alli a quatro mezes, em maio, o exercito em Arronches 179. Por seu lado, os reis de Castella, sabedores da decisão, mandaram emissarios a Af-

---

Arcebispo de Toledo	2:000	cavallos
Mestre de Calatrava	2:000	»
Bispo de Calatrava	2:000	»
» de Burgos	300	»
Conde de Ureña	300	»
Senhor de Montalban	200	»
D. Affonso e D. João, bastardos do marquez de Villena, fallecido	400	»
Pedro Portocarrero, irmão do marquez	400	»
Condessa de Medelin, filha do marquez	300	»
Condessa, sogra do marquez	300	»
Duque de Arevalo	2:000	»
Marquez de Cadiz, genro do de Villena	1:500	»
Duque de Sevilha (Medina Cœli)	2:000	»
D. Affonso de Aguilar	600	»
Conde de Feria	400	»
Rei de Portugal	4:000	»

e 12:000 peões. Ao todo, 21:700 cavallos, fóra os mais que se pronunciariam logo que o rei entrasse em Castella. *Repr. a Luiz XI*, em Santarem, *Quadro elem.* III, 107, onde leva a data de 1471, evidentemente errada: tem de ser 1475. De todas estas forças promettidas, pouco ou nada se tornou effectivo. Algumas eram de todo hypotheticas: ex., o duque de Sevilha que logo no principio da campanha invadiu o Alemtejo.

(173) Goes, *Chron.*, LXII, 108; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 225-67.

(174) Goes *ibid.*; Zurita, *ibid.*; Pulgar, *Chron.* 260; Vasconcellos, *Vida e acc.* etc. 19; cf. Sousa, *Hist. geneal.*, V, 166-7.

(175) Pina, *Chron. Affonso V*, nos *Ined.*, I, 537-8; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 225-6.

(176) Vasconcellos, *Vida y acciones, etc.* 20.

(177) Pina, *Chron. Affonso V*, CLXXIII; Goes, *chron.* XLII.

(178) Pina, *Chron. de Affonso V*, c. XXIV; Goes, *chron.* XXIV, 108, Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 225-6.

(179) Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 225-6.

fonso V: preferisse, a uma guerra injusta, a amisade das duas coroas; casasse D. Joanna com o duque de Vizeu e elle proprio casaria com a infanta de Aragão promettida ao rei de Napoles; suspendesse a guerra até que o papa decidisse de que lado estava o direito. O portuguez respondeu que sim: acceitava a arbitragem e a tregoa sob condição d'elles, Fernando e Isabel, sairem entretanto de Hespanha. Era um dever de honra para elle defender o direito da sobrinha orfan, confiada á sua tutella (180). Isto equivalia á ruptura; não havia já outra solução.

Retrato do papa Alexandre VI

No principio de Abril (181) largou a côrte de Evora para Portalegre, a caminho de Arronches, onde se congregavam as tropas para a invasão fixada para maio. Pouco depois que o rei em Portalegre entregava o governo ao filho, a quem todos beijavam a mão como rei com a vaga suspeita de que Affonso V acabaria n'esta ultima aventura (182), chegou a noticia de que em Lisboa nascera um filho ao principe regente (183): a successão estava assegurada. De Portalegre, já em maio, foi o rei a Arronches e largou o exercito invasor que o principe acompanhou até Piedra-buena, além de Albuquerque, já em Castella. Ahi pae e filho se despediram (184). Levava o rei cerca de vinte mil homens, a quarta parte cavalleiros; havia alguns, poucos, castelhanos; a peonagem era fraca (185). Ia á frente o adail-mór com a guarda-avançada; depois o marechal, encarregado do que se chama hoje administração militar, isto é, dos abastecimentos e aposentos; depois a guarda dos ginetes d'elrey; e em seguida a vanguarda da hoste, commandada por Lopo de Albuquerque; depois da vanguarda as bagagens, depois a *batalha* com o rei e o estandarte real onde se via bordada a sua *empreza* (186); na rectaguarda iam o duque de Guimarães, condestavel; e nas duas alas, que ladeavam a batalha real, os condes de Faro,

(180) Pulgar, *Cron.* 261; Zurita, *ibid.* 227; Goes, *Chron.* XLIV; Pina, *Chron de Affonso V*, CLXXIV.

(181) Dia 8.

(182) Entrega do governo, em 25 abril, em Portalegre, Pina, *Chron. de Affonso V*, CLXXV; Goes, *Chron.* XLVII.

(183) 18 de maio; cf. Vasconcellos, *Vida y acciones, etc.*, 21.

(184) Resende, *Chron.*, IX, 7; Goes, *Chron.*, L; Pina, *Chron. Affonso V*, CLXXVII.

(185) Goes, *Chron*, X, 122 diz: mais de 5:600 cavallos, e 14:000 infantes; Vasconcellos, *Vida y acc. etc.*: 5:000 cavallos e 14:000 infantes; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 231, diz 500 cavallos e 14:000 infantes, accrescentando: «auia mil de muy escogida cavalleria: e otros mil comunes: y los demas de poca estima: y entre todos no tráian cient hõbres de armas: y los grandes de Castilla que le llevavã no tenian doscientas lanças juntas.»

(186) «Teve elrey D. Affonso V por empreza a roda de um moinho com a lettra *Já mais* a que se juntava a lettra E e o numero VII... a qual se via em um confessionario seu no mosteiro do Varatojo, d'onde a lettra E era a alma da empreza e o Rodizio, que era o corpo, juntos fazem as palavras *Erro dizio*, como documento admiravel de não encobrir os erros na confissão... e do numero VII não sabemos a explicação que talvez poderia ser a dos sete peccados capitaes.» Sousa, *Hist. gen.*, III, 74-75. Esta interpretação da empreza, com se fosse charada, parece pueril.

de Loulé, de Penella e de Monsanto (187). N'esta ordem transpuzeram sem obstaculo a vencer as trinta ou trinta e duas legoas que vão de Arronches a Plasencia, cidade do duque de Arevalo, e onde o Villena os esperava com a princeza D. Joanna (188). Tinham gasto cinco dias.

Ter Affonso V preferido a entrada por Plasencia com destino a Castella, á invasão da Andaluzia foi considerado pelo inimigo como uma fortuna. O medo era que o portuguez fosse cercar Sevilha, que não estava em termos de resistir; mas apesar d'isso preferiu-se Plasencia por contemplação com o duque de Arevalo (189). Em Plasencia houve festas rijas: celebraram-se os desposorios dos *reis*, tio e sobrinha, e acclamaram-se, no meio do concurso dos fidalgos rebellados (190). Estavam os duques de Arevalo, o marquez de Villena, o conde de Ureña, Baeza, o que tivera a guarda da princeza em Trujillo e soubera resistir a todas as seducções isabelinas (191). Durante as festas, que duraram dias, a rainha acclamada publicou um manifesto sob fórma de carta á cidade de Madrid, contando toda a sua historia, as espoliações que soffrera e a perseguição feroz da tia que não poupara meios de a haver ás mãos para a matar (192). Parece que em Plasencia Affonso V esteve doente uns dias (193).

Que faziam entretanto os reis de Segovia? Juntavam aos seus titulos o de reis de Portugal (194); reuniam forças em Valladolid; fortificavam Salamanca, Madrigal, Olmedo e Tordesilhas, para fechar o accesso interior de Castella; preparavam a defensiva (195); e em Roma agenciavam, de accordo

(187) Goes, *Chron.*, L, 122; Pina, *Chron. Affonso V*, CLXXVIII.
(188) Goes, *Chron.*, LIII; Pina. *Chron. Affonso V*, CLXXIX.
(189) Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 234.
(190) Acclam. em 25 de maio; Pulgar, *Cron.* 267.
(191) Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 232.
(192) *Carta de D. Joanna*, á cidade de Madrid, 30 de maio de 1475; em Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 235-9 V.
(193) Bachiller Palma, *Divina retribuicion, etc.* 31.
(194) Pulgar, *Cron.* 268.
(195) Juntariam 12:000 homens de pé; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 232.

com o rei de França e o imperador, primeiro, o seu reconhecimento como reis, segundo, a recusa da licença pedida por Affonso V para casar com a sobrinha, pois em Plasencia houvera desposorios apenas: não houvera ainda matrimonio (196). O portuguez, por seu lado, empenhava tambem a lucta nos dois theatros de guerra.

Restabelecido e semi-casado, proseguiu a sua marcha invasora, até Arevalo, por Bejar: outro lanço egual, transposto tambem sem encontrar resistencia. Mas as forças dos fidalgos castelhanos? Não vinham. O rei começava a desconfiar. Em Arevalo, o Villena apresentou-se á frente de meio milhar de cavalleiros; mas foi para se mostrar: partiu logo com elles, a defender as terras do seu marquezado. O duque do sitio, que promettera mil e quinhentos, só dava trezentos cavallos (197). As populações mostravam-se hostis ou indifferentes. Affonso V começou a confiar exclusivamente na fronteira: só de lá podia vir-lhe soccorro. Já sabia, por outro lado, como os sevilhanos lhe assolavam o Alemtejo; a sua pobre cabeça andava á roda. Estas hesitações e receios imprimiam uma lentidão enorme aos movimentos do exercito. A decisão de se não internar mais na Castella, era quasi assente, quando chegou o convite de João de Ulloa que lhe offerecia Toro (198). A fortificação dos castellos interiores isolava Toro (com que a rainha Isabel já sabia não poder contar) contra a fronteira. Esse destino era um principio de retirada; mas que remedio? podia ser um compasso de espera para depois recomeçar a acção.

Havia tres annos já, desde 72, que a comarca de Toro soffria as depredações de João de Ulloa, *el trasquilado*, cujo irmão, Rodrigo, era o alcaide da cidade e tinha o castello. Uniu-se ao *trasquilado* o alcaide de Castronuño, Mendaña ou Avendaño, e os bandos de ambos tinham a região sob o seu

(196) Goes, *Chron.* LI, 124; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 235.
(197) Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 240 e V.
(198) Goes, *Chron.* LIII; Pina, *Chron. de Affonso V*, CLXXIX; Zurita, *Annales de Aragon*, IV, 240 V.

mando; impondo tributos, saqueando as aldeias da Campina, infundindo o terror. A propria Zamora lhes pagava tributo (199). Acolherem-se ao auxilio do portuguez, arvorando-se em seus sequazes era uma solução excellente; e para Affonso V, quasi perdido no meio da Castella, não podia haver tambem solução melhor que acolher-se a uma praça rayana que lhe abria os braços. Foi para Toro, rapidamente, e, depois de um simulacro de cerco (200), entrou e estabeleceu-se na praça. Ao mesmo tempo o marquez de Villena convencia o alcaide de Zamora, que tinha o castello, e Valdez que tinha a ponte e os seus fortins, a entregar lh'os. Affonso de Valencia era o alcaide, e continuou sendo-o por Affonso V (201). Afinal a guerra tinha um theatro e havia uma base de operações. sem ter sido necessario empenhar uma batalha. Affonso V, voluvel sempre, enchia-se outra vez de esperança e, por ser rei de Toro, já se julgava rei de Castella.

Coube então ao rei Fernando commetter um erro que podia ter sido funesto. Em vez de encerrar os portuguezes em Toro com um cerco em regra, ou de proseguir na tactica defensiva, condemnando o inimigo a abastecer-se em Portugal, veiu fidalgamente com um exercito de cincoenta mil homens (202),

(199) Cf. Alvares, *Hist. de Zamora*, 281-2.

(200) Pulgar, *Cron.* 2.ª p. XX; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 243; cf. Alvares, *Hist. etc.* 283-4.

(201) Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 241; cf. Alvares, *Hist. etc.*, 284. Zamora não seria facil de levar de assalto. A cavalleiro sobre o Douro, cuidadosamente fortificada, esta copla da idéa da fortaleza:

De un lado da cerca el Duero
Del otro peña tajadã,
Del otro cincoenta cubos
Del otro la barbacann.

cf. Alvares, *Hist. etc.* 149-51.

(202) 12:000 cavalleiros e 30:000 homens de pé; Bernaldez, *Hist. etc.* 584. Desceu o valle do Douro, desde Tordesilhas, onde estava a rainha e se juntou toda a grandeza; Palma, *Div. retrib.* 34-5; sahiu de Tordesilhas a 15 de julho; *Id, ibid.*; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 241.

pouco consistente, alardear força na campina fronteira a Toro, mas separada pelo Douro (203). Trazia a esperança de que Affonso V acceitaria a batalha e o juizo-de-Deus. Mandou arautos com reptos, mas foi em vão (204). O portuguez, ajuizadamente, fechava-se no seu baluarte onde era invencivel (205); e ao cabo de tres dias o exercito magnifico do rei Fernando não tinha que comer. Toro entretanto abastecia-se livremente pelo norte e pelo rio acima e abaixo do acampamento inimigo. Os bandos de Mendaña ao longe, em redor, interceptavam os viveres em todo o caso insufficientes (206). Pagava-se o pão pelo quintuplo do seu valor. A peonagem amotinava-se com a fóme (207), accusando abertamente os fidalgos de serem todos pelo portuguez (208). Para que o exercito magnifico se lhe não fundisse alli, o rei tristemente levou-o em completa desordem a Medina, onde a gente de pé acabou de debandar (209). Se Affonso V tem tido a ousadia de sair a campo e perseguir o inimigo, a guerra terminava n'aquella hora e a corôa de Castella era sua (210); mas o rei aventureiro tinha

(203) 19 de julho; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 245 V.

(204) Esperou D. Fernando cinco horas que Affonso V saisse a batalha; depois mandou arautos a reptal-o; Palma, *Div. retrib.* 48; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 241, V.; *Cron. de Valladolid* (nos *Docc. Ined.* XIV, 100) O rei Fernando usava a legenda *Dominus mihi adjutor;* Palma, *Div. retribuicion*, 33.

(205) Affonso V teria comsigo em Toro 3:500 lanças e 7 000 peões, força mais que bastante para defender a praça, mas ridicula quasi perante o magnifico exercito castelhano. «Puso-se a lo ver e a catar desde lo alto de la cibdat;» Palma, *Div. retrib.* 35: Regeitada a batalha, Affonso V acceitava o repto; mas entretanto ficariam em refens as rainhas Isabel e D. Joanna. Era uma recusa. Goes, *Chron.* LIV-VI; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 242 V.

(206) Pulgar, *Cron.* 271-3.

(207) Goes, *Chron.* LVI, 131-2; *Ann. de Aragon*, IV, 243.

(208 Pulgar, *Cron.* 271-3.

(209) «Ni menos tenia dineros para pagar sueldo e para otras cosas necesarias a tan grande exercito... nia habia petrechos para combater la puente.» Pulgar, *Cron.* 273; Palma, *Div. retribucion*, etc. 48-9; Goes, *Chron.* LVI, 131-2.

(210) Pulgar, *Cron.* 273.

a audacia partida pelas divergencias, pelas hesitações, que desde o primeiro dia assignalavam esta empreza.

Em Medina, a situação, era afflictiva. Dinheiro já não havia: escoara-se a ultima mealha do thesouro de Segovia que o seu guarda, Cabreira, fielmente entregara á rainha Isabel, apezar das promessas e tentações de Affonso V (211). Lançar tributos, quando todos agora se inclinavam mais ou menos abertamente para o portuguez, seria insensato. Recorreu-se ao clero que deu metade das pratas das egrejas (212). Mas o apuro e o desanimo eram tantos que o cardeal Mendoza, braço direito dos reis, entabolou a negociação de pazes (213). Começaram as viagens entre Medina e Toro; e para prova de como do lado de cá a esperança era tambem curta estão as pretensões actuaes de Affonso V que já desistia da corôa de Castella, contentando-se com a Galliza e Zamora-Toro mais a sua comarca e uma indemnisação de guerra. Era este o voto dos fidalgos portuguezes anciosos por ver terminada a guerra; ao passo que os castelhanos, receiando o futuro que os esperava depois da paz, instavam pelo proseguimento da campanha. Mas se ao mesmo tempo só podiam auxiliar o portuguez com palavras e não com tropas! Vingou o parecer dos portuguezes que o cardeal e o rei Fernando estavam dispostos a acceitar, tanto era o apuro das circumstancias! quando a rainha Isabel, cheia de fé e de valor, oppoz o seu veto, declarando: Dinheiro, quanto quizerem; terras, *ni solo una almena!* (214). Assim perdeu Affonso V, por fraqueza sua, a occasião unica de ganhar a corôa desejada; assim perdeu, com a energia heroica da rainha, o momento egualmente unico de alcançar um alargamento de fronteiras.

A decisão da rainha infundia coragem no rei e em todos.

(211) Pulgar, *Cron.* 273.

(212) «Solos dos mil rocines que que soltara é fueran en pós de ellos, ficieron tan grande estrago en los castellanos que en aquel dia oviera acabado su empreza.» Pulgar, *Cron.* 273; Goes, *Chron.* LVI, 131-2.

(213) Pulgar, *Cron.* 269 (maio, 75); Zurita, *Ann. de Aragon,* IX, 234 V.

(214) Zurita, *Ann. de Aragon,* IV, 241; Goes, LVII, 133.

Estavam n'um d'esses momentos em que a audacia é a suprema prudencia. O rei Fernando partiu de Medina para Burgos que era joannina e entrou a cidade, cercando a guarnição no castello, que a domina sobre um cerro empinado abruptamente. Dentro do castello confiavam na breve chegada de Affonso V e não cessavam de o acclamar; os de fóra estavam tão proximos que se combatia á pedrada (215). Do seu solar, o duque de Arevalo mandava recados sobre recados a Affonso V para ir a Burgos: ahi estava a corôa de Castella! mas o rei desconfiava com razão dos incitamentos que não vinham commentados com tropas; e por outro lado os fidalgos portuguezes por cousa alguma queriam internar-se em Castella (216). A rainha Isabel tinha por alliada a timidez portugueza. Em Burgos o assalto dado pelo rei fôra rechaçado e depois d'elle Fernando foi a Dueñas vêr a rainha deixando o commando ao condestavel de Castella (217).

Affonso V saira de Toro, mas para onde? para Burgos? Nem o sabia... Saira á tôa, a bater terras, sem plano, direito a Arevalo, onde perdera tempo e gente; de lá avançou até Peñafiel (218). Parecia encaminhar-se para Burgos. Mas a rainha Isabel, que o trazia sempre vigiado de perto, fortificára-se em Palencia, fechando d'ahi até Burgos, por Torquemada, uma barreira defensiva (219). O portuguez, uma noute, foi em correria, de Peñafiel a Baltanas e como entrou o logar e e saqueou, trazendo captivo o conde de Benavente (220),

(215) Pulgar, *Cron.* 276; Goes, *Chron.* LVIII, 134.

(216) Pulgar, *Cron.* 276; Goes, *Chron.* LVIII, 135-6.

(217) * Palma, *Div. retrib. etc.* 50; Pulgar, *Cron.* 583; Zurita, *Ann. de Aragon,* IV, 240.

(218) * Zurita, *Ann. de Aragon,* IV, 240, V.; Goes, *Chron.* LXIII, 145; Pina, *Chron. Affonso V,* CLXXX.

(217) Assalto a 30 de agosto; Zurita, *Ann. de Aragon,* IV, 224.

(218) Goes, *Chron.* LXIV, 147.

(219) Zurita, *Ann. de Aragon,* IV, 244. «A rainha Isabel que com sua gente andava sempre ao rosto do exercito de elrey Dom Affonso», Goes, *Chron,* LXIV, 147.

(220) Goes, *Chron.* LXIII; Pina, *Chron. Affonso V,* CLXXX; Pulgar, *Chron.* 279.

achou ter feito bastante e recolheu com louros de carreira inutil a Zamora, deixando Burgos cair ao desamparo.

Este acto feriu de morte o prestigio portuguez. Apregoava-se a retirada de Peñafiel (221) e o abandono de Burgos como uma victoria da rainha Izabel, cuja fé e cuja força apagava o desastre do rei deante de Toro. E na sombra da sua camara de Valladolid a rainha não cessava de congraçar parciaes, promettendo, seduzindo, aproveitando a monção favoravel que a fortuna lhe deparava (222). Já o Valdez, de Zamora, que se bandeára antes, estava reconquistado e preparava um golpe theatral... Por seu lado os seductores de Affonso V, desanimados já, instavam por actos de energia. Arevalo reclamara a jornada de Burgos; agora Villena instava porque o rei viesse a Madrid coroar-se: Madrid era d'elle, e d'esse ponto central dominaria tudo. Saisse do canto excentrico de Toro, onde estava de facto bloqueado contra a fronteira. Mas as mesmas razões prejudicaram a empreza de Madrid; e o Villena, desilludido quando recebeu a carta do portuguez, começou logo a vêr o modo de se congraçar com o inimigo (223). O Valdez, de Zamora, que tinha a ponte e os fortins, vendera-se e o plano era prenderem dentro d'ella o rei Affonso e a rainha Joanna: acabaria tudo de uma vez. D. Fernando, que estava em Burgos, fingindo-se doente e saindo escondido, veiu num galope a Valladolid para receber instrucções da esposa. Entretanto, porém, a traição combinada soube-se, Affonso V investiu furioso contra o Valdez, na ponte houve longos combates e muitas mortes, mas nenhum exito (224). Tristemente o portuguez com a sobrinha e todos se acolheram a Toro (225). Zamora estava perdida: deu-se ao rei Fernando que

(221) «Dando-lhe côr de fugida.» Goes, *Chron.* LXIV, 147.

(222) «Porque os negocios de Elrey Dom Affonso começavam de vir em menos reputação.» Goes, *Chron.* LXIV, 147.

(223) Pulgar, *Cron.* 280; Goes, *Chron.* LXIV, 148.

(224) Pulgar, *Cron.* 280-1; Palma, *Div. Retrib. etc.*, 50-1; Goes, *Chron.*, LXVIII, 154; Pina, *Chron. de Affonso V*, CLXXXIV; cf. Alvares, *Hist.* 286.

(225) Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 247-8; Pulgar, *Cron.* 282.

a veiu receber. Os restos das forças portuguezas mantiveram-se no castello fortissimo. Falhára o plano da captura dos invasores; mas esta retirada de Zamora, expulso, era para Affonso V vergonha maior ainda do que a retirada de Penafiel.

Ferido na sua honra de cavalleiro, offendido no seu orgulho, a guerra não era já para elle uma empreza de ambição: tinha de tomar uma desforra cruel, sangrenta... Via-se porém abandonado e só: apenas o arcebispo de Toledo se lhe conservava fiel. Reclamou soccorros do filho (226). Mas não lhe consentindo o animo a espera, saíu de Toro, onde Ulloa acabava de morrer, deixando a filha casada com o conde de Marialva (227), e foi reptar o rei Fernando deante de Zamora. Recusou o aragonez a batalha; mas pouco depois veiu deante de Toro offerecel-a: Affonso V recusou tambem. A colera tinha acalmado e esperava os soccorros do principe. Ambos os reis inimigos soffriam de uma doença egual: a penuria. Se Affonso V tinha tido que lançar mão do dinheiro dos orfãos (228), Fernando era forçado a acceitar as pratas da meza do cardeal de Castella, do almirante e do duque d'Alba para pagar os soldos á gente que debandava (229).

N'isto já o principe D. João com o seu exercito, transposta a fronteira, vinha em Ledesma, passado o Tormes, a dois terços de jornada.

Duas palavras ácerca do reflexo da guerra em Portugal. Logo na primeira incursão dos sevilhanos, perdera-se Nodar que por tres annos ficou em poder do inimigo, a quem foi comprada (230). Depois as razzias não cessaram: Ouguella, a Alcaidaria, Alegrete, Moura, toda a fronteira do Guadiana estava ameaçada pelas forças do duque de Medina Sidonia,

(226) Pulgar, *Cron.* 282.

(227) Principios de 1476; cf. Alvares, *Hist.* 288.

(228) Goes, *Chron.* LXIV, 148.

(229) Pulgar, *Chron.* 289.

(230) O alcaide Castelhano Martin de Sepulveda «uso del peccado de uxuria en toda manera de corrupcion e de crueldad en toda manera de tormento e de avaricia, en toda manera de robos que fizo á amigos é inimigos.» Por fim vendeu-se a dinheiro, não podendo voltar a Castella. Pulgar, *Cron.* 268.

a que o regente não tinha exercito para oppôr (231). Valeu n'este momento a noticia do fiasco do rei Fernando com o seu immenso exercito deante de Toro: os sevilhanos, assustados, retiraram (232); na Galliza, os portuguezes tinham por seu lado tomado Tuy e Bayonna (233). O regente, cuidadosamente, empregava todos os meios para defender o reino e conseguia-o (234). Ainda houve outra incursão de sevilhanos que foram saquear Alcoutim, respondendo-lhe uma entrada mallograda dos portuguezes na Andaluzia (235). Tudo isto porém nada valia e a defeza do reino estava assegurada, quando ao principe chegaram noticias dos apuros do pae depois da retirada de Peñafiel. Decidiu-se a ir vêl-a: estava em Miranda do Douro, já, quando o rei lhe despachou um correio (que por brevidade atravessou o rio a cavallo, a nado) avisando-o da traição da ponte de Zamora e pedindo-lhe soccorros (236). Era mister, agora, salvar a honra!

Logo o principe reuniu o dinheiro que poude: a camara de Lisboa deu-lhe mais de seiscentos mil reis (237); tomou a prata das egrejas, (238) e com isto armou um exercito de cerca de quinze mil homens (239) com que largou da Guarda no primeiro dia do anno de 1476, passando a fronteira em Alfayates. D'ahi até Toro por San-Felices e Ledesma que entrou e saqueou, não encontrou resistencia; e com este esforço os

(231) Goes, *Chron.* LII; Pina. *Chron. de Aff. V,* CLXXXII-III; Alegrete ficou dois annos em poder dos Castelhanos, Pulgar, *Chron.* 268.

(232) Zurita, *Ann. de Aragon,* IV, 243.

(233) Goes, *Chron.* LII; Pina, *Chron. Affonso V,* CLXXXII-III.

(234) Cf. Vasconcellos, *Vida y acciones, etc.* 23.

(235) Zurita, *Ann. de Aragon,* IV, 246 V.

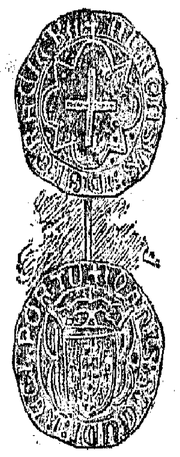
(236) Goes, *Chron.* LXVI, 152-4; Resende, *Chron.* XI. 9.

(237) V. a *Carta regia* de 25 janeiro 1846; em Oliveira, *Elem. para a hist. do mun. de Lisboa,* I, 332, nomeando regente a princeza D. Leonor; e a de 5 de março do mesmo anno auctorisando a camara a lançar um imposto para pagamento da quantia que dera; *ibid.,* I, 332.

(238) Resende, *Chron.* XII, 10.

(239) 2:500 cavall. 15:000 inf. Zurita, *Ann. de Aragon,* IV, 251 V.; 20:000 homens. Pulgar, *Cron.* 289; 2:000 cavall. 8:000 inf. Vasconcellos, *Vida y acciones,* etc. 26.

portuguezes de Toro contraiam um exercito de vinte a vinte cinco mil homens (240). Era serio. A rainha Isabel veiu de Burgos para Tordesilhas, ver e dirigir. Reataram-se as negociações de paz, mas a rainha insistia em não ceder um palmo de terra e Affonso reclamava a Galliza e a comarca de Zamora-Toro, como antes (241); nada se fez portanto.



Moeda de D. Affonso V e D. João II

No meiado de fevereiro (242) resolveram a sortida de Toro contra Zamora, onde o rei Fernando continuava com bravura o cerco do castello. Sairam uma noute, pela campina da esquerda do Douro e foram acampar em frente de Zamora, assestando a artilheria contra os fortins da ponte, desde o convento de S. Francisco onde estava o *arrayal* (243). Não se percebia bem o alcance d'esta manobra, porque Zamora não ficava cercada, tendo o rio e toda a margem direita livre (244). Impediam o rei Fernando de sair á campina a combatel-os (245), por lhe vedarem com artilheria a unica saída que era a ponte? Talvez isso até fôsse um serviço feito ao rei Fernando que não pedia uma batalha campal. Evidentemente, em toda esta guerra, de ambos os lados, se sente a ausencia de um genio militar; e se a infanteria hespanhola, depois tão celebre, não existia ainda, os milagres de Nun'Al-

(240) Zurita, *(Ann.* IV, 251 V.) diz que Affonso V tinha em Zamora 2:200 caval. 5:000 inf. e com os reforços trazidos pelo principe reuniria agora 3:500 caval. 20:000 inf.

(241) Zurita, *Ann. de Aragon,* IV, 251 V.

(442) 95 dias depois da chegada do principe, diz Goes, *Chron.,* LXXXV.

(243) Goes, *Chron.* LXXXV, 170 «Ambos reales, el rio en medio.» Bernaldez, *Hist. etc.* 586.

(244) Pulgar, *Chron.* 290.

(245) Na sua carta a Baeza *(Docc. Ined.* XIV, 396-7) o rei diz que não podia sair pela ponte, a combater os portuguezes, *como desejava,* por elles terem assentada a sua artilheria e pelo rio que ia muito cheio não se podia passar. Palma, *Div. retrib.* 52-5; Zurita, *Ann. de Aragon,* IV, 233 V.

vares em Aljubarrota e nos Atoleiros com a infanteria portugueza e a organisação que lhe deu mais tarde, tudo isso se obliterara com as emprezas militares fidalgas de Affonso V. Recomeçaram entre os reis negociações de paz, mas parece que agora eram enganos reciprocos. O aragonez, que nada soffria com a demora, ganhava muito em fatigar as forças do inimigo; o portuguez, diz-se, esperava a cada instante ver entrar em acção os exercitos promettidos pelo seu irmão e primo de França (246), cuja intervenção n'esta comedia nos resta ainda contar. Depois de fallas de emissarios, chegou a combinar-se a entrevista dos reis, de noute, em barcas sobre o Douro: uma noute porém faltou Affonso V porque a sua barca fez agua, outra noute faltou Fernando por se ter enganado o relogio (247). Depois d'isto, Affonso V pediu treguas de um dia para levantar o acampamento e como lh'as negaram (248), abalou, segundo sabemos apparecendo de manhã a campina erma (249) e saindo o rei Fernando a perseguir os fugitivos. Foi então a batalha de Toro e o fim da guerra.

Tendo-a contado, é necessario summarisar as impressões que esse episodio suggere. Já referimos as similhanças exteriores que se dão entre Toro e Aljubarrota; agora, porém, cumpre registar a quasi identidade de situação que inversamente se observa entre a guerra de 1383-5 e a de 1475-6. O nacionalismo é, em ambos os casos, a força dominante que dá a victoria, então a Portugal, agora a Castella, encarnado n'uma creatura superior que n'um caso se chama Nun'Alvares, n'outro a rainha Izabel, uma e outro arrebatados pela fusão intima da idéa de patria com a fé ardente em Deus. São duas almas em que vibra energicamente o sentir mais ou menos consciente de um povo nascente. O genio militar que um ti-

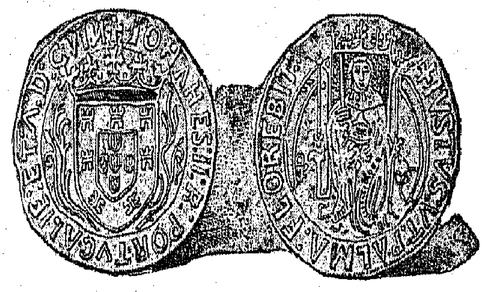
(246) Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 252.

(247) Pulgar, *Chron.* 291; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 253 V.

(248) Pulgar, *Chron.* 29'.

(249) Treze dias durou a estação deante de Zamora: começou pois a 15 de fevereiro. Bernaldez, *Hist. etc.* 586; Palma, *Div. retrib.* 52-5; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 253 V.

nha era compensado na outra pela habilidade politica, servida fielmente pelo rei submisso. Quiz, além d'isso, a sorte, que outras circumstancias accidentaes se juntassem para pôr em relevo esta identidade essencial da situação. A rainha Joanna era como a rainha Beatriz: tambem os amores do Andeiro lhe tinham maculado a mãe. Uma e outra appellavam para o direito antigo da homenagem fidalga, quando já se definia o direito novo da vontade nacional: aos pleitos de legitimidade, juntavam-se já os de nacionalidade; e ambas vinham defendidas por maridos estrangeiros. Nem Portugal quiz para rei o castelhano, nem Castella o portuguez. Foi isto o que não viram nem sentiram João I nem Affonso V e por isso foram elles os motivos principaes do mallogro das successões das duas princezas.



Moeda de D. João II

Ha, porém, uma differença, essencial tambem, que é necessario não deixar esquecida. Portugal fôra animado, um seculo antes, pelo pensamento separatista: acaso o Destino lhe segredava que uma grande missão lhe estava reservada na historia! E Castella já claramente obedecia agora ao pensamento da unificação dos estados peninsulares. O casamento dos reis reunia n'um só o Aragão e Castella: restava Portugal; mas as forças de Hespanha unidas não bastavam para o absorver por conquista. Por isso a politica fôra sempre e continuava a ser pacifica para comnosco; mas com o definir da propria idea de nação, definia-se e consolidava-se o poder da monarchia sobre as ruinas do particularismo medieval. As dynastias eram as *representantes* das nações: e o que a força não podia fazer, conseguiam-n'o os casamentos. E' por isso que vamos vêr, depois da campanha anachronica de Toro, voltar-se o pensamento dos reis da Hespanha para os planos da união peninsular realisada pelos enlaces dynasticos.

Um momento, ainda, de attenção e paciencia, para estudarmos as relações da *rapoza* (250) de França com o pobre rei cavalleiro que, vendo perdida a sua empreza militar, inchado com as promessas que lhe referia o embaixador Athaide, em Toro, de volta de França, decidira embarcar-se n'uma ultima aventura quixotesca; fazer as pazes entre Luis XI e Carlos-o-Temerario, seu primo-irmão, filho da infanta D. Isabel, e trazer de França um exercito para a conquista de Castella (251).

Logo que Henrique IV morreu, tanto os reis acclamados em Segovia como Affonso V se tinham voltado para Luis XI. As suas contendas com o aragonez ácerca do condado do Rossilhão e a esperança de o rehaver (252), incitavam o rei de França a intervir na questão peninsular; mas as guerras civis internas e o duello começado entre os duques de Borgonha e de Lorena, forçavam-n'o a contemporisar entre as instancias do portuguez e as offertas generosas dos embaixadores enviados pelos reis de Castella. Logo no meiado de janeiro de 75, Affonso V lhe escrevera participando-lhe o seu immediato casamento com a sobrinha herdeira de Castella, o numero de parciaes que se haviam declarado por elle, e a sua decisão de entrar em armas no reino visinho (253). Nada convinha mais ao rei de França do que esta solução pois lhe garantia as suas pretenções, ao passo que seria o contrario se no throno de Castella se sentasse o herdeiro de Aragão: o interesse pois aconselhava o rei de França a auxilial-o a elle, Affonso V. Esta carta enviada por um arauto foi dias depois seguida por outra ratificando a primeira, insistindo nas vantagens da alliança franco-portugueza, e rogando ao rei de França que reforçasse perante o papa as instancias que elle proprio fazia ácerca do seu casamento (254).

(250) Goes, *Chron.* LXXXIIV, 197.

(251) Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 261, V.; Goes, *ibid.*

(252) Goes, *Chron.* XLVII. 116.

(253) *Carta* de 13 de janeiro de 1475; Affonso V a Luiz XI. *Ms. da bib.* de Paris. 9675 n. 94; em Santarem, *Quadro elementar, etc.* III, 112, cf. Commines. *Memor.* III, 408. E' na essencia o mesmo conteudo do diploma que vem transcripto no *Quadro elem.* III, 117, e foi reproduzido por Lopes de Mendonça no seu artigo *Toro; Ann. de Sc. e Lettras*, I, 707, onde accusou o erro da data, 1471 por 1475. D'esse dipl. foi transcripta antes a enumeração das forças promettidas a Affonso V pelos fidalgos castelhanos.

A resposta de Paris veiu ainda antes de começada a guerra: em abril (255). Luis XI, cautelosamente, enviava a Portugal o emissario Leroux com instrucções e, na carta que o acreditava, o rei accusava recebidas as duas de janeiro e communicava ter já escripto ao papa no sentido desejado. As instrucções de Leroux eram graves. A primeira duvida de Luis XI era como, sendo Portugal alliado de Inglaterra, seria alliado da França, inimiga d'ella. A segunda referia-se ás antigas allianças franco-castelhanas: tinham de ser renovadas pelo portuguez; e a este respeito o rei lembrava a presença na sua côrte dos embaixadores do inimigo, as suas offertas e a proposta de casamento do delfim de França com a filha dos reis castelhanos. Mas, apezar de tudo, estimava tanto e sobre todos o rei de Portugal: por isso preferia a sua alliança. Surgia, porém, uma duvida e era a seguinte: indo Affonso V reinar em Castella ficando o throno portuguez ao principe D. João, não faria sentido que pae e filho ficassem sendo um alliado da França, outro da Inglaterra: Portugal tinha de entrar na alliança franceza (256).

Tudo isto era assaz confuso e revelava o proposito de contemporisar sem se decidir. Recebendo o enviado francez já em campanha, Affonso V mandou, de Plasencia a França, com plenos poderes Alvaro de Athayde (257) que ha pouco vimos de volta a Toro. Nos oito ou nove mezes (258) da sua missão, o embaixador portuguez concluira tudo quanto Luis e Affonso V desejavam. No principio de setembro assignava

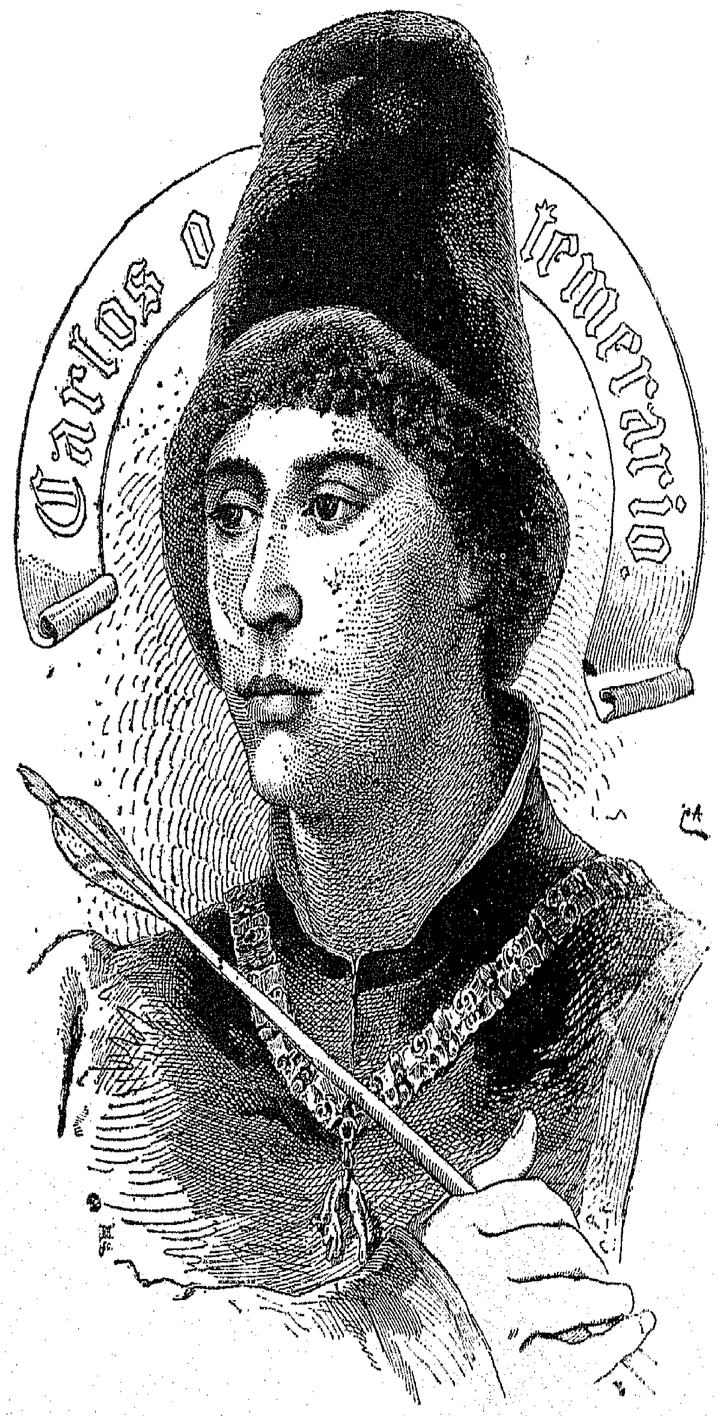
(254) *Carta* de 30 de janeiro 1475; *ms.* da bibl. de Paris. 9675, n. 101; em Santarem *Quadro elem.* II, 113-5.

(255) *Carta* de Luiz XI a Affonso V, abril, 1475; *ms*, da bibl. de Paris. 9675, n. 10, em Santarem, *Quadro elem.* III, 115.

(256) *Instrucções, etc.*; em Santarem, *Quadro elem.* III, 116-21.

(257) 3 junho 1475; Dumont, *Corps diplom.* II, 1.ª p., 516; cit. por Santarem. *Quadro elem.* III, 124; Goes, *Chron.* LVII, p. 116.

(258) 9 junho 1475 a março ou abril 1476.



a liga offensiva e defensiva entre os reis de França e Portugal para a conquista de Leão e Castella, ficando á França a Catalunha, o Russilhão, a Cerdanha com as Baleares (259); no

(259) *Tratado, etc.* 8 setembro 1475; em Santarem, *Quadro elem.* III, 124-5;

fim do mesmo mez Affonso V ratifica os tratados franco-castelhanos de 1408, 1435 e 1455 (260); e em dezembro o rei de França publica a carta patente, declarando ir em auxilio do rei de Portugal com um exercito e uma armada contra Guipuzcoa e Navarra (261), o que se effectuou, pondo-se cerco a Fuenterabia.

N'este momento Luis XI estava comnosco, mas ao tempo que o cerco se protrahia inutilmente, Affonso V perdia Burgos primeiro, Zamora depois e encerrado em Toro via-se abandonado por quasi todos os seus caudilhos castelhanos. O rei de França estava prompto a receber o preço opimo de uma facil diversão nos Pyreneus, mas empenhar uma guerra a valer para dar a corôa de Castella a Affonso V só a ingenuidade do rei e a do seu embaixador (262) o podiam suppôr. Pois acreditavam-n'o.

Perante a investida dos francezes, a idéa do aragonez, pae do rei Fernando e seu conselheiro constante, era que deixasse o portuguez e voltasse todas as suas forças para os Pyreneus: sem o auxilio efficaz dos francezes, Affonso V nada conseguiria. Mas este conselho pareceu talvez egoista

ext. das *Preuves*, das *Mem. de Commines*, Lenglet, III, 406 n. CCXLIV. Cf. Pulgar. *Cron.* 269.

(260) *Confirmação, etc.* 23 setembro 1475; em Santarem, *Quadro elem.* III, 126: extr. de Dumont, *Corps diplom.* II, 1.ª p. 509.

(261) *Carta patente, etc.* 21 dezembro 1475; extr. de Martone. *Vet. scritorum*, I, 1603; em Santarem, *Quadro elem.* III, 127; e em Sousa, *Provas da Hist. geneal.* II, n. 3, p. 6. «nous avons conclud e deliberé envoyer une bonne e grande armée de nos dits gens de guerre et tant par mer que par terre ès marches de Guipuzque e de Biscaye e ailleurs ou besoin sera... pour subjuguer e mettre ledit pays e autres pays d'Espagne en l'obeissance de nom e de nostre dit Frère, cousin e allié.»

(262) Dos embaixadores do rei de Portugal em França, diz o chronista Commines (*Mem.* trad. Vitrian, 402). «Porque si los que vinieron de Portugal á Francia, enviados por este rey Affonso fueran avisados y sabios, quando hicieron a confederacion de su rey con el nuestro (á la qual yo me hallé presente y fuy uno de los diputados por nuestro rey) ellos fueron mejor enterados de las cosas de por acá en sus principios y no uvieran aconsejado al rey su señor esta venida á Francia que tantos pesares y prejuicios le causó.»

aos castelhanos que não consentiram ao rei seguil-o, apezar da gravidade do caso (263). O rei de França, tendo conciliado os seus próceres, celebrada a tregoa de sete annos com a Inglaterra, tinha os braços livres e encontrava quarenta mil homens contra Fuenterrabia (264). Apesar d'isso a cidade resistia durante dois mezes (265) e o pae aragonez de novo aconselhava o filho, dizendo-lhe agora que se não assustasse, nem se precipitasse porque o exercito inimigo ia-se exgotando todos os dias (266). E tanto isto era verdade que, em seguida á retirada do portuguez de Peñafiel e do abandono de Burgos, Luis XI assignava com o rei Fernando trégoas por seis mezes (267). A sua intervenção a favor de Affonso V terminava proximamente pelo tempo em que o Atayde chegava a Toro (268), cheio de papeis vãos e de esperanças aerias que enchiam a cabeça ôca do rei de Portugal... Depois, com a mediação aragoneza, celebrou-se o tratado de paz entre os reis de Castella e Luis XI, annullando tudo quanto fôra pactuado com o portuguez (269).

Ferido nos seus brios de cavalleiro, envergonhado pela derrota, e allucinado pela esperança van, Affonso V partiu de Toro (270) com a sobrinha, semi-esposa, e os farrapos da sua côrte, direito ao Porto. Levava a idéa fixa de embarcar, e ir a França. Necessitava vingar-se ou morrer. A sua falta de

(263) Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 230.

(264) Goes, *Cron.* LXXXI; Pulgar, *Cron.* 285; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 250.

(265) Pulgar, *Cron.* 287.

(266) Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 252, V.

(267) Novembro 1575 a junho de 1576; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 274; Goes, *Chron.* LXXXI, 162, eleva as tregoas a um anno e dá-as como celebradas só depois da batalha de Toro.

(268) Goes, *Chron.* LXXXI, 163.

(269) Tratado de 9 de outubro de 1478 (cf. Palma, *Div. retrib.* 74; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 268) ratificado em Guadalupe em 10 de janeiro 1479. V. os textos em Santarem, *Quadro elem.* III, 154-5; extr. de Dumont, *Corps diplom.* II, 1.ª p., 46-58.

(270) 13 de junho 1476; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 261, V. cf. Pina, *Chron. Affonso V*, nos *Ined.* I, 567.

audacia imaginava remil-a com uma insensatez. Contra a violencia bronca da sua teima não havia partido possivel. Não eram ambições que o levavam: era o desespero. Ia com a idéa firme de abdicar no filho a corôa de Portugal, como homem votado a um destino terrivel. Reconhecia, talvez obscuramente, a sua incapacidade para rei...

Pelo contrario, durante a regencia, o principe começara a revelar-se. A energia, a firmeza, o zelo, a assiduidade, a sisudez, no governo construiam um alicerce firme á reputação do homem de quem todos já antes instinctivamente tremiam. Ia-se formando um rei, e todas as esperanças já se voltavam para elle depois do mallogro da ultima aventura do pae, que fôra amado familiarmente. O filho principiava a ser respeitado. Affavel, bom, risonho para com todos, a ninguem dava confianças: conservava-se a distancia, e essa distancia fazia-lhe um pedestal. Todas as sextas-feiras, de manhan e de tarde trabalhava com os desembargadores do paço na Relação e as suas sentenças já começavam a ter aquelle caracter pessoalmente arbitrario, mas para o bem, que as tornou celebres. Começava-se a adivinhar mais do que um executor da justiça: uma encarnação d'ella. Severo, recuava perante a morte: um homem custava tanto a crear! e havia tanta ilha deserta a povoar!... O seu pensamento humanista e imperial ia-se definindo. Pelo que respeita á guerra, penitenciando-se da indiscrição com que formulára um plano, todavia constante, incitando o pae a entrar na campanha, emendava o mal refazendo castellos, defendendo as fronteiras e pondo o reino em estado de resistir, para depois... Ninguem sabe as voltas que o mundo dá. Aos sabados de tarde trabalhava na fazenda que bem carecia de cuidados, despachando com os veadores e escrivães, examinando tudo por seus olhos minuciosamente (271). Um rei tão cheio de zelo, tomando tanto a serio o seu cargo, e tão pessoal, tão inteiro, egual para todos sem differença de qualidade, o inverso do outro que era um pae bonacheirão e

(271) Resende, *Chron.* XVI.

mãos-rotas, mas só para a sua familia fidalga, desesperava já os nobres, mas tambem já enchia de esperanças o povo.

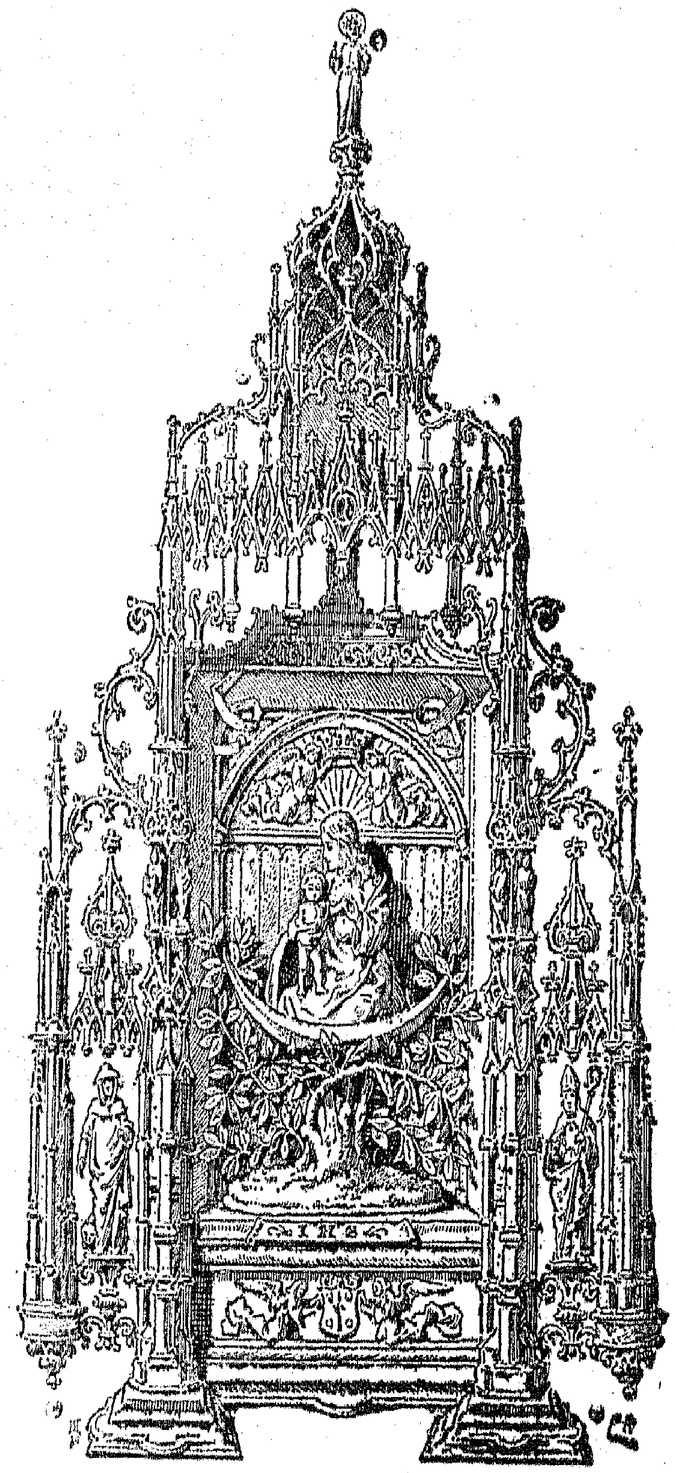
Quando, no conselho, vindo do Porto, Affonso V declarou a sua idéa de ir a França, abdicando a corôa no filho, o velho, duque de Bragança que detestava o rapaz por todos os motivos, pulou. Não se insurgiu contra o rei, insurgiu-se contra elle, accusando-o de filho perverso, de ambicioso descaroavel que explorava assim a desgraça miseranda. Mal sabia o duque os odios que estava soprando no animo reservado do principe, e como taes e outras palavras viriam a sair caras ao seu herdeiro... (272) Affonso V abandonou o plano da abdicação. O principe continuou regente.

Entretanto equipava-se a frota que levaria o rei a França: eram dezeseis navios com dois mil e duzentos homens, destinados porém estes ás praças d'Africa. Com o rei iam os filhos de Bragança D. Alvaro e o conde de Toro mais o conde de Penamacor e o prior do Crato; ia Juan Pimentel irmão do conde de Benavente que ficara por cá e outros castelhanos fieis á desgraça. Largaram de Lisboa, em Agosto (273). Mais uma vez o pobre rei embarcava, e ao lembrar-se de tantas que saíra e entrara em Lisboa, coberto de gloria, ao recordar os dias de Arzilla, ainda confiava talvez na sua estrella e uma lagrima de saudade corria-lhe pela face opada.

FIM DO CAPITULO I

(272) Cf. Rebello da Silva, *D. João II e a nobreza*, nos *Ann. de Sc. e Lettras*, I, 609.

(273) Pina, *Chron. Afonso V*, I, 567-70; Zurita, *Ann. de Aragon*, IV, 262 V.



Plano geral da obra, indice dos capitulos e desenvolvimento das materias a tratar em cada um (*)

CAPITULO I

TORO

— O campo de Peleagonzalo — á vista de Toro 1-2
— Apparecimento dos castelhanos 3
— A ordem de batalha, a arte da guerra, forças combatentes. . 4-11
— O choque; episodio da bandeira . . . . . 12-21 a
— Conclusão: a noute. 22-26

*

— Victoria Castelhana. Apotheose de Toledo: vingança de Aljubarrota; preito á bravura do alferes 27-35
— Affonso V em Castronuño — retrato do rei. . . . . 36-36 b
— Victoria de D. João: o pae cáe, o filho sobe. Victoria? Em Toro. Vê Anna de Mendonça? A Beltraneja. — Conflicto com o duque de Bragança. — Infancia de D. João. — Casamento aos 16 annos com a filha do inimigo — (1481) Vão pelo rei. Vinda de D. João (com D. Joanna?) para Portugal . . . . . 37-44 g

*

— Que ficava lá fazendo D. Affonso V? Fim da guerra. Capitulações, defecções; debandada dos portuguezes. Intervenção papal . . . . . 44-55 c
— Partir, a unica solução. Com que fim? Apellar para Luiz XI (logo contaremos porque). O castelhano em Fuentearabia, negociava tambem. Luiz XI tratava com ambos. Assim acabou o pleito que é necessario contar para intelligencia d'esta historia 56-58

(*) Os algarismos da direita indicam a numeração dos documentos colligidos para base da redacção. Além da classificação por numeros havia outra alphabetica, o que permittia agrupar sob cada algarismo até 35 documentos.

*

— Casamento de D. Joanna com Enrique IV (V. Filhos de D. João I) Belleza da rainha. Amantes do rei impotente. Retrato de Enrique IV. 56-66
— Beltran, o mignon. Valimento. Amante da rainha. Nascimento da Beltraneja 67-79
— Primeira insurreição. Concordia: casamento do rebelde infante D. Affonso (irmão do rei) com a filha d'este. — Proclamação de Affonso rei. Morte (1468). 80-87
— Submissão de Enrique IV. Toros-de-Guisando 88-90
— Repudio da rainha: suas aventuras. Comparação com Isabel, virtude, fealdade. Casamento com Fernando 91-97
— Protesto do rei: reproclamação de D. Joanna. Guerra civil. 98-101
— Novos casamentos da princeza. Guiana, Portugal. . . . 102-12
— Morte de Enrique IV. Ruptura. Fim de Beltran 113-31
— Acc. de Isabel em Segovia.
— O testamento, convite dos hespanhoes. Opiniões encontradas. Conflicto entre o duque de Bragança e o infante. Tentação de Affonso V — Negociações prévias com Castella. . . 132-46
— Marcha sobre a fronteira. 147
— Acclamação de Placencia — Manifesto. Preparativos em Valladolid, por Fernando e Isabel. Negociações em Roma. . 148-55
— Marcha triumphal de Affonso V, por Arevalo a Toro e Zamora que se lhe entregam — Base de operações na fronteira, receio 156-63
— Alardo do rei Fernando em frente de Toro: dissolução do seu exercito. Consequencias: adhesões a Affonso V. Negociações de paz repellidas pela rainha. Hesitação de Affonso V 164-77
— Em desforra, Fernando vae cercar Burgos. Sae Affonso V a soccorrer. Pára em Baltanas. Volta a Toro. Medo. . . 178-87
— Segovia, o thesouro. Recusa Affonso V ir a Madrid. Desce. 188-91
— Tomada de Zamora por D. Fernando. Cerco do Castelo. . 192-95
— Desafio a Affonso V em Toro, recusado 196-98
— Vinda do principe. D. João em soccorro: a guerra em Portugal, as medidas do regente. Defeza do reino. — Guerra da raia — marcha de D. João. 199-209
— Expedição dos dois a Zamora, frustrada. Retirada. Toro. Fim. Analogias com 1383-5. Guerras civis. Indecisão. — Affonso V. D. João I. Beltran. — Beatriz. — Lealismo nacional. — D. João: a união iberica addiada — Pensamento firme. Isabel — Nun'alvares . . . . . 210-20 a

*

— Não contámos porém a intervenção franceza em tudo isto e é mister faze-lo, pois deixámos Affonso V preso a essa unica ancora. — Negociações luso-francezas até ao tratado de setembro 75. Embaixadas (jan.-junho). Rompimento na Biscaya 221-30
— O Aragão: conselhos do rei 231-32
— Cerco de Fuentearabia, tregoas (nov. 75 e julho 76) Paz . 233-38 b
— Decisão de Affonso V ir a França. Partida. 239
— Outra aventura depois das marroquinas: o bom typo: Nenhuma idéa do mundo. Ingenuidade. Simples perante Luiz XI.

CAPITULO II

AFFONSO V

— 1458 Expedição de Alcacer-Ceguer — Morte do infante D. Henrique . . . . . } Fim das desc.
— 1463 Idem, Tanger, mallogrado . . . . . }
— 1468 Idem, infante D. Fernando Anafé, 1470 (o herdeiro D. Henrique) . . . . . .
— 1471 Expedição a Arzilla, o vertice. Gloria. O *Africano* . 1-3
— 1487-8-9 Razzias sporadicas no tempo de D. João II. . . 4-6
— Depois de Arzilla, Affonso V arrastado pela empreza de Castella, cujo resultado vimos. Agora vae a França,

*

— Conferencia do Porto depois da retirada de Affonso V de Toro. — (Tableau) Missão a Luiz XI — Conselho: rival. D. João — Duque de Bragança, pae 7-12
— Viagem até Tours: impressões no Languedoc. Entrevista com Luiz XI. Motivos d'este: Borgonha. Licença papal. Affonso V vae para Nancy e manda embaixada ao papa . . 13-20
— Resultado da embaixada papal. Ida de Affonso V a Nancy. Vistas de Arras com Luiz XI: desillusão 30-38
— Abandono da empreza — Fuga — Cartas a Luiz XI e João II (que tinha emissario especial) apprehendem-n'o. Volta para o reino. Côrtes em Montemór-o-Novo. João II acclamado em Santarem a 10 de novembro. Chegada de Affonso V a Cascaes a 15 39-47

*

— Chegada de Affonso V. Hesitações de D. João II. Conflicto com os Braganças. Scena de Cascaes. Alpedrinha. Entrega do governo. Elle, poder occulto 48-52
— Renovação das intrigas castelhanas, novas insurreições na Estremadura. O papado 53-61
— A infanta D. Beatriz e a paz: negociações; tratado; terças-rias. Sorte da excellente senhora 61-74
— Vergonha e fuga de Affonso V. Renuncia da corôa. Morte . 65-79
— Fim das guerras. Edade nova da Politica.

CAPITULO III

O REINADO NOVO

— D. João II, o rapaz (1481-26 annos). Exuberancia, temperamento. Inquietação. Formação do caracter na hostilidade universal. Refugio nos amores com Anna de Mendonça. Vê-se rei e pae (1481 Jorge) tinha já um filho da rainha (1475, aos 20 annos) *cara de inglez* fructo enfezado de amores temporãos. — O pae: triste espectaculo. Regencias successivas. 1475-1477, rei um momento em 1478. — Desasocego. Idéas que fervem: esmagar tudo dentro, pôr tudo em ordem para proseguir na idéa de D. Henrique. . . 1-10

— Questões do dia; terçarias; paz de 1479; união iberica; inutilidade da guerra; a politica venceria tudo — Parecia abstracto; julgavam-n'o curto. Tempos de coruja. Exterior, superficial, alegre 10-17

*

— Logo em 1481, mãos á obra. Conhecia o *pessoal* do reino. Camada nova de gente. — Chronica das descobertas depois da morte de D. Henrique 18-20
— Côrte particular do rei, opposta á fidalguia; os mathematicos, os navegadores, *minores* 21-31
— Incursões hespanholas — tratado de 1479 já prevê: idéa firme de proceder 32-36

*

— Diogo d'Azambuja e a expedição da Mina. 31

*

— Chronica das descobertas depois de 1481 37-38
— Diogo Cão 39

CAPITULO IV

A RECONSTRUCÇÃO DO REINO

— Dito: que seu pae lhe deixára as estradas para andar. Mãos á obra! Condição imprescriptivel para o *Imperio* ultramarino. Não era um novo. As regencias tinham-n'o ensinado. Conhecia Portugal nas pontas dos dedos. Côrtes — ex. de Fernando e Isabel 1-4
— Ruina do reino sob Affonso V: dera tudo. Quando em Castella, foi mãos rotas. Administração financeira restauradora. — Desamortisação, siza. — Economia social: alienação de baldios; hospicios e confrarias; commercio e exportação de ouro e moeda, idem agricola, exportação de gado; commercio ultramarino; idem externo; aprendizado . . . . 5-56 h

*

— Côrtes, alliança do rei e do povo. Rei protector. Condemnação da representação. Cesarismo. Investir o rei em todos os poderes 16-21
— Inconsequencia de algumas petições: o facto nas eleições de vereadores. A revisão dos foraes. As ordens militares . 22-27
— A justiça soberana, primeiro attributo do principe: reformas: relações, privilegios dos rendeiros, negligencias dos desembargadores, devassas, tabelliães, inventario inquisitorial, testemunhas falsas, abusos nos corregedores, juizes de paz, desembargo de paço 28-41

— A policia: quarentenas, saude, pestes, limpesa. Creação do Hospital de Todos-os-Santos. O jogo 42-49
— A guerra, os cavallos 50-55
— Os costumes — Accumulações, Pragmaticas, Clero — Os paçãos 56-9

*

— A grande questão porém era a fidalguia. Abusos. Doações. Execução, justiça. Asylo. Extorsões. Assambarcamentos. Serviços. Justiça, roubos nos concelhos. Juizes fidalgos na supplicação. Sobretudo a questão da jurisdicção 69-70
— Quebra na tradição. Resistencia da nobreza. Prodromos da conspiração. Tomando corpo a inimisade antiga. Lucta aberta. Quem venceria? O rei e Portugal? Ou a nobreza alliada a Castella? 71

CAPITULO V

AS TERÇARIAS DE MOURA

— A questão grave, interna: á dos fidalgos não se podia atacar sem resolver a das Terçarias onde o infante estava em refens no poder dos inimigos. Tempos de coruja e tempos de falcão. O rei mestre em dissimular. Affagos aos Braganças. 1-2
— Profissão de D. Joanna: instituição das Terçarias. Entrada dos principes (1480-81) 3-5
— Receios de Castella ácerca da Excellente Senhora. Promessas a D. Alvaro. (D. Joanna professára com medo de perder a vida) Suspensão das côrtes 6-7

*

— Receio do rapto de D. Joanna, combinação com Castella. Conspiração do Bragança 8-9
— Vendo o rei a idéa castelhana, rompe. Tira D. Joanna do convento. Ameaça viva . . . . . 10-12 a
— Intervenção de Roma: bulla de Innocencio VIII (Excellente Senhora. Côrtes). . . . . 13 j

*

— D. João, mestre. Onde, com quem aprendera? A Italia iniciadora. Italia fortunata. Orgia naturalista 14-16
— Innocencio VIII. Mocidade de Alexandre VI: seu papado . . 17-29
— Acção do Alpedrinha em Roma 30-32

*

— Transacção de D. João II no casamento do filho. Joanna e não Isabel. O rei queria Isabel, porque desde 1475-8 fôra princeza herdeira, e desde 78 era a segunda herdeira. O principe D. João podia morrer. Idéa constante d'união. Dissolução das Terçarias. Afinal, livre: póde ajustar contas com os inimigos, *á italiana* 33-4

CAPITULO VI

A CRISE

— Já tinha o filho, podia lançar a luva. As cartas do duque e os aggravos particulares — O que era a politica de Castella: haver a Excellente Senhora — Planos conspiradores: derribal-o do throno (matal-o? não ainda) rei o duque de Vizeu. 1-11
— Luiz XI e os fidalgos: analogia. Similhança pessoal (anecdota do juiz a quem queima o processo). . . . . 12-19 b

*

— Prisão do duque de Bragança — Fuga dos parentes. . . . 20-22
— E Castella? Consulta prévia de D. João II. Estava seguro. Caracter dos reis. Opinião ácerca do portuguez 23-34
— Commentarios do povo. 35-36
— Podia pois (o rei) em vista da resposta de Castella proceder livremente: não havia medo. Fim do duque de Bragança . 37-38

*

— Vingança: matar o rei, raptar a Excellente Senhora para a dar a Castella, Vizeu rei. Conspiração de Setubal. Tinoco, D. Garcia de Menezes. Tentativa de assassinato frustrada. 39-49
— Tentativa da procissão de Corpus. 50-51

*

— As visões em Santarem. *Si Deus pro nobis*. Theoria do crime. Machiavel. 52-55
— O assassinato 56-59
— A rainha clamorosa. D. Manuel herdeiro; trocadilho. Dera-lhe por emblema a Esphera armillar, symbolo do seu pensamento intimo 60-63

CAPITULO VII

A CÔRTE

— O grande temporal trouxe a paz. Serenidade do terror. Omnipotencia do medo. Pandega. Os tempos mais terriveis os mais alegres. Não ha preoccupações . . . . . .
— A côrte, os cortezãos; alteração dos costumes. A paz triumphante. A politica vencedora. O estado obra d'arte; a politica um engenho. Mundo novo; tudo preparado, que faltava? O tyranno. Eil-o alli, o rei 24-33
— Cancioneiro de Resende, fonte; casos depois da tragedia que vamos contar. Antes porém os costumes o mesmo. Os saraus, os galanteios 34-44
— Os amores do principe Affonso — D. Branca 45-46
— Garcia de Rezende; jogo das cartas 47-59
— O rei no meio d'isto; o fundo da scena. Homem providencial e não já *primus inter pares*. Typo de D. João II; a sua côrte. Os sabios, os navegadores, o povo. Imminente a tragedia. Ares carregados 60-71

*

— Mais fundo; horisontes longiquos, o mysticismo. Essa gente era devota, mas ainda o terror fetichista da Edade Média. A Renascença profundando tudo ia crear o mysticismo. A irman do rei na côrte; revolução reveladora 72-91
— O rei entrega o bastardo (1481) á irman, já freira em Aveiro. A quem? Todos inimigos; a lucta imminente (alli ficou até 1490) — morte de D. Joanna, quando veiu para a côrte — A princeza santa; estado das consciencias, movimento individualista — Desespero do rei. 92-96
— No convento, episodios; pestes. Morte santa 97-100
Aviso para as festas.

CAPITULO VIII

IMPERIALISMO

— N'esta Renascença do mundo a fé na intelligencia humana era tudo. Idéa classica, humanismo, o saber; orgão, o latim . 1-6
— Apparecia um instrumento novo; a imprensa. Avidez de propagação dos livros 7-16
— D'ahi, a fama; a vida tornada eterna pela lembrança e pelo saber. A chronica faz-se historia. Amor da fama. As biographias apotheoticas 17-23

*

— Primeira divinisação do homem. Sobre o homem deus pela intelligencia, o *principe* senhor dos homens. O estado um mundo 24-34
— Desenvolvimento da ambição; imperio illimitado. O mundo começa a ser pequeno. Inquietação. Sforza, Veneza, os typos. . . . . .

— Todos os meios santos; justificação pelos fins. Espias, policia, assassinatos. Penamacor. Silveira 35-45

*

— A esphera armillar symbolo. Monarchia universal. A Hespanha havia de tel-a inteira; idéa antiga. Tinha sob o terror Fernando e Isabel. Episodio allemão. Propostas. Ameaça ao papado, ao castelhano — O imperio germanico 45-51
— A Africa era sua; missões. Embaixador de Benim, do Congo. Missões ao Congo. Procura do Preste 52-61
— A Asia, pelo norte; expedição Martim Lopes . . . . . .
— A Asia, pelo centro; viagens por terra até Pero da Covilhan.

*

— Viagem de Bartholomeu Dias. Boa Esperança! Apparelho da frota de Vasco da Gama — Chronica das viagens . . . 62-70

CAPITULO IX

APOTHEOSE

— Afinal, Castella cedeu; O rei teve o seu casamento como o queria. D. Isabel já não era princeza como em 1475-78 mas estava em 2.º logar. Quem sabe? 1-5
— Os desposorios de Sevilha; os preparativos em Evora. Kermesse formidavel. Consagração do triumpho. Lembravam as festas de Philippe-o-bom (tio-avô do rei) em França pela acclamação de Luiz XI 6-7
— Grito do escravo; *Memento!* Morte de D. Joanna. Lucto. Vinda de D. Jorge para a côrte. Questões com a rainha. . 8-9

*

— Chegada da infanta. Noute no Espinheiro. Successão das festas. . . . . 10-18 a
— Grito do escravo; *Memento!* O veneno da fonte coberta. Agora só a morte. Já não havia esperar auxilio de Castella. 19-22

*

— O seguimento da folia. Alvito até Santarem. 23
— Grito do escravo; *Memento!* Morte do principe. Dó universal. Deus dispõe. O peccado do orgulho. Cesarismo, divinisação. Quasi satanico. Mitho da queda dos anjos. Fecha-se o paraiso. 24-30
— Iberismo 31

CAPITULO X

EXODO DOS JUDEUS

— A princeza Isabel attribuia a morte do marido a castigo de Deus pela protecção que o rei dava aos judeus. O povo attribuia as pestes á vinda d'elles. Os judeus em Castella antes do Edicto; perseguições, fugas, etc 1-9
— Instituição da Inquisição, terminando pela resposta de Torquemada a Fernando; proposta de Abarbanel 10-22
— A expulsão, 31 de maio de 1492 23-37

*

— Situação dos judeus em Portugal. Tumultos em 1449 e 1482. Edictos camararios revogados. Acção protectora do rei. Providencias sanitarias 38-46
— Os grandes judeus em Portugal, aristocracia da riqueza e saber. Historia de Abarbanel 47-70
— Protestos populares; côrtes de 1475-81-90 71-6

*

— Entrada em Portugal, residentes e transitantes para Marrocos. 77-88
— Emigrantes directamente para Marrocos 89-92
— Os repellidos de Portugal, terminado o prazo. Colonização de S. Thomé, a idéa fixa do rei, colonias. 93-6

CAPITULO XI

O TRATADO DE TORDESILHAS

— O pensamento politico do reinado (descobertas) excitado pela volta de Colombo da America a Lisboa, (março de 1493).. 1
— Antecedentes; offerta de Colombo, recusa do rei; motivos. A junta dos mathematicos. Motivos 2-3
— Descobertas occidentaes antecedentes. 4-8

*

— Despeito do rei, armamentos. Direitos pela bulla de Alexandre VI. 9
— Negociações em Castella 10-3
— O tratado de Tordesilhas. O reinado inclue-se entre a paz de 1479, onde se regula a questão da Guiné e Tordesilhas onde se divide o mundo; esta é a apotheose de D. João II

*

— A *esphera* symbolica ficava porém partida por metade; primeira desillusão 14/13
— Junta de Tordesilhas . . . . . .
— A questão das Canarias . . . . . .
— A questão de Marrocos. . . . . .

CAPITULO XII

FIM DO PRINCIPE PERFEITO

— Desde 1491, morte do filho, o rei que desde 1486 queria legitimar D. Jorge quere-o fazer herdeiro. A corôa não iria ao inimigo, por quem a Hespanha era. Armamentos; as mulas. Negociações com Hespanha; Tordesilhas — D. Jorge; casamentos. Doença do rei 1-9
— Acção externa; 1492 — França, Alexandre VI (para aqui do capitulo V o que diz respeito a Carlos VIII na Italia) . . 10-22
— Entra de novo em scena a Excellente Senhora, desde que Castella intriga por Vizeu 23-5

*

— A rainha, protestos, intrigas, D. Manuel, retrato. Doença da rainha, segundo envenenamento do rei. Solução pela morte. 26-38
— Viagem de Evora para Alcaçovas. De Alcaçovas para Alvor. O rei abandonado. A rainha e Vizeu em Alcacer, perto de Lisboa 39-40
— A embaixada castelhana; a vêr se morre, se D. Jorge é rei . 41-46

*

— Viagem de Alcaçovas para Alvor — Monchique — ultima phase da doença 47-52
— Solução ultima, o testamento 53-56
— Agonia, chama o primo. Devoção 57-64
— Morte; amor por D. Anna, até ao fim 65-69

*

— As mulheres:
D. Anna em Santos . . . . . } 70-73
D. Leonor em Xabregas . . . . . }
D. Joanna . . . . . }

INDICE BIBLIOGRAPHICO

Damião de Goes — «Chronica do Serenissimo principe D. João»; Coimbra, 1790; 1 vol.
Garcia de Resende — «Chronica dos valorosos e insignes feitos delrey D. João II de gloriosa memoria etc.» Coimbra, 1798; 1 vol. a que está appenso a id. «Miscellanea».
Manoel Telles da Silva (marquez de Alegrete) — «De rebus gestis Joannis II, lusitanorum regis, etc.» Haya, 1712, 1 vol.
Agostinho Manuel de Vasconcellos — «Vida e acciones del rey don Juan el segundo, decimo tercio de Portugal.» Madrid, 1634, 1 vol.
«Collecção de livros ineditos de historia portugueza», etc., publicada pela academia real das sciencias de Lisboa; Lisboa, 1790-1824, 5 vol., fol. (V. especialmente nos vol. 1.º, 2.º e 3.º).
Ruy de Pina, «Chronica delrey D. Affonso V».
Idem, «Chronica delrey D. João II».
Livro vermelho do Senhor Rey D. Affonso V.
Antonio Caetano de Sousa — «Historia genealogica da caza real portugueza», Lisboa, 1735-48, 12 vol. (V. especialmente os vol. 2.º, 3.º e 5.º).
Idem, Provas da Historia Genealogica; Lisboa, 1839-48. 6 vol. (V. especialmente os vol. 1.º, 2.º, 3.º e 5.º).
Visconde de Santarem — «Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo», Paris, 15 vol. continuados até ao 18.º por R. da Silva, Lisboa, 3 vol. (V. especialmente os vol. 1.º, 2.º, 3.º e 10.º).
Visconde de Santarem — «Memorias para a historia e theoria das côrtes geraes», etc. Lisboa, 1828, 1 vol. tendo em appendice «Alguns documentos para servirem de provas, etc.»
«Collecção das côrtes», ms. da bibl. nacional de Lisboa, 3 vol. fol. (V. especialmente as actas das côrtes de Evora, 1490, as das de 1481 impressas na «Memoria de Santarem»).
Ed. Freire de Oliveira — «Elementos para a historia do municipio de Lisboa», Lisboa, (em via de publ.) 8 vol.
João Pedro Ribeiro — «Dissertações chronologicas e criticas, etc.» Lisboa, 1810, 5 vol. (V. especialmente os vol. 1.º e 4.º).
Joseph Seabra da Sylva — «Deducção chronologica e analytica», Lisboa, 1768. (V. especialmente parte 2.ª).
M. A. Coelho da Rocha — «Ensaio sobre a historia do governo e da legislação de Portugal, Coimbra, 1861, 1 vol.
F. Salles Lencastre — Estudo sobre as portagens e as alfandegas de Portugal nos seculos XII a XVI, Lisboa, 1891, 1 vol.

Manuel Severim de Faria — «Noticias de Portugal», Lisboa, 1740, 1 vol.
Fr. Francisco de S. Luiz, cardeal Saraiva — «Obras completas», Lisboa, 1872-83, 9. vol. (V. espec. o 5.º vol.).
A. C. Teixeira de Aragão — «Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal», Lisboa, 1875-80, 3 vol.
Ribeiro Guimarães — «Summario de varia historia», Lisboa, 1872-75, 5 vol.
Garcia de Rezende — «Cancioneiro geral», Stuttgart, 1848, 3 vol.
«Livraria classica de Castilho», III, «Garcia de Rezende», Rio de Janeiro, 1865.
Conde de Villa Franca — «D. João II, drama historico em cinco actos», Lisboa, 1885, 1 vol.
«Annaes das sciencias e lettras», publicado pela Academia real das sciencias, de Lisboa, 2 vol. 1857-8. (V. os trabalhos seguintes).
A. P. Lopes de Mendonça — «A batalha de Toro», com a carta do rei D. Fernando a Baeza, I, 701-37.
L. A. Rebel'o da Silva — «D. João II e a nobreza», I, 396-411, 525-50, 588-612, 669-90, 738-59, e II, 90-116 e 129-58, com o
«Tratado de Lopo de Figueiredo», extrahido da livr. das Necessidades (IV, papeis varios) I, 412-23 e 551-61.
F. Benevides — «Rainhas de Portugal», Lisboa, 2 vol.
J. B. da Silva Lopes — «Corographia do reino do Algarve», Lisboa, 1841, 1 vol.
F. Nunes Franklin — «Memoria breve de D. Jorge da Costa», nas «Memorias da Academia real das sciencias», VIII, parte prim. pag. 154.
Dr. Francisco Brandão — «Conselho e voto da senhora dona Felippa, filha do Infante D. Pedro sobre as terçarias e guerras de Castella, etc.», Lisboa, 1643, 1 vol.
Fr. Nicolau Dias — «Vida da serenissima princeza Dona Joanna, filha del Rey Dom Affonso V de Portugal», Lisboa, 1585, 1 vol.
D. Fernando Correia de Lacerda — «Virtuosa vida e santa morte da princeza D. Joanna», etc., Lisboa, 1674, 1 vol.
Marques Gomes — «D. Joanna de Portugal» (a princeza santa) Aveiro, 1879. Cf. tambem a Fr. Luiz de Sousa, na «Historia de S. Domingos».
D. José Amador de los Rios — «Historia critica de la literatura española, Madrid, 1865, 7 vol. (V. espec. o 7.º vol.).
Idem — «Historia social, politica y religiosa de los judios de España y Portugal», Madrid, 1876, 3 vol. (V. espec. o 3.º).
Alexandre Herculano — «Da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal», Lisboa, 1854, 3 vol. (V. espec. o 1.º).
Antonio Ribeiro dos Santos — «Da litteratura sagrada dos judeus portuguezes», no vol. II das «Memorias da litteratura portugueza», da Academia real das sciencias de Lisboa.
H. Graetz — «History of the jews» (trad. ingleza de Löwy), Londres, 1892, 5 vol. (V. espec. o 4.º vol.).
«Viajes de Extrangeros por España y Portugal en los siglos XV, XVI e XVII»; colleccion de Javier Liske (trad. hesp de F. R.) Madrid, 1 vol.
(V. a viagem de Nicolas de Popielovo (Nicolaus von Popplau) em 1484, pp. 10-66.
Ger. Curita — «Anales de Aragon», tomos 4.º e 5.º, «Historia del Rey Don Hernando el catolico, Zaragoza, 1670.
Salvá e Baranda — «Colleccion de documentos ineditos para la historia de España», tom. XIII e XIV, Madrid, 1848-9.
Andrés Bernaldes (el Cura de los Palacios) — «Historia de los reyes catolicos D. Fernando y Doña Isabel», na coll. Rivadeneyra, vol. III, pag. 567-773, Madrid, 1878.

Hernando del Pulgar — «Cronica de los snrs. reys catolicos D. Fernando y doña Isabel de Castilla y Aragon», na coll. Rivadeneyra, vol. III, pag. 229-531, com o appendice 2.º.
Dr. D. Lorenzo Galinder Carvajal — «Anales breves de los reinados de los reys catolicos, etc.», a pag. 534-65.
Diego Enriquez del Castillo — «Cronica del rey don Enrique el cuarto», na coll. Rivadeneyra, vol. III, pag. 99-222.
Mosen Diego de Valera — «Memorial de diversas hazañas», na coll. Rivadeneyra, vol. III, pag. 3-95.
Antonio de Nebrixa — «Cronica de los muy altos y esclarecidos reys catolicos don Fernando y doña Isabel de gloriosa memoria», (ed. de Antonio de Nebrixa, neto do chron.), Valladolid, 1565.
Alphonsi Palentini, historiographi — «gesta hispaniensa ex annalibus suorum dierum colligentis». (Ed. da Chron. latina de Henrique IV por Affonso de Palencia, com a «Coleccion diplomatica» annexa, feita pela Real Academia de Historia, de Madrid, e ainda não completa nem publicada).
Bachiller Palma — «Divina retribucion sobre la caida de España, en tiempo del nobre rey Don Juan el primero» (edição da Sociedade dos bibliographos españoles, Madrid, 1879; 1 vol.).
Dr. Pedro de Salazar de Mendoza — «Cronica del gran cardenal de España, Don Pedro Gonçales de Mendoça»; Toledo, 1625.
Antonio Rodrigues Villa — «Bosquejo biografico de D. Beltran de la Cueva, primer duque de Albuquerque»; Madrid, 1881; 1 vol.
U. Alvarez Martinez — «Historia general civil y ecclesiastica de la Provincia de Zamora; Zamora, 1889; 1 vol.
Ch. Romey — «Histoire d'Espagne»; Paris, 1858; 9 vol. (V. espec. o 9.º vol.).
Ph. de Commines — «Memorias» (traducção hespanhola de D. Juan de Vitrian); Amberes, 1643; 1 vol. fol.
J. de la Pilorgerie — «Campagne et bulletins de la grande armée d'Italie commandée par Charles VIII (1494-5)»; Paris, 1866; 1 vol.
J. Michelet — «Histoire de France»; Paris, 1874; 17 vol. (V. espec. os vol. 5.º, 6.º e 7.º).
Dr. H. Leo et Botta — «Histoire d'Italie» (traducção franceza de M. Docher); Paris, 1844; 3 vol. (V. espec. o vol. 2.º).
G. Eccardo — «Corpus historicarum medii ævi»; Leipzig, 1725. (V o vol. II).
Stendhal — «Histoire de la peinture en Italie»; Paris, 1889; 1 vol.
Jacob Burckhardt — «The civilisation of the period of the Renaissance in Italy» (traducção ingleza de Middlemore); Londres, 1878; 2 vol.
L. Ranke — «Histoire de la papauté pendant les XVI et XVII siècles» (tr. fr. de Haiber); Paris, 1848. (V. espec. o 1.º vol.).
João de Barros e Diogo de Couto — «Asia»; Lisboa, 1779-83; 23 vol. (V. espec. o 1.º vol.).
Fernão Lopes de Castanheda — «Historia do descobrimento e conquista da India»; Lisboa, 1797; 2 vol. (V. espec. o 1.º vol.).
«Archivo dos Açores» (ed. Ernesto do Canto) em via de publicação. Ponta Delgada, 1879 e segg. (V. espec. o 1.º vol.).
Gaspar Correia «Lendas da India», edição da Academia Real das Sciencias; Lisboa, 1858-64; 4 vol. (V. espec. o 1.º vol.).
Gaspar Fructuoso — «As saudades da Terra», ined. cujas partes publicadas são:
a) «Historia das ilhas do Porto Santo, Madeira e Desertas»; annotada por Alvaro Roiz de Azevedo; Funchal, 1873; 1 vol. grande in 4.º
b) «Historia genealogica de S. Miguel»; Ponta Delgada, 1876; 1 vol. in 8.º
c) Capitulo XXII do livro I, publicado por Ernesto do Canto, commemorando o centenario colombino; S. Miguel, 1892; 1 folh.

Duarte Pacheco Pereira — «Esmeraldo de situ orbis»; con una introd. preliminar do editor Rafael Basto; Lisboa, 1892; 1 vol.
Valentim Fernandes — «Viagens de Marco Polo»; Lisboa, 1502.
D. João de Castro — «Roteiro de Lisboa a Goa»; ed. e annotado por João de Andrade Corvo; Lisboa, 1882.
«Commentarios do grande Affonso d'Albuquerque», etc. Lisboa, 1874; 4 vol. (V. espec. o 1.º vol.).
Luciano Cordeiro — «Diogo Cão»; ed. da Sociedade de Geographia de Lisboa, 1892; 1 vol.
Idem — «Diogo d'Azambuja»; idem.
Visconde de Paiva Manso — «Historia do Congo», doc. para a ed. da Academia Real das Sciencias; Lisboa, 1877.
Alexandre Magno de Castilho — «Descripção e roteiro da costa occidental de Africa»; Lisboa, 1867, 2 vol. (Vidè espec. o vol. 2.º).
Henry Harrisse — «The discovery of North America», Paris e Londres, 1892, 1 vol. 4.º gr.
R. H. Major — «Vida do infante D. Henrique» (tr. port. de J. A. Ferreira Brandão); Lisboa, 1876; 1 vol.
«Centenario do descobrimento da America», memorias da commissão portugueza, Lisboa, 1892, 1 vol. 4.º gr.
«Alguns documentos do Archivo nacional da Torre do Tombo ácerca das Navegações e Conquistas Portuguezas», etc. Lisboa, 1892, 1 vol. fol.
Padre Francisco Alvares — «Verdadeira informação das terras do Preste João das Indias», Lisboa, 1889.
Prospero Peragallo — «Cristoforo Colombo in Portogallo, Studi critici», Genova. 1882.
José Silvestre Ribeiro — «Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal»; em via de publicação, 16 vol. Lisboa, 1871 e segg. (V. espec. o vol. 1.º)
Garção Stockler — «Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal», nas Memorias da Academia Real das Sciencias, VIII.
Antonio Ribeiro dos Santos — «Sobre as origens da typographia em Portugal no seculo XV»; nas Mem. de litt. portugueza», public. pela Academia Real das Sciencias, tom. VIII. Lisboa.
Idem — «Sobre alguns mathematicos portuguezes e estrangeiros domiciliarios em Portugal ou nas conquistas», *ibid.*
Sebastião Francisco de Mendo Trigoso — «Memoria sobre Martim de Bohemia», *ibid.*
Oscar Peschell — «Die Theilung der Erde unter Papst Alexanders VI und Julius II», Leipsig, 1871, 1 vol.
August Baum — «Die Demarkationslinie Papst Alexandre VI und ihre Folgen», Colonia, 1890, 1 vol.
Visconde de Santarem — «Essai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie pendant le Moyen-âge», Paris, 1849-52; 3 vol.
P. Gaffarel — «Histoire de la découverte de l'Amérique, depuis les origines, jusqu'à la mort de C. Colombo; Paris, 1892; 2 vol.
Arnaud Reinaud — «Le continent austral»; Paris, 1893; 1 vol.

INDICE CHRONOLOGICO

PROLEGOMENOS

1424 — Nascimento do futuro rei Henrique IV de Castella *(A. B.)* (1)
1440 — Casamento do principe com Branca de Navarra *(Chr. V)*. (2)
1446 — Principio do governo de Affonso V, rei de Portugal, nascido em 1432.
1449 — (dezembro) Tumultos de Lisboa contra os judeus.
1451 — Partida da infanta D. Leonor, irman de D. Affonso V, a casar com o imperador Frederico III *(Pina)*. (3)
1451 — (abril, 22) Nascimento da futura rainha de Castella, Isabel-a-catholica, irman de Henrique IV; fallecida em 26 de novembro de 1504. *(Chr. V)*.
1452 — (fevereiro, 6) Nascimento da princeza Joanna, filha de Affonso V. *(D.)*. (4)
1452 — (março, 10) Nascimento de Fernando, herdeiro do Aragão, futuro esposo de Isabel; fallecido em 23 de janeiro de 1516 *(Chr. V)*.
1453 — (novembro, 14) Nascimento de Affonso, infante de Castella, irmão de Henrique *(Chr. V)*.
1454 — Morte do rei de Castella João II em 22 de julho; successão de Henrique IV; *(Chr. V.)* principio do valimento e *privança* de Beltran de la Cueva, futuro duque de Albuquerque.

I. GUERRA DA SUCCESSÃO DE CASTELLA

	Castella	*Portugal*
1455 (maio)	Casamento da infanta D. Joanna, irman de Affonso V de Portugal (nascida em 1436) com Henrique IV de Castella, divorciado n'esse anno da rainha Branca *(Chr. V., Pina, Goes)*. (5)	
		(maio, 3) Nascimento do herdeiro de Portugal, o principe D. João.

---

(1) Andrei Bernaldez (El cura de Palacios) *Hist. de los reys catolicos*, na coll. Rivadeneyra, III, 568 e seg.
(2) *Chronica de Valladolid*, na *Coll. de docc. ined. para la hist. de España*; XIII, II e seg.
(3) Pina, *Chron. de Affonso V*, na *Coll. de Ineditos*, da Academia.
(4) Dias, vidè.
(5) Goes, *Chron. do principe D. João*.

(dezembro, 2) Morte da rainha D. Leonor, mulher de Affonso V.

1456 Vistas dos reis de Castella e Portugal em Elvas *(Goes, Pina)*.

1458 (maio, 2) Nascimento de D. Leonor, sobrinha do rei e futura mulher do principe D. João.
(setembro 30 a outubro 29) Expedição e conquista de Alcacer Ceguer em Marrocos pelo rei em peosoa.

1459 Côrtes geraes em Lisboa.

1460 Morte do infante D. Henrique. Côrtes geraes em Lisboa.

1462 (março, 7) Nascimento da princeza Joanna (a *beltraneja*, ou a *excellente senhora)* filha de Henrique IV; logo jurada herdeira da corôa. (Morreu em 1580). *(Chr. V)*.

1463-4 Sublevação dos fidalgos castelhanos contra o governo do vallido rei, Beltran de la Cueva.

(dezembro e janeiro) Expedição de Affonso V contra Tanger, mallograda. *(Goes, Pina)*.

1464 (janeiro) Vistas de Affonso V em Gibraltar, á volta de Ceuta com Henrique IV; pedidos de soccorro contra os fidalgos sublevados; ajustes do casamento do rei de Portugal com a irman do de Castella, Isabel; e do principe D. João com a princeza castelhana D. Joanna; ambos mallogrados.
Volta de Affonso V ao reino; romaria a Guadelu e a encontrar-se com os reis de Castella. *(Goes, Pina)*.

(novembro, 30) Juramento do infante D. Afionso, irmão do rei, principe herdeiro, pelos sublevados que não reconheciam a legitimidade da princeza D. Joanna. *(Chr. V)*.

1465 (junho, 5) Deposição de Henrique IV e acclamação do infante D. Affonso, pelos sublevados em Avila. *(Chr. V)*. Guerra civil geral que dura até 1469.

Vinda da rainha de Castella á Guarda pedir soccorros ao rei seu irmão, que lh'os não dá.
(outubro, 26) Morte da infanta D. Isabel, viuva do infante D. João, tio do rei, em Arevalo, visitando a rainha viuva de Castella, Isabel, sua filha. *(Goes)*.

1466 Ajuste do casamanto do principe herdeiro D. João com a sobrinha do rei, D. Leonor, filha do infante D. Fernando, 2.º duque de Vizeu e de Beja. *(Goes, Pina)*.

1468 (julho, 5) Morte do infante D. Affonso, rei acclamado pelos sublevados. *(Chron. V.)*
(setembro, 19) Tratado e pazes dos Toros-de-Guisando; reconhecimento da irman Isabel como princeza de Castella, pelo rei que desherda sua filha Joanna; juramento da nova princeza. *(Chr. V. e C.)* (6)

Expedição do infante D. Fernando, irmão do rei, contra Anafé, em Marrocos, que é destruida, depois de abandonada pelos mouros. *(Goes)*

1469 (outubro, 14) Casamento secreto da princesa Isabel de Castella com o principe do Aragão, rei da Sicilia, Fernando, em Duenas, contra o tratado de 1468. *(A. B. Chr. V. e C.)*

1470 (outubro, 2) Nascimento da infanta D. Isabel, filha dos principes e futura mulher do principe de Portugal D. Affonso, e depois d'el-rei D. Manuel. *(Chr. V. e C.)*
(outubro, 26) Nova proclamação da princeza D. Joanna, como herdeira de Castella, pelo rei, revogando a de 1468; renovação da guerra civil. *(Chr. V.)*

(Setembro, 18) Morte do infante D. Fernando, duque de Vizeu e de Beja, em Setubal. *(Goes)*

1471 (janeiro, 22) Casamento do principe D. João com sua prima Leonor.
(agosto 15 a setembro 17) Expedição e conquista de Arzilla, em Marrocos, pelo rei e pelo principe; submissão de Tanger, evacuada pelos mouros. *(Goes, Pina)*.

1471-2 Negociações entre os reis de Portugal e Castella para o casamento do principe com a filha do segundo, herdeira de Castella. *(Pina)*

1472 (Julho) Entrada da princeza D. Joanna no convento de Jesus em Aveiro *(D.)*

1473 Vistas dos reis entre Badajoz e Elvas; mallogro das negociações. *(Goes, Pina)*

1474 (dezembro, 12) Morte do rei Henrique IV. Guerra civil para a successão.
(13) Acclamação da rainha Isabel em Segovia. *(A. B. Chr. V. e C.)*

Entrega do testamento de Henrique IV ao rei em Elvas (ou Extremoz) com cartas dos fidalgos castelhanos. Decide Affonso V casar com D. Joanna e reivindicar a corôa castelhana: declaração das pretenções, adherindo ao convite. *(Goes, Pina)*

(6) Carvajal, *Anales*, em app. á *Chron.* de Pulgar; no vol. III da coll. Rivadeneyra, p. 538 e segg.

1475 (janeiro) Missão portugueza (Lopo de Sousa) aos reis acclamados em Castella que a recebem em Valladolid. Declarações de Affonso V; proposta de arbitragem por parte dos antagonistas. *(Goes, Pina)*

(janeiro, 5) Profissão da princeza D. Joanna no convento de Jesus de Aveiro. *(D.)*

(abril) Nomeação do principe D. João regente do reino durante a campanha do rei em Castella. Armamento. (8) Partida de Affonso V de Evora para Portalegre. (25) Ratificação da regencia.

(maio) Partida de Affonso V de Portalegre para Arronches. (18) Nascimento do infante D. Affonso, filho do principe D. João, em Lisboa.

Revista do exercito em Pedraboa, na fronteira; despedida do rei e do principe. *(Goes, Pina, Rezende* (7)

GUERRA — MARCHA SOBRE PLASENCIA

(25) Despozorios de Affonso V e D. Joanna em Plasencia; sua acclamação e juramento como reis de Castella.

Invasão castelhana do Alemtejo: tomada de Ouguella, Nodar, Alcaydaria e Alegrete. Invasão portugueza na Galliza; tomada de Tuy e Bayona. *(Goes, Pina)*

Marcha de Affonso V sobre Arevalo; ida a Toro que se lhe entrega; idem a Zamora.

(junho 13) Morte da rainha viuva de Castella, D. Joanna.

(junho, 20 a 24) Descida do rei Fernando a Toro; desafios a Affonso V que, fortifica, recusa a batalha campal. Mallogro da expedição; dissolução do exercito castelhano. Desalento dos partidarios da rainha Isabel. Negociações de paz, mallogradas pela recusa da rainha a ceder parte de Castella e da Galliza.

(agosto, 9) Cerco do Castello de Burgos (pelos portuguezes) pelo rei Fernando. Pedidos de soccorro a Affonso V que sae de Toro e no caminho (setembro, 18) toma Baltanas. Regresso a Zamora; abandono de Burgos; tomada de Cantalapiedra. Tomada de Ocaña pelos isabelinos. Recusa

(7) Garcia de Rezende, *Chron. de D. João II.*

de Affonso V a occupar Madrid e afastar-se da fronteira.

Armamento do Alemtejo pelo regente; reconquista de Ouguella.

Perda da ponte de Zamora para os portuguezes. Esforços mallogrados de Affonso V, que regressa a Toro, com a rainha D. Joanna. Occupação de Zamora pelo rei Fernando; cerco do castello.

Desafio de Affonso V ao rei Fernando para batalha campal; recusa d'este. Expedição mallograda do rei Fernando, de Zamora, contra Toro; recusa de batalha campal por Affonso V que mandára vir o filho em seu soccorro.

(Cerco de Fuentarabia, nos Pyreneus, pelos francezes de Luiz XI, com quem D. Affonso V renovára as ligas franco-castelhanas).

1476 (janeiro, 1) Partida do principe regente, da Guarda, em auxilio do rei. *(Goes, Rezende)*

Marcha do principe D. João; tomada de S. Felices; passagem em Ledesma.

(28) Reconquista do Castello de Burgos pelos isabelinos. *(Chron. V)*

Defecção dos principaes parciaes de D. Joanna; o duque de Arevalo e o maquez de Vilhena; ficalhe o arcebispo de Toledo.

(Fevereiro, 14) Cerco de Zamora (com o rei Fernando) por Affonso V, depois de chegadas as forças do principe regente. Novas negociações de paz, mallogradas.

(Março, 1) Levantamento do cerco; marcha dos portuguezes para Toro. Saída dos isabelinos de Zamora, perseguindo a retirada.

Batalha de Toro, parcialmente ganha pelo rei Fernando; as forças inimigas recolhem a Zamora e Toro, respectivamente.

Reconquista do castello de Zamora pelo rei Fernando.

Regresso do principe regente a Portugal.

Assolação da comarca de Salamanca pelos portuguezes de Affonso V. Chegada a Toro de D. Alvaro de Athayde com cartas de Luiz XI de França; decisão do rei de partir a vel-o. Segue de Toro para Porto. Fim da campanha. *(Goes, Pina, Rezende)*

(junho, 18) Partida do rei Fernando em soccorro de Fuentarabia, cercada pelos francezes: depois de levantado o cerco de Cantalapiedra, e effectuada a troca dos prisioneiros castelhanos e portuguezes.

Encontro do rei, do principe e da infanta D. Beatriz (viuva de D. Fernando e sogra do principe) no Porto; tentativas vans para dissuadir da viagem o rei. Partida para Lisboa.

(setembro, 18) Entrada da rainha Isabel em Toro.
(outubro, 19) Entrega-se o castello de Toro.
(novembro, 1) Cerco de Castronuño. *(A. B. Chr. V. e C).*
Instituição da *Santa Hermandad* para a pacificação do reino.

Missão de Pero de Sousa a França, avisando Luiz XI da ida do rei, por mar, pelo Mediterraneo. *(Pina)*

(Viagem de Affonso V a França)
(?) Partida de Affonso V de Lisboa. Segunda regencia do principe D. João que em fevereiro reconquista Alegrete e Nodar aos castelhanos.
Côrtes de Montemór-o-novo. Desembarque de Affonso V na costa da Provença; jornada por Montpellier, Lyão, Ruão, Bruges a Tours, onde vê Luiz XI. Jornada do rei de Portugal a Nancy para congraçar o rei de França com Carlos-o-Temerario. Regresso do rei, mallograda a tentativa, a Paris, onde fica até maio. Segunda entrevista com Luiz XI em Arrás; desengano de Affonso V. Sua decisão de ir á Palestina. Volta á Provença.

1477

(janeiro) Morte de Carlos, Temerario.
(setembro, 24) Desapparecimento do rei que deixára cartas, logo expedidas, para o rei de França e para o principe seu filho, convidando-o a acclamar-se rei.

(outubro, 1) Tomada de Castronuño, depois de 11 mezes de cerco.

(26) Encontro de Affonso V, fugitivo; embarque para o reino.
(novembro, 10) Acclamação do principe D. João, rei, em Santarem.
(16) Chegada de Affonso V a Lisboa, e entrega da corôa pelo principe. *(Pina)*

1478 Insurreição da Estremadura, favorecida por Affonso V, para a enthronisação de Joanna.

Insurreição suffocada de Moura pelos castelhanos. *(Pina)*
Côrtes de Lisboa.

(junho, 30) Nascimento do principe herdeiro de Castella D. João, fallecido em 1497. *(Chr. V., A. B., e C.)*
1479 (janeiro 19) Morte do rei de Aragão, João II; successão do rei Fernanda seu filho; união pessoal das corôas de Aragão e Castella.
(fevereiro-março) Vistas da rainha Isabel, em Cáceres e Alcantara, com a infanta D. Beatriz para a celebração da paz. *(Chr. V., A. B.)*

(abril) Expedição do Bispo de Evora em auxilio dos sublevados.
Batalha de Merida perdida.

(abril) Expedição do bispo de Evora á Extremadura, em auxilio dos sublevados. Batalha de Merida, perdida.

Negociações de Alcaçovas para a paz; tendo o rei abdicado para ellas no principe seu filho. *(Pina)*

(setembro, 4) Ultimação do tratado de paz entre Portugal e Castella. *(Pina)*
(12, 14) Submissão de Merida e Medellin.

(outubro, 5) Publicação do tratado, prescrevendo o casamento do infante D. Affonso, neto do rei de Portugal, com a infanta D. Isabel de Castella; que ficariam ambos em *terçaria*, em Moura, sob a guarda da infanta D. Beatriz, e prescrevendo a profissão de D. Joanna, filha duvidosa de Henrique IV e esposa mallograda de Affonso V.

(30) Partida da infanta D. Isabel com destino a Moura para as *terçarias*. Volta, addiamento. *(Chr. V.)*

(6) Entrada de D. Joanna no convento de Santa Clara de Santarem. *(Pina)*

1480 (novembro, 3) Partida da infanta Isabel para Moura. *(Chron. V.)*

(setembro, 17) Instituição da Inquisição de Sevilha.

(1) Profissão da *Excellente Senhora* D. Joanna em Santa Clara de Coimbra.

1481

(janeiro, 11) Instituição das *terçarias* de Moura; entrega dos pupillos D. Affonso e D. Isabel á infanta D. Beatriz.
(agosto, 28) Morte do rei Affonso V. *(Goes, Pina)* (8)

II. REINADO DE D. JOÃO II

1.ª epocha, 1481-84. A reconstituição do reino

Na metropole

(novembro, a abril de 1842) Côrtes geraes reunidas, primeiro em Evora, depois em Vianna. Centralisação do poder politico, revisão das concessões aristocraticas.
Resistencia da nobreza; descoberta pelo rei das relações secretas do duque de Bragança com os reis de Castella.

No ultramar

(dezembro, 12) Partida da expedição de Diogo d'Azambuja á Mitra, construir o castello e fundar a feitoria. *(L. C.,* (9) *Pina,* (10) *Rezende).*

---

(8) Rezende, XXII, diz 23 de agosto.
(9) Luciano Cordeiro, *Diogo de Azambuja.*
(19) R. de Pina, *Chron. de João II.*

1482 (janeiro) Conflicto pessoal do rei com o marquez de Montemór, irmão do duque de Bragança. *(Rezende)*

(fevereiro, 11) Bulla papal instituindo a inquisição do Aragão. Torquemada, inquisidor.

(fevereiro, 28) Principio da guerra de Granada: tomada de Alhama aos mouros. *(Chr. V., A. B.,* e *C.)*

Missão a Inglaterra; ratificação dos tratados anteriores; embargo na expedição do duque de Medina Sidonia á Guiné. *(Rezende)*

Missão a Castella para a mudança das *terçarias,* de Moura, para Lisboa, ou para a dissolução d'ellas. Intrigas do duque de Bragança para o mallogro. Volta dos enviados a Portugal (setembro) sem nada conseguirem.

1483 (janeiro) Segunda missão a Castella sobre as *terçarias:* solução pela alternativa do casamento do principe D. Affonso com a infanta Joanna, terceiro filho dos reis catolicos (n.º 1479).

(Março) Conspiração dos cunhados, duques de Bragança e Vizeu; intelligencias com Castella; conhecimento dos tramas pelo rei.

(Maio, 15) Embaixada castelhana a Portugal para a dissolução das *terçarias.* (24) Entrega dos refens em Moura; partida da infanta Isabel para Castella, vindo o principe Affonso para seu pae, em Evora. Acompanha-o o duque de Bragança (26).

(29) Prisão do duque de Bragança. Fuga de seus irmãos para Castella.

Occupação successiva das terras e castellos do prisioneiro pelos officiaes do rei. Admoestação d'este ao primo e cunhado, duque de Vizeu. (junho, 20) Execução do duque de Bragança em Evora. Julgamento á revelia do marquez de Montemor; execução em effigie em Abrantes.

(janeiro, 19) Chegada da expedição á Mina. Construcção da fortaleza.

Primeira viagem.

Primeira viagem de Diogo Cão á costa de Angola, entrando no rio Congo ou Zaire, no Loge (o Quanza foi só descoberto em 1560 por Paulo Dias) no Longo e na bahia de Benguella além da qual assenta o padrão santo Agostinho. *(L. C.)*

1484 (janeiro) Juncção da familia real no Porto. Visita do rei a sua irman Joanna, recolhida ao convento de Jesus, em Aveiro. Idéa do seu casamento com o duque de Vizeu, regeitado por ella.

Principio da conspiração do duque de Vizeu para substituir D. João II no throno.

(agosto, 22) Chegada da côrte a Setubal. Denuncia da conspiração ao rei. (23) Assassinato do duque de Vizeu pelo rei. Prisão e execução dos cumplices.

Segunda viagem de Diogo Cão; dobrando o cabo Negro e proseguindo para o sul até á serra Parda, onde colloca o padrão S. Thiago, voltando ao reino, no anno de 1486. *(L. C.)*

Partida de Colombo para Castella.

2.ª epocha, 1485-95. O imperio portuguez em plano e execução

1485

Titulo de Senhor da Guiné, adoptado por D. João II.

Expedição de Affonso de Paiva e João da Covilhan á India por terra.

1486

Descoberta do reino de Benim por João Affonso d'Aveiro.

Viagem de Bartholomeu Dias que dobra o cabo das Tormentas, denominado por D. João II, da Boa-Esperança.

Expedição de D. Diogo de Almeida a Marrocos.

1487 Suppressão do *exequatur* ás bullas pontificias, solicitada pelo papa Innocencio VIII como preço da carta reconhecendo o bastardo do rei, D. Jorge.

1488 Inquisição contra os judeus.

Missão de Ruy de Sande a Castella para o casamento do principe Affonso com a infanta Isabel. Volta com resposta favoravel.

Razzia do conde de Borba em Marrocos, de Arzilla a Alcacerquibir.

Episodio do conde do Penamacor em Inglaterra, onde armava uma frota para a Guiné. D. João consegue que o rei de Inglaterra o prenda na torre de Londres.

Visita do rei da Guiné á côrte, em Setubal. Baptismo e remessa de missionarios. Mallogro da missão.

Estabelecimento frustrado da feitoria da Graciosa no rio de Larache, em Marrocos.

1489 Chegada á côrte, em Evora, do embaixador Caçuta, do Congo, pedindo missionarios e artifices. *(Rezende, Pina).*

1490 Côrtes geraes de Evora para o casamento do principe Affonso.

(abril, 10) Desposorios da infanta em Sevilha; festas. Festas em Evora interrompidas pela morte da infanta D. Joanna, irman do rei, no convento de Aveiro; exequias da infanta em Evora.

(novembro, 11) Partida da infanta Isabel de Sevilha para Evora.

(novembro, 27) Entrada solemne da infanta em Evora; casamento e festas que duram até 12 de dezembro.

1491 (janeiro, 10) Mudança da côrte para Vianna.

(maio) Partida para Santarem.

(junho) Festas em Santarem.

(julho, 13) Morte do principe Affonso da queda de um cavallo.

(setembro) Regresso da princeza viuva a Castella.

1492 (janeiro, 2) Conquista de Granada: definitiva expulsão dos musulmanos da Hespanha, fim da guerra secular da reconquista. *(Chr. V. e A. B.)*

(abril, 17) Contracto dos reis catholicos com Colombo. *(A. B.)*

(agosto, 3) Partida de Colombo de Palos, á descoberta.

(março, 31) Decreto de Malaga, expulsando os mouros e judeus.

Acolhimento dos judeus hespanhoes em Portugal.

(novembro, 1) Morte de Beltran de la Cueva, indigitado pae da Excellente senhora.

(dezembro, 10) Partida da frota de Gonçalo de Sousa, com missionarios franciscanos para o Congo e materiaes de construcção.

(março, 29) Chegada da armada ao Congo.

(maio, 6-7) Erecção da primeira egreja, baptismo do rei, da côrte e do povo. Regresso da armada ao reino em 1492, deixando estabelecidas as missões.

(outubro, 12) Chegada a San Salvador.

1493

(março, 6) Chegada de Colombo a Lisboa; vistas com D. João II.

(março, 23) Chegada a Palos. *(C.)*

Armamentos navaes para a reivindicação da descoberta; negociações com a Hespanha e solução pacifica da questão.

Colonisação de S. Thomé com os filhos christianisados dos judeus.

1494 (Junho 7) Tratado de Tordesilhas entre

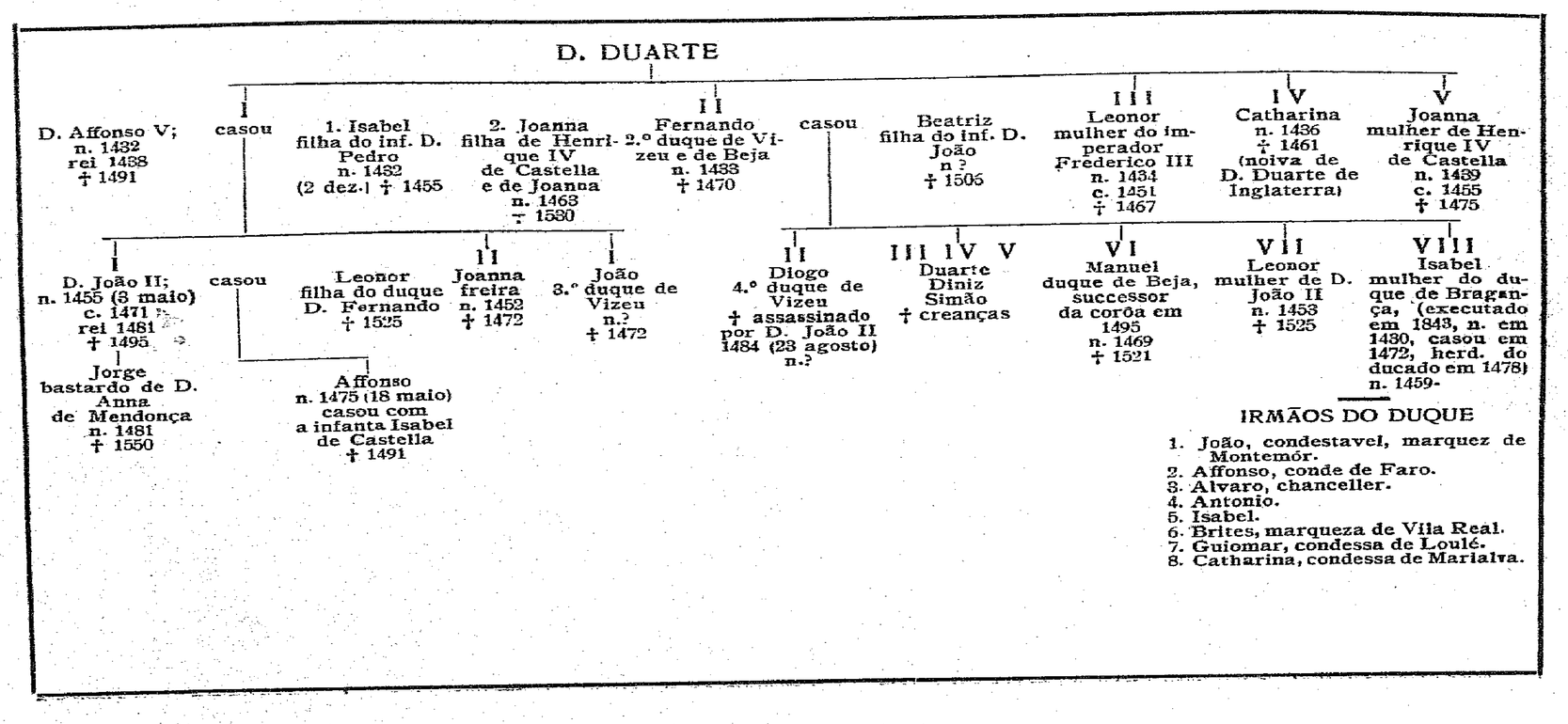
Portugal e Hespanha para a repartição dos dominios ultramarinos.

(setembro, ?) Enfermidade de D. João II que dura até

1495 (outubro) partida do enfermo para as Caldas de Monchique onde fallece.

(outubro, 25) Deixou por testamento a corôa a seu primo D. Manuel duque de Beja.

GOA UNIVERSITY LIBRARY
TALEGAO GOA
Donation ACC No. 098
Name of Donour L. B. Afonso.


D. DUARTE
D. Affonso V; n. 1432 rei 1438 † 1491
I casou
1. Isabel filha do inf. D. Pedro n. 1432 (2 dez.) † 1455
2. Joanna filha de Henrique IV de Castella e de Joanna n. 1463 † 1530
II Fernando 2.º duque de Vizeu e de Beja n. 1433 † 1470
casou
Beatriz filha do inf. D. João n.? † 1505
III Leonor mulher do imperador Frederico III n. 1434 c. 1451 † 1467
IV Catharina n. 1436 † 1461 (noiva de D. Duarte de Inglaterra)
V Joanna mulher de Henrique IV de Castella n. 1439 c. 1455 † 1475
I D. João II; n. 1455 (3 maio) c. 1471 rei 1481 † 1495
Jorge bastardo de D. Anna de Mendonça n. 1481 † 1550
casou
Leonor filha do duque D. Fernando † 1525
Affonso n. 1475 (18 maio) casou com a infanta Isabel de Castella † 1491
II Joanna freira n. 1452 † 1472
I João 3.º duque de Vizeu n.? † 1472
II Diogo 4.º duque de Vizeu † assassinado por D. João II 1484 (23 agosto) n.?
III IV V Duarte Diniz Simão † creanças
VI Manuel duque de Beja, successor da corôa em 1495 n. 1469 † 1521
VII Leonor mulher de D. João II n. 1458 † 1525
VIII Isabel mulher do duque de Bragança, (executado em 1843, n. em 1430, casou em 1472, herd. do ducado em 1478) n. 1459-
IRMÃOS DO DUQUE
1. João, condestavel, marquez de Montemór.
2. Affonso, conde de Faro.
3. Alvaro, chanceller.
4. Antonio.
5. Isabel.
6. Brites, marqueza de Vila Real.
7. Guiomar, condessa de Loulé.
8. Catharina, condessa de Marialva.